

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

DIRECTORES: Paes de Andrade, Klinger, Goes Monteiro e T. A. Araripe
SECRETARIO: B. Castello Branco — GERENTE: Alexandre Chaves

ANNO XVIII

Brasil — Rio de Janeiro, Dezembro de 1930

Ns. 202, 203 e 204

Edição de 84 paginas

SUMMARIO

EDITORIAL

DEZESETE ANNOS

Retrospecto — Avante! — Programmas..... 1

COLLABORAÇÃO

<i>Ideas e Cobiça</i> — Cel. Bertholdo Klinger.....	15
<i>A organização geral da nação para a guerra</i> — Cap. T. A. Araripe.....	21
<i>A industria mineral e a defesa da nação</i> — Engenheiro Luiz Flores de Moraes Rego.....	23
<i>D. Sebastião Leme</i> — V. B. S.....	26
<i>As manobras de Guaratiba</i> — Dr. Baptista Pereira.....	27
<i>Historico do 1.º Regimento de Artilharia a Cavallo</i> — Cap. José Faustino Filho.....	28
<i>Episodios da vida do 1.º Regimento de Artilharia</i> — Gen. João Borges Fortes.....	37
<i>A instrução dos quadros</i> — Cel. Pedro Cavalcante.....	43
<i>A remodelação do Exército</i> — Cap. Mario Travassos.....	44
<i>O R. I. S. G. 1930</i> — Cel. Bertholdo Klinger.....	47
<i>O encerramento dos cursos da E. E. M.</i> — Cel. Baudouin.....	59
<i>Artilharia Divisionaria</i> (Trad.) Cap. Adhemar C. Mattos.....	60
<i>Travessias de Cursos d'agua</i> (Trad.) Cap. Decio Escobar.....	68
<i>A questão da adaptação das especialidades na infantaria</i> — 2.º Ten. Aleyr d'Avila Mello.....	72
<i>Os aviões de combate e seu armamento</i> — Cap. Carlos Brasil.....	75
<i>Carros de Combate</i> — 1.º Ten. João de Deus Menna Barreto.....	77

SUGGESTÕES

<i>As Escolas das armas</i> — Da Redacção.....	53
<i>Missão Militar Franceza</i> — Da Redacção.....	54
<i>Transferencias de Officiaes</i> — Da Redacção.....	56
<i>Burocracia</i> — Da Redacção.....	57
<i>Films tacticos</i> — 1.º Ten. Nilo Guerreiro.....	58

SUBSIDIOS PARA A RESERVA

<i>Questões de exame</i> — Infantaria.....	80
--	----

DA REDACÇÃO

<i>O Problema dos quadros</i>	41
<i>Exército e Marinha</i>	42
<i>Aos nossos leitores</i>	46
<i>Bibliographia</i>	85

A Defesa Nacional

GRUPO MANTENEDOR

Paes de Andrade, Bertholdo Klinger, Góes Monteiro e T. A. Araripe (Directores); *Humberto Castello Branco* (Secretario); *Alexandre J. Chaves* (Gerente); *Muniz Barreto* (Rep. naval); *Frederico Duarte* (Rep. civil); *Pedro Cavalcante, Emilio L. Esteves, Benicio da Silva, Ajalmar Mascarenhas, Ivo Borges, Mario Travassos, Rina Machado, A. J. Bellagamba, R. Deantan Teixeira, Lamartine, G. Cordeiro de Faria, José Faustino, A. Sevilha, Theophilo Arruda, Baptista Gonçalves, A. Ancora e Admar Cruz.*

Regras para a correspondencia

Afim de facilitar o serviço da Gerencia e permittir maior rapidez nas respostas, pedimos aos Srs. Representantes e aos assignantes a observancia das seguintes regras:

1º — Toda correspondencia, salvo a relativa á collaboração, deve ser enviada ao *Gerente* — sem especificação do nome deste;

2º — Desde que numa mesma occasião tenha o interessado que tratar de assumpto correspondente á venda de livros e á revista propriamente dita, deverá utilizar-se de folhas de papel

differentes, afim de permittir ao Gerente a distribuição dos assumptos simultaneamente ao Bibliothecario e ao Thesoureiro ou Expedidor;

3º — Até a nova installação da séde da Revista, toda correspondencia deverá ser dirigida exclusivamente para a Caixa Postal 1602.

As regras acima não constituem uma exigencia descabida; permittirão apenas maior rapidez na solução das questões que se apresentarem, satisfazendo aos interesses dos nossos assignantes.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

DIRECTORES: Paes de Andrade, Klinger, Goes Monteiro e T. A. Araripe

SECRETARIO: H. Castello Branco -- GERENTE: Alexandre Chaves

ANNO XVII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1930

Ns. 202, 203 e 204

EDITORIAL

Dezesse annos

Retrospecto.-- Avante! -- Programmas.

I. - RETROSPECTO

Para a nossa revista, de finalidade bem definida, e onde os esforços têm sido sempre congregados em prol do engrandecimento e da maxima efficiencia das forças armadas do paiz, a passagem dum anniversario tem significação digna de registro. Relembra a oportunidade para aquilatar-se de sua utilidade pelas obras com que assignalou o caminho percorrido durante o anno que se findou.

Nessa rememoração não ha espirito de vaidade ou falta de modestia, mas apenas justo sentimento de responsabilidade que, em face dos objectivos estabelecidos pelas gerações que aqui nos precederam, nos força a severo exame de consciencia capaz de afastar o receio de não havermos correspondido á delegação imposta.

Felizmente, estamos convencidos de que nenhum deslize havemos commettido na obediencia á orientação elevada da revista, na sinceridade e na tolerancia com que apreciámos os factos da vida das classes armadas, na salvaguarda dos interesses collectivos, na preocupação desinteressada de facilitar a tarefa dos camaradas, servindo de vehiculo ás idéas uteis, no decoro indispensavel á classe, e no respeito intransigente ao principio da disciplina — o elemento primordial da vida das classes armadas.

Quando se compulsam os nossos editoriaes e notas, tem-se que reconhecer essa alliança intima entre o dever de ser sincero, de ser verdadeiro, na apreciação de nossas deficiencias e de nossas necessidades, e a convivencia de ser tolerante, para com o meio ou mesmo para com os responsaveis, directos ou indirectos, pelos erros ou falhas assignaladas. Não ha ahi incoherencia. Ao contrario, o processo é usado intencionalmente. Para nós, estamos certos, mais vale explorar as vias luminosas que levam ao triumpho, estimulados e alentados pelo acicate da esperanza. O habito de descobrir e de revolver chagas, erros e fraquezas do meio e de nós mesmos, enerva, causa o desanimo e arrasta-nos ao

scepticismo esteril, sem que consigamos determinar os remedios convenientes.

Ahi se encontra a razão de nossa tolerancia. No trato das varias questões que temos aventado e das causas aqui defendidas não tem sobrado logar para interesses individuaes, por mais justos que sejam, nem envolvemos pessoas de quaesquer categorias.

No afan de auxiliar o desenvolvimento do nosso systema militar, de indicar os pontos onde se torna necessario modificar os processos e de lembrar novas creações e novos moldes de proceder, a Revista tem-se imposto e deve, assim, ser vista como **orgão profundamente** impessoal, tanto pelas fontes productoras das idéas, como pela natureza e alcance dessas mesmas idéas.

Outro aspecto de nossa actividade, que queremos accentuar, e o desenvolvimento dado á tarefa de diffundir as idéas e os trabalhos principalmente de natureza technica, para pol-os á mão de todos os camaradas, maxime os das guarnições distantes. Isso serve para demonstrar o intuito firme de a revista ser útil, pugnando por todos os meios para o progresso profissional da classe.

Desse modo e de accordo com as nossas minguadas possibilidades, tem a "Defesa Nacional", assumido caracter mais pratico de actualção.

Onde, porém, a nossa acção se tem revelado com segura intransigencia é na prégacao em prol do respeito reflectido ao principio da disciplina.

Não nos esqueçamos de que, hoje mais do que hontem, as classes armadas, para viverem integras, deverão buscar solido apoio no cumprimento do dever profissional, na cohesão affectiva e disciplinada de todos os seus membros e no prestigio que possuem na nação, graças ao reflexo de seu modo de proceder.

* * *

Ligeira resenha dos principaes assumptos debatidos nas paginas dos doze ultimos numeros de nossa revista servirá para entremostrear a nossa actuação, sempre na brecha, atacando as necessidades mais palpitantes da defesa nacional.

Estão neste rol o estudo systematico que comprehendemos sobre o entendimento verdadeiro a dar ao problema da defesa nacional; a seriação logica em que decompuzemos o problema; e a tarefa de que se deve incumbir o commando supremo na obtenção do magno desideratum.

Não cansámos de accentuar a importancia e a necessidade inadiavel que representa para nós o funcionamento do **Conselho Superior de Defesa Nacional**.

"Sem o funcionamento effectivo do Conselho, sem o encaminhamento centralizado e coordenado estudo das cousas, visando o intercambio obrigatorio de idéas, informações, desejos, tendencias e necessidades, confessámos não poder comprehender hoje em dia como possa nascer, ou ser adoptada — correspondendo verdadeiramente ás necessidades da situação geral — uma organização completa relativa ás forças armadas, seus serviços e requisitos, e como possa bem funcionar a engrenagem a serviço do problema da guerra".

Ao mesmo tempo, procurámos accentuar a **separação conveniente nas attribuições dos órgãos auxiliares** desse commando superior e principalmente entre a acção administrativa, orientadora e fiscalizadora dos ministros e a acção creadora e preparadora dos Estados Maiores.

Decorre dahi naturalmente a necessidade de reorganizar o alto commando, de augmentar e solidificar a efficiencia e o prestigio desses Estados Maiores, impulsionando e estimulando-lhes os esforços, apoiando-lhes as suggestões e decisões, seleccionando-lhes os quadros.

Por isso temos insistido, como medida de primeira monta, no **provimento dos Estados Maiores das Grandes Unidades**, de modo a permittir-lhes que se entreguem ardorosamente ao desempenho de todas as incumbencias que delles se esperam.

Dentro da mesma ordem de idéas, martelámos pelo aperfeiçoamento da **instrução dos quadros**, pela execução integral da lei do ensino e pelo **maior aproveitamento da capacidade da Missão Militar Franceza**.

Para nós, o **problema dos quadros**, em seu recrutamento, formação, aperfeiçoamento e selecção, **constitue o elemento capital, o alicerce de nossa organização militar**.

Emquanto as escolas não forem capazes de produzir todos os beneficios que dellas se esperam, serão improficuas as melhorias tentadas em qualquer outra parte do problema militar. Por isso, temos sempre aconselhado que se concentre o maximo esforço na **reforma das escolas** e principalmente da **Escola Militar**, onde a carencia de recursos materiaes tem cerceado o progresso dos methodos de ensino e a execução plena do trabalho nos moldes impostos pelos novos re-

gulamentos. Lembrámos mesmo a conveniencia de serem feitas economias em outras partes do problema, em proveito das escolas, que compensariam áquelles os sacrificios, com a maior aptidão e preparo dos executores das medidas a serem postas ulteriormente em pratica nos outros órgãos da machina militar.

Temos alimentado a campanha em prol da criação de **uma Escola Militar modelo em local apropriado** e com aparelhamento capaz de satisfazer a todas as exigencias do ensino moderno. Apontámos o exemplo da West-Point norte americana e o argentino, como uteis aos estudos que deverão ser empreendidos para estabelecer o projecto dessa Escola Militar modelo.

Não temos esmorecido na campanha iniciada ha dezessete annos em prol da nova **Lei de promoções**, porque acreditamos piamente que "é impossivel relegar para segundo plano esta necessidade vital do Exercito, cuja instrução e disciplina dependem, em parte, dos processos de promoção.

Os quadros do Exercito têm, innegavelmente, urgencia em serem formados segundo uma legislação nova, que com justiça e caracter essencialmente militar regule o accesso pelos postos da hierarchia".

Outro problema, em que tem sido vultuosa a nossa contribuição é o do recrutamento do pessoal. O estudo da **Lei do Serviço Militar**, do alistamento e do sorteio e da preparação das reservas tem se accumulado incessantemente nas nossas paginas. A consideração das idéas aqui estampadas, certamente muito auxiliará a revisão do R. S. M., tão desejada pelo Exercito. Recordamos que, neste assumpto, "é indispensavel que haja completa approximação, concordancia perfeita e amparo continuo entre as leis e organizações civis e militares".

Temo-nos preocupado seriamente com a **educação e instrução da tropa**. As nossas suggestões e as idéas que divulgámos têm sido de grande utilidade aos camaradas que mourejam nas casernas e felizmente de lá nos tem vindo incentivo crescente á nossa orientação.

Varios outros problemas, taes como o da **acquisição do material**, o das **industrias militares**, o da **mobilização nacional**, etc. têm sido abordados aqui, com maior ou menor insistencia, sempre no desejo de não deixar cahir no olvido esses problemas, tambem essenciaes á efficiencia das classes armadas.

Desse modo, vimos contribuindo paciente e modestamente para as reformas do organismo militar e para a conservação de tudo o que temos de bom.

Nessa campanha temo-nos empenhado com **amor ao trabalho**, com a **fé de optimistas conscientes** e com a **coragem dos sinceros**.

Desses tres factores ha de surgir, mais cedo ou mais tarde, uma organização militar forte, disciplinada e cohesa, a cuja sombra se talhará um Brasil prospero e respeitado.

II--A V A N T E :

A vida das Nações se caracteriza por phases bem distinctas. Entre nós podem ellas ser determinadas com grande precisão; a Republica entra, com a que agora se inicia, na sua segunda phase, na qual anhelamos um radiante e promissor futuro de perfeita confraternização nacional, de trabalho intenso e honesto, de onde advirá certamente um real progresso.

"A Defesa Nacional", órgão das classes armadas, se conserva, como sempre, na primeira linha, ao lado dos que defendem a honra e desejam o bem estar da Patria.

O Exercito, cooperador principal, ininterrupto e abnegado dos grandes movimentos nacionais, vê feliz e finalmente restabelecida a concordia no seio da familia brasileira.

"A Defesa Nacional", ao lado do Exercito, está como este ansiosa para contribuir com todo o esforço de que é capaz e cooperar com aquelles que fizeram vibrar a alma nacional pelo ideal altamente patriótico do reerguimento da nossa nacionalidade.

O robusto movimento que se generalizou por todo o paiz, em prol do advento de uma nova era superiormente orientada para o bem da Patria, culminou na victoria militar da revolução.

Para os espiritos bem formados, os factos consummados não devem ser susceptíveis de discussão; tudo faz crer, portanto, que veremos em curto prazo realizada, de maneira positiva e in-

sofismavel, a pratica dos sãos principios da moralidade e da justiça, como tambem do respeito á liberdade, trazendo em consequencia a vitalização do nosso querido Brasil, afim de collocar-o no logar que merece entre as nações civilizadas.

O primeiro objectivo da revolução está plenamente atingido; com os corações ardendo em pura fé, prosigamos pois: agora é trabalhar, nesta phase de reconstrução, na qual se faz mister a cooperação de todos os bons brasileiros, confraternizados e completamente esquecidos dos máos sonhos dos dias passados.

Com um tal esforço de conjuncto, tenaz e altruisticamente orientado, os ideaes da nossa raça tornar-se-ão em evidente realidade, mostrando aos contemporaneos que ella é bem capaz de grandes empreendimentos e digna de viver na privilegiada porção do mundo que lhe coube por sorte.

As forças armadas representam o barometro da nacionalidade; neste momento singular da nossa vida, a alma do soldado vibra por um ideal de paz e de progresso permanente e em inteira harmonia com a do povo brasileiro.

Avante! pois, a proseguir com um novo alento na rota do destino, olhos fitos na Patria, para que ella seja cada vez mais "forte para ser boa, armada para ser justa, e rica para ser generosa". Avante!

III--PROGRAMMAS

- a) Programma-synthese do actual governo.
- b) Decorrente desenvolvimento possível.
- c) Plano de acção de primeira urgencia.

a) PROGRAMMA SYNTHESIS DO ACTUAL GOVERNO.

Si é tão certa quanto velha a lei inexoravel que nenhuma actividade, por elementar que seja, póde ser efficiente si não obedecer a um plano, mais certa e mais inexoravel ella é quando se trata da actividade complexa dum dos vastos domínios da existencia nacional.

Assim no que entende com a defesa nacional.

Esta consideração é espontaneamente lembrada na conjunctura actual, em que com a ephemeride, para nós intima, domestica, dum inicio de novo anno de trabalho desta Revista, coincide o facto de significação nacional da mudança de governo do paiz.

Impõe-se, assim, como ponto de partida para qualquer cogitação de plano de acção, ou de nossa collaboração, na nossa scara da defesa nacional, o programma-synthese que constituiu parte integrante do programma de governo do Dr. Getulio Vargas, publicado quando (de sua

apresentação como candidato á suprema governação da Republica. Eil-o:

"O instincto de conservação e defesa aguça-se nos povos á medida que se intensifica o seu desenvolvimento material.

A accumulção de riquezas é que, por via de regra, os torna vigilantes e cautelosos, consoante a observação de James Bryce, a proposito dos Estados Unidos.

Só as nações pobres são imprevidentes; só não se preocupam da sua segurança os paizes que economicamente pouco têm que perder.

E' uma lei historica inelutavel, que dispensa exemplificação. Não se explica, por isso mesmo, o nosso descaso no tocante ás forças armadas, já que é incontestavel, sob muitos aspectos, o progresso material do Brasil.

O surto industrial só será logico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das machinas que nos são indispensaveis.

Dahi a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do **problema siderurgico**.

Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige; é também a propria segurança nacional, que não deve ficar á mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa.

Devemos cogitar de pôr as instituições militares á altura da sua immensa responsabilidade harmonizando-as com o crescimento da fortuna publica e privada, de que ellas são a garantia natural.

Além disso, o sentimento do dever militar, que dêsse modo ainda mais se enraizará, é um factor imprescindível ao enrijamento da consciencia civica e do espirito de nacionalidade.

O **sorteio militar**, como o praticamos, foi um grande passo nesse sentido, porém ainda deixa muito a desejar. Será opportuno reformar a lei do serviço obrigatorio para aperfeiçoal-a no sentido de se dar inteira solução ao problema da conscrição militar. Attingida a maioridade, todo brasileiro deve estar obrigado a justificar a sua posição em face do serviço militar mediante provas de inscrição na reserva ou no alistamento. Essa situação constará de uma caderneta a qual terá fé publica e servirá de prova de identidade da pessoa e de título de eleitor.

A **cidadania será**, assim, **uma consequencia do serviço militar**, á maneira do que acontece noutros paizes.

Um dos maiores males de que soffre o nosso exercito é o regime dos **corpos sem effectivos**, reduzidissimos. Tal regime é prejudicial á instrucção da tropa além de enfraquecer o organismo das unidades e portanto a sua efficiencia.

Na medida dos recursos do erario deve-se prover o exercito do **material** que lhe é indispensavel, **sobretudo** do que se refere á **artilharia e á aviação**.

Paralelamente não devemos poupar esforços para desenvolver entre nós a **industria militar**, com o aperfeiçoamento dos arsenaes e fabricas existentes. Libertando-nos tanto quanto possivel dos mercados do exterior, na compra do material bellico, ao mesmo tempo fortaleceremos a nossa capacidade de resistencia militar e deixaremos de drenar para fóra do paiz o ouro que taes aquisições agora nos exigem.

A rigorosa justiça nos **accessos de posto e nas commissões**, contribuirá, com a dotação dos imprescindiveis recursos technicos, para estimular a officialidade nas suas justas aspirações e no exercicio dos seus arduos deveres.

Actualmente falta ao exercito uma lei que regule as promoções, garantindo direitos e definindo o merecimento de modo que cada official tenha conhecimento do seu numero na relação geral para os accessos.

Julgo também de salutar effeito o **rodizio** dos officiaes por alguns Estados importantes do ponto de vista militar, o que lhes permittirá obter conhecimento exacto das condições geraes do paiz; a valorização dos serviços dentro dos regimentos tomando-se em conta as localidades

onde aquartalarem; a construcção de casas para residencias nas guarnições longinquas, etc.

Carece de modificação a **justiça militar** e este é um ponto de inocultavel delicadeza, tão profundamente interessa elle a disciplina da tropa.

Se o quadro que nos offerece o exercito está longe de ser satisfactorio, menos ainda o é o da **Marinha de Guerra**, privada, como se acha, mais do que aquelle, de efficiente aparelhagem material.

A **nossa esquadra é quasi um anachronismo**, tão afastada se encontra ella das condições actuaes da technica naval, em materia de armamentos e unidades de combate.

Não é passivel de discussão ou duvida a necessidade de aquisição de novos navios.

Não menor é, também, a conveniencia de iniciarmos a fabricação, quer de munições quer de vasos de guerra, embora de pequena tonelagem, como cruzadores ligeiros, contra-torpedeiros, etc.

Presentemente seria infantil esperar tudo isto da capacidade dos nossos estaleiros e arsenaes. Devemos começar pela remodelação e ampliação desses estabelecimentos.

Convem organizar desde logo um **programma naval**, á que os governos devem ir dando paulatinamente execução dentro dos recursos disponiveis. Reconstituiremos assim methodicamente a nossa esquadra.

Desprezada a observação das linhas devidamente prefixadas deste programma, nada mais faremos do que perder tempo e dinheiro, em iniciativas oscillantes e contradictorias ao sabor das administrações que se succedem sem espirito de continuidade.

Hoje em dia os nossos vasos de guerra não se movimentam ou por falta de verba para o custeio das viagens de exercicios ou porque não satisfazem aos requisitos de franca e segura navegabilidade. Essa é, sem subterfugios ou inuteis euphemismos, a situação da Marinha de Guerra do Brasil.

A officialidade adquire nas escolas conhecimentos que não pode applicar por falta de material.

Burocratiza-se, deste modo, aos poucos, perdendo o estímulo e gosto pela profissão.

Além da ausencia de aparelhagem material, resente-se ainda a esquadra da deficiencia das suas leis e regulamentos sobretudo no tocante a promoções e rejuvenescimento dos quadros, etc.

Nenhum brasileiro poderá deixar de reconhecer que urge reagir contra essas deploraveis condições.

Tudo quanto a Nação realizar para tornar efficientes as suas forças terrestres e maritimas encontrará nessa mesma efficiencia a melhor compensação.

O papel do Exercito e da Armada em todos os acontecimentos culminantes da nossa Historia tem sido sempre glorioso e decisivo. Até agora não assiste ao Brasil direito algum de queixa contra as suas classes armadas. O credito destas sobre a gratidão nacional é largo e duradoiro. Ellas foram invariavelmente guardas da Lei, defenso-

ras do Direito e da Justiça. Não se prestaram nunca, nem se prestarão jamais á função de simples automatós, como instrumento de pressão e de tyrannia, a serviço dos dominadores occasionaes. Dahi as surdas e abertas hostilidades que contra ellas teem sido desfechadas; dahi a situação material a que se acham reduzidas.

Mas por isso mesmo tambem é tempo de a Nação, afinal, num movimento de irreprimável justiça corrigir as desconflanças e preterições que sobre ellas pesam absurda e clamorosamente.

b) DECORRENTE DESENVOLVIMENTO POSSIVEL DUM PROGRAMMA DE TRABALHO NA DEFESA NACIONAL.

Assim como a synthese precedente não faz mais que referir os pontos capitaes de orientação de conjunto, a que o novo governo pretende obedecer em sua actividade no dominio da defesa nacional, tambem o decorrente desenvolvimento possivel, a que para realiza-la os órgãos competentes hão de se abalançar, não pôde ser versado na integra em um simples artigo editorial de revista, por mais vastos e alevantados que sejam seus meios e seus objectivos.

E, inda que tal fosse possivel, não seria de immediata utilidade. O que convem traçar e deve servir de base á obra, atravez do tempo e do espaço, é um esboço completo dos pontos característicos, da figura a construir, em cada um desses pontos os traços essenciaes, typicos, isto é, as idéas dominantes a respeito da materia a que elles se refiram.

Tal esboço deve deixar logar para um ajustamento harmonico dum plano de acção de primeira urgencia, o qual permita ir trabalhando immediatamente, sem vacillação e sem risco de desvio, com o que existe, e que não pôde ficar como está, sobretudo não pôde ficar parado á espera de que se ultime a obra de folego representada pelo programma total, completo.

Começemos, pois, pe'o esboço deste.

Dissemos, faz exectamente um anno, em nosso editorial de Dezembro de 1929, que **O PROBLEMA CAPITAL E' O DA DEFESA NACIONAL**, que "se desdobra na multiplicidade de todos os problemas fundamentaes, desde os da alphabetização do povo, da sua educação civica e moral, da eugenia e desenvolvimento physico, até os mais complexos de ordem civil e de defesa militar propriamente dita".

Buscamos nesta rememoração um meio de menor esforço, breve, para dizer que, muito embora querendo, consoante a alçada desta revista, cingir-nos puramente aos problemas militares, cumpre não esquecer que elles não são substantivos, não constituem um fim em si mesmo, nada mais são que um meio de satisfazer a necessidade existencial da nacionalidade.

Importa, portanto, de inicio, haja um órgão subsidiário da governação do paiz, ao qual incumba vigiar pela estreita e incessante conexão dos empreendimentos de defesa militar com os de todas as mais actividades nacionaes: é o **CONSELHO DE DEFESA NACIONAL**.

Não faz muito, ainda em Julho ultimo, escrevemos em editorial: "Vêm de ha mais de um decenio o appello, a aspiração e os rogos por esse instituto... os beneficios que delle se es-

peram têm sido largamente discutidos e apregoados por quasi todos os occupantes da pasta da guerra de 1919 a esta parte, bem como por esta revista, em repetições ininterruptas; a pregação, felizmente, de suas vantagens calou fundo no espirito do governo, que se abalançou ao grande passo do decreto de sua criação em 29 de novembro de 1927.

O entendimento que se empresta ás funções deste órgão é, portanto, demasiadamente conhecido...

Podemos concatenar essas funções em quatro grupos principaes: a coordenadora, a impulsora, a educativa e a conservadora...

... a gestação do Conselho tem sido demasiado longa: mais de dez annos para passar do dominio dos projectos ao de uma decisão" e já tres annos á espera duma realização.

Os beneficios que se esperam e que se julgam indispensaveis á boa solução do nosso problema da defesa nacional integral reclamam que não mais se protéle essa realização, mas devidamente cercada dos requisitos que promettam a eficiencia sonhada, que evitem a desmoralização duma actuação inicial canhestra.

A' cogitação deste órgão, por assim dizer superior, exterior ao Ministerio da Guerra — que aliás na pratica e por sua organização tem tido a acção restrictiva de Ministerio do Exercito — segue-se, já agora dentro desse Ministerio, a questão da **ORGANIZAÇÃO DO ALTO COMANDO**.

Antes de fixarmos propriamente as vistas sobre este ponto, para respeitar a ordem hierarchica dos órgãos, deixemos aqui uma referencia a um problema incidental que merece reflexão. E' o da possibilidade de serem os actuaes Ministerios da Guerra e da Marinha reunidos ou connectados, e mais bem articulados: reunidos num **MINISTERIO unico da DEFESA ARMADA NACIONAL**; articulados em **TRES SUB-SECRETARIAS DE ESTADO** — do **EXERCITO**, da **MARINHA**, da **AERONAUTICA**. a superintenderem o respectivo problema unico nos tres meios distinctos, isto é, em terra, no mar e no ar.

Fechado esse parenthesis voltemos aonde vamos.

O Ministro da Guerra, ou **MINISTRO DO EXERCITO**, ou Sub secretario de Estado dos Negocios do Exercito é, no dominio destes negocios do Estado, o supremo delegado do Chefe do Governo Nacional. E não pôde deixar de ser. Mas, pela actual organização, as funções que lhe são imputadas são demasiado complexas, a experiencia de todo o nosso passado põe em evidencia que ficam infinitamente acima das possibilidades realizadoras de um homem.

Quando o Ministro é militar, as funções propriamente de commando, é natural, lhe merecem maiores attentões, em detrimento das cogitações mais altas, mais geraes; e quando o Ministro é civil — solução aventureira, absolutamente inadaptable á referida organização em vigor (vêr sobre esta materia o nosso n. 71/72 de Agosto de 1919, pag. 383) — a sua inevitavel interferencia em funções de commando é chocante para a disciplina, para o prestigio dos chefes militares, que não são cometas no Exercito, como

o ministro civil; chocante porque forçosamente elle obedece a injunções ou informações não officiaes; por elle colhidas de quem bem entenda, inclusive portanto de patentes menos graduadas que as dos chefes organicos.

Embora o Ministro, militar ou civil, tome a intelligente iniciativa de articular suas attribuições, descentraliza-las, para se desafogar e para estimular os collaboradores organicos, elle sente-se tolhido nesse expediente e, afinal, a sua produção real no Ministerio soffre, como sem discrepância os factos o attestam.

A exemplo, além disso, do que se faz no Ministerio da Marinha com a existencia dum commandante da Esquadra dever-se-ia crear um commandante do Exercito, talvez com a designação, em tempo de paz, de **INSPECTOR GERAL DO EXERCITO**. Não precisamos olhar muito longe para encontrarmos em outras nações zelosas de sua defesa nacional semelhante solução: adoptam-na o **CHILE** e a **ARGENTINA**.

O Inspector Geral do Exercito, directamente subordinado ao Ministro da Guerra, terá plena delegação permanente deste, como mais alto órgão do commando, em tudo que entenda com a organização do exercito, sua instrução e disciplina, sua mobilização, isto é, em geral tudo que se relacione com a preparação do exercito para a guerra.

Todas as repartições, serviços e tropas ficarão em dependencia directa: a) para com o Ministro, em tudo que se relacione com a administração geral e superior; b) para com o Inspector Geral, em tudo que se relacione com a referida delegação.

A bem dizer esta creação está quasi feita, pois o que falta é quasi nada para corôar os passos que o Sr. Ministro já deu, primeiro reunindo os dois Grupos de Regiões que existiam, e continuam a existir, sob um commando unico, e depois tornando esse commando directamente subordinado ao M. G.

Não se extinguirão as actuaes **INSPECTORIAS DE GRUPOS DE REGIÕES**; devidamente remodeladas em suas attribuições e em sua distribuição, tudo no sentido da efficiencia e significação pratica, ellas serão o embrião dos Commandos de Grandes Unidades do primeiro escalão superior ás Divisões. A redistribuição que parece espontanea seria em tres Grupos naturais: o do Sul (3ª e 5ª Regiões: **Rio Grande, S. Catharina e Paraná**); o do Centro (**S. Paulo, Matto-Grosso, Goyaz, Minas, Rio de Janeiro, D. F. e E. Santo**) e o do Norte (6ª, 7ª e 8ª Regiões).

Feita a referencia á solução chilena e argentina, convem notarmos que não parece mereçam imitação as **Inspectorias de Armas**, que já tivemos. A regulamentação unitaria pelo órgão competente assegura a unidade fundamental da respectiva doutrina e dos methodos; a fiscalização ou inspecção se fará em 1º escalão pelos commandantes das Infantarias Divisionarias, Artilharias Divisionarias, Inspector da Artilharia de Costa, **COMMANDANTE DA CAVALLARIA** (a crear para o conjunto da Cavallaria chamada Independente), etc. Outra condemnação forte ás Inspectorias de Armas é que ellas não teriam função natural em caso de guerra.

Os altos problemas que acabamos de referir são já positivamente do dominio duma chave ge-

ral, a **REMODELAÇÃO DO EXERCITO**. A ella applica-se inteira a reflexão que já expendemos, em outras palavras, segundo a qual importa "seriar as questões": Plano geral de conjunto e plano de realizações de primeira urgencia. O essencial é que não páre a machina, a pretexto de esperar que sejam gizados os planos salvadores, remodeladores. Ao abrigo das realizações de primeira urgencia, impreteriveis, ganha-se calma no ambiente para proseguir na elaboração dos objectivos ultteriores.

Para todas estas elaborações nos assalta uma pergunta: quem ha de fazê-las?

E' geral entre nós uma susceptibilidade doentia, verdadeira fraqueza mental, decorrente do não entendimento de que as discriminações de órgãos e funções nada mais são que um recurso de boa ordem, de fixação de responsabilidades e estímulo á creação de competencias.

Surge uma questão, exemplifiquemos, de material bellico, a Directoria respectiva está sobrecarregada, as commissões constituídas por officiaes de seu quadro estão com multiplas tarefas; não obstante não se pôde nomear outra commissão de officiaes não pertencentes á D. M. B. E' delles o privilegio do estudo de questões de material bellico; quem não é do seu minguado quadro não pôde entender disso. Entretanto, amanhã dá-se uma vaga nesse quadro; sem nenhuma preparação vae occupa-la um desses ignorantes em material bellico que enchem o Exercito: o nomeado, escolhido ou escalado, passa, ex-abrupto, a ser um especialista em material bellico... Assim em tudo mais.

Os problemas multiplos da remodelação incidem quasi todos na seára do **ESTADO MAIOR DO EXERCITO**: como vae elle dar venimento a tanto trabalho? ha organização, ha quadro que possa prevêr e comportar semelhante affluxo? A solução é harmonizar com a alta função do órgão a sua capacidade material: soccorrel-o com commissões de officiaes competentes, quer do E. M. E., quer não pertencentes a elle.

A par dessa elasticidade que deve em toda situação excepcional, como a desta hora, ser applicada ao E. M. E., como a todas as mais repartições, estabelecimentos e serviços, cumpre assegurar a todas maiores faculdades de resolução, vulgo **AUTONOMIA**, e consequentemente a plena responsabilidade inherente a quem quer que tome resoluções. Só assim serão todos esses órgãos estimulados, dignificados, e mais que todos o mais alto delles: a organização — cooperação será uma realidade. Só assim poderá o Ministro ser de veras Ministro.

As **GRANDES UNIDADES** permanentes, as D. I. (divisões de infantaria), ninguém mais tem duvida, precisam ser remodeladas. Existe porém a duvida sobre os novos moldes a escolher: **D. E.** (divisões de exercito) alliviadas, **ORDEM TERNARIA NA INFANTARIA**, ou Brigadas Mixtas, ou Combinadas, a exemplo das nossas Brigadas Estrategicas que precederam a organização divisionaria, e a exemplo do **Chile** de hoje? Por ora é assegurar uma transição sem choque, levar em conta o que temos, e que não ponha novas difficuldades á transformação final que venha a ser adoptada. Sobretudo não reincidente no ridiculo da condemnação radical de soluções que não sahiram do papel e de substitui-las

por outras, por sua vez condemnadas, de nascença, a essa mesma sorte.

Já foram extintas as brigadas; nomeiem-se agora os **COMMANDANTES DE INFANTARIA DIVISIONARIA**, e estude-se com mais vagar a transformação da artilharia, porque esta se complica com a dos proprios corpos e natureza de seu armamento; crie-se um **CMT. DE C.**; reduzam-se as **DIVISÕES A TRES R. I.**, ou seu equivalente em Btl. de Caçadores.

Este ultimo recurso, principalmente, será de multiplas vantagens. Em 1º plano a de inverter o receio de que, a transformação, talvez a mais de anno em ensaio, por não querer extinguir grandes unidades que tinhamos **no papel**, ia dar lugar a que, o **BRASIL**, augmentando em consequencia o numero, dessas unidades, ia apparecer aos vizinhos e ao mundo em geral como armamentista. Fazendo como apontamos, extinguindo alguns R. I. ou B. C., que de facto, não existem, fazendo pequenas melhoras de distribuição, sem abandonar quartéis existentes, nem querer alugar "andorinhas", fiado em desmontabilidades nominaes, conservam-se as mesmas Divisões existentes e reduz-se o effectivo dellas: o **BRASIL** dará mostras publicas de pacifismo, de desarmamentismo.

Connexo ao problema da remodelação do Exercito em sua estrutura e distribuição, avulta o das Policias do D. F. e dos Estados, ou **FORÇAS PUBLICAS ESTADUAES**, quasi todas tornadas Forças Auxiliares do Exercito, a maior parte sem efficiencia, grande numero porém com a tendencia, a finalidade, a expressão real de verdadeiros exercitos de pequenas nações, dentro da propria nação.

Requer estudo, para eventual correção e subsequente applicação a outros Estados, a solução radical, subitanea, simplista, que acaba de ser adoptada no **PARA'**: a extincção da Força Publica.

Ha, porém, casos bem conhecidos, citemos apenas os do **Rio Grande do Sul**, de **S. Paulo**, de **Minas** e do **D. F.**, onde, semelhante solução seria, digamos curto, absurda.

E' certo que essa instituição prevista na Constituição Federal está desvirtuada; ella foi, nos citados casos, tomando um desenvolvimento, como o que tomou, por uma série de razões de politica local e geral, que perfeitamente explicam o seu "**Werdegang**", a trajetória rigida de seu crescimento anatomico e physiologico.

Impõe-se estudar um meio adequado para que se attenda á necessidade visada pela Magna Carta, ora denunciada, e ao mesmo passo se respeite a necessidade de evitar uma duplicidade, uma rivalidade, uma superfecção.

Dado o facto consummado, o estudo deve ser conduzido, em mutuo entendimento entre a Federação e os Estados, para que os pequenos exercitos estadoaes, sem damno aos direitos dos seus quadros, sejam absorvidos no exercito federal, tanto quanto não possam ser transformados em policia civil — federal, estadual e municipal.

E, onde a solução é mais facil, onde está nas mãos unicamente do Governo Federal, é na Policia Militar do D. F. e no seu Corpo de Bombeiros: uma e outra bem naturalmente absorvíveis pelas forças de infantaria, cavallaria

ou sapadores da guarnição local do exercito federal.

Esta ultima referencia e as que já antes ficaram feitas chamam á tala a questao das unidades de tropa das diferentes armas. A plataforma presidencial aborda a nossa chaga chronica dos **CORPOS (OU SUB-UNIDADES) SEM EFFECTIVOS**; tanto basta para que a esse respeito fiquemos tranquilos, que o tratamento virá. Auxiliará o tratamento a redução immediata das D. A. quaternarias em D. E. ternarias: sem augmento de effectivo total no exercito, o dividendo, reduzido o numero de corpos, o divisor, ha de tocar a cada um delles maior quociente.

Mas não bastam os effectivos em instruidos, a massa iluctuante, movel, que o exercito haure na massa da população nacional, e deve elaborar em tempo minimo, e em seguida reverter no seio da mesma, em successivos contingentes de reservistas devéras mobilizaveis. Indispensavel e o aparelhamento para que essa elaboração seja efficiente: **QUADROS**, isto é, instructores e aprendizes de commando, **MATERIAL e REMONTA**.

Quanto a estes dois ultimos pontos, especialmente no que diz com o material, sobretudo o de artilharia e o de aviação, que mereceram especial menção na plataforma presidencial, podemos reportar-nos á transcrição e commentario que a propósito do orçamento da guerra fizemos no nosso numero de Julho ultimo.

"SEM MATERIAL. O EXERCITO (MUTATIS MUTANDIS. A MARINHA) POR MAIS QUE A NAÇÃO DESPENDA COM O SEU PESSOAL, POR MAIS NUMEROSO E PATRIOTICO QUE ESTE SEJA, JAMAIS PODERÁ TER COMPETENCIA, NEM EFFICIENCIA, NÃO PASSARÁ DE MERO AJUNTAMENTO INERME — INOFFENSIVO E INDEFESO".

"Não ha um esforço em materia de armamento propriamente dito, não dizemos já no sentido de um augmento da nossa parca dotação, mas naquelle outro, que seria dictame de mais elemental solicitude para com a Nação, no sentido de renovarmos o armamento existente, muito notadamente o de tudo quanto é artilharia".

"E' publico e notório, talvez mais sabido no estrangeiro de que no proprio paiz, que a pouca artilharia que o **BRASIL** possui ainda está enormemente desmerecida, seja pela alta percentagem de depreciação fatalmente causada pelo tempo de existencia e pelo uso, seja pelo retardo da parte que ainda se acha em bom estado, retardo aggravado pela excepcional acceleração dos progressos technicos, tão desesperada, vertiginosamente impulsionados pela grande guerra mundial".

"Tal qual succede quanto aos navios na nossa marinha de guerra, o labor insano do pessoal do exercito, o incessante desvelo extremado pela conservação do material, pôde-se dizer que o exercito brasileiro está desarmado de artilharia, excepção apenas de algumas baterias modernas de montanha".

"Não é necessario munir-se a gente de qualquer especialização de conhecimentos militares, de tactica ou de estrategia, para comprehender o papel ridiculo, mais que tragico, de um

exercito armado de canhões que não podem alcançar senão a 6 Km., a pretender medir-se com outro que tenha canhões com o alcance de 10 Km.; aquelle infeliz será submergido de balasias muito antes de poder attingir uma posição de onde o adversario lhe fique ao alcance do braço, de onde possa revidar e pelejar condignamente".

"SERIA INSANIA QUERER DE CHOFRE ENCHER TODO O VASIO DEIXADO CRESCER EM DEZENIOS DE DESCUIDANÇA, mesmo porque a receita inteira da Republica não supportaria tal loucura. Mas o que o patriotismo equilibrado, real, está a nos impôr é que seja assentado o plano de conjunto do nosso provimento de artilharia, com a competente escala de urgencia e gradação na execução, relegando-se para etapas finaes do esforço a ampliação do que no papel está figurando como existencia do pé de paz, e que não percamos mais tempo para concretizar em um impulso inicial a urgentissima renovação do nosso material de guerra em serviço e, si possível, a aquisição de especimens que ainda não possuímos".

Para a execução deste plano de conjunto de aquisição de material intervem a questão das fontes dessa aquisição, isto é, dos possíveis fornecedores. A nossa **INDUSTRIA MILITAR**, e mesmo a civil, suscetível de adaptação a mistéres de fabricação útil ás forças armadas, é simplesmente embryonaria.

Para as mais importantes aquisições de primeira urgencia, não temos que vacilar: o menor dos males é continuarmos a appellar para o fornecedor estrangeiro. Porém, para o provimento total ulterior e manutenção das provisões, seria impatriótico, leviano, não encarmos o aparelhamento da industria nacional.

Aqui aproveitaremos palavras do Dr. Cincinnati BRAGA, extrahidas de um longo estudo de sua lavra, dado a lume no **"Jornal do Commercio"**, de 23 de novembro ultimo.

O autor não é um estranho nas nossas paginas: no nº 73, Setembro de 1919, aqui commettamos um seu parecer de relator do orçamento do Ministerio da Agricultura, especialmente quanto ás suas adeantadas idéas sobre pratica industrial no paiz. Diz S. Ex.:

"Com relação á producção desses artigos, não podemos estar adstrictos de modo absoluto á boa regra geral, de que se deve preferir comprar mercadorias no mercado em que ellas custem menor preço. As questões attinentes á defesa armada da Patria escapam a esse criterio.

Entrando na guerra europeia, os Estados Unidos precisaram de muito material de guerra, que não possuíam manufacturado. Verificou-se que, fabricado no paiz, esse material custaria ao Thesouro em média 40 % mais caro, do que comprado do exterior. O governo dos Estados Unidos preferiu pagar mais caro o artigo de producção nacional. E fundamentou sua decisão em duas poderosas razões: a primeira é que a defesa nacional ganha com o adestrar-se o paiz para essa producção permanente; a segunda é que a economia nacional ganharia, já com o dar-se a ganhar aos trabalhadores nacionaes, já com evitar-se a sahida de ouro para as compras no exterior.

Aliás, no BRASIL, a differença de preços não poderá chegar a 40 % a maior para a nossa

producção, porque temos optimas materias primas e não temos tanta urgencia quanto a tinham os Estados Unidos, naquella hora tragica, para a montagem das usinas e fabricação dos productos. Sem duvida, aos nossos officiaes militares, será preciso um periodo de noviciado technico. Mas, será questão de pouco tempo.

E' certo que essas usinas não poderão fabricar sempre artigos militares exclusivamente. Nem de tantos precisamos. Mas poderão fabricar, não só autocaminhões e tractores para toda a lavoura do paiz, como tambem todos os rudimentares instrumentos para lavra de nossas terras, taes como arados, foices, enxades, enxadas, etc."

"Bastará que as usinas militares fabriquem apenas os motores a explosão e os accessorios de automoveis, para que prestem inestimaveis serviços ao BRASIL. As proprias carrosserias podem ser executadas pelas industrias nacionaes, em geral, que já as fabricam razoavelmente.

A importancia que tem para o BRASIL a alludida fabricação pôde ser constatada á luz dos algarismos de nossas importações".

Segue-se um mappa que mostra a importação de automoveis, de passageiros e de carga, anno por anno, de 1922 a 1929, num total de 245.482 automoveis e caminhões. E assignala o autor que isto é uma ninharia para nós: A ARGENTINA os possui em numero de 800.000, com a terça parte da nossa área territorial e a quarta parte da nossa população.

"Breve havemos de chegar a um milhão desses carros" e só na aquisição delles teremos deixado escoar para o estrangeiro o nosso ouro, num total de quatro milhões e meio de contos de réis.

Quando se fala em **MATERIAL** para o exercito, tem-se em mente a idéa mais restricta de machinas de guerra, isto é, armamento de toda especie e munição; com uma primeira flexão, amplia-se a idéa, como acabamos de fazer o nas precedentes considerações, para abraçar os vehiculos especiaes, motorizados, de terra e do ar; mas a noção total de material para o exercito comprehende ainda o que se chama **EQUIPAMENTO**, do homem, do cavallo e das viaturas; **ARREAMENTO**, de sella, de carga e de tiro; **MATERIAL DE ACAMPAMENTO** e **FARDAMENTO**: tudo outras tantas searas em que está tudo por fazer, ou muito pouco menos do que tudo.

Em particular, quanto ao fardamento, ao plano de dotação deve preceder uma revisão do plano de organização da nossa indumentaria: não deve ser desprezada no estudo desse plano a contribuição da recente revolução nacional, não só implicita na enorme accentuação que ella deu aos defeitos do plano vigente, como dos ensinamentos a deduzir, notadamente quanto á natureza e côr do tecido, regulamentação do seu uso fóra do exercito, cobertura, calçado, distinctivos hierarchicos e de armas e serviços, etc. duração; como complemento, revêr as regras de distribuição e reparação, estocagem e seus meios de conservação.

Antes de fecharmos a chave do material, cabe uma lembrança do problema do **AQUARTELLAMENTO** e, assim se pôde dizer, equipa-

mento dos quartéis. Quanto áquelle, importa associar-lhe a idéa de conservação, que tem sido esquecida, e, como desaperto, relegada á conta das economias licitas, imaginadas cada vez mais elasticas á proporção que cada vez mais se tem tirado aos corpos os meios de fazerem economias. E, quanto ao equipamento dos quartéis, isto é, seu mobiliário, louças, camas para os soldados, etc. em muita parte reina vergonhosa miséria. Compete ao Estado prover á primeira dotação e á manutenção. Mesmo os mais lindos quartéis novos já eram a esse respeito horivelmente pobres e, ao que se vai sabendo, por onde passou a onda revolucionaria, mesmo quando não encontrou resistencia, a devastação foi simplesmente vandalica, envergonharia os mais rancorosos incivilizados invasores estrangeiros. E' questão de decôro nacional uma reparação urgente.

Vamos agora a uma parada e rapido desfile das questões referentes ao **RECRUTAMENTO DO PESSOAL** para o Exercito: pessoal dirigente e massa, isto é, **PESSOAL PERMANENTE** — officiaes da activa — **PESSOAL SEMI-PERMANENTE** — graduados, empregados e especialistas da activa — **PESSOAL MOVEL OU TRANSITORIO** — o grosso da população valida, escalonada sob o portico da preparação militar para simples combatente ou servente, mais a reserva de officiaes, de graduados e de especialistas desincorporados da activa, **licenciados**.

E' sobretudo aos officiaes, e em tanto maior grão quanto mais alta a sua hierarchia, que se applica o aphorisma: **TAES QUADROS, TAES TROPAS**. O recrutamento dos officiaes não pôde continuar a ser falseado em sua finalidade precípua de prover as correspondentes funções pelas presumíveis melhores competências. E' preciso acabar com o "**horror ás vagas**", isto é, a ansia de fazer occupar as vagas sem indagar se o novo occupante é capaz de exercer as correspondentes funções.

Occupar, qualquer occupa; dahi a confusão, todos se julgam em condições, se precipitam sobre as vagas e, como é natural, os que menos as merecem mais porfiam em alcançá-las, por meios escusos.

Urge uma **LEI DE QUADROS E DE ACCESSOS**; muito e muito material de estudo desse assumpto está accumulado, sobretudo nessa revista, e parece mesmo que já tem ultimado o seu trabalho uma comissão que estava pelo M. G. encarregada de apresentar um projecto. Não se confunda a morosidade que tem havido, com emprego util do tempo, em meditações; não se vá dahi tomar pela desejavel presteza a precipitação em adoptar solução ainda insufficientemente meditada.

Seriem-se as questões: em linhas geraes, uma breve cessação das promoções, até que, talvez num mez, ou menos, se assente uma regulamentação de emergencia, provisoria; depois a lei definitiva. Registemos aqui o espanto que tem causado as noticias da galvanização, tal qual era, da nossa velha, "**scelerada**", comissão de promoções.

Mais importante propriamente do que a complicadissima questão do julgamento dos officiaes para a promoção, e mais facil de resolver,

além disso assegurado de uma attenuação consideravel para os erros de julgamento, humanamente inevitaveis, a começar pela propria regulamentação, será este outro conjunto de necessidades, perfeitamente attendiveis em separado:

a) Estabelecer que a antiguidade de posto não é titulo bastante para o accesso;

b) Estabelecer que o requisito da posse de cursos quaesquer não é titulo bastante: é necessaria a comprovação pratica do aproveitamento, atravez do serviço prestado. (Ver a esse respeito **A DEFESA NACIONAL**, n. 90, de exactamente dez annos atraz, editorial).

c) Estabelecer um razoavel interstício maximo nos dois primeiros postos, o qual dê direito a accesso independente de vaga, satisfeitos os mais requisitos; applicar ainda o mesmo recurso ao posto de capitão, desde que esse official possua o curso de estado-maior e haja comprovado a correspondente aptidão;

d) Estabelecer limites maximos de tempo de serviço para coroneis e generaes, com a passagem obrigatoria para a reserva, daquelles que os excederem;

e) Estabelecer, até certo posto uma equiparação da carreira nas diferentes armas, por maneira que a escolha desta pelo "**cadete**" não seja um jogo de azar;

f) Corrigir a iniquidade que tem feito do exercito o paraizo das classes annexas.

(Sobre as alíneas **a, c, d, e, f** ver a **DEFESA NACIONAL**, n. 194, de Fevereiro ultimo, pg. 300, etc.)

g) Estabelecer a obrigatoriedade do serviço em diversas guarnições, sobretudo fóra do RIO DE JANEIRO (sancção do **RODISIO**, applicada á carreira); por exemplo, nenhum capitão será promovido que não tenha anteriormente, desde aspirante, servido tres annos na "**provincia**", nenhum coronel que não tenha um minimo de seis annos de serviço fóra do RIO, desde o primeiro posto.

Esta propria delimitação das fronteiras do ródizio encerra a idéa capital de não desvirtual-o de simples **MEIO**, que mais não deve ser, em **FIM** proprio, que não pôde ser. Mesmo porque as decorrentes despesas de transporte e ajuda de custo importariam num leviano esbanjamento de dinheiro publico. E' preciso tambem attender: que sempre é melhor sacrificar o ródizio do que sacrificar os interesses do serviço, inclusive a aprendizagem das funções, por uma exaggerada instabilidade. Neste ponto parece claramente erroneo, pernicioso, o que se faz na Marinha com a frequente mudança de commando, a pretexto de proporcionar a todos a necessaria praticagem, de facto apenas para permitir-lhes a satisfação de uma exigencia literal para o acceso de posto; sobretudo para quem possui apenas uma unica esquadra, fraca e reduzida, diriamos fossil, para que fazer que todos os almirantes pratiquem no seu commando? Melhor é que pratiquem em menor numero por maior tempo. **Mutatis mutandis** para o Exercito.

Fará systema com essas leis uma revisão na **LEI DE VENCIMENTOS E PENSÕES**. Naquellela será necessario cogitar de: **uma variação crescente ligada ao tempo de serviço em cada posto; melhora dos vencimentos das praças engajadas; resalva das familias em caso de doença ou de pri-**

são dos chefes; limitação das melhoras, em tempo e importância, nos casos de **interinidades**; etc. E na lei das pensões, de reserva, reforma e montepio: **unifor'mizar a tabella** para todos, sem indagar si sua situação remonta á vigência de tabellas antigas; e estabelecer um ajustamento com o INSTITUTO DA PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS, naturalmente absorção do montepio por esse Instituto.

Quem diz recrutamento de quadros tem dito implicitamente **ENSINO**. E' recente a nossa reforma da lei do ensino; tanto mais facil é retocá-la onde se verifica a necessidade disso.

O escalonamento das casas de ensino a per-lustrar pelo candidato a official e, depois, pelo official está bem abordado; resta, além de outros retoques, promover uma melhor discriminação no escalão escola de armas, ou escola de aperfeiçoamento, primeiramente para tenentes antigos e capitães, depois para tenentes coroneis e coroneis, e ali estabelecer que o **official não deve passar mais de doze annos sem contacto com escola**.

Esta questão, por sua vez, traz á baila a da missão instructora estrangeira, a **MISSÃO MILITAR FRANCEZA**.

A propria idéa do contracto da missão trazia implicita a idéa de, quanto antes, nos emanciparmos della. Outro não é o objecto, por exemplo, da designação de professores estagiarios.

Si um paiz não pôde ao cabo de certo tempo emancipar-se desse soccorro de outro paiz, reconhecidamente mais adeantado, isso fica mal para ambos: para o 1º, porque é incapaz, não pôde ser autonomo, está inutilmente eternizando uma capitulação de sua dignidade; para o 2º, porque é incapaz de armar cavalleiro o seu instruoendo, e isso arranha o proprio conceito do mestre, deixa crer que elle porfia na faina unicamente porque é rendosa.

Por culpa nossa, a M. M. F. que incontestavelmente muito nos tem dado, todavia não nos deu quanto era capaz e quanto necessitavamos e necessitamos.

Dahi a dispensal-a de chôfre vae um salto no abysmo, um erro crasso.

De que se trata? de transformal-a. Ella mesmo collaborará connosco no sentido de assentar um plano para nossa emancipação a mais rapida possivel, sem embargo de haurirmos della o proveito que ainda carecemos.

Medida complementar imprescindivel para maior exito dos esforços centralizados na M. M. F. é a velha pratica de mandar officiaes se aperfeiçoarem **NO ESTRANGEIRO**.

Os dois processos foram esquematicamente julgados excludentes um do outro; entretanto tal não se dá. O que nós temos seguido, sómente a M. M. F., é totalmente incapaz de nos dar aquillo que só o outro processo pôde dar; assim como de futuro, quando afinal tivermos dispensado a M. M. F., só o contacto de officiaes nossos com os melhores exercitos estrangeiros permittirá que nós conservemos no devido "standard".

Teria sido o reconhecimento dessas verdadeas a disposição do aviso ministerial de 8 de fevereiro de 1929? Mas as ondições ali offerecidas ao **voluntariado de officiaes** que queiram aperfeiçoar-se no estrangeiro são prohibitivas. Foi uma

meia-medida, eivada do vicio de berço da desconfiança; houve o temor de que taes voluntarios se tornassem méros gozadores, **touristes** pelo estrangeiro, á custa do Estado, ou então amealhadores da differença dos vencimentos-ouro. E' materia a corrigir, sobretudo para systematizar a corrente, sem esquecer a idéa de que a finalidade não é o official ir adquirir titulos para vantagens pessoas, é pôr á disposição do Exercito os conhecimentos que elle colha.

No que diz do **PESSOAL SEMI-PERMANENTE**, o quadro de graduados, empregados e especialistas, além do que a respeito disponha genericamente a lei do recrutamento, importa estudar os meios de harmonizar a lei da necessidade collectiva, o interesse do Exercito em possuir esses servidores experimentados, e o legitimo, instinctual interesse delles de não se verem desarmados para enfrentar a vida civil, justamente depois de terem dado ao Estado os melhores annos de sua mocidade.

Em nossa collecção, desde os primeiros annos, encontram-se fartas e preciosas suggestões a respeito. Exemplos: n. 26, de **quinze annos atraz**, Dezembro de 1915, nota da redacção "os sub-officiaes do Exercito"; ns. 74/75, de Outubro de 1919, estudo do então cap. **P. PESSOA**; n. 84, de Julho de 1920, segunda metade do editorial; n. 85, nota da redacção, paginas 3, 4 e 5.

Esta ultima contribuição assim finaliza:
"EM RESUMO, deixando de lado detalhes complementares, mais ou menos importantes: **escolas para os sargentos; preferencia dos sgt. de curso para as promoções; diaria para os sgt. de curso; nenhuma especie de emprego militar de nomeação ou de concurso antes de cinco annos de fileira; direito exclusivo para todos os empregos de nomeação do Ministerio da Guerra; preferencia para nomeação em todos os cargos publicos, mediante concurso (lei federal de aproveitamento dos militares em empregos publicos); augmento gradual dos vencimentos por periodos de tres annos, por exemplo, a contar de cinco annos de serviço; peculio para primeiro estabelecimento na vida civil áquelles que não obtiverem emprego permanente**".

Somos agora chegados ao **PESSOAL MOVEL**, o grande reservatorio nacional de combatentes efficientes e de auxiliares imprescindiveis, quer estejam sob as bandeiras ou nas estações subsidiarias da caserna, a se habilitarem para mobiliza-veis, quer hajam pago esse tributo e, sempre alertas, restituídos ao seio da massa civil, periodicamente retomando contacto com a bandeira, ou em promptidão em toda a parte e a toda hora.

E' a **LEI DO SERVIÇO MILITAR**, com sua correspondente regulamentação, lei de mobilização, lei de quadros da reserva, etc.

Quando no começo do seculo passado **NAPOLEÃO** impoz uma paz á **PRUSSIA** em que figurava a clausula da limitação do seu exercito em 40.000 homens — restricções dessa indole encerram sempre o dictame de ladealas — a **PRUSSIA** ensinou ao mundo a solução patriótica, democratica, salvadora, da nação armada, do serviço militar obrigatorio para todos os patriotas validos, do desfile annual dos contingentes através daquelle minguaado effectivo permanente. O exercito permanente é uma pequena vanguarda: o

grosso está á paisana, em suas casas, em seus afazeres civis.

Século e pouco mais tarde FOCH impõe á ALLEMANHA, além de outras medidas coercitivas á resurreição do "perigo allemão", não mais apenas um exercito de effectivo reduzido, mas também o serviço de longo prazo, como meio de cortar o desfile da massa nacional pelas casernas, impedir a formação de reserva de pessoal devéras mobilizavel: nova lição da ALLEMANHA ao mundo, solução ultra applicavel, com adaptação sob medida, já se vê, aos paizes pacifistas e pobres — o exercito permanente é capitalmente uma usina e aggrêmiação de quadros; a musculatura da nação armada, a massa dos simples combatentes é preparada fóra da caserna, em instituições civis varias e mediante providencias geraes obrigatorias sobre preparação dos homens como combatentes, não só especialmente aptos para a guerra, mas genericamente aptos para os combates quotidianos da propria raça em todas as actividades civis.

Neste sentido devemos também nós — pacifistas e pobres — estudar a moderna **SOLUÇÃO ALLEMÁ** do problema nacional da preparação militar do homem: em quantidade minima na caserna — o minimo estritamente indispensavel — todo o grosso em estações subsidiarias, não só os Tiros de Guerra e Associações de Instrução Militar, mas em outras fontes a crear, sempre tendendo para uma estreita ligação desses instruidos com a tropa e approximando a distribuição dessas fontes ao ideal do serviço a domicilio, isto é, commodidade para o instruendo e possibilidade de não prejudicar demasiado a sua vida civil — donde maior procura — e economia nos transportes, donde maior barateamento da preparação militar.

Ponto capital da nova lei deve ser a maior significação pratica, expedita, da caderneta de reservista, sobretudo para o exercicio do direito e cumprimento do dever da integridade cidadã: a caderneta é titulo de eleitor. Dahí se deduz, sob o ponto de vista capital da efficiencia e do barateamento: consorcio do alistamento militar e eleitoral com o alistamento civil em geral, vulgo registro civil. Exemplo este a meditar para outra approximação espontanea: Serviço Nacional de Estatística e estatísticas militares.

Quanto á MARINHA, além dos pontos que acabamos de abordar e que também a ella interessam, encontram-se bastantes subsidios na nossa collecção. Ainda bem recentemente, no numero de Setembro, expuzemos em editorial uma resenha sobre os mais relevantes aspectos e questões do problema naval brasileiro. Por hoje contentamo-nos em nos reportar a essa memoria e repetir que esse problema reveste-se de importância visceral, em seus tres aspectos essenciaes: **PESSOAL, MATERIAL, UTILIZAÇÃO**. Reunem-se elles num circulo indeformavel, indestrutivel: O **PESSOAL** SO' VALE PORQUE DISPÕE DE MATERIAL PARA UTILIZAR.

Instituição que diz com a propria base do ambiente moral nas forças armadas é a **JUSTIÇA MILITAR**. Denjando o maior carinho a respectiva remodelação, necessaria. Eis as sugestões que, de momento, mais interessam, a nós só ver.

A JUSTIÇA MILITAR precisa ser "militarizada", a começar pelo Supremo Tribunal, que não deve continuar com maioria de ministros civis, pois, se não houvesse razão para elle ser especializado, militarizado, improcedia sua propria creação, os militares poderiam ser julgados, então, pelos juizes civis da respectiva circumscripção territorial, embora se lhes applicasse outro código.

Mas as imperiosas razões da disciplina impõem um fóro especializado, onde a maioria tem que ser, como o era anteriormente a 1926, de militares; os civis que completarem o S. T. M. devem ser conhecedores do **metier**; dahí dever o código estabelecer, imperativamente, que elles sejam recrutados por escolha, sim, mas da magistratura militar.

Muito bem andou a Junta Governativa em seu acto neste sentido, ao mesmo tempo livrando o S. T. M. do escarneo que haviam sido as duas ultimas nomeações, que ella annullou. Aliás nestas petulantes nomeações annulladas actuára um mal de ordem geral, um **MAL DE MENTALIDADE**. As disposições de leis e regulamentos em muitos casos, como nomeações e promoções, sabiamente deixam certa latitude ao chefe que haja de decidir a respeito. Mas o que se não tem querido comprehender é que essa margem á discricção do chefe só pôde ser usada com a idéa de melhor servir, jamais como brecha á munificencia pessoal, barretada illicita com o chapéo da propria collectividade, que precisa ser servida e não servilizada.

Fechemos o parenthesis que se impunha.

O cargo de SUB-PROCURADOR é uma anomalia, pois o Ministerio da Marinha não o possui e, além do da Guerra, só o Ministerio da Agricultura tem consultor juridico proprio, neste ultimo acertadamente já julgado desnecessario pelo actual governo.

Os casos de direito administrativo, de caracter civil, devem ser informados por um órgão unico, que é, e não pode deixar de ser, o Consultor Geral da Republica, ou elle não tem finalidade; e os de caracter militar, pelas divisões do Departamento da Guerra. O funcionario que exerce aquellas funções pôde e deve ser aproveitado noutra função do Ministerio Publico Militar.

Este MINISTERIO PUBLICO não pôde continuar independente do Executivo, sem lhe prestar sequer simples informações. Na propria justiça civil, os promotores dependem do Procurador e este está directamente ligado ao Ministerio da Justiça, como órgão que é da sociedade civil; ora, a sociedade militar, mais do que aquella, precisa zelar por sua disciplina, e do Ministerio da Guerra, atravez dos seus órgãos do alto commando, devem emanar medidas que, por exemplo, inclusive facilitando a marcha dos processos, evitem que praças de guarnições e armas differentes permaneçam mezes seguidos, addidos a outros Corpos, á espera de julgamento, sem que as autoridades militares possam, ao menos, interferir para abreviar as abusivas delongas.

Medida altamente pratica seria que os conselhos percorressem os corpos de sua jurisdicção, com o que, ainda, muito se economizaria nos telegrammas e passagens do grande numero de presos, escoltas e testemunhas e evitar-se-ia o risco da fuga daquelles; tal recurso, porém, de-

manda estudo correlato da decorrente despesa, que nem deve onerar os membros e auxiliares do Conselho, nem deve pelo abono esquematico de diárias importar em negocio appetecivel.

Além da **reforma do código do processo**, impõe-se a do proprio Código Penal que, por emprestimo tomanico á Armada, o qual, além de mal ajustado, está anachronico.

Impõe-se a nomeação de uma comissão que os reveja, um após outro, mas que desta comissão façam parte civis e militares especializados na materia, que os temos e da melhor estirpe e, sobretudo, que sejam crystalinamente limpos da suspeita de buscarem seus interesses pessoais.

c) **ESBOÇO DUM PLANO DE ACÇÃO DE PRIMEIRA URGENCIA.**

Synonymo, quasi, desta epigrapha, poderíamos ter preferido: **RENORMALIZAÇÃO DA VIDA DO EXERCITO.**

Pouco a pouco, mas incessantemente, sem perda de tempo e sem atropellos, em providencias avulsas, apparentemente desconexas, mas em verdade constituintes dum systema simples, claro e seguro, importa fazer voltar aos seus eixos quasi todas as coisas e todos os homens que a revolução em sua phase fundamental, armada, desquiciou, restabelecer as condições essenciaes para que o exercito retome a sua actividade peculiar, razão mesma de sua existencia e sustentação pela Nação.

Apenas a titulo de remembrança historica, pois que foi já executado ou está em vias de o ser, refiramos: 1º) o licenciamento da pujante massa civil que encheu, a transbordar, os corpos de tropa do exercito activo e das forças publicas estaduais, ou em unidades de complemento se lhes aggregou;

2º) a evacuação da RHENANIA ANTARTICA, isto é, a reconducção ás suas guarnições de paz de todas as ardorosas unidades forasteiras, que encheram a capital do BRASIL, com a sua indumentaria e seus modos variegados e aberrantes, algumas demasias indelicadas, que o carioca intelligentemente julgou innocentes; aqui fazemos menção especial da acertada providencia de, em represalia á invasão, conquistar a guarnição federal local algumas centenas de cavallos, de que tanto carecia, despachando "desapeados" os respectivos "ginetes", nossos visitantes;

3º) a eliminação dos distinctivos de postos superiores adoptados pelos officiaes do exercito.

Immediatamente trazida á scena por esta ultima allusão, vem a questão da renormalização dos **QUADROS**.

Em primeiro lugar convem catalogar os officiaes em tres categorias:

1ª) os que são chamados ao desempenho de funções importantes, para as quaes se exige não só capacidade, mas fundamentalmente confiança absoluta, perfeita identificação com o **espirito da revolução**.

2ª) os que, dotados embora de apreciavel capacidade profissional, que os habilitaria para quaesquer commissões, ainda as mais importantes, precisam pelas circunstancias do momento não ter aproveitamento em cargos de escolha;

3ª) os que por notoria inaptidão profissio-

nal, physica ou moral, ou por serem, de actos, e idéas, refractarios ao **espirito da revolução** devem ser eliminados do Exercito.

Quanto a esta ultima providencia, cumpre que ella não páre nos combatentes, nem no apice da escala hierarchica, mas se applique atravez de todos os postos e não se detenha deante de eliminandos apparentemente revolucionarios. E, mais que tudo, a providencia não deve ser desvirtuada com a confusão duma caça ás vagas: importa o maximo escrupulo no preenchimento das vagas.

Que elevação revolucionaria seria esta de eliminar por incompetivel um general e **dar** em seu lugar os bordados por motivos puramente politicos, facciosos (soi-disant politicos) a um coronel que nem coronel poderia ser?

Esta advertencia não é **chover no molhado**, não é impaciencia, ou vão temor de desmoralização do principio revolucionario, porquanto já estamos vendo, afóra conservações indesejaveis, investiduras plenamente erroneas, inclusive em funções de alta repercussão.

Mas, devemos perguntar: que deve ser entendido por espirito revolucionario, **ESPIRITO DA REVOLUÇÃO?**

Será sua manifestação, ou ao contrario sua inteira negação, o desencadeamento dos appetites pessoais, a cobiça dos logares e vantagens, o **"sans gêne"**, do **"ôte toi, que je m'y mette!"**?

Será sua caracterização a licenciosa alteração dos uniformes, por substituição de peças, adopção de adornos de varias côres, com predominancia obrigatoria do vermelho, e a mascarada de enverggar qualquer pessoa o uniforme, e a das arvorações em postos quaesquer?

Será a participação mais ou menos actual, mais ou menos effectiva, em maior ou menor numero dos movimentos subversivos que se vêm encadeando desde 1922, ou a adhesão actual mais ou menos pressurosa, á hora **H** mais **n**?

Ou será racional considerar o conceito positivo da revolução pelo prisma unico da objectivação do bem publico, deixar, portanto, lugar condigno dentro da "casta" dos revolucionarios de facto a todo aquelle que, sem flexões de caracter, mesmo oppondo-se sinceramente á insurreição, de armas na mão, sempre tenha procedido resolutamente no honesto cumprimento de seu dever de soldado-cidadão?

Reconduzidos os corpos aos seus "habitat" "ante bellum" facil será resolver a questão, apparentemente muito difficil, dos **commissionados** da "guerra". Os **officiaes de reserva**, acabada a guerra, se desmobilizam, voltam á reserva. Qualquer resistencia a isso marearia indelevelmente os altos propositos de sua "mobilização".

Os **officiaes de activa** que tiveram **commissão** em posto mais alto, pela mesma razão retomam seus postos verdadeiros, com direito apenas de escolherem novo corpo ou função, si não lhes convier ficarem onde estavam.

Os **sargentos commissionados** em officiaes têm simplesmente a sua commissão cassada, com direito a transferencia de corpo ou baixa, salvo aquelles que, por serviços relevantes, devidamente especificados, e por possuirem idoneidade para o officialato, possam obter incontinenti ingresso

na Escola Militar. Esta ultima providencia deve estender-se aos **commissionados de 1924 e 1925**, isto é, todos devem quanto antes ser submettidos á **HOMOGENIZAÇÃO** com o quadro de officiaes de curso.

E quantos não comportem essa elaboração ou fracassem no caminho, deverão ter aproveitamento alhures, até mesmo ser eliminados, talvez com alguma compensação, como é de boa lei em todos os paizes de assistencia social avançada: o patrão que despede o servidor, sem causa especial culposa dada por este, deve-lhe um prazo de sahida e uma compensação.

Os **ex-alunos commissionados** devem passar pela referida homogenização; os de curso concluido não devem ser disseminados, mas grupados em corpos escolhidos, onde intelligentemente se processe á sua remilitarização, fundamentalmente tantos annos de actividade civil; os que ainda têm que completar o curso, têm esta tarefa por principal objectivo. Providencias especiaes quanto á Escola Militar.

A questão dos **commissionados** que vierem a ser absorvidos por homogenização apresenta ainda o aspecto de seu **LUGAR NA ESCALA** do respectivo posto.

Quanto aos sgt., é curial que venham a contar antiguidade de 2º tenente da data de sua commissão; os cadetes que concluem o curso na mesma turma nada têm que allegar em contrario, primeiro, porque assim ha o precedente dos primeiros annos da primeira Republica, segundo, porque esses sgt. têm a seu favor, dando jús a essa vantagem, os serviços prestados como sgt. e os serviços de guerra prestados como tenentes.

Quanto aos **ex-alunos**, o problema de sua collocação na escala de officiaes é resolvido unitariamente com o dos **officiaes que pela amnistia** reverteram: uns e outros voltam a seus logares, como si não houvessem sido afastados.

A primeira vista surgiria a idéa de constituir com elles um **QUADRO SEPARADO** paralelo ao normal, de modo que emparelhassem suas carreiras, sem prejuizo mutuo — á custa do thesouro nacional. O impeto instinctivo do interesse pessoal e os precedentes de outras amnistias poderiam levar a essa solução.

Mas, nem uma coisa nem outra cabem no caso vertente. O interesse pessoal foi attendido pelas vantagens que tiveram os que ficaram, por effeito da eliminação dos que sahiram, todo o tempo que durou esse afastamento. Cessado elle, cessa o effeito; não ha prejuizo, apenas cessação do proveito.

O precedente tambem não se applica: as amnistias anteriores foram actos de clemencia ou de apaziguamento, podiam ter restricções, era justo que as tivessem, para que não se perpetrasse a desigualdade de tratar de modo igual procedimentos desiguaes. Agora não: não houve vislumbre de clemencia, a amnistia foi alcançada de armas na mão, o restabelecimento perfeito da situação deve ser sem restricções.

A **AMNISTIA**, que trouxe ao seio do Exercito essas centenas de jovens tenentes, tambem attingiu a **sargentos**. Basta considerar que os ha que estavam afastados até quinze annos, para vêr que, portanto, muitos delles fazem jús á reforma.

A **REFORMA DE PRAÇA** foi sempre,

como o **ASYLAMENTO**, um processo revoltantemente tardo. Os malandros aproveitam-se disso, ainda ajudando com pedidos de retardamento feitos a seus camaradas ao longo do longuissimo canal dos tramites regulamentares. Os outros são prejudicados, já porque deixam de poder occupar o seu emprego civil penosamente alcançado, e por isso ás vezes o perdem, já porque á espera da reforma continuam com todas as obrigações do serviço activo e ha quem lhes negue as eventuaes vantagens.

Urge pois accelerar, descentralizar o processo e a concessão das reformas de sargento; quanto á pensão de reforma sanar-se-ia a delonga do processo de habilitação, fazendo o pagamento pelo mesmo corpo, até regularizar a situação.

Tanto para os officiaes, como para os sgt. das differentes armas e serviços, cumpre rever o **EFFECTIVO DOS QUADROS**, de accordo com as necessidades reaes, mediante nova catalogação das diversas funcções, e discriminação dos postos com que prove-las e, sobretudo, em cada posto um excedente para impedimentos imprevistos, 10.º, como de uso nos orçamentos de qualquer construcção. Esta medida é de primeira urgencia, sobretudo porque o Governo decididamente começou as eliminações necessarias pelo alto, e, por isso, deve fixar-se a esse respeito antes de fazer os preenchimentos dos claros resultantes.

Quanto ás **PRAÇAS**, releva para a actuação immediata um correctivo á deficiencia da incorporação na 1ª zona militar, aggravada pela incidencia da revolução na época das apresentações do contingente para 1931. A simples abertura do voluntariado, logo determinada, certo não bastará. Será util auxilia-la com uma propaganda systematica nos centros provaveis de superabundancia de alistandos, o que virá no elemento nacional favorecer o soluçionamento do pesadelo dos sem-trabalho. E, mais que tudo, verdadeiro ovo de COLOMBO, será necessario planear e executar uma guerra de exterminio á insubmissão.

A respeito do **MATERIAL** deve impressionar em primeiro logar a recuperação de tudo quanto com a revolução foi disseminado, sem tempo, muitas vezes, para annotações.

O Sr. Ministro da Guerra não perdeu tempo e criteriosamente, impressionado com este aspecto da desmobilização, entre as suas primeiras determinações incluiu ordens sobre a recuperação do material distribuido e **ARROLAMENTO** das cargas. Bastará revêr essas ordens, no proposito de tornal-as efficientes para o fim visado, porque sem isso é grande o risco de não ser o trabalho abordado com a devida orientação e até, ao contrario, dar lugar a abusos, a "descargas" adrede autorizadas para encampar não só perdas consummadas mas ainda novos desvios.

No titulo precedente deixamos expresso com a transcrição do correspondente trecho do relatório da Comissão de Marinha e Guerra, que somos do numero dos que admittem como assáz evidente a necessidade de não perdermos mais tempo "para concretizar em um impulso inicial a urgentissima renovação do nosso material de guerra em serviço e, se possivel, a aquisição de especimens que ainda não possuímos".

Só uma **visão unilateral do problema** — fazemos nossa, para fim diametralmente opposto, a expressão do proprio referido infeliz relator, arrependido, retangido ao aprisco das ovelhas catteteanas pelo chicote, sem conversa, do faganhudo "leader" — permittirá objectar impossibilidade momentanea: além dum especial esforço, certas economias, antes côrtes, nas verbas usuas permittirão destinar uns **SEIS MIL CONTOS OURO** para as aquisições do proximo anno, a concentrar em grandes unidades que successivamente se elevem á dotação completa.

O Sr. Ministro tambem já feriu o tumor maligno da nossa **MENTALIDADE NACIONAL BUROCRATICA**. A burocracia verdadeira, legitima, é util, é necessaria, imprescindivel. Mas, de simples meio que é, ella tem sido falseada, erigida em verdadeiro fim. De órgão de utilidade para o serviço e para os servidores, sua unica razão de ser, a burocracia tem sido transformada em retardo, em entrave.

Conta-se que ainda a vinte annos atrás possuíamos no nosso exercito garbosos officiaes da cavallaria que, se por descuido iam "bater com os costados", num regimento da arma, quando era marcado um "exercício geral" assim se lamentavam: "A cavallaria é uma belleza; o diabo é ter que montar a cavallo!" Assim é, em geral, o nosso funcionario publico: "... o diabo é o publico!"...

A burocracia precisa ser dignificada, racionalizada, transformada em instrumento util do serviço e garantia, auxilio dos servidores forçados a recorrerem a ella.

Entre ella e o seu publico só devem caber estas mutuas phrases enquadantes, de penetração, honestidade e efficiencia: "SEJA BREVE! SEJA EXACTO! SEJA UTIL!"

A respeito de mentalidade, impõe-se em primeira linha nesta hora de ebulição e caldea-

mento de novos valores e directrizes a velha questão da attitude do **EXERCITO EM FACE DA POLITICA**.

E' muito simples, desde que se queira estabelecer clareza, segurança e normalidade.

As praças, que são cidadãos em transitio pela caserna, não devem ter direitos politicos. E' innegavelmente uma privação, um **diminutio capitis**, mas é sem grave damno por isso que de duração limitada. Não assim quanto aos officiaes, que são cidadãos permanentemente votados ao serviço nacional das armas; seria uma condemnação irremissivel, uma degradação, privar-os da integridade do direito de cidadãos. Como corporação, porém, como collectividade, as forças armadas tem que ser alheias á politica, sob pena de verem medrar no seu seio o partidario, a desunião, a indisciplina. — tudo males que são a propria negação da existencia util, legitima das mesmas forças.

Seria mesmo um attentado permanente á ordem, á tranquillidade publica, ao prestigio pessoal do chefe do governo e de seus respectivos delegados, que as forças armadas fizessem voto de obediencia ou espontanea subordinação a individuos, poderes ou associações que não o proprio governo nacional.

Não só esta ultima questão. "O EXERCITO E A POLITICA", como algumas outras das que acabamos de abordar, são tratadas isoladamente neste mesmo numero, com maior desenvolvimento, seja em artigos assignados, seja em notas da redacção.

Outros taes estudos, notas, suggestões, commentarios ou desenvolvimentos, a publicarmos com assignatura ou encampados pela redacção, da lavra de quaesquer leitores, aqui serão recebidos com agrado, examinados e publicados com boa vontade.

Fica aberta a discussão.

Q. G. das forças pacificadoras de mar e terra, 3 de Novembro de 1930

ORDEM DO DIA N. 3

Tendo sido substituida a Junta Governativa Pacificadora, estabelecida em virtude do pronunciamento militar do dia 24 do mez transacto, por um governo mais estavel e de acção reconstructora, presidido pelo chefe do movimento revolucionario triumphante, julgo opportuno considerar terminada a missão das forças pacificadoras, cujo commando exerci nesse dia.

Os objectivos do movimento pacificador do dia 24 foram plenamente atingidos: cessou a luta, não corre mais sangue brasileiro e os braços erguidos para o ataque fraticida ceram-se em fraternal abraço.

Voltemos, camaradas, aos labores quotidianos da caserna; esqueçamos as lutas que scindiram o Exercito. Pratiquemos e desenvolvamos fraternalmente o sentimento de camaradagem, amemos a nossa patria pela belleza de sua historia e a formosura de sua terra, pela intelligencia, bravura e bondade de sua gente; e, finalmente, cultivemos os lidimos sentimentos de patriotismo, que nos faça dedicar ao serviço da patria "o melhor da nossa intelligencia, o mais proveitoso do nosso trabalho e os primores dos nossos sentimentos".

Eia, camaradas, estejamos sempre unidos em torno da formosa bandeira do nosso BRASIL querido. Viva a Republica!

(a) General JOÃO DE DEUS MENNA BARRETO

IDEAES E COBIÇA

Reflexões escriptas na prisão em Julho e Agosto de 1924, a bordo do "Almirante Jaceguay", na Bahia do Rio de Janeiro, junto á Ilha Fiscal.

Pelo Cel. BERTHOLDO KLINGER

VII

Os militares e a politica (*)

Tanto se tem escripto sobre este thema, que é uma ousadia versar ainda o assumpto. Não obstante, cada vez que o espirito nacional entra em agitação politica, lá vêm pressurosos, afflictos, escriptores civis, e militares tambem, a lembrar aos cidadãos fardados — a officialidade das forças armadas — que devem alheiar-se da politica, manter-se neutros, deixar a arena sómente aos civis.

E reeditam então todos os velhos argumentos, bons e máos, com que schematica e categoricamente se verbera, se profliga e se condemna, como impatriotismo, como traição ao dever profissional, a "intromissão" dos militares na politica.

Disse Olavo Bilac, numa de suas magistraes conferencias da memoravel campanha de patriotismo, que foi a sua propaganda pela execução da lei do serviço militar, falando á guarnição de Porto Alegre, a 12 de Outubro de 1916:

"Ha politica e politica. Ha uma que póde e deve ser aberta á actividade de todos; é aquella que paira acima dos interesses privados e partidarios, acima da cobiça de mando e da vaidade, exercitando-se nobremente num plano superior, onde imperam a necessidade nacional e o interesse colectivo; nesta já fostes admiraveis politicos, quando fostes politicos nas lutas da independencia, na unificação da patria, na guarda do territorio e da nacionalidade, na abolição do captiveiro, na proclamação e na defesa da Republica.

"Mas ha uma outra, que não é propriamente politica e deve ser vedada ao vosso mandato. Como póde um militar, um verdadeiro conhecedor e um bom amigo da sua missão, trocar a sua independencia pela dependencia das transacções da politicagem? trocar a linha recta e indivisa, que a investidura militar traça ao soldado, pela triste linha tortuosa que as ambições impõem ás camarilhas sem programma e aos cerrilhos sem bandeira? e trocar a sua moral, integra e firme, fundada no dever, na disciplina, na justiça, por essas duas moraes parallelas da vida demagogica — uma moral no lar e na vida intima e outra moral na vida publica, uma condemnando todas as trahições na existencia

domestica e outra tolerando, aconselhando e praticando todas as mystificações e todas as deslealdades na existencia publica?!..."

Ha politica e politica — ahi está o nó da questão. E' mais um caso da pobreza do vocabulario, desapertando-se em usar um mesmo termo para designar uma certa entidade e uma outra que della não é mais que uma particula, ou um derivado, ou, como no caso presente, uma caricatura, uma deturpação.

Confunde-se, e por calculo, politica e politicagem; esta, como indica a propria formação da palavra, por derivação pejorativa, é uma contrafacção daquelle.

Assim definidas as coisas, assentada a distincção, é evidente que o militar deve abster-se da politicagem. E semelhante regra de boa conducta, de hygiene moral e social não é exclusiva para o militar: serve inteira para todos os bons cidadãos.

São, entretanto, os civis que fazem a politicagem, pois que, anonymos, individuaes, se sentem livres de obedecer ás solicitações de sua cobiça, não têm, como os militares, entidades symbolicas, collectivias, por dever de officio, os inexpugnaveis obices a semelhantes impulsos malsãos do egoismo incivilizado. E então, os politiqueiros civis, para salvar alguma coisa da massa nacional — e tambem pelo interesse proprio de afastar possiveis concorrentes sérios, temiveis — gritam aos militares que se arredem, que não se ajuntem ás agitações politicageiras. Apontando, gryptando os vícios resultantes, esperam chocar mais efficazmente a reflexão e o escrupulo dos militares, porquanto — agora o reconhecem os politiqueiros, e bem de industria o decantam — sua profissão exige por excellencia a honestidade, a honradez, a integridade, a rectidão, em uma palavra, o patriotismo.

Infelizmente, as corporações armadas, como a propria nação de que por serem nacionaes, têm que ser um reflexo, facilmente se deslembram das boas razões e da memoria dos factos. Surge uma agitação politicageira, impatriotica, inescrupulosa, em que num crescendo avassalador de desorientação contagiosa se envolve e se scinde a nação, eis que as forças armadas tambem se scindem e se envolvem. Primeiro os politiqueiros filauciosos das facções em luta, depois parceiros fardados de uma e de outra, prestando-se-lhes de instrumento, estabelecem á porfia a confusão e arrastam as classes armadas no turbilhão de insanía que assola a nação. Mais facéis de explorar pela sua

(*) Publicado na "Reacção", no Rio de Janeiro, em 16, 17 e 18 de Janeiro de 1927.

inexperiencia, boa fé e ardor patriótico, os moços em geral esperançosos elementos, primorosa matéria prima para a edificação de um prospero futuro patrio, predominam na effervescencia da massa. Ajudam a obra sinistra órgãos da imprensa, inhabeis ou hypocritas, portentosos instrumentos das interesseiras parcerias da politicagem. Nem percebem os militares, mórmente os jovens, que constituem a maioria, a evidente falsidade dos requestos e protestos de amor que lhes desfiam os cortejadores da força. Nem notam como estes usam por igual a lisonja para uns e a descompostura para os que manifestam preferencia contraria; nem sentem que esta obra de descredito e desprestigio contra uma parte attinge por igual, inevitavelmente, ao todo; seja qual fôr, afinal, o partido que abocanhe o mando, as forças armadas que se envolveram na luta partidaria sahem malferidas, enfraquecidas pela discordia interna, infeccionadas pela desmoralização, pelo descontentamento da sua fracção vencida que continúa a pertencer ao organismo. Tarde reconhecem os militares a falsidade dos moveis e da lábia dos politiquieiros civis, ajudados pelas suas sereias fardadas, ridiculos instrumentos daquelles que, em these, de facto nunca morreram, nem hão de morrer nunca de verdadeiro amor pelas forças armadas, ás quaes só requestam para melhor trahil-as e para deshonestal-as pela adhesão aos seus disfarçados propositos, egoisticos e impuros.

Quanto á politica, porém, na sua lidima accepção, "filha da moral e da razão", vistas no destino da Patria, esta é do dever de todo bom cidadão acompanhá-la com incessante interesse.

E os officiaes das forças armadas têm que ser bons cidadãos, para que possam, como devem, ser perfeitos sacerdotes da religião do amor á Patria, amor que para elles se traduz praticamente no vigilante empenho pela efficiente preparação da defesa nacional.

Sem acompanharem, neste elevado sentido, com toda a attenção e vivo interesse a politica nacional, "num plano superior, onde imperam a necessidade nacional e o interesse colectivo", sem isto, o official poderá ser optimo no seu papel de treinador mecanico de homens, será, porém, uma negação como educador, um perigo, como indifferente á sorte da Nação, como verdadeiro mercenario dentro de sua propria Patria.

Demais, a nossa Constituição Politica adopta este claro conceito, reconhece pleno direito politico aos officiaes de terra e mar. Não fôra assim, a profissão das armas seria degradante; a farda seria o ferrete da castração da cidadania.

* * *

A manifestação da opinião politica dos cidadãos traduz-se pelo preenchimento dos cargos directores fundamenteaes dos publicos negocios, cargos que dependem do suffragio pelo voto.

Aprofundando um pouco a meditação, com a orientação que vimos seguindo sobre esta manifestação capital da integridade cidadã, a opinião politica, chega-se á conclusão irrefutavel de que a profissão militar é precisamente

aquella que, intrinsicamente, maior aptidão cria no cidadão para o julgamento dos interesses collectivos nacionaes e o exercicio dos cargos directores da politica nacional. Em vez do tão reclamado afastamento dos militares, inclusive com o ingenuo argumento, ao parecer paternal, de sua inexperiencia dos "processos" politicos — aqui dever-se-ia respeitar o vocabulo, empregar outro — deve-se justamente considerar o Exército e a Marinha como as fontes ideaes para o recrutamento de bons politicos.

Com effeito, em todas as profissões civis o cidadão é forçosamente, naturalmente, levado a ser egoista, no maximo dilatando a sua solidriedade para com o proximo — ainda por egoismo — até as ultimas raias dos interesses da sua classe, isto é, praticando a camaradagem exclusivista da profissão. E' a propria lei da luta pela vida, que assim determina. Não se pôde negar que ha excepções: em todas as profissões civis despontam homens que, pelas suas faculdades superiores, innatas ou desenvolvidas ao abrigo de vantajosas condições pessoas de fortuna que os põem a salvo dos embates da luta pela vida, são altruistas, são genuina, illimitadamente patriotas, estendem seus anhelos, suas cogitações para fóra do ambito restricto de seu meio profissional, a todos os aspectos da vida nacional, especialmente ao seu conjunto, á organização politica e social.

Mas na profissão militar isso que nas civis é excepção é para ella o normal, implicito, é a regra geral. Tem ella por objecto assegurar a defesa nacional, o que não é um interesse de classe, não é uma questão adstricta á existencia das instituições armadas, méros órgãos nacionaes para a luta corpo a corpo; nem tambem as actividades civis ficam, hoje em dia mórmente, num caso de luta, á margem dos acontecimentos, simples espectadores das provações a que, tambem por amor a ellas, hajam de submeter-se os seus irmãos fardados. A defesa nacional implica a solidariedade moral e effectiva de todos os ramos da actividade nacional, a systematisação, a convergencia de suas capacidades e esforços.

Os homens da defesa nacional pelas armas são pois, por dever de officio, os que acima de seus interesses pessoas, dilatados até á classe, visam sempre em suas acções e cogitações os interesses conjunctos de todas as classes que formam a Nação. Nisso têm que ser incansaveis, vigilantes, sob pena de não corresponderem ao seu papel. Assim habituados, são pois eminentemente aptos para os altos cargos politicos, subentendido que já tenham attingido á necessaria maturidade de espirito, a imprescindivel experiencia da vida.

Com o habito de encararem todos os problemas profissionaes pelo prisma da utilidade nacional e todos os problemas nacionaes como confluentes na grande caudal dos interesses da defesa nacional, que arrasta hoje em dia a tudo e a todos e que importa á propria dignidade e existencia da nacionalidade; treinados, pelo cumprimento dos seus altos deveres, no mando, na ensinança, na educação das massas de homens, na administração das corporações e estabelecimentos, isto é, no governo das pequenas collectividades; têm os

chefes militares uma base incomparavel para o exercicio dos cargos directores do paiz.. E a investidura no supremo posto de direcção é verdadeiramente um magno problema de defesa nacional; a quem mais do que aos militares pode então, e deve, interessar esse problema? Não é bem certo até que ahi se trata de uma alta questão de Estado Maior, ou, si houver, dum Supremo Conselho da Defesa Nacional, conselho este do qual, além de outras personalidades publicas devidamente tituladas, devem fazer parte, obrigatoriamente, como especialistas e como elementos de continuação da orientação os chefes de Estado Maior do Exercito e da Armada?

Os factos comprovam, com a argumentação incomparavel das estatisticas, essas conclusões da reflexão: que os militares devem ter horror á politicagem, e que são particularmente bem dotados para participarem da verdadeira actividade politica.

Temos visto como os militares politiqueiros só causam damno á sua propria corporação profissional, em detrimento da segurança nacional, e que pessoalmente, mesmo porque não são os que

se distinguem pela cultura e pela elevação de vistas, depois de verem, algumas vezes, satisfeitos transitoriamente os fins que cobicavam, acabam annullados e desaparecem desmoralizados e desiludidos. Força é reconhecer a destreza com que os cavalheiros de industria da politica, os politiqueiros civis, sabem descobrir os parceiros fardados que lhes têm afinidade, e a inflexivel pericia com que opportunamente delles se desquitam.

E temos visto como no exercicio dos mais variados cargos da alta administração publica, salvo as excepções que até pela extrema pequenez de seu numero mais brilhantemente confirmam a regra, os militares se têm havido com honra e gloria, em proveito do respectivo serviço. Na magistratura suprema do paiz temol-os visto, como nos outros cargos, que não fazem peor figura que os civis os mais jactanciosos e os mais gabados, e principalmente revelaram um desapego ao interesse pessoal, ou oligarchico, ou da classe, e uma honestidade e zelo pelo erario nacional, que desafiam parellhas.

IX

Efficiencia e coherencia (*)

A inefficiencia de qualquer instituição colectiva revela, como hypothese mais tolerante, uma incoherencia dos respectivos mantenedores.

Como tal, esmiuçando o exame do caso, encontram-se nelle todos os aggravos inherentes effectivamente, demonstrações inexpurgaveis da ausencia de medida, da perpetração de meias-mentiras; e a mentira, por muito boa vontade que haja para temperal-a, fraccional-a, é sempre uma mentira.

A manter tal ou qual instituição, ou a creal-a, se não já existe, presupposto fica que se reconheceu que é de utilidade, de vantagem, que ella acudirá a uma necessidade real, "preencherá uma lacuna", ou acarretará um beneficio desejavel.

Desde então importa, logicamente, coherente-mente, dotar a instituição de tudo quanto seja imprescindivel para fazel-a efficiente, isto é, produzir realmente o effeito a que se destina.

A não esr isso, então a mesma força da logica impõe, a mesma lei da coherencia manda que se faça a extinção, que se não faça a criação. Proceder de outra maneira, se não é irreflexão, d'onde falta de coherencia, só pôde ser falsa fé; simula-se que se reconhece a conveniencia ou necessidade de tal instituição, assenta-se a sua criação ou manutenção, mas fica-se a meio caminho na pratica — negando os recursos para seu efficiente funcionamento, conservação e progredimento.

Seria assim o proceder do taverneiro mandrião: instado pela procura, adquire meia duzia de garrafas da bebida que a freguezia tanto lhe

reclama; logo as põe bem á vista na prateleira, para que na sua nudez digam da intelligencia do dono da casa; esgota-se a partida e elle não a renova: lá ficam os bellos frascos, lindos rótulos, mas... garrafas vasias! E o freguez sedento apesar de "recem" acabado o que procurava, não sae do balcão sem tomar outra qualquer coisa, necessariamente inferior. Quando não succede peor: o taverneiro reenche de qualquer modo as garrafas, conservando cuidadosamente o lindo rotulo...

Outro exemplo muito commum de semelhante incoherencia ou falsa fé, em esphera mais alta, se nos depara na questão dos seguros contra riscos de incendio, naufragio, granizo, etc.

Proprietarios ha que, por ser moda, uso no seu circulo de relações, admittem a utilidade do seguro. Não estão della convencidos, mas não têm coragem nem capacidade para negal-a. Fazem então, como toda a gente, um seguro para a sua propriedade. Mas... se esta vale duzentos contos, para poupar no premio, seguram-na por oitenta!

Esse caso vulgar é talhado sobre medida para um outro que, sómente questão de escala, se produz na conducta dos governos para com o aparelhamento das forças armadas, ás quaes sonegam recursos e providencias.

O paiz necessita de exercito e de marinha de guerra. Nenhum governo o contesta. Mas dão-lhes todos, logicamente, coherente-mente, os recursos imprescindiveis para a sua efficiencia, para que verdadeiramente possam essas instituições desempenhar a função a que se destinam? Ou contentam-se com as apparencias, com a simulação, a contrafacção?

Antes, então, acabassem duma vez com ellas, porque a Nação se conduziria adequadamente, sem a illusão de ter forças armadas, defesa militar organizada, apta, prompta a entrar em acção á primeira necessidade. E o governo eli-

(*) Publicado na "Reacção" de 22 de Janeiro de 1927.

minaria do orçamento uma considerável despesa ineficiente, faria reverter ás outras actividades nacionaes grande numero de braços e de intelligencias ali deslocadas, e iria desde logo pou-

pando dinheiros, accumulando-os ou empregando em outras utilidades... com que pagar ao primeiro inimigo que venha bater ás portas sem trancas.

XIII Omnisabença

Mais complexo o trabalho, mais se impõe a necessidade da sua divisão, para que possa ser produzido com ordem e efficiencia.

A organização hierarchizada de todas as actividades não elementares obedece a essa necessidade. Cada órgão da hierarchia tem uma função propria, em que se especializa, sempre assegurando o ajustamento e a convergencia de todos os subordinados, e harmonizando-se com os da sua categoria, vistas á mesma convergencia, base indispensavel, por sua vez, para o perfeito rendimento do órgão immediatamente superior, afinal de contas, do conjuncto.

Em se tratando de machinarias, é facil realizar esse principio abstracto da entrosagem de suas peças: *por construcção* cada peça, órgão ou machina desempenha unica e invariavelmente a função que lhe foi destinada, *cumprindo o seu dever*, e se engrena, se ajusta ou faz systema com as peças, órgãos ou machinas, mais elementares, subordinadas, bem como com as mais elevadas. Ha um respeito exacto ás attribuições alheias.

Em se tratando, porém, das fabricas humanas, das instituições directoras da governação, intervem um elemento perturbador da harmonia das engrenagens: a vontade. Não raro então periclit a principio fundamental da efficiencia da producção, o *cumprimento do dever*, rompe-se o preceito da *divisão do trabalho* e da exacta entrosagem dos órgãos, o *respeito mutuo das funções*.

Adoece então a regra soberana, inviolavel, de toda organização, da divisão do trabalho e especialização dos esforços.

A primeira das manifestações pathologicas citadas, a falta de cumprimento do dever, só é incuravel quando attinge ao proprio centro director do systema, ao órgão mais elevado da hierarchia. Porque se este cumpre o seu dever, faz que os seus subordinados tambem assim procedam; e então, desde que em qualquer ponto deixe um órgão de cumprir sua função, logo isso se denuncia, se descobre, e não tarda a eliminção e substituição.

A outra, porém, das manifestações morbidas referidas, a intromissão nas funções dos subordinados, com visos de absorpção, é profundamente perturbadora, destruidora da propria alma, da instituição, da sua efficiencia, do seu rendimento.

Ora se origina da posse de uma apreciavel capacidade de trabalho, desservida porém pela incompetencia para a sua função; ora bróta ruidosa, espumante, da pretensão da omnisapiencia.

O doente tem neste caso a ideia fixa de que só elle sabe tudo, só elle faz tudo, só elle é perfeito em tudo. Não precisa de auxiliares, de conselheiros, de cooperadores.

Quaesquer informações — elle as tem mais completas, mais fieis; quaesquer alvitres — já lhe ocorreram outros mais ajuizados; quaesquer provimentos de cargos — elle já tem os necessarios candidatos; quaesquer providencias de minucias profissionais, mesmo nos ramos com os quaes só agora meteoricamente está em contacto — elle as corrige; quaesquer emprehendimentos, não importa a transcendencia technica nem a especialidade que lhe seja totalmente alheia — elle impõe sua opinião, assim nos planos geraes como nas particularidades minimas.

Resultado: insuccesso sobre insuccesso, que a omnisabença, porém, vae doutrinalmente explicando ou retardando-lhe a eclosão na publicidade.

E, pela falta de exercicio das funções, os órgãos desrespeitados decahem e se annullam; mesmo porque a qualquer imprudencia de querer, não obstante, como colloborador leal e impessoal, propôr um acto, manifestar uma opinião diversa da de tal chefe, não falhará o castigo severo, talvez disfarçado, a esse crime de lesa-magestade, e mais drasticamente se accelera o atrophamento dos órgãos.

Si o mal inevitavel resultante da doentia pretensão de omnisabença affectasse só o enfermo, ainda bem.

Não sendo de todo destituido de faculdades de discernimento, acabaria reconhecendo o vicio e corrigindo-se; e si de todo não enxergasse, nada mais justo do que soffrer o homem os effeitos do mal por elle proprio causado. Mas é que, em virtude de seu alto posto hierarchico, é quasi exclusivamente o conjuncto, a instituição, a collectividade, que paga a falta de juizo de omnisapiente.

Só uma desmedida vaidade, uma pachidermica impenetrabilidade á cultura geral devidamente profunda, uma dolorosa fraqueza de espirito, brecha á estonteadora vertigem das alturas, podem deixar crer na propria sapiencia ubiquitaria.

E' preciso não confundir a obrigação de manter a fiscalisação, inspecção de conjuncto, a orientação e mesmo a ensinança, com a eliminção da organização, com a substituição ao subordinado, a sua annullação funcional por absorpção.

Ainda que se não tratasse da competencia qualitativa num ou outro ramo, a questão toparia no aspecto quantitativo.

Por maior que se imagine a vastidão e polyformidade da cultura de um homem, e a immensidade de sua capacidade physica, essa dupla competencia quantitativa e qualitativa ficará sempre immensamente abaixo do limite que seria preciso attingir para poder um só homem

produzir a massa e variedade dos trabalhos organicamente affectos a toda uma collectividade de competencias.

A omnisabença é bem uma intoxicação generalizada do bom senso pela vaidade. A divisão

do trabalho e a especialização das tarefas são o segredo inilludível do éxito na vida physiologica, como na sociologica: *cumprir o dever, organizar a collaboração e respeitar as attribuições dos collaboradores!*

XXXVII

Pequeninos e "grandes corações"

Como são pequeninos os taes grandes corações, assim qualificados pelos beneficiarios ou candidatos ao beneficio das suas illicitas concessões!

Um subordinado deseja uma dispensa de serviço ou um auxilio a que não tem direito: o coração do chefe se penalisa, a concessão é obtida, á custa do serviço. Outro commette uma falta, com prejuizo para a disciplina ou para o rendimento do serviço, a repressão é necessaria, um castigo se impõe: fala o coração do chefe, o culpado fica impune. Ha um posto vago, a preencher por accesso de selecção, e existem funcionarios excellentes, capazes de o assumirem com proveito para o serviço; existe tambem um outro muito edoso, achacado, que já pouco produz, nem mesmo satisfaz as exigencias do cargo que está occupando, é porém "bom homem", e tem numerosa familia a sustentar: estremece o coração do chefe, ficam marcando passo os competentes, avança o incapaz. Este terá as vantagens e prerogativas, aquelles terão o trabalho; de qualquer modo a disciplina e o serviço soffrerão, sim, mas não reclamarão.

Chefes bondosos! Grandes corações! Mas... barretadas com o chapéo alheio e no fim de contas sempre em detrimento da instituição!

XLVIII

Unamo-nos

Ter ideaes, trabalhar por elles, com espontaneidade, cultivar a justiça, cumprir o dever apesar de tudo!...

Mas... uma andorinha não faz verão! assim hão de obtemperar em desespero de causa os que desejam justificar a sua quietude e, mais do que isso, talvez prolongal-a. Entretanto necessario é que uma andorinha seja a primeira a desferir o vôo; outras e outras a seguirão e ali teremos o verão.

A mesma formula copiada ás amáveis avesinhas, que nos dão o classico exemplo da continuidade e solidariedade do esforço na luta pela vida e da faculdade de agirem, sem vacillar, em face das inexoraveis mudanças de condições no theatro da luta, a mesma formula, repitamos, tem a sua synonyma nesta outra, que tambem as proprias andorinhas applicam para resolver a questão: *A união faz a força!* Unamo-nos!

* * *

Rememoremos ainda uma vez Olavo Bilac. No Club Militar, a 6 de Novembro de 1915, agradecendo pelo banquete que ali lhe offerencia o exercito nacional, em reconhecimento á sua benemerita propaganda de regeneração do paiz pela

E assim todos os bondosos, lacrimaces, "grandes corações". Tem de facto a sua sensibilidade tolhida, isto é, não existindo por igual, inteira em todos os pontos, para todos os lados.

Essa apregoadá sensibilidade é attrahida, tocada só numa parte, só pelo interesse particular, limitado, dos individuos; volta-se então toda para esse lado e não sente que ao mesmo tempo deixa desatendidos os interesses muito mais extensos de outros, que não se lhe approximam, fiados na sua integridade funcional, assim como prejudicam o conjuncto do organismo, a totalidade do serviço, e lhe envenenam o espirito.

São verdadeiramente pequeninos taes corações, incapazes de se dilatarem sufficientemente para sentir o interesse colectivo, para comportar as necessidades integraes, mais vultosas, do serviço.

Tratando-se desse mal da insufficiencia cardiaca em funcionarios prepostos a serviços nacionaes, tem-se melhor imagem desses doentes perniciosos: seu coração só comporta a figura dos individuos que lhes conquistam a sympathia, mas não cabe nelle a figura da Patria! Para isso seria necessaria a verdadeira grandeza de coração dos patriotas — corações grandes e postos no devido logar!

applicação effectiva do serviço militar nacional, disse elle:

"...Unamo-nos, nós os das classes cultas, nós os que temos instrução, pensamento e consciencia! Unamo-nos, trabalhemos e vencemos..."

"...O programma está assentado e é simples e velho: a educação civica, firmando-se na instrução primaria, profissional e militar. Mas não esqueçamos que do ensino devem ser dignos os professores".

Como fructificou a campanha pró-serviço militar, assim tambem não cahiram em ouvidos estereis estas palavras de exhortação á união dos brasileiros cultos e patriotas, para a regeneração civica nacional: a 7 de Setembro de 1916 era fundada a "Liga da Defesa Nacional" e no discurso inaugural dizia Bilac:

"O patriotismo e a influencia, a fé e a responsabilidade, a abnegação e o credito dos Srs. Pedro Lessa e Miguel Calmon conseguiram reunir-vos..."

"O patriotismo individual, a crença pessoal, a consciencia propria nunca estiveram ausentes do maior numero das almas brasileiras. Mas esses sentimentos oscillam e vacillam numa vaga dispersão; e, nessa mesma dispersão deploravel,

perdem-se e dissipam-se os esforços isolados. A extensão do territorio, a pobreza das communicações, o accôrdo pouco definido de uma federação mal comprehendida, a mingua da ventura em muitos sertões desamparados, a inopia da instrucção popular sustentam e aggravam esta desorganização. A descrença e o desanimo prostram os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a communhão enfraquece-se. E' tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarchia e essa tendencia para o desmembramento".

"O protesto e a reacção estão nesta Liga, cujo titulo é claro e synthetico. A DEFESA NACIONAL E' TUDO PARA A NAÇÃO. E' o lar e a patria; a organização e a ordem da familia e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a industria, o commercio; a moral domestica e a moral politica; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrucção; a escola, a officina, o quartel; a paz e a guerra; a historia e a politica; a poesia e a philosophia; a sciencia e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade."

* * *

Não vem aqui ao caso examinar como nesses quatorze annos de sua existencia tem a "Liga da Defesa Nacional" correspondido a seus fins. Com risco, embora, de incorrer em desagrado, ou quem sabe de fazer injustiça, ao impulso incontinido de um desejo de desassombrada collaboração, pronunciemos esta restricção mental: parece que a Liga poderia ter produzido mais e, o que é peor, existe a impressão de que ella tem afrouxado em sua obra (*).

No thema presente, com o qual encerramos esta pequena collecção de pensamentos e reflexões, cogitando da união como expediente supplementar e multiplicador da obra necessaria e salvadora que ha de resultar da dedicação dos fieis á *religião do trabalho*, forçoso era remontar ás luminosas considerações bilaqueanas da grandiosa campanha civico-regeneradora.

Foi dellas que brotou, a Liga, procurando justamente realização pratica para a idéa duma congregação systematica de esforços pela conquista do ideal da Patria Melhor.

Numerosas têm que ser as forças a consorciar. Estendem-se por toda a immensidade do Brasil e abrangem todos os ramos da actividade nacional. Donde a necessidade impreterivel de organizar-se esse vasto complexo. Importa dar-lhes uma adequada articulação, segundo as especies e variedades, e segundo a distribuição geographica, e coordenar-as hierarchicamente.

A Liga da Defesa Nacional, com as suas filiaes ou delegações regionaes, deve constituir apenas como a cupola da organização, como o órgão central, unificador, coordinante, systematisador, duma verdadeira confederação das varias federações, ou congregações, ou uniões de forças congeneres.

O programma dessas uniões diferenciadas, o seu plano de trabalho, tem que ser, evidentemente, derivado e confluyente do programma ge-

ral da Liga da Defesa Nacional: a educação civica, profissional e militar; d'onde espontaneamente se offerece como designativo commum a todas ellas o *de união civica*, susceptivel de receber em cada especie a respectiva designação particular.

Deveriam assim ser constituidas, por exemplo, a União civica dos professores, a União civica da hygiene medica, a União civica dos engenheiros, a União civica dos militares, etc.; cada uma dellas, por sua vez, ramificada em subdivisões e fraccionada em filiaes pelos diversos centros importantes do paiz.

* * *

Particularisemos algumas reflexões que aprofundem a definição do pensamento da união civica, applicando-as á *União Civica do Exercito*.

A synthese do seu estatuto, programma ou plano de acção, como já dissemos, está contida no proprio programma geral da Liga da Defesa Nacional: a educação civica nacional, pela instrucção primaria, militar e profissional.

Não vamos aqui decidir qual deva ser em todos os seus pormenores o estatuto completo da União Civica do Exercito: será tarefa para os seus fundadores. Relativamente facil é, porém, antevêr, deduzir, qual deva ser o encaminhamento na applicação restricta que compete aos militares de terra dentro daquella formula geral.

O ideal da união civica dos militares só pôde ser a maxima efficiencia da respectiva instituição: este será o corollario ultimo da maxima perfeição na educação civica nacional, no que ella é directamente affecta ao serviço militar.

Para isso salta á memoria a adversativa bilaqueana: "Mas não esqueçamos que do ensino devem ser dignos os professores".

Cada official do Exercito terá que ser um professor nesse sentido, em exercicio ou, si occupado em um dos multiplos serviços fóra da tropa, apto a entrar efficaçamente em actividade.

Fundamentalmente então a União Civica do Exercito terá que cuidar da animação e vigilancia para que em cada official a dignidade militar e civica, a dedicação profissional, seja um facto. O catecismo dos associados terá um supremo relevo, como dogma fundamental, a *religião do trabalho*: trabalho de cada um na medida das suas forças, com toda a espontaneidade e coragem.

Outros principios cardeaes: praticar a boa camaradagem, em sua mais elevada, genuina accepção; não buscar pelo seu trabalho, nem a popularidade, nem vantagens exclusivamente pessoais, mórmente em detrimento alheio; respeitar a seus camaradas sem excepção — superiores, iguaes e subordinados — sem preocupação de agradar, nem medo de desagradar, sem pretensão de embahir ou intimidar; etc., etc.; cumprir o dever acima de tudo.

Como instrumento primacial do instituto deverá haver uma especie de "tribunal de honra", para decidir das accusações e eliminações de associados, bem como das recusas de admissão. Todos os associados e certas altas autoridades deverão receber a relação dos "irmãos", com os annexos periodicos, bem como a notificação motivada das exclusões, recusas de admissão, e absolvições.

(*) Escripto ha seis annos.

A Organização Geral da Nação para a Guerra

Pelo Cap. T. A. ARARIPE

E' sabido que na guerra moderna, a quantidade de combatentes, a complexidade dos meios e processos de luta e a possibilidade de serem atingidos directamente pelos meios de destruição do inimigo todos os elementos componentes e todos os recantos de uma Nação, impõem necessidades novas para cuja satisfação devem ser empregados todas as actividades e recursos nacionaes.

A extensão da guerra 1914-1918 forçou as nações belligerantes a lançarem mão de todos esses recursos e actividades, á medida das contingencias da luta e por processos improvisados, por isso que as previsões se limitavam a uma mobilização militar dos combatentes e apenas ao aproveitamento de determinados recursos e actividades civis.

Terminada a campanha, as potencias militares têm procurado aproveitar as lições da experiencia, preparando desde a paz os meios de empregar na guerra, segundo processos racionais economicos e seguros, todas as forças vivas do paiz, no sentido de garantir a victoria. São conhecidos os estudos e realizações effectuados na Italia, nos Estados Unidos e na França nesse sentido, e é de prevêr que tambem a Allemanha muito tenha avançado nesse caminho.

No intuito de esclarecer o assumpto procuraremos apresentar e resumir as principaes idéas surgidas na França por occasião da discussão do Projecto de Organização Geral da Nação para a Guerra, no parlamento desse paiz.

Certamente, essas idéas não terão no nosso caso particular applicação integral, porém, poderão servir de base, de ponto de partida, aos estudos que deveremos fazer de modo a attender as circumstancias bem diversas de nossa situação graphica e economica.

* * *

A Lei franceza repousa sobre tres idéas fundamentais:

a — A noção da *guerra total*;

b — A adaptação da organização do tempo de guerra á organização administrativa e economica do tempo de paz.

c — A necessidade de uma legislação flexivel e bastante geral para permittir a adaptação ás circumstancias e as modificações impostas á organização da guerra.

A — NOÇÃO DA GUERRA TOTAL

1º — *As transformações da guerra.*

Póde-se dizer que até o seculo XIX as contendas entre os Estados eram decididas por luctas entre *exercitos profissionais especializados*, em muitos casos, mercenarios.

Antes disso e desde que adquiriram consciencia da propria nacionalidade e o direito de governar-se a si mesmos, já acceitavam os povos a necessidade do "levantamento em massa" para defesa de sua integridade ou mesmo para a aggressão de outro povo. Comtudo, só no seculo XIX é que as guerras assumem o caracter de "*luctas nacionaes*", em que tomam parte todos os homens validos das nações.

Ainda assim tratavam-se antes de guerras entre exercitos e marinhas do que de guerras entre nações. De facto, após ter fornecido os contingentes de homens mobilizados ou melhor, constituido os seus exercitos e marinhas de guerra, a nação supportava os riscos da guerra mas ficava, de algum modo, alheia a ella. Havia differença profunda entre os elementos da guerra — os *belligerentes* — e a parte civil — os não belligerentes.

Foi com essa noção de "*guerra militar*" que se iniciou a luta em 1914, para a qual se previa uma duração curta e uma acção fulminante.

Os factos destruíram rapidamente esta concepção. Os povos, arrastados á luta, comprehendiam-lhe a excepcional gravidade e só tiveram, dahi por deante, uma idéa — *Vencer!* Para isso, lançavam na fôrnalha todos os seus recursos, todas as suas forças, não sómente militares, mas economicas, industriaes, financeiras, politicas, intellectuaes e moraes. O desenvolvimento e a intensidade da guerra eram tão consideraveis que os povos comprehendiam perfeita e immediatamente a importancia da partida empenhada — estava em jogo a propria existencia como nacionalidade.

Já não se tratava apenas de *lucta militar*; era uma *guerra de povos*.

E' o que explica a obstinação dos belligerentes. E' a noção do perigo, a luta pela existencia que justificam o estoicismo com que tropas e po-

A União Civica do Exercito, além da sua absoluta connexão com a Liga da Defesa Nacional, precisará estabelecer laços e estreital-os com os órgãos permanentes fundamentaes do Exercito, tomar contacto com a imprensa nacional e especialmente com as revistas militares, tendendo em particular para com aquella a provê-la de auxiliares adequados que se incumbam da respectiva orientação em materia de defesa nacional.

* * *

Não será realmente uma associação em se-

melhantes moldes, no Exercito como na Marinha e nos demais departamentos da actividade nacional, um recurso efficaç? um meio utilissimo de se congregarem e multiplicarem seus esforços e sua obra os homens cultos e de boa vontade, fardados ou civis, possuidores de patriotismo pratico, de fé productora e de devotamento consciante, assim promovendo a tão necessitada *concordia*, para maior felicidade de cada um e maior gloria de todos, a Patria commun, "forte para ser boa, armada para ser justa, e rica para ser generosa".

pulações civis supportam encargos pesadíssimos com ardor e amor ao trabalho capazes de vencer as difficuldades devidas ao augmento das necessidades, á penuria da mão de obra e á diminuição do bem estar e da prosperidade.

Os governos, convencidos de que a anemia do paiz causaria o rapido enfraquecimento das tropas, procuraram por todos os meios augmentar a produção nacional com a volta dos soldados especializados ás officinas, com o emprego da mão de obra estrangeira, com o trabalho das mulheres principalmente nos campos.

Não se arrecearam de contrariar, muitas vezes, as proprias leis economicas, comtanto que o perigo fosse conjurado.

Mas a transformação não parou ahi. O jogo dos interesses, a acção das propagandas, a reprovação causada pela violação de pactos sollemnes e pelo emprego de certos processos de guerra fizeram entrar em scena novos povos e novos recursos. O incendio se propagou.

Da guerra dos povos se passou á conflagração mundial, guerra de effectivos, guerra de material, guerra scientifica, guerra total, absorvendo todos os recursos humanos e materiaes de nações inteiras, revolucionando o universo, abolindo progressivamente a antiga distincção entre os civis e os militares, lançando todos na luta sob fórmulas diversas, não escolhendo suas victimas, suspendendo durante annos a capacidade productora dos povos e orientando esta para obras de morte.

Eis a imagem da guerra moderna! Que não será ella no futuro?!

* * *

2° — Duração da guerra.

Não se pôde affirmar se a guerra do futuro será de longa ou curta duração.

Querem uns que, graças a meios diabolicos que a sciencia possa inventar, ella tenha caracter fulminante. Outros pensam, ao contrario, que ella seja guerra de uzura.

Para qualquer dessas hypotheses, torna-se necessario organizar a nação para o tempo de guerra:

1° — porque a guerra de longa duração é mais provavel;

2° — porque, mesmo que a guerra seja de curta duração, as probabilidades de exito serão maiores se houver organização prévia, principalmente no dominio industrial. Só essa organização, posta em movimento no periodo da mobilização militar, será capaz de crear com rapidez os meios, impossiveis de armazenar durante a paz e capazes, neste cazo de produzir os effeitos fulminantes que forem possiveis.

Isso nos leva a proclamar que, tanto na guerra de longa como na de curta duração, a noção da MOBILIZAÇÃO assume aspecto inteiramente novo.

* * *

3° — A mobilização geral.

Até 1914 a mobilização tinha a significação puramente militar.

Hoje o vulgo já allia a esta a noção da mobilização industrial, isto é, tudo o que não seja especificamente militar.

Isso constitue uma concepção muito aca-nhada. A mobilização industrial é uma das mais

importantes partes da mobilização nacional, mas não é a unica. O termo mobilização, devendo ser comprehendido como a operação que tem por fim passar da organização do tempo de paz á do tempo de guerra, somos obrigados a admittir, em face da noção de guerra total, que toda a organização nacional deve ser, no momento de irrupção do conflicto, adaptada ás condições tragicas da guerra. Então, a preparação da MOBILIZAÇÃO NACIONAL deve estender-se a todas as fórmulas de actividades do paiz.

* * *

4° — Caracter inter-ministerial da direcção e preparação da guerra.

As noções de guerra total e de mobilização nacional indicam nitidamente que a acção governamental correspondente não pôde ser insulada no quadro restricto dos ministerios militares e que, ao contrario, deve ser essencialmente inter-ministerial.

Deixar os ministerios militares procederem independentemente dos civis seria erro mais grave do que o de realizar operações com tropas sem levar previamente em conta as possibilidades de seus serviços.

Esta intima ligação que existe entre as operações propriamente tacticas e o funcionamento dos serviços nas grandes Unidades de um Exército deve ser transplantada para o dominio da Organização nacional de Guerra.

Aqui, o governo é o grande responsavel. Por isso, todos os seus órgãos, todos os departamentos da administração publica são interessados na propria mobilização, todas as engrenagens da actividade nacional que dependam de cada um.

Em boa logica, isso exige que haja coordenação perfeita entre as acções de cada um, divisão definida das esferas de acção e attribuições respectivas.

Entre nós, essa grande tarefa caberá ao Conselho Supremo de Defesa Nacional, cuja acção esta revista tem estudado em varios artigos.

Mas é preciso que fique bem claro que não se trata de militarizar os ministerios civis. Ao contrario, cuida-se apenas de, deixando aos ministerios militares as proprias funções e o seu papel preponderante na preparação da defesa nacional, fazer com que esses ministerios civis assumam, desde o tempo de paz, a parte de autoridade e de responsabilidade que lhes cabe nessa preparação.

B — ADAPTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE GUERRA A' DO TEMPO DE PAZ

A' primeira vista, pôde parecer acertado sujeitar desde a paz a organização nacional áquella desejavel no tempo de guerra. Isso equivaleria militarizar toda a nação desde o tempo de paz e certamente entravaria o surto industrial e economico do paiz. Tal seria o processo conveniente a um povo de intuitos francamente aggressivos.

Para um povo pacifista e que cuida apenas de sua defesa, como nós, o problema se resume em tomar a organização politica, administrativa e economica do tempo de paz e fazer criteriosa adaptação de todas as suas engrenagens ao papel que lhes caberá na guerra, adaptação que será

A industria mineral e a defesa da nação

Pelo engenheiro LUIZ FLORES DE MORAES REGO

A despeito de todos os esforços, os conflitos armados entre os povos ainda são uma eventualidade a encarar. E modernamente, todos sabemos, taes conflictos envolvem de maneira completa a vida das nações. Comquanto aos exercitos e esquadras caiba sempre o papel principal com a effectivação da luta, as nações em peso encontram-se attingidas directamente pelas medidas de hostilidade e na obrigação imperiosa de agir para prover a sua manutenção e a dos seus exercitos.

Na guerra moderna para vencer é indispensavel que todas as forças de um povo sejam empregadas para tal objectivo de maneira firme e resoluta. E' imprescindivel um esforço energico, quer moral, numa firme resolução de vencer, quer material, com a mobilização de todas as actividades productoras do paiz. A' industria cabe, portanto, uma função relevante na defesa nacional.

A potencialidade bellica de uma nação depende estreitamente de sua organização industrial e dos seus recursos em materias primas. E como a capacidade de improvização tem limites, faz-se mistér não descuar esse aspecto da industria, estudando o abastecimento em materias primas com os recursos do paiz, seus eventuaes succedaneos e a adaptação aos fins militares.

O Brasil, graças a Deus podemos dizel-o, é um paiz para o qual um conflicto internacional é uma possibilidade muito longinqua. Todavia,

com certeza, não é esta uma razão para que deixemos de cogitar sériamente da defesa nacional em todos os seus aspectos.

Todos conhecemos a dedicação e o patriotismo das nossas classes armadas. Sabemos que o Exercito e a Armada do Brasil, guiados pela cultura de seus officiaes, velam para que a nossa Patria nunca se encontre desprevenida na triste conjectura de ser obrigada a defender pelas armas os seus direitos, os seus brios e a sua integridade. Tal vigilancia, constante e dedicada, é mesmo um factor que afasta ainda mais essa triste hypothese e que permite a todos nós, brasileiros, trabalhar confiantes tendo em vista os altos destinos do Brasil.

Entretanto é necessario tambem cogitar do aparelhamento da industria para occasionalmente prover ás necessidades militares. Para esse fim devem contribuir todas as industrias, extractivas e manufactureiras. As que obtêm e transformam as materias primas do reino mineral cabe um papel particular e de realce. A ellas cabe fornecer o material bellico na sua maior parte e a munição de guerra. Importa isso em uma especialização de processos que torna mais complexa a sua adaptação.

A industria mineral é uma das fontes de riqueza e independencia economica de uma nação. Aproveitar os recursos mineraes do seu paiz é

realizada progressivamente a partir do primeiro dia da mobilização, em todos os escalões e segundo plano pre-estabelecido. Ahi, só para determinados casos excepcionaes, serão creados órgãos especiaes de tempo de guerra.

Nessas condições, pôde-se esperar que sem apalpadelas, sem periodos de experiencias sempre delicados e que podem ser mortaes, no caso de aggressão toda a nação se erga para a propria defesa.

* * *

C — FLEXIBILIDADE DA LEGISLAÇÃO

A primeira condição dessa legislação é de ser constitucional e de attender tanto á organização politico-administrativa da União como ás dos Estados. E' essencial que ella defina e delimite as tarefas respectivas dos governos Federal e Estaduaes na preparação da defesa nacional, mas convém que permita reajustamentos impostos pela marcha dos acontecimentos.

Além disso, essa legislação, por demais complexa, deve ser bastante flexivel para attender quer aos ensinamentos do passado quer ás previsões do futuro.

Dessa flexibilidade lhe resultará um caracter de vida, graças á necessidade de tel-a sempre de accôrdo com a experiencia e estudos dos estados maiores e das administrações civis especializadas.

Por outro lado, como a organização se baseia, em sua maior parte, sobre previsões, torna-se necessario que seja adaptada ás circumstancias susceptiveis de apparecer durante as hostilidades.

Para se conseguir essa flexibilidade basta que não tenha fôrma rigida e com pormenores inuteis como leis e que só teriam logar nos planos de execução organizados pelas repartições technicas.

A lei que regulará a organização da nação para o tempo de guerra deverá, portanto, desenhlar apenas o quadro geral, isto é, um plano em suas grandes linhas, no qual os differentes órgãos da defesa nacional terão seu papel bem definido, de modo a orientar os estudos e trabalhos preparatorios da paz e a permittir o seu funcionamento, em caso de necessidade, segundo ordens e regras de caracter permanente e commum.

Ella não conterá a mór parte das medidas propriamente de execução, porque destas, um certo numero terá o caracter secreto e só serão divulgados aos órgãos executores no momento do perigo, outras podem ser assumpto de leis ultteriores e de regulamentos particulares ás repartições administrativas interessadas.

E' opportuno lembrar, para concluir que os estudos dessa organização importam numa revisão e ampliação da actual lei de requisições militares.

um dos deveres precipuos de um povo. Todos sabemos que, ao par da agricultura, a industria mineral constitue a base da economia da Humanidade. E' urgente que intensifiquemos o aproveitamento dos nossos recursos mineraes produzindo utilidades de consumo interno e de exportação de modo a fazer oscillar a nosso favor a balança economica.

Como mostramos, além dessa finalidade economica, tem a industria mineral papel importante na defesa do Paiz.

Neste despretençioso trabalho procuraremos lembrar, "per summa capita" de como podem ser obtidos no Brasil os productos mineraes materias primas das manufacturas bellicas, principalmente metaes e productos chimicos.

Antes, porém, trataremos das fontes de energia de ordem mineral, utilizaveis não só por essas industrias, como tambem, directamente, na guerra.

A força hydraulica é, sem duvida, a fonte de energia mais abundante no Brasil; deve ser utilizada sempre que fôr possível. Muito embora, varias industrias não prescindam dos combustiveis, menos como productores de energia que pelo seu carbono, reductor industrial por excellencia. De outro lado, na guerra, em terra e no mar, os combustiveis são indispensaveis para a propulsão.

Uma das deficiencias do quadro dos recursos mineraes do Brasil é a escassez de combustiveis. Em relação aos combustiveis solidos dispomos:

a — Leitões de hulha, na formação do sul da Republica denominados systema de Santa Catharina.

b — Bacias limitadas de linhito terciario nos estados de Minas e S. Paulo.

c — Grande reserva de linhito terciario na bacia do Solimões, estado de Amazonas.

d — Deposito de turfa nos estados do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas.

O linhito do Solimões, posto que em grande quantidade e em camadas bastante espessas, é um combustivel mau. Não deixa, entretanto, de poder ser aproveitado localmente, quando augmentarem as necessidades da regiões onde se acha situado. Os linhitos do sul e a turfa encontram-se em pequena quantidade.

O nosso recurso mais tangivel sob o ponto de vista de combustiveis solidos é, sem duvida, a hulha do sul. A reserva não é muito grande, a composição média, mediocre e as camadas, de espessura reduzida. Contudo, mercê dessa hulha, o Brasil é dos paizes da America do Sul o mais bem provido de combustivel solido. O seu emprego é possível dentro de um certo raio, contanto que seja lavrado com o devido cuidado.

Para certos fins é indicado o beneficiamento. Os briquettes resultantes são de primeira qualidade, comparaveis aos seus melhores congenes ingleses, e perfeitamente adequados aos usos maritimos.

Algumas dessas hulhas são cokeificaveis produzindo, depois de beneficiadas, coke utilizavel nos fornos altos e, como sub-productos, não só o agglomerante para a briquettagem, como compostos chimicos de valor.

Comquanto não sejam ainda conhecidos depositos valiosos de petroleo, existem em va-

rias regiões do Brasil indicações cabaes da possibilidade de sua existencia. Confiamos que, com os trabalhos que estão sendo executados, dentro em breve possamos contar com o combustivel liquido no paiz. Além disso dispomos de rochas abundantes que, pela distillação destructiva, produzem oleo; são os folhelhos betuminosos, conhecidos no norte e sul do paiz, e o material denominado "marahunita", da costa da Bahia e de Sergipe. De outro lado, os processos modernos de hydrogenização dos combustiveis são especialmente indicados para o linhito do Solimões.

O ferro sempre foi e ainda é, o metal mais empregado na guerra. Desde os primeiros passos da humanidade, tem sido usado para fabricar as armas. Com o correr dos tempos, os seus usos bellicos só têm augmentado.

Mercê de Deus, o Brasil é detentor de uma reserva de minerio de ferro que, sem optimismo, podemos dizer das primeiras do mundo, quer quanto á tonelagem, quer quanto á qualidade do minerio. A existencia do minerio, é, sem duvida, uma das condições para o desenvolvimento da industria siderurgica em um paiz. Todavia por si só não é sufficiente. São tambem necessarios os mercados consumidores e o supprimento de energia e carbono reductor. Julgamos que taes condições encontram-se satisfeitas no Brasil: o estabelecimento de industria siderurgica entre nós, em uma escala proporcionada ao consumo interno, depende apenas de organização e de capital. No momento actual, uma grande empresa trata do assumpto, tendo em vista os minerios de Minas. No Sul do Brasil, outros empreendimentos podem ainda ter lugar, aproveitando os minerios locais e, talvez, o coke nacional, tendo em vista o supprimento dos centros de consumo proximos. Seria a desejar que estas ultimas usinas fossem aparelhadas de sorte a produzirem immediatamente material de guerra.

Para o material bellico moderno são necessarios aços que ofereçam propriedades mecanicas superiores ás communs. A industria moderna os obtem principalmente introduzindo pequenas percentagens de certos metaes. Têm-se assim os chamados aços especiaes, alguns creados mesmos, tendo em vista as industrias militares. Entre elles o mais commum é o aço manganéz.

O Brasil é um dos poucos paizes possuidores de reservas de minerios de manganéz de alto teor. Estes nossos minerios têm sido lavrados até hoje para exportação. E' urgente a manufactura do ferro manganéz. Este producto, sabemos, intervem na siderurgia no fabrico do aço manganéz e do aço commum, neste a titulo de desoxydante

Minerios dos diversos outros metaes utilizados nos aços especiaes occorrem no Brasil: o nickel em Minas; o chromo na Bahia; o tungstenio no Rio Grande do Sul; e o molybdenio em Santa Catharina. Todos podem ser elaborados electricamente da mesma maneira que o manganéz.

A proposito, lembraremos que uma das maiores difficuldades com que se houve a Alemanha durante a grande guerra foi justamente a escassez dos metaes constituintes dos aços especiaes.

Ao lado dos metaes da industria siderurgica, outros são necessarios e indispensaveis para o fabrico do material de guerra: o chumbo, usado no nucleo dos projectis das armas portateis e nos enchimentos de obuzes; o cobre que, além dos usos electricos, juntamente com o estanho e zinco, constitue diversas ligas entre as quaes as dos cartuchos; o aluminio, cujo emprego cada vez mais se dilata, particularmente no material de aviação; o antimonio e o arsenico, componentes, em pequena proporção de ligas importantes.

São conhecidas no Brasil jazidas de cobre e chumbo, susceptiveis de serem lavradas com proveito. A blenda acompanha muitas galenas e, em uma jazida de Minas minerios de bismutho e antimonio. Em diversos pontos do paiz tem sido assinalada a cassiterita; no Rio Grande do Sul as occorrencias são promissoras.

A bauxita é conhecida em Minas e no Maranhão; provavelmente no norte existem grandes jazidas. A abundancia de força hydraulica facilita extraordinariamente o advento da industria do aluminio.

Ao par das galenas e da blenda encontram-se minerios de antimonio, e nos veleiros auríferos, de arsenico.

São innumeras as industrias chimicas mineiras, cujos productos desempenham papel importante na arte militar. Seria difficil enumerar-os aqui. Basta que lembremos que a maioria das materias primas dos explosivos é de origem mineral.

Os elementos essenciaes para o fabrico das polvoras modernas são o acido sulfurico, os azotatos e os phenoes. O primeiro se encontra nas pyrites de Minas Geraes, aliás já utilizadas na Fabrica de Piquete, e nas que resultarão da lavagem da hulha de Santa Catharina, a sua materia prima. Os azotatos naturaes do Brasil, sendo escassos e pobres, devemos recorrer aos processos de fixação de azoto do ar para o que dispomos da energia hydraulica e de excellentes calcareos. Quanto aos phenoes, a sua fonte é a distillação das hulhas do sul.

O enxofre para as polvoras negras pode ser fabricado por processos modernos partindo dos pyritos. O azotato de potassio com os azotatos syntheticos e os saes de potassio que temos esperanças de vir a ser descobertos no norte do paiz.

Innumeros outros productos chimicos necessarios ás industrias da guerra podem ser obtidos na economia nacional. Não seria possivel referir-os aqui. Acrescentaremos apenas o chloro, na manufactura do qual é utilizado o bioxydo de manganez, abundante no Brasil.

Em rapida resenha temos recortado a contribuição que a industria mineral brasileira pode, aproveitando convenientemente os recursos naturaes do nosso Paiz, fornecer no caso, felizmente fóra de qualquer probabilidade, de um conflicto internacional.

Procuramos mostrar em que sentido o desenvolvimento dessa industria é mais interessante sob o ponto de vista militar.

Entretanto, convem frisar os ramos citados

da industria mineral que encontram possibilidades de exito, excluido o fim que encaramos, pois attendem ás necessidades normaes do paiz. O seu desenvolvimento depende apenas de capital e iniciativa. Temos firme esperança que elle não tardará, mercê mesmo das medidas de fomento que vêm sendo dispensadas pelos Poderes Publicos.

Se nos fosse permitido, porém, lembrariamos algumas providencias que, sem deixarem de se incluir no desenvolvimento geral da industria, offerecem caracter mais urgente dadas as suas ligações com a defesa nacional, motivo que, aliás, obriga excluir a preocupação de remunerar o capital invertido. São:

1ª — Estabelecimento de uma usina de beneficiamento e distillação de hulha, que produziria combustivel adequado á marinha, coke metallurgico, phenoes e pyritos.

2ª — Creação de uma usina de distillação de folhelhos betuminosos e de oleo bruto, usina que, nas condições actuaes, extrahiria os combustiveis liquidos dos folhelhos, limitando-se ao refino na hypothese provavel do descobrimento do petroleo.

3ª — Fundação de uma usina siderurgica no sul da Republica, aproveitando os minerios locais e, eventualmente o coke nacional que ao par dos grandes projectos feitos para crear a grande industria siderurgica, tem o seu logar para servir immediatamente os mercados e as necessidades militares.

4ª — Estabelecimento de uma usina de nitratos syntheticos, empreendimento cuja realização se impõe, além do mais, pela necessidade urgente de fornecer adubos á lavoura.

5ª — Promulgação de leis claras que obriquem a installações mineiras e metallurgicas serem collocadas á disposição dos Poderes Publicos logo que assim o exijam os altos interesses de defesa nacional, o que aliás já se incluye, posto que nem sempre de maneira explicita, em diversos dispositivos legaes.

Concluindo essas considerações, pallidas deante da relevancia do assumpto, nas quaes procuramos supplementar a falta de competencia pelo patriotismo, não podemos deixar de salientar que o Exercito não se tem desinteressado das questões relativas á fabricação de seu material. Hajam vista o bem montado arsenal de guerra, as fabricas de polvora e de cartuchos e sobretudo a velha usina do Ipanema, cujo caracter foi militar e onde sabresahiu a figura do militar brioso e metallurgista competente que foi o Coronel Mursa.

S. Paulo, 1 de Agosto de 1930.

"Conhecer os principios e não saber applicar-os nada produz. Na guerra o facto tem precedencia sobre a idéa, a acção sobre a palavra, a execução sobre a theoria".

D. SEBASTIÃO LEME

Príncipe da Igreja -- Soldado da Patria

Não podia estar longe de nós, no momento historico em que mais eloquente e imperativa se manifestou a consciencia nacional, o meigo sacerdote, o grande pregador sacro, o patriota fogoso a quem a Santa Igreja Catholica, computando mil virtudes excelsas, que só a vontade de Deus reune em um unico mortal para fazer delle um seu eleito, acabára de confiar o symbolo que o assignala entre os que, em defesa da Fé, estão dispostos a perder a vida.

E eil-o, nos dias mais tormentosos da nossa historia, quando a morte ameaçava tragar milhares de irmãos que o mesmo sentimento unia e a vontade de Deus, como suprema provação, collocára momentaneamente em campos oppostos, eil-o, cheio de Fé, regorgitante de patriotismo, saltando em terras da Patria, ostentando o symbolo do martyrio pela religião e que, mal sabia o santo prelado, em poucos dias seria o symbolo da Patria redimida. Suas vestes vermelhas prenunciavam não o desfaldar do symbolo vermelho da Revolução: a purpura cardinalica assignalava aos irmãos em luta, que chegara o anjo tutelar da confraternização.

A' batalha final não podia faltar o illustre general da paz.

E o seu magnifico esforço foi incessante.

Junto ao governo, não mais depositario da confiança nacional, que ordenava ao Exercito voltasse contra a Nação e suas legitimas aspirações as armas que esta confiára, eil-o levando salutar aviso que, si fôra ouvido e acolhido com o acatamento que merecia o santo e abnegado conselheiro, teria levado esse governo a uma espontanea renuncia, gesto este patriotico, capaz de enobrecer o proprio renunciante e de recommendal-o á veneração dos seus posteros.

Junto ao povo, em meio do rebanho que sempre lhe ouve as palavras com sincero acatamento, o illustre sacerdote derramava a sã doutrina, recommendando o fervor da oração pela paz, a continuação prece pela união fraternal da familia brasileira.

Arraizava-se cada vez mais a convicção de que a justiça pairava ao lado dos que lutavam pela reivindicção dos direitos, sonogados por um governo prepotente, crescia a sympathia pela causa, que já não reunia proselytos isolados mas levantava legiões; todos sentiam, nas palavras e nos gestos, do digno pastor, que eram estímulo e conforto para os que lhe ouviam os salutarees conselhos.

E quando, entre a teimosa cegueira do poder derribado, as ultimas manifestações de habitual truculencia que então só contra elle se voltaria, e o gesto benevolente dos vencedores, tornou-se necessario, para evitar violencias inuteis e que só viriam

deslustrar a magnanimidade com que povo e tropas receberiam a rendição do culpado; naquellas horas em que generaes brasileiros traçaram o mais fulgurante periodo desta brilhante pagina historica; no instante em que se debatia em ultimos arrancos a prepotencia transformada em habito contra a prudencia e a tolerancia dictadas pela razão serena e pela nobreza dos principios traçados com mão firme — naquelle instante supremo, inspiração divina apontou com gesto decisivo o caminho a seguir. E ninguém duvidou que D. Sebastião LEME seria o unico capaz de chamar a razão ao cerebro desvairado de Washington Luis e mostrar-lhe que acima de sua immensa vaidade pairava, sobranceira e pujante, serena e magnanima, a vontade inteira de um povo corajoso e bom.

E D. Leme chegou, e trouxe a calma aos que se deixavam dominar por justificada exaltação, e chamou á razão os que se transviavam, restituiu a confiança aos que se deixavam arrastar pela duvida, e fez renascer a decisão entre os animos que se deixavam entibiar. E de seus labios cahiram estas phrases como sentença illuminada pelo mais opportuno e indiscutivel axioma: "*Uma só cabeça deve pensar e resolver. Escolhido um chefe, deveis obedecel-o*".

E uma só cabeça pensou e ninguém ousou contrariar a decisiva e acertada sentença.

E o Presidente deposto desceu as escadas do Palacio Guanabara sob guarda que talvez nenhum chefe decahido tenha tido tão brilhante, tão digna, tão honrosa.

Mas não parou ahi a missão do illustre sacerdote.

E não se deterá na peregrinação apenas começada. Eil-o acompanhando a Junta Governativa com sua visita discreta, que era ao mesmo tempo um conselho e um poderoso estímulo. Eil-o junto ao Governo Provisorio com sua assistencia cheia de poderosa autoridade e com a publica manifestação de applauso aos seus actos de clemencia para com os dominadores de hontem, a proclamar que taes actos foram por excellencia meritorios. E eil-o ainda, pastor incansavel a cujo cajado obedecem mais de trinta milhões de ovelhas, a conduzir o enorme rebanho ao aprisco salvador da borrasca, a fazer echoar de pincaro em pincaro, de quebrada em quebrada, de extremo a extremo do Brasil immenso, as palavras salvadoras — Paz, Fraternidade, Amor.

Não podia ficar arredado de nós o illustre Príncipe da Igreja, o valoroso Soldado da Patria.

V. B. S.

As manobras de Guaratiba

Carta de Baptista Pereira ao general Cmt. do 1.º R. M.

N. da Red. — Transcrevemos de "A Gazeta de Noticias" de 28 de Setembro ultimo a carta dirigida ao Sr. Commandante da 1.ª Região Militar pelo Dr. Baptista Pereira.

Este documento tem para as classes armadas uma significação e valor tão evidentes que não quizemos deixal-o sem commentarios.

De um lado, os conceitos justos, ponderados e sinceros do vibrante patriota de "Civilização contra Barbarie" sobre a nossa situação militar e internacional, nos patenteiam que no meio civil se encontram espiritos esclarecidos e homens de boa vontade que sentem como nós e que anseiam por um Brasil forte, com Exército e Marinha aparelhados para "nos pôr ao abrigo de quaesquer sobresaltos e surpresas". Elles traçam-nos um caminho a seguir no alliciamiento dos meios para a obtenção do nosso magno desideratium — a defesa nacional.

E' appellando para a influencia indiscutivel desses espiritos esclarecidos e combativos sobre as classes dirigentes do povo, que conseguiremos incutir na propria Nação uma mentalidade capaz de comprehender as nossas necessidades militares e de prestigiar os empreendimentos que visem crear um aparelhamento sufficiente para realizar a nossa defesa.

Por outro lado, o testemunho do Dr. Baptista Pereira sobre a atmosphera de disciplina e de trabalho existente no seio da tropa em manobra servirá para dar ao meio civil a verdadeira idéa sobre a actuação desse Exército e dessa Marinha, que infelizmente não são conhecidos sob a sua verdadeira feição.

Seria desejavel que essa approximação, como a que realizou o Dr. Baptista Pereira fosse imitada por toda a classe culta do paiz para que este inteiro conheça e estime, comprehenda e ampare a sua Marinha e o seu Exército.

Tendo assistido ás manobras de Guaratiba, venho congratular-me com V. Excia. pelo seu brilhante exito e pela sua alta significação nacional.

Profundamente integrado com o papel historico das nossas classes armadas, que foram, com a lingua e a religião, os tres grandes factores da nacionalidade, julgo do mais estricto dever manifestar-lhe publicamente, Sr. general Azeredo Coutinho, o orgulho de brasileiro com que vi se desenvolverem taes manobras.

Tive a honra de ser acolhido no campo das manobras como um amigo do Exército.

O defensor de suas tradições calumniadas, o publicista cujo nome elle se dignára archivar nas paginas do "Boletim do Estado Maior", sentiu-se entre os nossos officiaes de terra e mar como entre irmãos, que lhe falaram ao coração aberto.

Compenetradas dos grandes interesses permanentes da patria, adstrictas como ao mais arduo dos sacerdocios ao dever militar, o espirito novo que anima as nossas classes armadas é a melhor segurança, a mais solida das garantias da imperecibilidade do Brasil e da sua eterna cohesão no todo sagrado em que nol-o herdaram os nossos maiores. Fiquei orgulhoso como brasileiro. O que vi de ordem, de disciplina, de entusiasmo, nas manobras de Guaratiba, prova que o nosso Exército e a nossa Marinha são ainda os mesmos á sombra de cuja espada se integrou o territorio, se formou o espirito nacional e nasceu o Brasil.

Caxias e Tamandaré se resuscitassem reo-nhecel-os-iam.

Embora seja mistér confessar que, no apparelhamento material, muito temos que desejar, alguma coisa nos resta e essa alguma coisa é tudo e pode ser tudo: o homem. Temos um nucleo em torno do qual se podem condensar todas as energias nacionaes. E esse foi o grande espectáculo moral que tive nas manobras.

Sou dos que pensam que, por maiores que sejam as nossas aperturas orçamentarias, não podemos adiar os grandes interesses da nossa defesa. Apostolar o desarmamento, na actual phase da historia americana é pregar o suicidio e vergar a cerviz á humilhação, á desintegração ou ao desaparecimento. Bem sei que Berlmann Hollweg se enterrou com a celebre phrase de que os tratados são trapos de papel. Bem sei que o fóro moral repudia a dureza cynica de tal asserção. Mas o simples facto da guerra, com as suas razões, perante as quaes desaparece a Razão, prova-lhe a irrecusavel evidencia. No estado actual da Civilização o direito só se faz ouvir quando escudado pela força.

Não repudiamos as bellas aspirações de pacifismo e arbitramento, cujo dia terá de vir fatalmente. Mas o pensador e o estadista não podem abdicar daquillo que é um beneficio, daquillo que tem de ser. Tem de encarar a realidade immediata ou proxima, sob pena de trahir o seu paiz.

Por mais sagrados que sejam para nós os tratados, em que se desvanece comprazido o bovarysimo internacional, que nos assegura que sagrados serão tambem para os que souberem que nos fallecem meios de os fazer respeitar?

Para que dormirmos um somno de illusão e descuido de que amanhã podemos ser desper-tados a tiros de canhão?

A nossa situação no continente americano impõe-nos, quando menos por enquanto, uma attitude de efficacia defensiva que não intranquillize a quem quer que seja, mas que nos ponha ao abrigo de quaesquer sobresaltos e surpresas.

Bem sei que as nossas finanças não podem arcar com todas as despesas que requereria a organização completa do nosso aparelhamento militar.

Mas confio em que se faça e continue a fazer ao menos o indispensavel.

HISTÓRICO DO 1º REGIMENTO DE ARTILHARIA A CAVÁLLO

Pelo Cap. JOSE' FAUSTINO FILHO

No desejo de contribuir, embora modestamente, para o monumento historico do decano dos nossos regimentos de artilharia, o qual com o sangue dos seus heróes escreveu paginas rutilantes para a nossa historia militar, resolvemos publicar a conferencia que fizemos a 11 de Julho de 1929, no quartel do 5º R. A. M., em Santa Maria, e pedimos aos estudiosos desses assumptos queiram contribuir para tão elevado empreendimento.

Attendeu já, gentilmente, a nossa solicitação, o Sr. General João Borges Fortes, escrevendo uma valiosissima contribuição, revivescencia ardorosa de quem se fez no glorioso Regimento, que chegou a commandar.

Exmº. Sr. Gen. Cmt. da Guarnição.
Illmº. Sr. Dr. Intendente Municipal.
Srs. Cmts e Officiaes do 5º R. A. M. 7º
R. I. e 1º R. C. da Bda. Militar do Estado.
Meus caros camaradas.

Nomeados que fomos pelo Sr. Cel. Cmt. para, como presidente da comissão constituida pelos Srs.: Cap. Léo Cavalcanti d'Albuquerque e 2º Ten. Orlando Medeiros, (1) organizarmos o historico do nosso querido Regimento, muito tivemos a fazer, pois que, até a presente data, nada se escripturou ainda em seu livro historico. A nós pessoalmente tambem nos coube, além da maior tarefa no trabalho, concatenal-o, resumindo-o, afim de dar cumprimento á prescripção do artigo 42, do R. I. S. G., fazendo delle uma conferencia para as praças, explicativa da data que se festeja.

(1) Esta conferencia só alcança a parte que coube ao Cap. José Faustino.

Foi com viva emoção que assisti ás manobras das nossas esquadrilhas aereas. Pela sua effiçencia, pelo seu pequeno custo, a aviação militar está fadada, a meu ver, a ser a arma mais ao nosso alcance. Poucos sabem no Brasil o que neste assumpto se realisou no presente quadriennio. Poucos sabem a que ponto maravilhoso de segurança, de precisão, de preparo technico e pratico attingiram os nossos pilotos.

As nossas classes armadas precisam da justiça, do carinho e do apoio dos civis. A alta administração do paiz já começou a fazer-lhes justiça. No presente quadriennio não houve uma promoção que não obedecesse automaticamente á lista de antiguidade ou merecimento. Uma era nova inaugurou-se.

Quanto ao carinho e á sympathia dos civis,

Escripta pois, na linguagem sobria com que estamos habituados a falar á intelligencia rude e alma singela do nosso soldado, longe está, nossa modesta narração de episodios da caserna, de prelecção literaria.

O CULTO DA TRADIÇÃO

Bemdizemos o exhaustivo trabalho que tivemos, as vigílias que gastámos na pesquisaçã de velhos alfarrabios, rebuscando o nosso precioso archivo, concatenando documentos, estudando, emfim, porfiosamente, a nossa historia militar para virmos relatar aos nossos caros camaradas a historia do nosso Regimento, isto porque nos é dada assim a opportunidade de reviver, perante seus espiritos moços, os nossos velhos e nobres antepassados, falando-lhes de seus feitos valorosos, para prestar um fervoroso culto á tradição do nosso glorioso Exercito e, particularmente, do nosso amado Regimento. As instituições militares precisam ser alimentadas pela seiva de suas tradições, através de raizes que penetrem profundamente no emmaranhado da historia dos seus povos.

E' certo, que arbustos existem, os quaes medram em terrenos uberrimos e muito se desenvolvem sem se arraigarem no solo. Elles, porém, apenas conseguem fazer desabrochar tenras flores, que fenecem com o vento, e jamais produzirão frutos que germinem aquellas sementes vivificadoras que fazem a perpetuação da especie.

As organizações militares não devem ser qual heras rachiticas que se agarrem parasitariamente aos carcomidos muros de suas nacionalidades, nem arbustos de ornamentação, que simplesmente apresentem, em dias de gala, a polychromia de vistosos uniformes que se descorem

o volverem-se elles para as classes armadas é volverem-se para a imagem impessoal da Patria. Considero um dever de honra de todo brasileiro trabalhar pelo exercito, pugnar pelo exercito, dedicar á grandeza do nosso exercito de terra e mar o melhor dos seus esforços, pela palavra ou pela penna. Elle, que nos garante o tumulto dos nossos paes e o berço dos nossos filhos, é a maior expressão da nossa dignidade e da nossa independencia.

Considero uma alta felicidade e uma alta honra, o ser-me permittido manifestar estes sentimentos sobre as nossas classes armadas, a uma figura do reconhecido valor moral e da luminosa capacidade, que quantos acompanham a vida nacional lhe reconhecem, do Sr. general Azeredo Coutinho.

á chuva e esmaçam ao sol. Ellas têm, antes, que ser arvoredos seculares, que se alimentando através de profundas tradições, produzam frutos sazonados, que medrem o principio da continuidade de um povo, perpetuando seus feitos gloriosos através da historia e resistindo assim, impavidamente, á acção deletéria do tempo.

A Polonia esteve sem territorio, mas o tempo não conseguiu fazer desaparecer sua historia e poudo ella, assim, resurgir em Nação, alimentada pela tradição de seus antepassados. A Historia é a arca sagrada que atravessa os diluvios dos povos e vae repor, perante a Eternidade, os escriptos que avaramente conserva, logo que volte a bonança annunciada pela branca pomba da paz.

Henry Haussaye disse que, si é possível escrever muitas paginas sobre a servidão militar do mundo, mais ainda se pode escrever sobre a grandeza e a gloria militares. Nós poderemos, então, ahí acrescentar que do Exército Brasileiro só se podem escrever grandezas e glorias. No entanto, assevera contristado o grande escriptor cearense, Gustavo Barroso: — "Até parece sermos o unico povo que procura esquecer sua vida militar, como se não gostasse de tel-a vivido. Entretanto, nunca fomos vencidos e nenhuma historia militar é mais bella do que a nossa, porque se não conhecemos glorias excepçionaes, não conhecemos revezes dolorosos. Sem o amor ao passado e a lição dos feitos antigos, não pôde haver nacionalidade. Não se ama sua Patria sem amar sua historia. A alma nacional só se pôde afirmar com a continuidade historica".

"Ensinemos a nosso povo a bem querer as nossas coisas. Incutamos-lhe a religião do passado, a que nenhuma nação jamais faltou, porque ella é sua propria alma. Restauremos, com esse alevantado fim, no nosso exercito, o prestigio da tradição;" e particularmente a este Regimento a veneração por seu passado glorioso, accrescentamos nós.

DECANO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA

A origem do nosso amado Regimento fomos encontrar nos priscos tempos das Regencias Trinas, num dos mais tempestuosos periodos da nossa historia, quando, após tantos esforços, passamos a ser, verdadeiramente, um povo independente e a ter um exercito caracteristicamente brasileiro, sendo o nosso Regimento o unico corpo de artilharia de campanha que então se organizou.

Assim como a Fortaleza de Santa Cruz, com a organização do 1º Btl. de artilharia de posição, em 1600, é o decano dos corpos do Exército e o 1º Regimento de Cavallaria o de sua arma, sem que, nunca tenham mudado de parada, conservando este, ainda, sua numeração, é o nosso Regimento o decano da Artilharia de Campanha, embora só tenha surgido na Regencia provisoria, por 4 vezes tenha mudado de designação e seja esta cidade, de Santa Maria, a sua segunda parada.

O EXERCITO COLONIAL

Antes de entrarmos na vida intima de nosso Regimento, vejamos, em rapido resumo, o que

tinha sido o nosso exercito quando das Regencias Trinas.

Até 1824 os elementos das tres armas achavam-se organicamente reunidos e tinham designações locais, taes como: — Batalhão de Infantaria e Artilharia do Rio Grande de São Pedro, Legião de tropas ligeiras da Provincia de São Paulo, Batalhões libertos de Montevideo, Batalhões de Caçadores da Corte, etc.

Na metropole, desde 1806, que os corpos tinham numeração seguida, dentro de cada arma; os progressos de Portugal, porém, muito tardiamente attingiam ao colonial Brasil, o qual, só a 1º de Dezembro de 1824, vae adoptar tal progresso, sendo então, organizadas cinco unidades de artilharia, com a denominação geral de "Corpos de Artilharia Montada", além de 12 corpos de artilharia de posição. Os cinco referidos corpos provinham: o 1º, — das antigas Brigadas de Artilharia Montada da Corte; o 2º, — da Artilharia que destacou da Legião de São Paulo; o 3º, — do Batalhão de Infantaria e Artilharia do Rio Grande de São Pedro; o 4º, — do Corpo de Artilharia a Cavallo das Alagôas e o 5º, — da Companhia de Artilharia a Cavallo da Parahyba. O 3º Corpo, porém, não chega a se organizar, pois o aviso n. 57, de 5 de Março de 1825, manda que o Batalhão de Artilharia e Infantaria do Rio Grande, que o devia constituir, forme o 9º Batalhão de Caçadores. Os demais vão desaparecer com a reorganização feita pela Regencia provisoria.

Além disto, quando da proclamação de nossa independencia, dividia-se, ainda, o Exército, em duas partes distinctas uma só de portuguezes, outra de portuguezes e brasileiros, sendo estes em minoria, pois, sob o pretexto das questões com o Rio da Prata, mandára D. João VI vir de Portugal, em 1816, uma divisão denominada de "voluntarios reaes", divisão esta que foi augmentada no anno seguinte, devido a revolução pernambucana. E, si até então, era bem difficil o accesso aos brasileiros, dahi por deante não mais poderam attingir aos altos postos, por ter o commandante portuguez, Vicente Antonio de Oliveira, representado a D. João VI pedindo "formalmente, que aos brasileiros não se concedesse mais alto posto que o de capitão". D. Pedro I, não obstante ter levado a effeito a primeira organização brasileira, em 1824, pedia, em Outubro de 1825, a todos os governadores das armas, os mapas da força e do armamento, como tambem uma relação das despesas feitas.

O governo ainda não tomara pé com relação ás dissiminasdas forças das provincias, que em vez de constituirem um todo homogeneo eram partes desaggregadas, sem nenhum laço de união. Nem pareciam pertencer a um mesmo Exército, com organização, uniformes e effectivos differentes; constituíam, antes, diversos exercitos.

A officialidade era composta nos altos postos, de portuguezes e, nos demais, de um grande numero de estrangeiros contractados, vindos do exercito colonial que permaneciam no Brasil sem se prenderem a compromisso algum. Após a Independencia foi tal facto julgado perigoso e, dahi, determinar o Dec. de 12 de Janeiro de 1824, a entrega das patentes assignadas por D. João VI, afim de serem substituidas sob pena de demissão e expulsão do paiz.

De uma proclamação Imperial dirigida ao Exercito consta que do Brasil sahiram 14.000 soldados portuguezes por não acceitarem a Independencia.

Em 1825, aquelles officiaes estrangeiros, anteriormente demittidos, eram reintegrados e o Marquez de Barbacena foi encarregado de contractar outros que teriam, em nosso Exercito, um posto acima áquelle do seu, direito á reforma e "tudo a esperar da magnanimidade imperial", como textualmente declarava o aviso n. 55, de 3-3-1825. Em 1829 chegam noticias de que estava prestes a partir, da Inglaterra, uma divisão de tropas portuguezas que se destinavam ao Brasil. Houve alarme geral e tão energica foi a reacção, por parte principalmente da Assembléa, que o Imperador mandou contra ordem. Estava elle, por aquella occasião, em meio de graves embaraços, tanto em relação ao Brasil como em relação a Portugal, cujas corôas tinha em mãos, sem que se sentisse com forças para sustentar qualquer dellas.

A 24 de Novembro de 1830, uma lei estabelece só poderem ser officiaes, inferiores e graduados os cidadãos brasileiros, abrindo excepção, unicamente para aquelles que tivessem collaborado na lucta da Independencia ou obtido ferimento defendendo o paiz.

Ia o exercito assim se libertando do jugo estrangeiro. Restava-lhe, porem, para si e para o paiz, o chefe supremo. Pedro I tinha emancipado o Brasil, mas nem por isso deixava de ser estrangeiro e de favorecer seus compatriotas.

Certo dia demitte elle um gabinete brasileiro sympathico á população e nomeia outro de gente sua. O povo pede-lhe a reintegração do ministerio e elle resiste; Lima e Silva, então commandante das armas, intercede, e elle não cede. O povo, que se reunira no campo de Sant'Anna, já tinha a seu lado toda a guarnição militar, inclusive o Batalhão do Imperador que guarnecia o Paço. O Imperador é avisado dessa gravissima situação e tenta agora mudar o gabinete, para o que faz chamar o Senador Vergueiro, que não é encontrado. Abdica, então, do throno, em favor de seu filho Pedro II, ainda tenra criança, mas que era brasileiro de nascimento.

A assembléa elege uma Regencia provisoria que vae gerir os destinos do Paiz em nome do menor governo que, na idade, já teve o Brasil, o qual chegou, porém, a ser o maior dos brasileiros — pelo amor e serviços prestados á sua terra.

Estava o Brasil, para sempre, liberto de qualquer interferencia estrangeira.

Vae então, a Regencia consolidar o espirito nacional, imprimindo-lhe um caracter essencialmente brasileiro e logo voltou suas vistas para o Exercito, reorganizando-o. Eis, em largos traços e fracas cores a paisagem historica em cujo marco evolutivo fomos encontrar os prodromos do apparecimento do nosso querido Regimento.

1831

NOSSA PRIMITIVA ORGANIZAÇÃO

A Regencia provisoria reduziu e reorganizou o Exercito, baseada no artigo 2º da lei de 24 de Novembro de 1830, dando-lhe, por Dec. de

4 de Maio de 1831, a seguinte composição: 16 Batalhões de Caçadores, 4 corpos de Cavallaria, 5 corpos de artilharia de posição e um corpo a cavallo.

Eis o corpo que, através organizações successivas veio a se transformar no actual 5º R. A. M.

Além dos 5 corpos de posição, era o unico de artilharia de campanha que se criava; dahi sua denominação de "Corpo de Artilharia a Cavallo", sem numeração.

Podemos, pois, nos vangloriar de sermos o decano dos corpos de artilharia de campanha brasileira, cuja fundação data de 4 de Maio de 1831.

Si tal data é, incontestavelmente, a origem do nosso Regimento, a sua verdadeira criação, não ha porque desprezal-a, adoptando-se qualquer das outras, que apenas expressam simples mudança de numeração, como sejam: o 19 de Abril de 1851, o 18 de Agosto de 1888, o 9 de Março de 1909, ou o 11 de Junho de 1919, datas em que elle passou a ser: 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, 1º Regimento de Artilharia de Campanha, 4º e 5º Regimento de Artilharia Montada, successivamente, como vamos mostrar.

O primitivo "Corpo de Artilharia a Cavallo" compunha-se de 4 companhias de artilheiros e 2 de conductores. Cada companhia de artilheiros possuia um capitão, um primeiro e um segundo tenente, um primeiro sargento, um segundo e um furriel, 4 cabos, 46 soldados, um clarim e um ferrador. As de conductores tinham: um primeiro e um segundo tenente, 3 sargentos, 4 cabos, 44 soldados, um clarim e um ferrador. O seu estado maior constava de um Coronel ou Ten.-Cel., um Major, um Ajudante, um quartel-mestre, um secretario, um capellão, 2 cirurgiões, 2 sargentos e um clarim-mór.

A PRIMITIVA CASERNA

Teve aquelle corpo por parada a cidade de São Gabriel ficando o seu quartel na parte N. da cidade, dentro dos limites urbanos e não muito longe do **Passo da Artilharia**, no Rio Vaccacahy, no mesmo local em que se acha hoje a bía organizada do 6º G. A. Cav. cujos edificios foram remodelados em 1874.

NA REVOLUÇÃO DOS FARRAPOS

As ideias que, provindas das Republicas Platinas, echoavam nas cochilhas do Sul, conturbaram nosso Regimento, o qual vae receber seu baptismo de fogo na revolução farroupilha.

Os gauchos brasileiros se enthusiasmaram com o projecto da separação e d'elle fizeram causa patriótica, desde que a Banda Oriental se constituiu em Republica e, os caudilhos da frente vieram em auxilio dos revolucionarios brasileiros. Os farrapos foram, sem duvida, o mais terrivel dos perigos por que passou o Imperio, e foi quando os gauchos revelaram a sua fibra de guerreiros.

Dahi a Regencia mandar, por Dec. de 21 de Março de 1836, dissolver os corpos, que tinham tomado armas a favor dos primitivos republicanos gauchos, os quaes eram: — o nosso Regimento de Artilharia a Cavallo, o 8º de Caçadores, 2º, 3º, e 4º corpos de Cavallaria. Em 10 de Julho do mesmo anno, porém, o Ministro da

Guerra, em nome do Regente Feijó, deixava ao prudente arbitrio do Presidente da Provincia a dissolução de taes corpos, por já ter o 8º de Caçadores voltado a causa da legalidade.

Não chegou a ser por isso dissolvido o corpo de Artilharia a Cavallo.

OUTRAS ORGANIZAÇÕES

O Dec. de 22 de Fevereiro de 1839 dá uma organização mais regular ao Exercito, limitando-se o nº. de officiaes generaes, do estado maior e do corpo de engenheiros.

O Exercito que era de 10.000 homens passou a ter 14.390 nas forças de linha, além dos 2.084 das forças fóra de linha. O nosso Regimento, de 354 homens, passou a ter 562.

1851

1º REGIMENTO DE ARTILHARIA A CAVALLO

A esta organização segue-se a de 19 de Abril de 1851, onde a tropa é dividida em corpos moveis e corpos de guarnição. Aquelles comprehendem 14 Batalhões de Infantaria, sendo 8 de fuzileiros e 6 de Caçadores, 4 Regimentos de Cavallaria ligeira, 4 Batalhões de Artilharia a pé e um Regimento de Artilharia a cavallo, com 6 baterias, sendo as 1ª e 6ª de Artilharia pesada e as demais, ligeiras.

Dahi o antigo "Corpo de Artilharia a Cavallo", apparecer como "1º Regimento de Artilharia a Cavallo", sendo seu effectivo augmentado para 31 officiaes e 786 praças, numeros aos quaes, realmente, não attingiu, como tambem não foi completado em seu armamento, pois, as baterias pesadas deveriam ter, cada uma, 4 peças de seis pollegadas e 2 obuzes de 5 ½ pollegadas e, as ligeiras, 6 canhões obuzes de 4 ½ pollegadas; no emtanto, tinha, apenas, 19 obuzes de bronze, alma lisa de 4 ½ pollegadas.

Com tal material é chamado a intervir

NAS GUERRAS DO PRATA

Digamos algo do valor moral que, para o Brasil, essas guerras encerram, indo desinteressadamente se bater contra a caudilhagem que opprimiu a tres povos: o Uruguayo, o Paraguyano e o Argentino.

A epopéa sangrenta da caudilhagem já durava 9 annos de martyrios para aquelles povos. Tres mil vidas já custara o cerco de Montevidéo. A Inglaterra e a França tentaram ou fingiram tentar uma solução, por accordo, com a clausula da suspensão de armas por parte dos sitiados. Ellas accederam e indecisa foi a acção dos mediadores; emquanto isso, Rosas triumphava em suas tyrannias. Pede elle, arrogantemente, o concurso do Brasil contra a intervenção das esquadras dos medianeiros. O Brasil, porém, declara-se neutro, limitando-se a reconhecer officialmente a Republica do Paraguay e a fornecer-lhe elementos de defesa, mandando instructores militares para o Exercito e Marinha, taes como: Porto-Carrero, Cabrita, Soares Pinto e Caminada, e engenheiros que construíram diversas fortificações, inclusive as de Humaytá, donde, depois, elles nos

combateram. E, a favor do Estado Oriental, toma o encargo dos subsidios, cujo auxilio a França suspendera.

Afinal aquellas duas potencias entraram em entendimento com o dictador. Os Uruguayos ficaram extaeticos, transidos de horror!

Ahi, um grupo de gauchos decididos, cançados das extorsões que soffriam dos tyrannos, chefes de bandos, resolve lutar contra elles atravessando a fronteira ao seu encontro.

Rosas num assomo de colera incontida commette a sandice de retirar seu agente diplomatico junto ao nosso Paiz. Sente-se, então, o governo brasileiro, na obrigação de agir e vae fazel-o de modo nobre e activo, pesando suas acções para não deixar qualquer suspeita de interesse. A 29 de Maio fica estabelecida a sua acção militar num tratado firmado com o governo Oriental, de Entre-Rios e Corrientes, provincias argentinas que se afastaram de Rosas. Ao mover-se o nosso exercito é solicitada do governo oriental, permissoão formal e por escripto para que pisassemos o solo Uruguayo.

Ficava assim patenteado, com luxuosos escriptos, nossa orientação contraria ás guerras de conquistas e reafirmavamos nosso unico intento, de arrancarmos, das garras dos caudillos, aquellas nações irmãs, dando-lhes ensinamentos de civilização e garantindo-lhes uma vida livre de nações independentes.

Empenhámos, em pról deste ideal, o que uma patria nova tem de mais caro: a sua mocidade pujante de vida e entusiasmo. E, como recompensa, só accéitamos aquillo que nunca nos poderão negar, as paginas de ouro que os bravos ali escreveram.

Entrementes, D. Juan Manoel Rosas, num assomo de indignação, para rebater nossa altruistica attitudo, declara que seu intento não consistia, apenas, na annexação de toda as provincias da antiga Vice-realeza de Buenos-Aires, como tambem, ligar a ella a provincia do Rio Grande e promover a proclamação da Republica no Brasil inteiro.

NA LIBERTAÇÃO DA ARGENTINA CONTRA A TYRANNIA DE ROSAS

A 10 de Agosto de 1851, parte de São Gabriel para Sant'Anna do Livramento, onde chega a 21, o 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, sob o commando do Major Emilio Luiz Mallet, com um effectivo de 600 homens, 19 boccas de fogo e apenas 500 tiros.

Acampa ás margens do arroio Sarandy, onde com seis boccas de fogo da artilharia prusiana, e uma bateria de foguetes á Congreve, vae constituir toda a artilharia que fica sob as ordens do Coronel Francisco Antonio da Silva Bittencourt. Além desta, apenas vae incorporar-se á Divisão Brasileira, nas vespas da batalha de Monte Caseros, o corpo de artilharia de D. José Maria Pirán, official das forças de Urquiza, nosso alliado, que trouxe 21 boccas de fogo de diversos calibres, que já tinham pertencido, ao exercito de Oribe. O 1º de Artilharia a Cavallo passou a fazer parte da 4ª Divisão, cognominada ligeira por ser composta de tropas de Cavallaria, sob o commando do Coronel David Canabarro, que exercia a missão de cavallaria independente.

Marchou por Quarahy e penetrou em territorio Uruguayo, onde, vencendo os obstaculos naturaes teve sua primeira etapa de glorias. A travessia dos rios Negro, Yi e seus affluentes foi feita na peor estação do anno, com 5 grãos abaixo de zero, além do vento e da chuva que, durante dois dias, obstaram qualquer acção. Não havia pontes e, para toda a Divisão, só existiam quatro canoas, dois botes, quatro balsas e algumas pelotas. Tinha o rio Yi, 48 braças de largura e, o Negro, 66, e não havia, em suas margens, vegetação, por ser o terreno de banhados e prados, então tomados pela geada. Atravez delles se arrastaram, penosamente, as carretas da subsistencia e as 19 bocas de fogo de nosso Regimento, as quaes só o boi ahi puxava.

"BOI DE BOTAS"

Os nossos conductores usavam, por essa época, compridas e pesadas perneiras, de couro com guarnições metallicas, presas ás pernas por atadores de sóla, que lhes fazia o passo tardo e lembrava o boi das peças. Dahi generalizar-se, aos artilheiros do 1º a Cavallo, a denominação de boi de botas dada aos seus conductores, a qual vae se estender, depois, á toda a arma de artilharia.

DESDOBRAMENTO DO REGIMENTO

Ao fazer-se a concentração em Colonia, ahi fica Caxias com as tropas de observação, enquanto destaca a 1ª Divisão Brasileira para seguir com as tropas de Urquiza. Desta Divisão faz parte o nosso 1º de Artilharia a Cavallo, sob commando do Major Joaquim José Gonçalves Fontes, com 16 peças, constituindo duas baterias de canhões e uma de foguetes.

O Major Emilio Luiz Mallet vae commandar o 2º Regimento de Artilharia a Cavallo, que, então, ahi se forma com as tres restantes peças do nosso 1º, as do contingente prussiano, sob o commando do barão de Lemmert, e do pessoal do 1º batalhão de artilharia a pé, que viera armado de fuzis, organizando-se tres baterias.

Ficou assim o Regimento desdobrado em dois.

1852

NOS CAMPOS DE MORON — ATAQUE A MONTE CACEROS

Na batalha travada a 3 de Fevereiro de 1852, na provincia de Buenos-Aires, povoado de Moron, o nosso Regimento, de inicio, recebeu ordens para responder o fogo da artilharia inimiga, no classico duello da artilharia, de cuja missão foi logo afastado por julgar o General Marques de Souza, cm. da Divisão brasileira, que, dadas as diferenças de calibre, seriam seus tiros inefficazes, enquanto ficava inutilmente exposto aos tiros inimigos; dahi determinar que o Regimento avançasse para lugar de onde pudesse bater o inimigo e distrahir seus fogos de sobre a Divisão Oriental, que partira para combater e seria desbaratada se o 1º a cavallo não o soccorresse.

O 1º a cavallo toma posição adequada, bate o inimigo e permite o avanço incolume da Divisão Oriental.

Um bravo pois, o seu destemido commandante, Major Joaquim José Gonçalves Fontes!

A Divisão Galan, que devia romper o movimento, não se movera. A 1ª Brigada de infantaria brasileira desiste de esperar por ella e vae acompanhar o movimento dos orientaes, debaixo da protecção dos fogos do nosso 1º Regimento e, como os orientaes desviassem muito para a esquerda, seguem os brasileiros em frente, para investir contra o inimigo pelo caminho mais curto, arrostando todo o fogo da posição adversa. Na 1ª linha estavam o 11º e 13º Batalhão e á retaguarda, o 8º. Entremettes, tem o 1º de Artilharia a Cavallo de apoiar o avanço da 2ª Brigada, que segue dirigida pelo proprio General Marques de Souza, o qual ataca a posição de frente, desde a casa de Caceros até ao Palomar, enquanto a 1ª, em angulo recto, ataca, parte da frente e retaguarda de Monte Caceros.

A Divisão Oriental está atacando a linha de carretas e chega á casa de Monte Caceros, passando por sobre cadaveres de soldados brasileiros, que antes alli tombaram; juntam-se os orientaes aos brasileiros e a ultima resistencia é vencida. Foi debaixo da protecção dos fogos do 1º a Cavallo que as 1ª e 2ª Brigadas de Infantaria brasileira, e depois os orientaes, levaram a effeito o ataque á forte posição da direita, a mais importante da linha inimiga, apoiada em Monte Caceros, e puderam, depois proseguir no avanço, não obstante ficarem com o flanco direito no ar, pois mais uma vez, o Cel. Galan, que deveria apoiá-los, não se moveu.

Marques de Souza e seus bravos commandados, não obstante, avançam a passo de carga e vão occupar a posição fortificada á esquerda, onde se abrigavam duas baterias, uma de 14 e outra de 8 peças, dellas se apossam, tornando prisioneiras as suas guarnições e sem detenções se dirigem ao centro da ala esquerda inimiga, onde se acham outras duas baterias. Assaltam taes baterias, já batidas pelo nosso bravo 1º de Artilharia a Cavallo, e estas posições não resistem, nem tambem os batalhões que as apoiavam commandados por Maza, Costa e Hernandez. O bravo Osorio foi quem aprisionou uma destas baterias. A poderosa bateria de Chilavert e a Divisão Diaz, lá da extrema esquerda das forças de Rosas, tentam intervir, para ao menos, salvar a honra das armas. E tomam suas providencias. Chilavert dispõe sua bateria em semi-circulo e vae sacrificando toda a força que se apresente, ao então, poderoso alcance de seus canhões. Diaz, muda de frente á direita, para poder atacar de flanco a Divisão Galan que se dispuzera, afinal, deante de tanta bravura, a fazer alguma cousa.

O 1º de Artilharia a Cavallo, porém, estava attento ao campo de batalha e, como a sua infantaria de Monte Caceros não mais precisava de seu auxilio, podia agora, tambem, para o desgano final do inimigo, dirigir seus fogos para a posição de Chilavert. Este fica impotente, procurando por fim o melhor caminho para Buenos-Aires. A Divisão Diaz não tarda seguir-lhe a trilha acossada pela Divisão Lamadrid. Ao grande Osorio vae caber o acto final. Elle, á frente do seu glorioso e indomito 2º Regimento de Caval-laria, dá ahi a sua ultima e estrepitosa carga.

Ficou restabelecido o governo constitucional na Republica Argentina.

A victoria dos Alliados foi, assim, completa.

Rosas conseguiu fugir para Buenos-Aires, e disfarçado em marinheiro se refugia a bordo do Conflict, navio inglez, que o transportou para a Inglaterra, onde morreu exilado.

1864

PELA REMISSÃO DA LIBERDADE ORIENTAL — NA GUERRA CONTRA AGUIRRE

Os brasileiros domiciliados aquem e além das coxilhas divisorias continuam a soffrer repetidas incursões de forasteiros, blancos e colorados, quer como legalistas, quer como revolucionarios. Por escrúpulos do Imperio, de que suspeitassem visasse o governo do Brasil a conquista territorial, como tambem para que na guerra não se arriscasse a corôa, deixava até que se accumulassem os aggravos que vinham soffrendo nossos patricios, em sua honra e fortuna. O presidente Giró, embora desaffectedo do Brasil, pediu-lhe auxilio quando periclitava sua autoridade; o seu substituto no poder, tambem do partido branco, renova o pedido, a que attendeu o governo enviando 4.000 homens, sob o commando do General Pereira Pinto.

Em 1858, outro movimento irrompe na Republica Oriental e outro pedido de auxilio é feito ao Brasil, que intervem e suffoca a revolta, sendo sacrificados na chacina de Quinteros, nossos alliados de Monte Caceros.

Não obstante tudo isso, ha animosidade por parte dos blancos para com os brasileiros, estancieros da fronteira que, desesperados diante dos prejuizos soffridos, tomam o partido de Flores, o que faz aos blancos redobram suas crueldades.

Os riograndenses mandam um emissario á Côrte, o qual faz sentir ao governo estarem dispostos a ir soccorrer os irmãos desamparados. Sem poder mais contemporizar vae o governo agir com prudencia, para que os blancos não tenham motivos de queixa, e manda a Montevideó, em missão especial, o conselheiro José Antonio Saraiva. Este consegue, com os bons officios dos ministros argentino e britannico, a adhesão do Presidente Aguirre a uma proposta de accordo com o General Flores que, de sua parte, tambem adhere.

De repente, porém, com surpresa de todos, fracassam as combinações.

Era Lopez que actuava nos negocios do Estado Oriental, onde, qualquer intervenção que não a sua, seria "attentatoria do equilibrio dos Estados do Prata" como vae dizer, depois, em protesto á legação imperial.

Esgotados os recursos pacificos, apresentou o Conselheiro Saraiva, em 4 de Agosto de 1864, um ultimatum, marcando o praso de seis dias para que o governo oriental se declarasse prompto a dar satisfação aos justos reclamos do Brasil e integral cumprimento das convenções anteriores, previnindo-lhe tambem que por qualquer acto de força ou oppressão commettida contra os brasileiros, seria tornada effectiva a protecção a que elles tinham direito, invadindo, as tropas

brasileiras, o territorio do Uruguay, pelo norte, e o Almirante Tamandaré exerceria represalia no rio Uruguay.

O governador Aguirre, suppondo que o Brasil recuaría ante o protesto de Lopez tentou ganhar tempo devolvendo o ultimatum.

A esquadra brasileira, que sulcava aguas do Prata, começa a praticar represalias que não tardaram em degenerar em hostilidades. Solano Lopez, que até então agia na sombra, apparece em scena, pedindo ao governo de Buenos-Aires explicações sobre os auxilios que dahi teriam partido para Flores.

Mitre não deu a resposta á impertinencia. A seguir, dirige-se Lopez ao Brasil e communica que "não consentiria na occupação de qualquer porção de territorio oriental". Os blancos exultam com taes gestos de Lopez. Flores, após um mez de armistício, reenceta sua campanha e o governo imperial põe de parte os escrúpulos de sua politica e vae cooperar com o chefe colorado.

A MOBILISAÇÃO BRASILEIRA EM 1864

Em nota confidencial, datada de 7 de Setembro, dizia o Conselheiro Saraiva ao Visconde de Boa Vista, governador da Provincia do Rio Grande do Sul, que lhe parecia necessario e urgente a entrada do exercito brasileiro no territorio da republica para expellir, do Cerro Largo, Paysandú e Salto, as forças do governo oriental e que a divisão de operações deveria levar o pessoal e material necessarios para sitiá-lo, e tomar á viva força, se preciso fosse, a cidade de Paysandú, onde estavam entrincheirados mais de 1.000 homens, com 20 peças de artilharia bem collocadas. A 21 de Setembro, eram expedidas, do Rio de Janeiro, ordens terminantes para que nossas forças occupassem aquellas cidades.

As forças que deviam allí operar, porém, ainda não estavam organizadas e só a 22 de Setembro foi feita a nomeação do Marechal João Propicio Menna Barreto para commandal-as, conforme fez publico a ordem do dia n. 416, de tal data.

No entanto, desde Maio, o antecessor do Visconde de Boa Vista, bacharel João Marcellino, vinha expondo a conveniencia da organização de uma divisão que acampasse em ponto strategico da fronteira e dava conta da situação, dizendo: "Poucas são as forças de linha da guarnição na provincia e estas estão mal fardadas, mal armadas e disseminadas por varios pontos longínquos.

O Arsenal e depositos bellicos estão desprovidos de material, os regimentos não têm cavallhada e o inverno se approxima. Ha na provincia 5 regimentos de linha, 1 de artilharia a cavallo, 4 de cavallaria ligeira com um total de 1.319 homens e 3 batalhões de infantaria com 1.184 praças". Para Matto Grosso já marchavam forças do Rio, São Paulo, Minas e Goyaz, em socorro daquella provincia invadida pelos paraguayos. Para o Sul apenas foi possível mandar-se o 4º e o 12º batalhões de infantaria ou sejam mais 1.200 homens.

O Marechal Menna Barreto, ao receber a investidura do commando em chefe, achava-se

em São Gabriel; dirigiu-se então para Bagé, junto a cuja cidade, nas pontas do Rio Pirahy, vae effectuar, apressadamente, a concentração do divisão com que Saraiva pensava contar na fronteira, desde muito antes, prompta para invadir o Uruguay e com a qual ameaçara seu governo.

Para completar um effectivo de 4.000 homens, teve de recorrer á guarda nacional, organizando 6 corpos provisórios, dos quaes um foi reforçar a fronteira das Missões e os cinco restantes foram completar as divisões que vão cobrir-se de glorias em Paysandú.

A Osorio cabe o commando da 1ª Divisão e ao Brigadeiro Menna Barreto o da 2ª. As Brigadas de Cavallaria eram commandadas: a de linha pelo Coronel Candido José Sanches da Silva Brandão e as da guarda nacional pelos brigadeiros honorarios José Joaquim Andrade Neves e José Gomes Portinho e Coronel José Alves Valença e as de infantaria: a 1ª, constituída pelos 4º, 6º e 12º batalhões pelo Coronel Antonio Sampaio e a 2ª, dos 3º e 13º batalhões, pelo Coronel Carlos Resin.

Os dois outros corpos de infantaria que foram mandados em Dezembro, o 2º e o 10º, chegaram com tal atraso que não mais alcançaram a Divisão Menna Barreto, acamparam em Alegrete e foram aproveitados, depois, na defesa de Jaguarão, em 27 de Janeiro de 1865.

A CONTRIBUIÇÃO DO 1º REGIMENTO DE ARTILHARIA

A artilharia era constituída por tres baterias do valoroso **1º Regimento de Artilharia a Cavallo**, as 2ª, 3ª, e 6ª, as quaes, a 18 de Outubro de 1864, deixavam o seu quartel sob os commandos respectivamente dos capitães Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça, Hermes Ernesto da Fonseca e Antonio Carlos de Magalhães, tendo como subalternos os 1os. Tenentes Ernesto Augusto da Cunha Mattos, João Nepomuceno de Medeiros Mallet e os 2os. Tenentes Justino Silveira, José Maria de Moraes, José Manoel Teixeira Rios, José Antonio Lessa, Ignacio Antonio de Gouvêa Junior, Antonio Carlos de Oliveira e Mello e o Alferes addido Onofre José Antonio dos Santos.

O conjunto das baterias ia sob o commando do Ten. Cel. Emilio Luiz Mallet constando de 6 canhões obuzes e 168 praças, pois o regimento estava muito desfalcado em seus effectivos, quer em praças, como em animaes.

Não eram tambem satisfactorias as suas condições com relação ao material.

Em 1864 a artilharia raiada já fizera seu advento na Europa e o Brasil possuia della algumas baterias no Arsenal do Rio de Janeiro. O nosso valoroso 1º de Artilharia, porém, só possuia 14 velhos obuzes de bronze, com alma lisa. Feitas algumas marchas, acampa o Regimento, a 31 de Outubro, no Pirahy. A 17 de Novembro chega ahí o Capitão Luiz Fernandes de Sampaio trazendo, com procedencia do Rio de Janeiro, 6 canhões La Hitte, raiados, calibre seis, com pertences e munições.

Vinha como subalterno o 2º Tenente, do 1º a Cavallo, José Thomaz Theodozio Gonçalves e 33 praças do 1º batalhão de artilharia a pé; estas,

como as praças do 1º Regimento a Cavallo, desconheciam a artilharia raiada.

O Marechal Menna Barreto determina que se faça um exercicio de fogo com os novos canhões, o que se realiza em sua presença no dia 10 de Dezembro, dando cada peça 4 tiros, com os quaes deram os artilheiros por capazes de fazer a campanha, regressando ao Rio de Janeiro o Capitão Sampaio.

Além dos 12 canhões, que agora alli possuia o 1º Regimento, vieram juntar-se 6 peças de campanha Witworth e 12 obuzes de bronze da Marinha. Flores só dispunha de 7 canhões. Eis toda a artilharia com que se ia sitiar uma cidade fortificada.

A cavallaria estava pessimamente armada, quem tinha lança não levava outra arma, o mesmo acontecendo a quem tinha espada ou carbina. E, si assim estava armada, peor estava montada, os animaes eram na maior parte chucros; de inicio só os bons cavalleiros podiam montal-os.

Mais uma vez iamos contar sómente com a bravura dos nossos soldados.

NO ASSALTO A PAYSSANDU'

A 1º de Dezembro começa a marcha; mas devido á urgencia ficam no acampamento de Pirahy Grande as carretas de munição, levando cada peça apenas 70 tiros nos armões.

A 1ª Divisão marcha para o Passo da Viola onde a 2ª Divisão se lhe vae reunir e, ambas, tomando o nome de "Exercito do Sul", vão transpor a linha divisoria a 2 de Dezembro. A nossa esquadra sob o commando do Vice Almirante Tamandaré bloqueiara o porto de Salto, enquanto Flores operava em terra auxiliado pelas forças de desembarque da esquadra brasileira. O Coronel Leandro Gomez, que o guarnecia, retirara-se para Paysandú e o Coronel Palomeque, que o substituiu, rendeu-se sem resistencia, por falta de recursos.

Flores marcha sobre Paysandú onde, auxiliado pela esquadra brasileira, combateu tres dias. A resistencia era heroica e a cidade não se entregaria sem grandes perdas por parte dos atacantes. Resolveu Flores suspender o combate aguardando as Divisões brasileiras, que tardavam a chegar, as quaes, scientes disto, passaram a fazer marchas forçadas. Ás sete horas do dia 29 chegava o "Exercito do Sul" a São Francisco, distante legua e meia de Paysandú.

Ahi encaminham Menna Barreto, Flores e Tamandaré.

Elaborado o plano, passou-se o dia 30 nos preparativos de combate e localização das tropas, cujos effectivos eram 1.695 infantas, além dos 600 homens de Flores com 4 boccas de fogo e 320 desembarcados da esquadra sob o commando do Major Corrêa da Camara e 195 artilheiros de Mallet ou sejam 2.810 homens. Os cavallarianos de Osorio ficaram a 9 kilometros distantes de Paysandú, em observação pois que não havia como empregar a cavallaria.

Dentro de Payssandú estão os chefes Leandro Gomez, Luccas Pires e Azambuja com 1.254 praças e 15 boccas de fogo de 16 e 18, col-

locadas em boas posições, dispostos a uma resistência vigorosa, abroquelados nos edifícios, cujas sotéas facilitam a defesa, com as ruas cobertas por barricadas e trincheiras.

As posições da artilharia, foram procuradas pelo commandante em chefe acompanhado do da artilharia, sendo escolhido para ellas a cochilha da Boa Vista, ao norte, a cavalleiro da cidade. Para ahi marcham, á noite, todos os canhões, pois, pelas proximidades da linha de defesa da cidade não era possível occupal-as de dia.

Mallet é quem dispõe a tropa. Ao alto da collina ficam os 12 canhões do seu querido 1º Regimento; na sua frente, a 120 metros desenvolvem-se em atiradores, protegendo a posição, duas companhias do 4º batalhão de infantaria; á retaguarda, as outras companhias e, mais para traz, em reserva, a restante infantaria brasileira aguarda o momento de marchar para a frente.

A' direita do 1º Regimento ficam 2 peças Withworth, de 30, sob o commando do Tenente Henrique Martins e 2 Coronadas, de 32, sob o commando do Tenente Mariz e Barros e a esquerda dois Withworth, calibre 6, constituindo a artilharia movel sob o commando do Ten. Joaquim Francisco de Abreu, todos da Marinha.

UMA SORTIDA

Às 2 horas da madrugada, do dia 31 de Dezembro, tenta o inimigo uma sortida contra nossa artilharia, sopundo surprendel-a em seu natural descanso.

Ignorava elle o valor do chefe que organizara a posição. A linha de atiradores, providencialmente estendida na frente, faz, porém, mallogar-se a empresa, com o seu nutrido fogo.

O COMBATE DE 52 HORAS

Às 4 horas e 20 minutos estoura sabre nossas linhas o primeiro projectil da artilharia inimiga. E, durante 52 horas, consecutivas, mantem-se um bombardeio energico, de parte a parte.

De inicio tomba mortalmente ferido, por estilhaço de granada, na cabeça, o Tenente da Marinha, Henrique Martins, que commandava as peças Whitworth, de calibre 30. Pouco depois outra perda dolorosa iamos soffrer. As Cias. do 4º Btl., por não terem tido ordem de retirar-se, permaneciam na frente da bateria e devido á má qualidade das espoletas, uma granada explodiu a poucos metros daquelle tropa ferindo mortalmente o 1º Ten. José Antonio de Lima Junior e matando a dois de seus soldados. O mallogrado Lima Junior veio a fallecer quando era conduzido para Buenos Aires a bordo do vapor Recife e foi enterrado na ilha Martin Garcia. O Gen. João Propicio ao saber do lamentavel acontecimento, ordenou áquellas Cias. se reunissem ao seu Btl. Notando o bravo Mallet que seus tiros não attingiam a praça, por estarem della muito distante os canhões, fel-os avançar e desde então os estragos dos canhões eram perfeitamente visiveis. O infatigavel 1º de Artilharia já atirava seguidamente por cerca de 5 horas restando-lhe apenas poucos tiros. O Cmt. em chefes avisa en-

tão ao Almirante que estava exgotada a munição da artilharia, que cessasse o fogo dos navios porque ia assaltar a praça. E assim foi feito.

As 10 horas, de 31, o clarim do General dá o toque de avançar e aos vivas ao Imperador e á nação brasileira, avança a nossa infantaria em columna cerradas, ao passo de carga, ao som dos clarins e rufos dos tambores, mão grado o vivissimo fogo dos occupantes que havia transformado cada casa num fortim, de cujas janellas e sotéas cahia sobre os assaltantes um chuva de balas. Estavam os atacantes a 400 metros da praça quando toca "marche-marche" tendo o 13º btl., ao entrar nas primeiras ruas, 27 mortos, além de varios feridos, dando os cmts. ordem para arrombar as casas, desalojando o inimigo.

NAS BARRICADAS

As casas são tomadas, uma a uma, e os occupantes que não são mortos ou feridos, nessa lucta retiram-se para as trincheiras da Praça da Matriz, transformada em reducto central. Era preciso ir até lá, mas a artilharia inimiga alli assediada varria as ruas que lhe davam accesso, tornando-as intransitaveis. O Cmt. em chefe recorre ainda, ao inesgotavel 1º Regimento de Artilharia a Cavallo. Para o decisivo e arriscado combate de barricadas, ahi vêm 2 peças La Hitte com os seus derradeiros cartuchos e informa o General Bormann: "Immediatamente estes canhões foram devidamente collocados e o seu cmt., 1º Ten. Ernesto Augusto da Cunha Mattos distincto e bravo official de artilharia, começou a hostilizar os do inimigo. As certeiras pontarias destas 2 boccas de fogo espalharam então, nas baterias inimigas a desordem, e o seu fogo foi diminuindo de intensidade, elle, que resistira sempre vivo ao dos navios.

Um bravo a est'outro genuino heroe do glorioso 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, Tenente Cunha Mattos!

O combate prosegue pela noite a dentro, com a mesma intensidade com que se iniciara de dia e embora a lua allumiasse em sua plenitude, com a fumaça da polvora e dos incendios nada se distinguia, senão a curta distancia.

Imponente por demais, era o quadro que apresentava Paysandú.

1865

RENDIÇÃO DE PAYSANDU'

O anno de 1865 desponta no auge da peleja. Já 4.000 projectis de artilharia tinham explodido dentro da praça. Ao anoitecer de 1º mais algumas posições tinham sido conquistadas pelo denodo dos assaltantes, emquanto diminuia sensivelmente o vigor da fuzilaria e canhoneio inimigo e, ao amanhecer do dia 2, já se não ouvia os frequentes vivas e morras dos occupantes da praça, de cujo interior surgiu um parlamentario com um officio de Leandro Gomes, pedindo um armisticio de 8 horas para enterrar os mortos e medicar os feridos. Interregado informa o parlamentario que tinham morrido os chefes Lucas Pires e Tristão Azambuja. Este era brasileiro, um renegado que servia ao estrangeiro contra sua

patria e dissera desejar saber em que via lhe corria o sangue brasileiro para rompê-la com os dentes. O soldado do 3º Btl., Manoel Lopes Ribeiro fez-lhe a vontade com certa pontaria, d'elle restando a par de sua grande bravura uma recordação opprobriosa. Preparavam os chefes brasileiros, a resposta, quando outro emissario se apresenta, era o Cel. Atanagildo Saldanã, colorado que cahira prisioneiro dos blancos. Volta elle com a resposta do nosso cmt. que antes de 8 horas estariam senhores da praça e que se rendessem á discreção que seriam bem tratados.

Na maioria das casas já tremulava a bandeira brasileira. Leandro Gomez redigia uma resposta á nota brasileira quando é surpreendido pelo Ten. Cel. André Alves Leite de Oliveira Bello, e o general oriental entregou-se, sem poder concluir sua nota; como declarasse preferir ser prisioneiro de seus compatriotas foi entregue ao Cel. Gayo Suarez que o fuzilou como tambem a 3 officiaes por ter sido sua familia victima da crueldade daquelle chefe.

O nosso General protesta, fazendo-lhe ver o quanto sentia ver assim manchada uma tão esplendida victoria. Para attenuar tal impressão consentem libertar, sem condições, aos 93 officiaes prisioneiros, dos quaes 20 retiraram-se para Montevideo, onde vão continuar a servir a causa de Aguirre, como tambem fazer parte daquelles que excitaram o povo a enxovalhar a bandeira brasileira.

Os nossos bravos alcançaram a praça da Matriz, a Sebastopol sul-americana, como lhe chamavam os blancos, o celebre reducto central, e vão assaltá-lo, quando surge, tremulante, uma bandeira branca, pedindo paz. Paysandú e sua persistente guarnição tinham cedido á bravura e ao arrojo dos assaltantes. E a aurora de 2 de Janeiro de 1865 cantou o hymno de glorias com que se assignalava mais uma pagina brilhante na historia patria.

Não pequeno tinha sido o tributo do soldado brasileiro. Tombados na peleja, entre mortos e feridos, tivemos 18 officiaes e 237 praças, além de 2 officiaes de marinha e 30 marinheiros.

Do nosso regimento tivemos dois soldados mortos e dois feridos.

O ELOGIO A' ARTILHARIA

O commandante em chefe, em sua ordem do dia n. 17, de 7 de Janeiro, relata o ataque á praça e faz referencias especiaes aos corpos e individuos que se salientaram, dizendo relativamente á Artilharia: — "O Sr. Ten. Cel. graduado Emilio Luiz Mallet, commandante das baterias de artilharia e incumbido de sua collocação desempenhou este serviço com actividade e zelo. Durante o combate mostrou sempre coragem e zelo".

São a seguir citados nominalmente todos os officiaes do 1º de Artilharia a Cavallo, com excepção do Tenente Lessa que, doente, tinha regressado ao Rio Grande, por se terem portado

com distincção; sendo não obstante, prosegue a referida ordem do dia, mais digno de menção o Sr. 1º Tenente Cunha Mattos, que além dos serviços prestados nas baterias, foi destacado com duas peças para collocar-as nas ruas da cidade e dirigir seus fogos, cujo serviço desempenhou com pericia e muita bravura".

Pela ordem do dia n. 54 foi indultada a pena de 15 dias de prisão, a que fora condemnado o Cap. Hermes Ernesto da Fonseca, visto como, achando-se preso, se offerecera para marchar contra Paysandú, onde se portou com distincção.

MARCHA SOBRE MONTEVIDEO

A 12 de Janeiro marchou o Exercito para Fray-Bentos, onde se reúnem novos reforços vindo do Brasil, eram 1.700 homens, inclusive o 1º batalhão de artilharia a pé, do qual uma das baterias era commandada pelo Capitão Manoel Deodoro da Fonseca.

A 14, embarcou a infantaria nos navios da esquadra, seguindo as armas montadas por terra, até Santa Lucia, onde desembarcou a infantaria, reunindo-se na Villa União, proximo a Montevideo, cuja praça iam assediar.

Estava ella fortificada e guarnecida por 4.000 homens e 40 boccas de fogo.

Com a vinda dos alumnos da Escola Militar da Corte e a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, contavam já os assaltantes com 7.101 combatentes, embora só tivessem 14 boccas de fogo. Aguirre tinha alli accumulado todos os recursos de que poude dispor e a cidade contava com 50.000 habitantes.

Esperava-se por isso, fosse muito energica a resistencia.

A capital da republica oriental cahe, no entanto, em verdadeira convulsão. Aguirre, afflicto, appella para Lopez e este lhe responde que já fizera o bastante invadindo Matto Grosso, e que só poderia enviar um exercito si Entre Rios e Corrientes se declarassem separados de Buenos-Aires e aliados de Montevideo.

Desatinado, decide Aguirre appellar para o corpo diplomatico, este lhe nega auxilio; occorrelhe, então, fazer invadir o Rio Grande.

E para essa missão destaca Basilio Muñoz e Aparicio com 1.500 cavallarianos, os quaes, a 27 de Janeiro de 1865, surgem diante de Jaguarão, intimando a praça a render-se.

AS DIVISÕES DE CONSERVAÇÃO

O Presidente Souza Gonzaga, desde que recebeu as primeiras noticias das declarações de guerra do Paraguay, comprehendeu que a fronteira do Uruguay estava ameaçada e resolveu organizar duas divisões da guarda nacional, pois que a tropa regular de que dispunha a Provincia constituia o exercito com que o Marechal Menna Barreto marchava sobre Paysandú; deu o com-

(Continúa)

Episodios da vida do 1º Regimento de Artilharia

Contribuição do general reformado João Borges Fortes

MANOBRAS

O Exercito, que tem sido em todo o decurso de nossa historia elemento decisivo e factor preponderante nos grandes movimentos em prol da nacionalidade brasileira, tem tambem sido o instrumento manejado pela politica, quando os primeiros symptomas de taes movimentos começam a se revelar.

Em 1885 pré-gava-se livremente a substituição da fórmula de governo, e a propaganda republicana assumia uma feição systematica, obstinada e decisiva nos seus propositos.

Era necessario, para contrabalançar essa agitação, para galvanizar as instituições da Monarchia decadente, alargar a esphera de suas sympathias, aprofundar as raizes que prendiam a familia imperial na opinião do paiz. E, nesse proposito, indispensavel era que o príncipe-consorte, o Conde d'Eu, se aureolasse de prestigio e admiração, se não de sympathias e estima, no seio da classe em que tinha sido exercitado, no Exercito, onde tinha a mais alta patente e que já houvera commandado como Chefe supremo na phase de perseguição aos destroços do que fôra o exercito de Lopes, no Paraguay.

As maiores guarnições do paiz eram a do Rio de Janeiro e a do Rio Grande do Sul. No Rio o Conde tomava sempre parte nas *grandes manobras* de Santa Cruz e Campo Grande, sem progresso para o seu prestigio pessoal, valha a verdade...

O mesmo confessado pretexto, grandes manobras, reuniu nos campos da Fazenda Nacional de Saycan todas as tropas da guarnição do Rio Grande do Sul no mez de Janeiro de 1885.

Commandante em chefe e director das manobras: o Conde d'Eu.

Após essa manobra, cujo fim real era prestigiar o príncipe no seio do Exercito, foi publicado um detalhado Relatório impresso, que pôde ser consultado pelo historiador do Regimento.

O Primeiro Regimento de Artilharia a Cavallo tomou parte na concentração de Saycan e nas manobras.

Fazia parte do Estado Maior de S. A. o então primeiro tenente Hermes Rodrigues da Fonseca. Em meados de Janeiro, o Conde, viajando de Cachoeira para S. Gabriel, (a estrada de ferro só alcançava nesse tempo a estação de Ferreira) sesteava nos Tres Passos, municipio de S. Sepé, em uma estalagem á beira do caminho.

Uma outra comitiva tambem sesteava no mesmo ponto, na margem do curso d'agua adjacente, viajando em direcção opposta, de S. Gabriel para Cachoeira. Era D. Zeferina Abbott, com filhos e neto, que levava para os collegios de Porto Alegre. Essa senhora era tia do Tenente Hermes (o Juca, como era chamado na intimidade e na sua infancia) e este foi logo ver e abraçar sua parente, a quem desde muitos annos não tornara a encontrar.

Foi essa a primeira vez que vi o Marechal Hermes, a quem annos mais tarde vim render a mais sincera amizade e admiração.

Cabiu a Monarchia em 1889. O Conde não realizou o seu objectivo; o terceiro reinado eclipsou-se como um meteoro, os aulicos viram suas manobras esbarrondadas.

Após tres annos de instituições republicanas, a guarnição do novel Estado era chamada a outra concentração, para effectuar *manobras*.

Como as de 1885, não eram os exercicios indispensaveis ao preparo dos grandes commandos, ao estabelecimento do contacto das varias armas, á pratica dos serviços de campanha, ao desenvolvimento do espirito de camaradagem, á transformação do ambiente de quartel para o de campo de operações...

Nada; mais uma vez eram manobras de politica...

Deodoro abandonara o governo da Republica e fôra substituido por Floriano. Julio de Castilhos, o imperterritito propagandista da Republica, o incomparavel organizador do Rio Grande do Sul em Estado autonomo, o mais forte esteio das novas instituições, o Presidente que viria a ser o alvo de todas as reacções contra o regimen republicano, Julio de Castilhos, fôra deposto e conservava no seio da guarnição militar do Sul um indiscutivel prestigio, que a qualquer momento se poderia revelar por um movimento armado, que o restauraria no governo do Estado, quizesse ou não o poder federal.

Para aparar o golpe, para evitar o surto de acontecimentos que se vinham preparando rapidamente com o sacrificio da disciplina militar e ameaça ao governo federal, para tirar os officiaes do contacto com os chefes partidarios locais, para reunir todas as tronas e subordina-las ao mando de seu chefe hierarchico, os regimentos e batalhões foram arredados de seus quartéis e vieram acampar nos mesmos campos de Saycan.

Director das manobras: o General Bernardo Vasques, que desempenhava as funções de Commandante do 6º Districto Militar.

Bernardo Vasques não se poudo manter á testa das tropas. O ambiente da politica brasileira estava de tal modo perturbado em consequencia do golpe de estado de 1891, que o general não podia se afastar de Porto Alegre, onde um governo incapaz e impopular se via ameaçado de cahir a cada instante, enxotado do poder pela enorme e esmagadora maioria republicana dos partidarios de Julio de Castilhos.

Floriano vacillava entre os triumphadores de um momento de anarchia e os legitimos republicanos.

E as manobras de 1892 resultaram num fracasso formidavel.

O Primeiro Regimento de Artilharia de Campanha marchou de S. Gabriel com seu effectivo completo em homens, canhões e animaes, sob o commando do Coronel Jorge Diniz Santiago.

Em Março de 1892 incorporei-me ao Regimento, como Alferes-alumno.

O mez de Março foi o da chegada de todas as tropas, vindas dos mais longínquos pontos do Estado.

Em Abril deviam começar as manobras e o programma inicial estava distribuído, quando sobreveiu uma temporada de chuvas torrencias. O acampamento fôra mal escolhido: com a chuva incessante os locais de algumas unidades foram inundados e teve de ser mudado o seu acampamento durante a noite e até mesmo com risco de vida. Outras ficaram cortadas de abastecimento pelas fortes correntes que se formaram e impediram a circulação. Foi uma desorganização geral.

Começou então um periodo de terríveis provações. O campo de Saycan ficou impraticável, com a sequencia das chuvas. O rio Santa Maria, na proximidade de cujas margens ficava o acampamento, mantinha-se avolumado e de perigosa travessia, o que occorria também com o Saycan e com o Cacequy, transformado o local das manobras em uma verdadeira ilha.

Os viveres, a carne, começaram a se fazer escassos. Os animais da artilharia e da cavallaria, que não eram forrageados, alimentando-se só com as pastagens dos campos, definhados pelo frio, pela chuva e pelas rondas permanentes iam morrendo ás dezenas.

E os batalhões e regimentos ainda não podiam regressar. As manobras militares estavam em deliquescencia: as politicas em plena effervescencia. Fazia-se pelo Brasil a substituição dos governos que haviam apoiado Deodoro, por outros afeiçoados ao Marechal Floriano.

Foi impossivel continuar em Saycan. Um outro local de concentração foi escolhido, obedecendo á condição unica de ficar nas proximidades do centro de abastecimento, — a estação de Cacequy.

As unidades arrastaram-se como puderam para o novo acampamento, á margem do Ibicuihy, abaixo do Passo de Santa Victoria.

Se as condições do acampamento eram precarias em Saycan, pessimas foram em Santa Victoria. O frio era rigorosissimo, as chuvas continuavam, como é commum, no inverno do Sul.

O local alto e ondulado, sem abrigo algum de matos ou capões; as pastagens de *barba de bode*: dentro de curto prazo, o campo em torno do acampamento era o estendal dos cadaveres dos ultimos animais sobreviventes á mortandade de Saycan.

Nessa hecatombe desapareceram os muers da artilharia. O Primeiro Regimento ficou a pé.

A politicagem que se procurara afastar do seio das corporações armadas fervilhava. No acampamento entravam e sahiam os emissarios das duas correntes politicas que dividiam a opinião rio-grandense, federalistas e republicanos, aquelles esforçando-se por guardar o governo, estes organizando a revolução que restabeleceria o partido republicano no poder e reimplantaria a legalidade, com a constituição de 14 de Julho.

Dentro do acampamento havia uma *promptidão* secreta. As unidades se preparavam para tomar partido na luta partidaria, ao primeiro movimento que qualquer dellas iniciasse. Havia naquella grande acampamento batalhões e regimentos promptos para apoiar os federalistas, como outros o fariam pelos ideaes republicanos. A maioria era, porém indiscutivelmente de filiados ao partido republicano. No meio

dessas duas correntes volumosas fluctuavam os amorphos, os que adherem sempre ao vencedor.

O Primeiro Regimento de Artilharia estava com os republicanos e os nossos armões estiveram carregados de granadas e lanternetas, promptos a qualquer momento para empenhar-se em combate, se um tiro partissem ali em Santa Victoria, em prol da causa federalista.

A 17 de Junho de 1892 resolvia-se a angustiosa crise. Julio de Castilhos, após uma explosão revolucionaria iniciada em Porto Alegre, com propagação por todo o Estado, voltava a restabelecer o regimen legal, reassumindo o governo e logo renunciando para que o povo rio-grandense pudesse livremente pronunciar-se em nova eleição.

Attingindo ao paroxismo, a crise serenara. Voltaria dentro em breve, com effeitos muito mais duradouros, a reacção contra as instituições republicanas. Aquelle momento, porém, foi de relativa calma.

Resolvida a campanha politica, cessava o motivo para sujeitar os pobres corpos de tropa naquella penosa situação a que tinham sido atirados. Veiu a ordem de regresso a quartéis.

O Primeiro Regimento teve de recorrer aos seus fieis amigos de S. Gabriel. Não tinha meios de locomover-se...

E de lá, com verdadeiro sacrificio, porém com magnanima generosidade veiu o que era possível ser mandado.

Alguns dias de preparo, outros de marcha e por uma lindissima tarde de Agosto o velho Regimento de Campanha, da artilharia que fôra outrora a cavalle, entrava alegremente em S. Gabriel com a sua bandeira enrolada no fundo de uma carreta, sem o seu commandante á frente, com os seus 24 canhões Krupp 7,5 aligeirados puxados a bois que os soldados iam conduzindo aos brados: — Éta, boi velho; éta, Pitanga; tóca, Ramalheite...

Teria havido relatório destas manobras?

II

REVOLUÇÃO FEDERALISTA 1893 — 1895

A reacção contra o regimen republicano culminou no anno de 1893, com a revolução federalista. São de hontem os acontecimentos e estão vivos na memoria de todos nós, delles participantes.

O Primeiro Regimento manteve-se em sua guarnição durante quasi todo o anno de 1893. S. Gabriel foi um nucleo de resistencia em prol da Republica. Com a sua artilharia e um batalhão de infantaria a cidade esteve sempre em poder da legalidade.

Francisco Rodrigues Portugal, um veterano do Paraguay, organizou com os civis do partido republicano do municipio e de municipios vizinhos, uma divisão de *patriotas*, para auxiliar a resistencia contra a revolução.

Nos ultimos dias de Agosto desse anno essa Divisão encontrava-se, no Serrito do Ouro, a poucas leguas de S. Gabriel, com o exercito revolucionario reunido e, deante da esmagadora superioridade deste, soffria uma fragorosa derrota.

Os remanescentes da Divisão derrotada vieram abrigar-se na cidade, e a guarnição do Exercito teve de abrir fogo, repellido com energia os vencedores

que vieram até ás portas da cidade em sua perseguição.

Em Dezembro do mesmo anno os defensores do regimen de 15 de Novembro soffriam uma grande catastrophe. O Marechal Isidoro Fernandes, commandando um forte destacamento de tropas do Exército, da Policia do Estado e *patriotas*, deixava-se ineptamente cercar e derrotar no Rio Negro, por forças revolucionarias. Sacrificou centenas de victimas e fez desaparecer o mais numeroso contingente de forças republicanas do Estado, pois que as outras grandes unidades se haviam deslocado para Santa Catharina e Paraná, arrastadas pelo curso das operações.

A revolução tomou consideravel alento e teve tempo e recursos para ir ameaçar a cidade de Bagé, que fechou em rigoroso sitio. Foram dias de angustia para a Republica...

A' frente da guarnição de Bagé estava o Coronel Carlos Telles, soldado intemerato, figura que se tornou legendaria nesse memoravel transe e que intransigentemente resistiu com os bravos commandados a todos os horrores da luta e do cerco.

Foi nesses dias longos de combates e de provações que o 4º Regimento de Artilharia, o rebento directo do antigo Primeiro a Cavallo, cobriu-se de glorias, pelo seu denodo e heroismo.

O commando em chefe da resistencia republicana era desempenhado em Porto Alegre pelo General Francisco A. de Moura, ministro da Guerra, que desde algum tempo viera para o Sul, para accelerar o desenvolvimento das operações contra os revolucionarios.

Nessa terrivel contingencia, consequente ao fracasso do Rio Negro, com Bagé sitiado, sem forças para operar, era um grande risco conservar S. Gabriel, que não estava a cavalleiro de um golpe do inimigo. Todas as forças teriam de ser lançadas para salvar a perigosa ameaça sobre Bagé, e S. Gabriel foi abandonado.

O Primeiro veio para Porto Alegre. No quartel teve de deixar o seu archivo, grande parte de seu material, não comprehendido o de guerra que levou todo, seus abastecimentos de fardamento, mobiliarios, muita coisa emfim...

A retirada se fez por Umbú, onde alcançava a estrada de ferro e, até essa estação, pela pessima estrada de rodagem.

De Porto Alegre o Regimento começou a fornecer destacamentos. Com a Divisão do Centro, commandada pelo General Arthur Oscar e que operava no Estado de Santa Catharina, tinha o Primeiro uma divisão (2 canhões) que havia feito todas as marchas, inclusive a descida pela terrivel picada do Chico Pinto, de S. Francisco de Paula para Conceição do Arroio, e tomara parte no combate de Araranjá, destacamento commandado pelo tenente Antonio Moreira e de que fazia parte o Alferes-alumno Abri-lino de Abreu.

Para a Divisão do Norte, do intemerato General Lima, foi uma outra divisão (2 canhões), que com outros dois lá existentes, do 4º Regimento de Bagé, formaram uma bateria, que ficou sob o commando do capitão Thimeteo de Faria Corrêa: subalternos Narciso Peixoto Lopes (que já era commandante da artilharia do 4º.) Ramiro da Silva Souto e Luiz Maria Xavier de Brito.

Esta bateria tomou parte na batalha de Umbú a 27 de Junho de 1894 em que se decidiu a victoria da Republica.

Para uma Divisão commandada pelo Coronel A. A. Fontoura Menna Barreto foram outros dois canhões, com pessoal do Regimento, e sob o commando do Tenente Jonathas Rego Monteiro.

Esta divisão tomou parte em todas as marchas e operações da Divisão Menna Barreto.

Só após a pacificação de 23 de Agosto de 1895 pôde o Primeiro Regimento voltar ao seu antigo quartel. Encontrou-o completamente damnificado. Os seus assoalhos tinham servido para lenha, como as portas e jardins. Um dos parques desabara; o quartel era um montão de ruinas, um miseravel albergue, não alojamento de soldados da unidade do Exército que vinha de cumprir seus deveres na luta, do Regimento de tão honrosas tradições.

Tudo o que lá ficara estava perdido. Mas a maior perda, inestimavel, irremediavel foi a do precioso archivo da velha corporação. Um incendio na Secretaria tudo destruiu...

A penosa situação que o Regimento veio encontrar ao seu regresso á antiga guarnição perdurou.

Em vão todas as reclamações, todos os pedidos, todos os protestos...

O mal chronico deste Brasil, — finanças arrebatadas, — nada permittia fazer pelo Exército e menos ainda por um regimento esquecido e abandonado no remoto centro de um Estado longinquo.

E o Primeiro de Artilharia soffreu resignado, definhou, viu ir lentamente apagando-se a aureola luminosa de seu renome, sumir-se no occaso a estrela brilhante de sua gloria e de suas tradições.

MENNA BARRETO

A elevação do Marechal Hermes da Fonseca ao Ministerio da Guerra despertou no seio do Exército uma aura de beneficas esperanças e creou em sua vida collectiva uma salutar faina de actividade e renovação.

Projectava-se a reorganização geral da instituição militar, sob principios e idéas adelantadas, decorrentes dos ensinamentos da guerra russo-japonesa. O passo fundamental seria o abandono do systema de alistamento, o do voluntariado, substituido pelo do sorteio obrigatorio, o que, transformando a constituição das fileiras pelo banimento do mercenarismo do engajamento, daria ao Exército um cunho de escola de patriotismo activo e um caracter civicamente nacional.

A vida intima do quartel ia receber modificações incalculaveis e acreditava-se que com ellas viria a definitiva organização da força armada, completa, instruida e dispondo dos recursos materiaes que o seu destino exige.

Emquanto se estudava com o maior afincamento o projecto decisivo de reorganização, foi preciso dar uma estrutura ao que existia no Exército, e portanto crearam-se grandes commandos e fez-se uma distribuição de tropas, dentro das circumstancias do momento.

A reorganização definitiva só veio a ser decretada em 4 de Junho de 1908.

Durante o periodo de transição a cidade de São Gabriel foi erigida em sede do commando da 3ª Bri-

gada de Infantaria, componente da 2ª Divisão, com sede em Santa Maria.

Da 3ª Brigada faziam parte:

Batalhão de Infantaria (S. Gabriel).

Batalhão de Infantaria (Livramento).

Regimento de Cavallaria (Livramento).

Corpo de Transporte (S. Gabriel).

1º Regimento de Artilharia a cavallo (S. Gabriel).

Para o Primeiro Regimento de Artilharia foram do mais salutar efeito os resultados dessa reorganização. Desde longa data que um verdadeiro entorpecimento era o característico da gloriosa unidade.

O General Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto foi o commandante felizmente nomeado para o commando da 3ª Brigada. Continuator legítimo de uma estirpe de legendarios soldados, o bravo batalhador da revolução de 93, tão decidido no combate quão generoso na victoria, espirito inteiramente dedicado ao serviço de seu paiz e chefe que sabia attrahir a dedicação de seus commandados, pelo seu exemplo, pelo incitamento que transmittia aos que o secundavam e comprehendiam, Menna Barreto praticou um commando que foi um modelo de predicações militares.

No Primeiro Regimento encontrou o General um quartel em franca e progressiva ruina, uma tropa enervada e que se limitava aos serviços de guarda, sem exercicio, sem enthusiasmos, amodorrada... Para compensar, um pugilão de bons officiaes em franco dissidio com aquillo, impossibilitados, porém, pela disciplina e pela boa camaradagem, de removerem as causas que obstruam as suas louvaveis tendencias.

Com o proprio prestigio arrancou elle as verbas magras de orçamentos que lhe permittiram ir pondo paradeiro á ruina material do Quartel, verbas que até então tinham alcançado o nosso velho regimento.

O primeiro esforço do General foi bater a ferrugem dos portões dos quartéis, abrindo-os para que os soldados e officiaes, recobrando a alegria, o ardor, sáhssem em formaturas cheios de garbo, com suas espadas e bayonetas reluzentes, scintillando ao sol, ao publico.

O nosso regimento passára tempo sem *sacudir os nervos*, nessas exhibições apparentemente inuteis, porém indispensaveis para despertar qualidades necessarias aos soldados, como o espirito de classe e o amor de sua unidade.

Não se faziam paradas... Exercicios de evoluções, como nos bellos tempos de outr'ora, menos. Tiro ao alvo no Campo da Invernada, rarissimamente.

Havia para cohonestar uma tão triste situação uma poderosa razão; um pretexto, seria melhor dizer: o regimento não tinha arreamento de tracção e não se podia locomover. Pobre paralytico...

E' facto que por toda a cidade e pelo municipio a dentro não era de surprehender encontrarem-se arreamentos *reunidos* nos lombos de parelhas puxando carroças particulares ou paizanas...

O system de dar em consumo e descarregar o que se estraga era uma porteira aberta a quanto abuso se imagine e uma incitação ao desperdicio.

Quanta vez ouvi de meu commandante de então a suprema apostrophe: — "*Ahi vem VV. com as suas theorias...*" quando queriamos tiral-o daquella pratica, do nada fazer, nada mover, nem a si proprio para ir ao quartel!

Menna Barreto, velho e experimentado soldado, conhecedor do officio e dos homens, sabia como as coisas se iam passando e como modificá-las.

Começou por exigir *parada* dos domingos que assistia do Quartel General, e a que compareciam todas as tropas da guarnição. Passou logo a determinar revistas geraes, revistas em ordem de marcha, sacudiu em manobras frequentes, de dupla acção, as mentalidades dos officiaes, que ia revesando no commando dos partidos, com grande beneficio para alguns que bem precisavam dessa actividade physica e intellectual e finalmente organizou uma grande operação de ataque e defesa de D. Pedrito, manobra de maior envergadura, com a cooperação de tropas de toda a Brigada, corôamento que seria daquelle curto porém afanoso periodo de trabalho, de fecunda instrucção da 3ª Brigada.

O General era infatigavel. Cedo, pela manhã, estava elle a cavallo, percorrendo os quartéis, assistindo ao cumprimento de suas ordens, ao inicio dos exercicios que prescrevera ou aos que eram de iniciativa dos commandos subordinados. A sua presença animava aos que trabalhavam; as suas attitudes, sem de leve obscurecer o prestigio do commando e do chefe, illuminavam o companheiro de armas que sempre se revelára e que era uma das suas grandes virtudes.

Realizou milagres! O Primeiro Regimento, o paralytico de que falamos, impossibilitado de se mover, formava dentro de prazo muito curto, com as suas quatro baterias, em uma apparatusa revista em plena Praça da Caridade, lado a lado com o corpo de Transporte, com todo o seu material especial e a par do 3º. Batalhão de Infantaria, rebrilhante e garboso, no seu effectivo completo.

E um montão de velhos arreamentos, que a inepcia atirara para as casas do *mau estado* nos mapas de carga, fóra removido para a nova officina de corrieiros, creada no momento, e de lá sahira para as baterias e para as formaturas.

A população de São Gabriel, que se desacostumara de ver tropas nas ruas, olhava com manifesto jubilo aquella actividade, a resurreição dos tempos em que ella acompanhava com a sua sympathia e carinho os antigos regimentos de Mallet, de Filinto e de Lima e Silva.

Como que reatando uma tradição, o regimento inaugurava com um salão de conferencias e de instrucção, o retrato do maior de seus commandantes da paz, o insigne Coronel Filinto Gomes de Araujo, na esperança, por certo, de que aquella effigie seria um talisman tutelar, serviria de exemplo sempre presente aos olhos daquelles que tivessem a honra de servir sob a bandeira do heroico regimento de Tuyuty.

O General Menna Barreto presidiu e applaudiu a feliz iniciativa de seus commandados.

Ainda um grande serviço prestado pelo General á guarnição de S. Gabriel e á instrucção do Exercito foi mandar estudar e construir uma linha de tiro no campo da Invernada da Artilharia, propria para o exercicio daquella arma, como para armas portateis.

Fui o incumbido de realizar essa construcção, e em 15 de Novembro de 1907 era inaugurada a Linha de tiro "General Menna Barreto".

No momento em que a entreguei prompta para ser utilizada no seu nobre objectivo, a preparação de

O PROBLEMA DOS QUADROS

Em qualquer exercito os quadros representam o proprio exercito, por isso que constituem os *orgãos de direcção*, do mais alto ao mais baixo da escala hierarchica. Em todos os tempos, a preocupação fundamental de quantos organizaram exercitos como *instrumentos de guerra* recahiu sobre a constituição de quadros efficientes por suas possibilidades physicas, moraes e profissionaes.

A complexidade das modernas organizações militares acarreta para a questão dos quadros, como para tantas outras, certa transcendencia por impor-lhe innumerables modalidades para attender ao desdobramento e á especialização das funcções. A *heterogeneidade funcional* se tornou a principal característica dos quadros de um exercito moderno; mais que nunca, ou se *estuda a fundo* o problema com a *decisão firme* de resolver, por processos adequados a cada especie, as questões delle decorrentes, ou *quanto se fizer* valerá tanto como uma construcção, cujos fundamentos sejam lançados na areia.

* * *

Este é bem o nosso caso. As successivas reorganizações levadas ao nosso exercito já-mais encararam, *sériamente*, o problema dos quadros como fundamental. Tratado sempre por *meias medidas*, têm permanecido *praticamente* no mesmo pé.

Por isso, de exercito só temos a fachada. É que falta a toda a sua montagem a *energia motora de quadros verdadeiramente capazes*. Os factos demonstram, á saciedade, que a

mentalidade de nossos quadros e suas aptidões funcçionaes são insufficientes em face das tarefas criadas pelas successivas reorganizações de nossa machina militar.

Esses males residem precipuamente na profunda heterogeneidade que marca os nossos quadros, *heterogeneidade congenita* que se tem de accrescentar á *heterogeneidade funcional* inherente á complexidade de nossa organização á moderna.

Essa *heterogeneidade congenita* faz de nossos quadros bizarro mosaico em que se misturam elementos da mais variada formação e de idade, as mais desencentradas, até mesmo em um unico posto ou em funcções identicas. Nessa mistura, os elementos de eleição ficam como que submergidos, eterna e inutilmente a espera de *zona de acção proporcionada ás suas possibilidades*.

Não se póde negar que possuímos em nossos quadros, e em numero já satisfatorio, verdadeiros elementos de escól, mas temos de convir que o exercito não tira desses elementos — embora elles se empreguem desinteressadamente, abnegadamente — o rendimento que sua actuação poderia fornecer.

Se continuarmos sem quadros, especialmente sem chefes, á altura de suas funcções, e desarticulados por innumerables causas dissociadas, de nada valerá reorganizar-se o commando, as tropas e os serviços, adquirir-se material, remodelar-se o regimen dos estabelecimentos militares, etc., etc.: — *A toda essa montagem continuará faltando a energia motora de quadros verdadeiramente capazes*.

bons atiradores, na presença do illustre General e na de todas as forças da guarnição, como perante a população civil, convidada expressamente, justifiquei, em sobria allocução, a homenagem que entendi dever ser-lhe tributada, dando o seu nome áquella Linha.

Muito sincera foi essa homenagem e bem merecida por quem tanto fizera com proficiencia, com elevação, pelo reerguimento da guarnição de S. Gabriel, de sua classe e de seu paiz.

A instrucção de tiro de artilharia não se faz hoje em linhas proprias, faz-se nos campos de tiro de instrucção.

Provavelmente terá desaparecido a construcção, restarão só vestigios, que por sua vez irão se apagando com o tempo e o abandono.

A Linha de Tiro ruiirá. O nome de Menna Barreto, porém, ficará sempre de pé; será lembrado como o de um grande chefe militar, de um irmão de armas das épocas da cavallaria idealista; e se não tivesse, esses titulos que conquistára com a sua

galhardia de Bayard, teria um com que corôou a sua honrada carreira militar e a sua vida publica.

Foi Antonio Adolpho Menna Barreto o ultimo abencerragem de uma geração de republicos que soube arrojarse a pasta de Ministro da Guerra, quando a alta posição não se enquadra com as linhas rigidas de seu caracter, que a politica não conseguira quebrantar.

... ..
É pensar que depois delle a pasta de Ministro de Estado se transformou em Secretaria dos Negocios da Guerra...

Recordando com estas paginas episodios da vida do Primeiro Regimento de Artilharia a Cavallo, teria eu, necessariamente de pôr em accentuado destaque a figura do inolvidavel General, testemunha que fui e cooperador em parte minima, no muito que elle fez pela renovação material e moral do velho regimento, gloria da arma de artilharia.

Rio, Junho 1930.

Exército e Marinha

Consoziados pelo objectivo elevado e unico que é a defesa nacional em suas multiplas modalidades, Exército e Marinha, contrariando as exigencias desse nobre consorcio, reciprocamente se desconhecem. É uma triste verdade que a mais rapida observação evidenciará, talvez com surpresa para os que a fizerem.

Encerrados em distinctos circulos de actividade, officiaes do Exército e officiaes da Armada raramente se encontram e poucas vezes têm oportunidade de trabalhar em conjuncto.

É certo que nestes ultimos annos o mal vem sendo corrigido. Manobras em que tomaram parte forças de terra e forças de mar, officiaes de ligação em escolas militares e navaes, outros fazendo cursos, como alumnos, e conferencias, como professores, em umas e outras, são as primeiras ligações já realizadas e que cumpre não interromper.

Entretanto, bem poucos são os que se podem congratular por este conhecimento reciproco. A quasi totalidade dos officiaes de terra conhece apenas uma dezena de officiaes de marinha e raros são os que com elles mantêm relações de amizade. E o mesmo, estamos certos, dirão os nossos collegas da Armada.

E, desse desconhecimento reciproco gravissimas consequencias decorrem quando somos chamados para resolver juntos os graves problemas que as responsabilidades profissionais confiam ao nosso estudo, entrelaçados em um mesmo systema de equações.

Onde encontrar os operadores naturalmente indicados para trabalhar em conjuncto? Qual a capacidade de cada um? Quaes as virtudes? Quaes os defeitos? De que material póde cada um delles dispôr? Que cabedades podem trazer á operação em que vão collaborar?

Estas e outras interrogações serão a principio respondidas por um silencio acabrunhador.

E só da propria cooperação, do contacto estreito no espaço e prolongado no tempo e quiçá de mil dissabores, decepções e erros de

gravissimas consequencias para uns e outros é que surgirá, talvez já muito tarde, a necessaria e imperativa resposta.

E até lá quantos perigos poderão correr as duas partes interessadas! E quantos males decorrerão, inevitaveis deste desconhecimento reciproco!...

É, pois, urgente restringir e até mesmo annullar a distancia que circumstancias inexplicaveis ou de menor valor, involuntaria e inculcada desidia, fazem separar marinheiros de soldados.

Interesses communs exigem nosso frequente contacto; obrigações correlacionadas impõem que estejamos sempre juntos; responsabilidades identicas conduzem-nos ao mesmo campo. Não esperemos, portanto, que aquelles interesses e estas obrigações e responsabilidades mostrem a conveniencia de estarmos sempre aptos para o trabalho em fraternal collaboração. Derribemos expontaneamente os frageis muros que nos separam e que nunca deveriam existir.

Neste desideratum a "Defesa Nacional" mantém suas paginas abertas á collaboração dos nossos collegas da Armada, certa de que, com a preciosa coopeação que nos trouxerem, virão mil oportunidades para que se estabeleça entre nós a ligação que muito almejamos e que tanto nos honrará.

Modestos operarios da grande obra de defesa nacional que é a nossa razão de ser e, agora mais do que em qualquer tempo, empenhados na consolidação deste portentoso monumento, muito nos orgulhará trabalhar ao lado dos que ainda nestes dias de pesadas attribuições mostraram-nos compartilhar nos mesmos soffrimentos e nas mesmas alegrias e abraçaram connosco as mesmas responsabilidades do momento historico que vamos atravessando.

Não esqueçamos — marinheiros e soldados — que as ligações cordiaes são os laços mais solidos e mais proficuos em todas as eventualidades.

A instrução dos quadros

Pelo Cel. PEDRO CAVALCANTI

E' um problema relevante na vida do Exército o da sua instrução. Instrução dos quadros, instrução da tropa.

Da instrução dos quadros, a parte relativa ao regimen escolar segue programmas uniformemente delineados, é orientada e ministrada por mestres nas differentes disciplinas, de maneira que os resultados colhidos têm sido bons e, não raro, excellentes.

A instrução dos quadros nos corpos, porém, não apresenta o mesmo rendimento nem os mesmos resultados apreciáveis.

Apesar das disposições regulamentares que obrigam o commandante de corpo a ser o instructor dos seus officiaes, e que, parallelamente lhe definem o papel de instructor inteiramente responsavel pela efficiencia do papel que lhe cabe, apesar disso essa instrução geralmente ou não é dada, com evidente prejuizo para os officiaes, ou se restringe a uma parcella minima de caracter sportivo.

Realmente não é empresa facil traçar um programma de instrução, com a dosagem necessaria das materias e a progressão consequente.

Não basta conhecer os regulamentos. Praticar o que elles prescrevem presuppõe o conhecimento prévio, quanto á instrução para o combate, dos principios que regulam o emprego tactico das armas e dos processos do emprego da tropa.

Compreende-se que o regulamento estabeleça as limitações necessarias e até certo ponto esboce uma progressividade do ensino.

Mas a idéa directriz, o pensamento constructor, o engenho que alimenta o exito na ardua tarefa de ministrar conhecimentos a outrem, tudo isso excede o ambito dos regulamentos e só se adquire pelo estudo acurado dos principios e da doutrina de que os regulamentos são apenas um reflexo.

Ha um decennio que da instrução dos nossos quadros participa uma missão militar para esse fim contractada.

Si não fôra o erro de obrigar aos seus cursos sómente os officiaes de postos menos elevados, erro que só ultimamente se procurou em parte corrigir, certamente lograríamos hoje estar numa situação mais propicia no ponto de vista da homogeneidade da instrução nos differentes postos, sobretudo nos superiores.

A gradação do saber não segue obrigatoriamente a gradação hierarchica.

O numero de galões, por si, nem traduz maior bagagem de conhecimentos profissionaes, nem importa, para quem o traz, numa prerogativa de maior efficiencia como instructor e educador, isto é, como chefe.

Veja-se a gravidade que assume esse aspecto do problema, quando é certo que o chefe não pôde nem deve delegar qualquer parcella de responsabilidade num commando que exerça.

Precisamos encarar, portanto, com o maior empenho o interesse da instrução dos quadros nas unidades.

Os officiaes que passem pelos cursos de aperfeiçoamento e vão aos corpos terão um esforço dispersivo si a emulação não provier do commando, traçando as directrizes a seguir, coordenando as iniciativas, dando a cada um a tarefa a realizar, no só sentido de tornar a tropa efficiente e aparelhada para a lucta.

No momento urge buscar uma situação de equilibrio nos quadros de tropa, que será alcançada, intensificando-se o aperfeiçoamento dos officiaes de postos mais elevados.

Sempre appellamos para o tempo e nos acoitunhamos já a crêr na vagarosidade da evolução.

Entretanto, em boa regra, o que se comprahenderia, para assim dizer intuitivamente, que o mesmo criterio fosse adoptado desde começo para todos os postos, uma vez que, nos ensinamentos da ultima guerra, foi entre nós, como geralmente, reconhecida a necessidade de revêr e aperfeiçoar os conhecimentos dos quadros.

Processos de guerra inteiramente novos exigem uma nova mentalidade profissional para a sua conveniente applicação. Começamos, porém, a transformação, de caracter tão profundamente refundindo os valores nos primeiros postos, assim por annos a fio, sem seriamente pensar que não ha fructificação possivel na instrução da tropa sem a disciplina intellectual e sem a autoridade que advem do exercicio pleno do commando dentro de cada gráo hierarchico. Hoje, com o numero de excellentes instructores existentes nos primeiros postos, já possuímos sem duvida para os cursos de armas das escolas de aperfeiçoamento elementos em condições de ahi tomarem a sua direcção.

O mesmo quanto á Escola de Estado-Maior, contando com o nucleo de officiaes superiores já plenamente preparado. Carecemos, porém, de completar a obra para os postos mais altos.

Si não fôra o atrazo mantido na solução integral do problema, já, após um decennio de ensinamentos da missão, poderíamos, a contentar perfeitamente regularizada a questão da instrução dos quadros nas differentes unidades e, tambem, entregar aos officiaes brasileiros direcção e o exercicio de toda a tarefa do ensino nas escolas de aperfeiçoamento e de Estado-Maior.

A remodelação do Exército

Algumas idéas sobre a organização militar propriamente dita

Pelo Cap. MARIO TRAVASSOS

Nenhum outro momento que o actual se mostraria tão a propósito para refundir-se nosso aparelho militar. O estado revolucionario é por si mesmo a quebra da rotina e, com isso, o rompimento de todos os preconceitos capazes de travar o surto de realizações amplas e profundas.

O maior mal a affectar nosso organismo militar sempre foi o das meias medidas e o momento é o das medidas integraes. Sómente isso nos anima a tratar do assumpto dessas linhas. Em outras circumstancias seria de todo inutil lançar idéas como as que se vão seguir, idéas que *esboçam um plano de organização militar* quanto possível ajustado á feição das coisas nacionais.

1. — AS BASES DO PLANO

Essas bases respondem, de um lado, a *certas tendencias* que se vêm revelando desde ha muito, de outro a *certas necessidades* que se impõem satisfazer.

Examinemos cada uma dessas componentes:

a) *tendencia a:* (1).

— abolir a ordem regimental e aligeirar as grandes unidades;

— não admittir calibre superior ao 105 para a artilharia de campanha, nas grandes unidades (divisões) apenas o calibre 75 (remuniciamento, mobilidade);

— augmentar o numero das grandes unidades de cavallaria, alliviando-lhes o effectivo e accrescendo a potencia de fogo dos R. C.

b) *necessidade de:*

— adoptar-se criterio geographico mais rigoroso na repartição militar do territorio, isto é, ajustar melhor a repartição dos cmds., das tropas e dos serviços ás razões geographicas (physicas, economicas, politicas e sociaes) que regem a materia;

— acabar de vez com a expressão vaga do Norte como *reservatorio de homens*, cuja instrução e emquadramento são absolutamente irrisorios;

— organizar o cmd., tendo em vista a multiplicação das grandes unidades devida ao aligeiramento das actues; (2)

(1) Não commentamos esses topicos, apesar de discordarmos pessoalmente de alguns delles. Apenas registamos correntes de opinião no meio militar.

(2) Nesse particular, salientemos a importancia dos órgãos de cmd. e serviços em nosso paiz. Certamente a organização do cmd. irá tornar-se mais complexa ou menos simples que a actual, em que se pede simultaneamente a um cmd. de Região o cmd. de uma grande unidade e a direcção burocratica da região militar correspondente. Embora até disproporcionada ás tropas, a complexidade do cmd. nenhum

— prevê os serviços de caracter social e politico que o Exército pôde, *directamente*, prestar ao paiz, como elemento colonizador (tropas regionaes);

— fazer com que desapareçam de vez as forças policiaes, incorporando-as *de facto* ao Exército como tropas auxiliares.

Dentro dessas bases que, de resto, correspondem a *realidades insophismaveis*, podem-se elaborar varios planos de organização. O que esboçamos não tem outra pretensão que ser uma das muitas soluções a admittir-se.

2. — ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS

O Exército Nacional comportará tres categorias de forças, assim descriminadas:

a) — *Forças de batalha* — constituindo o exercito de 1.^a linha, a ordem de batalha propriamente dita (grandes unidades, unidades dos escalões superiores);

b) — *Forças auxiliares* — constituindo o exercito de 2.^a linha, como forças da zona de etapas e do interior (corpos de infantaria e cavallaria);

c) — *Forças regionaes* — constituindo unidades de caracter exclusivamente territorial (destacamentos)

a) — *Forças de batalha.*

Grandes unidades — 18 Bdas. Mixtas com a seguinte composição: (agrupadas em 7 Divisões de Ex.).

Cand. — Gen. Bda., 2 sec. de E. M., cmts. da I. (Cel.) e da A. (Cel.), chefes dos serviços, $\frac{1}{2}$ esq. C. e dest. de trns.

Tropas I. — 5 B. C. (cmd. de Ten. Cel.) a 3 cias, 1 cia. Mtrs. P e 1 cia. extranumeraria;

1 cia. de Morteiros Brandt (5 sec. de 2 peças).

A. — 3 grupos de dorso (1.^o Grupo cmd. de Ten. Cel.) correspondendo ao apoio directo;

1 grupo de 75 montado, (cmd. de Ten. Cel.) missões de conjunto (protecção).

Os grupos commandados por Ten. Cel., comportarão os órgãos de agrupamento.

E. — (cmd. de Major) 1 Cia de sap. min. e 1 equipagem de pontes (leve).

C. — 1 R. C. a 2 esquadões.

Inconveniente apresentará. A instrução da tropa, desde que haja recursos materiaes, já é tarefa facil, inclusive por que já ha tradições que asseguram seu funcionamento. Ao contrario, o recrutamento, a mobilização, os transportes, as manobras, a instrução dos quadros, a subsistencia, o remuniciamento, e o reaprisionamento em geral eis o que sobreleva. Dadas a incipiencia e mais caracteristicas das coisas nacionaes, se quizermos possuir um exercito realmente efficiente, haveremos de ter como que a *ca-bega maior do que o corpo*

Serviços — Os órgãos actuaes, feitas as reduções e adaptações necessarias.

Unidades de Divisão do Ex. (dotação por Divisão).

1 R. C. a 4 esquadrões.

Grupos de 75 e 105 proporcionados, em numero, ás Bdas. Mixtas da D. Ex.

Órgãos directores e formações especiaes dos Serviços, estas segundo a região de que se trate.

Grandes Unidades de Cavallaria.

5 D. C. — do typo das actuaes, mas a 3 R. C. I. e 1 Grupo a Cavallo de 3 bias (75), augmentada a potencia de fogo dos R. C., inclusive pela adopção de 1 sec. Brandt.

Unidades aereus (como lembrança).

b) *Forças auxiliares.*

— A se constituirem em B. C. e R. C. com as actuaes tropas policiaes dos Estados;

— as unidades superiores dessas forças não ultrapassarão o G. B. C. e o G. R. C. (grupo de regimentos de Cavallaria);

— Serão consideradas tropas de D. de Ex. e guardarão seus processos actuaes de vencimento (dos quadros e das fileiras) pelo menos em sua essencia;

— O cmd. das unidades superiores e, em certos casos, e dos B. C. ou R. C., serão privativos de officiaes do exercito de 1ª linha.

c) *Forças regionaes.*

— A se constituirem em destacamentos de base de Cia. ou esquadrão (segundo a região) reforçados por secs. de Mtrs. P., ou de B. C. e R. C. (idem) reforçados por sec. de Morteiro Brandt ou bia de dorso, conforme o caso;

— esses destacamentos, levando-se em conta sua base e as circumstancias da sua guarnição, comportarão formação dos serviços, notadamente sapadores, unidades de trabalhadores, dest. de trns., intendencia, etc.

— serão consideradas tropas territoriaes e, como tal, recrutadas, enquadradas, equipadas e instruidas;

— sua actividade e composição devem ser previstas em regulamentação especial que assegure seu papel como elementos colonizadores, por excellencia, e mantenedores do tracto de territorio onde permaneçam;

— segundo as necessidades de organização do cmdo., poderão ser previstos grupos de dests. afim de se coordenarem as actuações dos dests. tendo em vista a finalidade das forças regionaes.

3. — DIVISÃO MILITAR DO TERRITORIO

O territorio nacional será dividido como se segue: (3).

(3) A repartição admittida segue de perto a caracterisação das "*regiões naturaes*" que se podem distinguir em nosso territorio e que, de modo geral, se podem agrupar em Brasil platino, Brasil longitudinal e Brasil amazonico.

a) 4 *Regiões Militares* (R. M.) onde estacionarão as forças de batalha; a cada R. M. responderão tantos *Districtos Militares* (D. M.) quantos D. Ex. que contenha; a cada D. M. as *Zonas Militares* (Z. M.) correspondentes ás Bdas. Mixtas ou D. C.

b) 1. *Região Militar Colonial* (R. M. C.) onde estacionarão as forças regionaes; a R. M. C. comportará 2 *Districtos Militares Coloniaes* (D. M. C.) cada um correspondendo a *Zona Militares Coloniaes* (Z. M. C.) relativas ao dest. ou Grupo de dest. que contenha.

Notas — As forças auxiliares fazem parte do D. M. ou D. M. C. em cujo territorio estacionem;

— em qualquer D. M. (D. Ex.) em que se revele a necessidade de tropas regionaes, serão criadas Z. M. C. attribuidas ao cmd. da D. M. (exemplo — *Fóz do Iguassú*).

a) *Regiões Militares.*

As *Regiões Militares* se constituirão do seguinte modo:

Brasil platino: (2 R. M.)

1.ª R. M. *Séde Porto Alegre.*

Rio Grande do Sul — 1º D. Ex. a 3 Bdas. Mx. e 3 D. C.

Paraná e Santa Catharina — 2ª D. Ex. 2 Bdas. Mx. e 1 D. C.

2 R. M. — *Séde S. Paulo.*

São Paulo e Sul de Matto Grosso (Vertente platina) — 3ª D. Ex. a 3 Bdas. Mx. (2 em S. Paulo); 1 D. C. (S. de M. Grosso).

Brasil longitudinal (2 R. M.)

3ª R. M. — *Séde Districto Federal.*

Districto Federal, Estado do Rio e Espirit Santo — 4ª D. Ex. a 3 Bdas. Mx.

Minas e Bahia — 5ª D. Ex. a 3 Bdas. Mx. (uma na Bahia).

4ª R. M. (Nordeste) — *Séde Recife.*

Sergipe, Alagoas, Pernambuco — 6ª D. Ex. a 2 Bdas. Mx.

Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará — 7ª D. Ex. a 2 Bdas. Mx.

b) *Região Militar Colonial* (Brasil amazonico) — *Séde Belém.*

1º D. M. C. — os territorios do *Maranhão, Piauí e Goyaz.*

2º D. M. C. — os territorios de toda a região amazonica, no rigor do termo, inclusive o *Norte de Matto Grosso* (vertente amazonica).

Nota — a guarnição de cada districto a fixar-se, consoante as necessidades, em destacamentos e grupos de destacamentos do typo das unidades das tropas regionaes.

AOS NOSSOS LEITORES

Organização do Grupo Mantenedor

Ao irromperem os acontecimentos de Outubro ultimo, resolvera a Direcção de "A Defesa Nacional" suspender provisoriamente a publicação da revista até que fosse solucionada a cisão havida no paiz. Desnecessario se torna justificar a conveniencia dessa medida, por isso que as varias razões que a aconselhavam decorrem espontaneamente a todos os espiritos.

Tendo cessado esses motivos, cuidou a mesma Direcção de reencetar a actividade da revista, cujo passado de dezeseite annos de trabalho, de constancia e de fé pelo futuro de um Brasil prospero e por um Exercito verdadeiramente digno da tarefa de guarda da honra e integridade patrias, lhe impõe, hoje mais do que outróra, responsabilidades e encargos muito serios.

Por bem pesar esses encargos e responsabilidades e por desejar, como sempre, que a sua actuação corresponda fielmente ás necessidades das classes armadas e aos sentimentos de sua officialidade, decidiu o Grupo Mantenedor buscar o auxilio effectivo dos antigos

esteios da revista e de alguns collaboradores, cujo interesse pela obra aqui realizada e cuja experiencia a respeito dos problemas militares são de molde a prestigiar a acção da revista.

Nesse sentido ingressaram para o Grupo Mantenedor os Coroneis Arnaldo de Sousa Paes de Andrade, Bertholdo Klinger e Pedro Cavalcante, Tenente-Coroneis Emilio Lucio Esteves e Pedro Aurelio Góes Monteiro, Major Valentin Benicio da Silva e Capitão Gustavo Cordeiro de Faria.

Para permittir maior efficiencia em sua actuação foi reorganizada a Administração da Revista que passou a ser constituída de uma Directoria (4 Directores), em vez de um Director unico; conserva-se uma Secretaria e uma Gerencia.

Foram eleitos para os logares de Directores os Coroneis Paes de Andrade, Klinger, Tenente-Coronel Góes Monteiro e Capitão Araripe; para Secretario o Tenente Humberto Castello Branco e para Gerente o Capitão Alexandre Chaves.

— ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CMD. (4)

O Cmd. das Bdas. Mx. será attribuido a Gen. de Bda. e o dos D. Ex. a Gen. de Divisão:

a) as actuaes funções de cmt. de Região serão repartidas entre esses dois escalões de cmd., de maneira que se assegure a cada um as prerogativas inherentes á natureza do cmd. respectivo;

b) prevalecerão para o Cmd. de D. as funções que visem a *preparação das tropas para a guerra, bem como sua entrada em campanha*, só no territorio attribuido as D. Ex. (D. M.)

O cmd. das R. M. e da R. M. C. caberá a Gen. da Divisão com a *nota de apto ao cmd. de exercito*;

a) ao cmdo. das R. M. será applicado o

(4) Vide nota 2.

que está previsto para os actuaes *Inspectores de Grupos de Regiões*;

b) O Q. G. do cmd. da R. M. comportará inspectorias de armas e serviços (1 chefe e 1 adjunto).

b) O cmd. da R. M. C. se assemelhará, em suas attribuições, ao cmdo. das R. M.; a adaptação deve ser feita *sem que se perturbe a finalidade de seus órgãos como elementos territoriaes e de character colonizador*.

c) de modo geral, o cmd. da R. M. C. deve prever a defesa do proprio territorio e organizar sua contribuição no plano de reabastecimento nacional em caso de guerra.

Nota — Na R. M. C. e nos D. M. C. (eventualmente nas Z. M. C.) só não serão regionaes os cmd. até Grupo de dest. (eventualmente dest.); dahi para baixo o recrutamento dos quadros e das fileiras deve ser previsto lançando-se mão das populações locais, inclusive selvícolas.

O R. I. S. G. 1 9 3 0

Pelo Cel. BERTHOLDO KLINGER

V

(Continuação da Parte C. — Observações por menor.)

DO TITULO IV — 89 — No capitulo I, "Das recompensas", o art. 266 em seu § 1º refere-se a um "livro de recompensas e castigos". Só o enunciado dessa designação conquista logo unanime applauso á ideia desse aperfeiçoamento. Era tradicional o "livro de castigos", onde, sob o ponto de vista do comportamento das praças, eram lançados os seus "deve", afim de facilitar a consulta nos casos de alterações pessoais a resolver, para as quaes é regulamentar a prévia verificação dos antecedentes: faltava um instrumento analogo, que na mesma operação de contas facilmente levasse ao balanço os "haver". Este livro unico de recompensas e castigos, de "deve e haver", ou conta corrente do comportamento, resolve o caso.

Conviria completar com a determinação de que em materia de castigos não são sómente os disciplinares os que ahi devem ser debitados, lançados, mas tambem quaesquer saques sobre o codigo criminal.

Este mesmo § 1º exclúe da averbação nas relações de alterações o louvor verbal, o louvor escripto particular e as dispensas de revista ou pernoite; cabem ahi as seguintes ponderações:

1ª) não se percebe a subtiliza por que as relações de alterações não devam guardar inteira identidade com os lançamentos do livro de recompensas e castigos;

2ª) não ha nenhum interesse em atravancar esse livro, roubar ao serviço e ao estado tempo e dinheiro, para registrar dispensas de revista e pernoite;

3ª) a questão do registo de louvores se resolveria, espontanea e seguramente, em adoptando o principio de que seja registado, quer no livro, quer na relação, unicamente e sem excepção o que fôr registado no boletim.

Com especialidade essa exclusão do registo do louvor verbal, tanto o particular como o publico, está em contradicção com a solennidade e a preparação prescriptas para o louvor verbal publico, no § 3º n. I ("feito em formatura especialmente convocada para o fim").

Demais, parece incompleta a definição dessa classe de recompensas: é intuitivo que sem prévia convocação especial, no desempenho de serviço corrente, deante de um "circulo" ou d'uma escola de instrução (ou "unidade de instrução"), ou d'uma tropa em trabalho, póde o chefe ter oportunidade de pronunciar um louvor verbal publico.

Resta um outro aspecto a encarar em materia de louvores: é que deve reinar perfeita independencia entre a applicação do louvor e a sua classificação. Explico com dois exemplos de sentido opposto: o chefe não deve ser tolhido de fazer um louvor opportuno e solenne, porque precise esperar a prévia publicação em boletim; nem

deve o boletim ser inhibido de registrar um louvor, só porque este já foi feito verbalmente.

Por ultimo, parece, ainda, que os louvores que o RISG. baptiza de "particulares" deveriam chamar-se "reservados", por analogia com o que se usa para as punições.

90 — No art. 267, que trata das competencias para concessão de recompensas, desde o Presidente da Republica até o Cmt. de Cia., encontra-se nos ns. 5, 6 e 7 uma repercussão da velha mentalidade tarimbeira no tocante ás dispensas de revista e de pernoite. Dispõe o RISG. que o cmt. do corpo, o de btl. e o de cia. podem dal-as respectivamente até 20, 10 e 5 dias consecutivos. Já nos manifestámos sobre o assumpto (Obs. n. 76), opinando que isso deve ser deixado puramente ao chefe immediato, o cmt. de cia.; estabeleçam-se as normas a observar e fiscalizem os superiores a observancia.

Depois, o RIO DE JANEIRO não é o BRASIL; em S. GABRIEL, em CAMPO GRANDE, em JUNDIAHY, no curato de SANTA CRUZ, pleno D. F., pede-se por favor ao soldado que vá dormir em casa, porque o quartel ou não tem camas ou colchões bastantes, ou falta-lhe roupa de cama, ou mesmo espaço para installar as camas.

O art. 270 prevê dispensas de serviço, de revista e de pernoite "por indicação medica ou por motivo de força maior, plenamente justificado em boletim", mas logo limita essa concessão ao maximo de 4 dias. Exigida a plena justificação, para que essa limitação? e ainda: essa "munificencia" funciona uma vez em cada 4 dias, ou por semana ou por mez ou uma unica vez na vida?

91 — No art. 271 ha uma chamada e nota de pé de pagina, com o n. 2: adeante apparece ainda uma chamada e nota com o n. 3, mas para atraz ha 4 ou 5 dessas chamadas e notas, todas com o n. 1. Cochilos de revisão.

92 — No § unico desse mesmo art. 271 fica estabelecido que "é indispensavel para fazer jús a férias": (a) não incorrer durante o anno de instrução em punições disciplinares, que ahi mesmo vêm determinadas em numero e grandeza, e (b) "não ter sido distraído do serviço do M. G., durante o mesmo periodo".

Na primeira letra caberia cogitar do caso de penalidades criminaes e na segunda uma ressalva: a privação das férias só é razoavel quando o afastamento do serviço do M. G. fôr de maior duração que a das férias e isso mesmo se não fôr a serviço.

No art. 272, os ns. 1 e 2, referentes ao local onde o interessado haja de gozar as férias, já dêram lugar a um acto ministerial para revigorar uma resolução de 1925, segundo a qual todo afastamento do territorio da Região Militar ou da Circ. depende do prévio consentimento do

ministro (materia para anotar, consoante o art. 335); o n. 7 manda descontar das férias as dispensas de serviço não consideradas recompensas — o que se não impõe como de justiça, desde que se lembre que taes dispensas resultam de prescripção medica ou de força maior (art. 270); e o n. 8 permite accumular até dois periodos de férias, quando, por motivo de serviço, um delles não possa, no todo, ou em parte, ser gozado no correspondente anno; teria sido um complemento natural e util dessa bôa disposição a faculdade de gozar as férias em duas ou tres parcelas.

Teria sido muito proveitoso que o novo RISG. tivesse expressamente consagrado a benefica pratica em certos corpos usada — e a que nada se oppõe — das ferias de Natal e Anno Bom, 23 a 31 de Dezembro ou mesmo a 6 de Janeiro, e as de terminação do primeiro periodo de instrucção.

Ainda não está generalizada entre nós a bôa noção de que as férias são necessidade, são até lidimo interesse do serviço — onde haja serviço. Quem trabalha com affinco — e não se pôde admittir que um militar não trabalhe assim — não pôde sustentar indefinidamente, com effiçencia, o esforço que o serviço demanda: necessario é o descanso periodico, mais que o descanso physico, o allivio moral da plena libertação de toda responsabilidade pelo serviço. Semelhante folga reverte, com generoso juro, em bem do serviço. Que coisa estupenda, por exemplo, uma semana de férias ao sorteado, pelo Natal ou depois do primeiro periodo de instrucção! Sobretudo se elle reside em localidade que não a da séde de seu corpo. Que beneficio para elle e para os seus reverem-se, depois de vencidas as tribulações das primeiras semanas ou dos primeiros mezes do serviço militar, e verificarem, e demonstrarem, de visú, a conservação da saúde, a melhora mesmo, e o progresso e proveito em varias fórmas, e se convencerem de que o sacrificio não é invencivel! Depois do descanso, revista a machina, tratada, reajustada para o proseguimento, posta de novo a funcção, o rendimento é optimo.

DO TITULO V — 93 — No capitulo I, "Das partes de doente, etc.", transparece o proposito dum maior rigor na applicação do preconceito da desconfiança e do lemma "desgraça pouca é pouco". Verdade é que precisamente quem adoecce necessita de maior consideração do proximo, que não lhe faltem recursos, principalmente á familia, e que ninguem conceba que o adoecimento seja um pretexto para faltar ao serviço. Si, porém, na situação de doente houver facilidades, pôde haver tentações de simular, abusar, ... Portanto, a licença por doente é contada desde a data do afastamento do serviço (art. 279) e "tanto no prazo de tres dias", que medeiam entre a parte de doente e a inspecção, "como no caso de não ser reconhecida molestia, haverá perda de gratificação durante o afastamento do serviço, sem prejuizo de outros procedimentos legais". (§ unico).

A mesma orientação dictou a conservação de um dispositivo medieval: "O cmt. do corpo fará baixar immediatamente ao hospital o official que dêr parte de doente estando escalado para servi-

ço" (art. 283). *In dubio contra reo!* Violencia por conta; suspeitar sempre! E logo uma innocua pretensão de generosidade para desculpar a grosseria: "se a inspecção, a que deverá ser submettido, o considerar doente, poderá elle tratar-se em sua casa e aproveitar-se (o gripho é meu) em tudo das disposições deste Regulamento". Ora, nem neste regulamento, nem na lei de vencimentos que elle se esmerou em secundar, nada se encontra que aproveite ao doente; é só arrocho.

E a verificação da doença imprescindia a prévia satisfação do gosto de vexar? e a doença comportará esse ziguezague entre o hospital e a casa? Não cessa ahi: o hospital, á ilharga dos descontos legais, que *aproveitam* ao doente, ainda lhe cobra diarias e medicamentos!

94 — O art. 284, unico deste capitulo que se refere a praças, não está bem afinado com o que sobre o mesmo assumpto ficou estatuido entre as attribuições do cmt. do corpo (art. 65, n. 30, letra e). Ahi, diz o RISG. que o cmt. exclue do corpo "as praças julgadas physicamente incapazes, conservando addidas aquellas que houverem requerido asylo, até solução do pedido. Limite-me a griphar o "conservando". Ver tambem a minha obs. 23. Agora, no ponto onde somos chegados na leitura do RISG., elle nos diz que a praça "julgada incapaz de prover os meios de subsistencia e desejar o amparo do Estado" (é a que pôde pretender asylo) "*não terá alta do hospital e seu cmt. solicitará o asylo.*" O gripho é meu. E é o bastante.

Foi supprimido o que dispunha o RISG. 1920 em seu art. 415, segundo o que os cmt. de corpo podiam permittir que suas praças convalescessem em casa de suas familias. Entretanto, a conservação dessa medida, genuinamente republicana, egualitaria e fraternal se impunha: ou então tambem os irmãos d'armas, os officiaes, não deviam ter o direito de ficarem doentes em casa. E a conservação da optima medida ora riscada das faculdades do commando e regalias da praça evitaria o conflicto entre o art. 284 e o 65, n. 30, letra e: para que reter obrigatoriamente no hospital o asylo? Dar-se-lhe-ia alta, se lhe conviesse, e uma vez apresentado no corpo, este o conservaria baixado á enfermaria ou lhe permittiria aguardar a solução como convalescente em casa, conforme preferisse.

95 — No capitulo II, "Do transito", no art. 286 teria sido correcto evidenciar que se trata de interrupção inevitavel da viagem, interrupção normal; como está escripto deixa lugar á interrupção systematica em todas as guarnições de passagem, pois que nem sempre ha tempo de se fazer a apresentação ao commando local, sem perder a condução. E mesmo nos casos de interrupção inevitavel, normal, a apresentação só deveria ser exigida quando a demora excedesse de 24 horas, ou quando o official tivesse que comparecer perante a autoridade por outro motivo de serviço.

96 — O art. 287 trata de dois casos do official que, allegando doença, se recusa a "transitar": ou para deixar de proseguir na viagem, ou para não se recolher ao corpo de onde se afastara com autorização. Applica-se o *in dubio*

contra reo: antes de mais nada, hospital com elle.

Como encarará a medicina essa doutrina que erige o hospital em papão? Positivamente, nós não podemos rir-nos de nossos avoengos, que para assustar os seus meninos terríveis lhes cantavam o tutú-marambaia: "Olha, que te ponho a farda ás costas!!.."

97 — O capítulo III, "Dos círculos" é uma das novidades do RISG. 1930. Começa por um art. que muito parece superfluo: "Art. 290. Este regulamento não impede que os militares, no círculo de seus pares, fóra do serviço, mantenham estreita camaradagem." Ora, se "este regulamento" é "interno e dos serviços geraes dos corpos", claro fica que nada elle pôde dispôr sobre assumptos que fiquem "fóra do serviço". E haverá algum que o possa?

O art. 293 determina que "jamais" constituir-se-ão de "officiaes, sargentos e cabos na mesma escola" turmas de adexramento de remontas. Fala-se em remontas novas e de segundo anno. Como isto fala á imaginação, á recordação, de um exercito de verdade, onde anualmente, assim como vêm homens-recrutas, vêm, na estação apropriada, cavallos-recrutas — as remontas! Se ao menos o RISG. 1930 por esse topico modesto do seu art. 293 pudér contribuir para que tenhamos contingentes annuaes de cavallos (e muare) recrutados, fixado o seu effectivo por uma fracção cujo denominador ha de ser a média arbitrada para o numero de annos de duração da aptidão do animal!...

Até poder-se-ia obter uma repercussão salutar: o cavallo envergonharia o homem — cavallos não seriam insubmissos!...

Deixemos o sonho ou anhelio. Volvamos ao horror republicano democratico das approximações, ainda que simplesmente equestres, entre irmãos d'armas: na PRUSSIA de antes da guerra, tão famosa e tão diffamada pelo rigorismo das separações de castas e círculos, não se temia pela disciplina em adextrar a remonta em "turmas mixtas", de cavalleiros de escól, tenentes e graduados; e era a admissão nessas turmas, nessas misturas, um grande estimulo reciproco.

98 — Pelo capítulo V, "Da escola regimental", fica estabelecido em seu art. 295, § 1º, que a instrução primaria será ministrada por professores civis a pedir aos governos estaduais, e no § 2º que, na impossibilidade dessa solução, o C. A. contracte professores civis, "si as condições economicas do corpo permittirem". A primeira dessas ideias, que já homenageamos, é espontânea, optima: si os estados têm a obrigação de ministrar o ensino primario a seus filhos, nada mais natural do que aproveitarem a concentração de analphabetos nos quartéis, para ahi darem cumprimento a essa obrigação. A segunda das ideias tambem é acceptavel, já porque não é justo sobrecarregar officiaes, sargentos e mesmo cabos e soldados com semelhante serviço, já porque sendo uma faina extra-profissional não se pôde exigir competencia e gosto por ella.

Mas, como proceder si nem o estado dá professores, nem o C. A. pôde havel-os por contracto? Ficarão então os analphabetos na treva? Por que se atirou pela janella com a agua do

banho a creança da banheira? Pois não é um dos padrões de benemerencia nacional do Exercito essa alphabetização a que até aqui, em toda parte onde os estados não forneciam professores, se procedia, graças á dedicação de tantos officiaes, sargentos, cabos e soldados e até mesmo sorteados aptos?

E, se falharem os dois meios regulamentares, como é que vão se arranjar os capitães "para não commandarem analphabetos por occasião dos exames relativos ao segundo periodo da instrução annual", como lhes impõe o art. 296, no seu n. 5?

Os exames parciaes de analphabetos, que o cmt. do corpo "poderá" ordenar por occasião do 1º periodo dos exames e do 2º (n. 7 do mesmo art.) deveriam ser obrigatorios: a instrução dos analphabetos deve ser em todos os sentidos equiparada aos demais ramos da instrução do soldado.

99 — No capítulo VII, "Recrutamento de graduados em geral, etc.", o art. 303, referente ás escolas de candidatos a sgt. que funcionam nos corpos, deveria ser um § do art. 302, que estatue o principio do recrutamento dos sgt. por meio das escolas especiaes de sgt., consoante a recente reforma do ensino militar.

O art. 304 estabelece em seus dois §§ que a aprovação no curso de sgt. na tropa é valida "até o exame da turma seguinte" e que aos não promovidos por falta de vaga "é permittido continuarem no curso no anno seguinte", "ficando subentendido que durante o curso o seu direito á promoção permanece de pé".

Parece que essa repetição do curso devia ser obrigatoria e que as promoções deviam ficar suspensas desde a abertura do curso, bem como que os repetentes deviam ter preferencia ás promoções no fim do curso, porém só se apresentassem aproveitamento.

No art. 305 estabelecem-se restricções á promoção dos candidatos a graduados aprovados, quando hajam commettido faltas; parece que se deveria respeitar a diversidade dos requisitos heterogeneos, pois que é humanamente inevitavel que se cometta arbitrariedade, erro ou injustiça, a querer taxar equivalencias entre conducta e saber.

Se o homem se comporta mal, não deve ser promovido; se a sua incidencia nesse impedimento não é de grão que autorize a considera-lo incorrigivel, arbrite-se um prazo para que elle comprove a sua regeneração. Mórmente num RISG. que traz a louvavel novidade da rehabilitação de praças tornadas passiveis de exclusão por incapacidade moral.

No art. 307 o § 1º veio solucionar um caso que costumava dar logar a vacillações: mesmo para promoção a 2º sgt. é necessario o curso de cmt. de sec. Lamentavelmente, porém, faltalhe um § que permitta solucionar com justiça e sem atropello para o serviço os casos que occorrerão na phase de transição. Seria, por exemplo, um "§ 3º. Terão preferencia para matricula nos cursos de cmt. de sec. os sgt. mais graduados e no mesmo posto os mais antigos. E occorrendo que por força maior um sgt. mais antigo não tenha podido obter o curso, se não obstante se julgar em condições de concorrer ao preen-

chimento d'uma vaga, será admittido a concurso com os candidatos diplomados. O cmt. do corpo regulará as condições desse concurso".

100 — O capitulo IX, "Substituições temporarias", veio mudar nessa materia o nosso regimen do 8 para o 80.

Se bem que já esse assumpto haja tido referencia succinta, no titulo B destas nossas obs. (n. 6 c), insistiremos, e largamente.

De inicio, assignalaremos que todo o vulto que entre nós assume esta questão tem suas raizes mestras na frequencia e ubiquidade do mal da falta de officiaes nos logares que por elles deveriam ser occupados. E' claro que não ha organização nenhuma, nenhuma administração, capaz de impedir de todo que por circumstancias imprevistas venham a dar-se faltas de officiaes em alguns logares, entretanto, delles dotados; isto é, seja qual fôr a abundancia da dotação de officiaes, e sejam quaes forem a energia e a vigilancia da autoridade incumbida do provimento dos logares, sempre ocorrerão faltas, donde a necessidade de substituições temporarias. De semelhante occorrença excepcional, imprevisivel, transitoria, vae porém um abysmo para o nosso regimen chronico de interinidades, não só na vastissima, longinqua baixada provinciana, mas até no sopé do OLYMPO, á soga da morada dos deuses.

Muito fundada é a hypothese de que haja escapado erro de conta: no sexto dia da Creação, Deus nos deu sob medida a manta para o frio.

Pacientemente foram enumerados, contados todos os logares a prover necessariamente de officiaes, em todos os ramos de funcçãoamento do exercito, e em consequencia foram fixados e distribuidos os quadros.

Houve ahí um peccado original: nenhuma folga foi prevista.

Qualquer pequeno movimento, natural num corpo vivo, havia de descobrir o corpo, fazer faltar a manta, aqui ou ali; mas não é só: o corpo vivo e sadio tem aspirações e desenvolvimento. Não ha mais arte ou artificio, nem força, que façam a mesma insufficiente manta cobrir as porções descobertas do corpo augmentado.

Voltemos agora á prestidigitación do 8 para o 80.

Para as substituições temporarias, as famigeradas interinidades, com a ominosa consequencia do *interinismo* (vêr "UM ANNO DE INSTRUÇÃO NO 4º R. A. M.", pagina 140), tinhamos a solução exclusivista da precedencia hierarchica. Oriunda dos tempos em que a instrução era desorganizada, não passava das escolas de recrutas e dos esporadicos exercicios geraes, essa solução satisfazia, isto é, não tinha oportunidade de mostrar seus inconvenientes. A precedencia hierarchica era respeitada, por esse regimen que até agora vigorou, integralmente; mas tambem qualquer substituição temporaria repercutia integralmente em toda a escala, até o seu pé, a partir do escalão affectado.

Por exemplo: RIO GRANDE DO SUL; Bda. de A.; falta o seu general: o cel. mais antigo deixa o seu R., e neste R. o ten. cel. deixa de ser fiscal para assumir o commando interino;

o maj. mais antigo deixa o seu G. e vae ser fiscal interino; o cap. mais antigo do R. deixa sua bia. para ser cmt. interino de G.; o subalterno mais graduado e mais antigo do R. deixa a sua bia. e vae ser cmt. int. da bia. que assim vagou; e nem sempre esse cap. fica ao menos no G. a que pertence a sua bia., nem esse subalterno fica na sua bia. A instabilidade é um facto.

Era muito commum passarem as Cias., Bias., Esq., por mudanças tantas no anno, que excediam á média de um cmt. por mez.

Semelhante "8" precisava, de urgencia, ser arredondado; é absurdo, agora que elle desapareceu, sonharmos em voltar a elle, mas não menos absurdo é o simplista "80", para o qual fomos guindados, de um *zut*, como num ascensor directo de arranha-céo.

Agora, se o cel. sáo do R. para commandar interinamente a Bda., ou por al, procede-se ás decorrentes substituições temporarias segundo o mesmo criterio da precedencia hierarchica dentro do R., até á orla do escalão G. ou Btl.: no ambito dessa sub-unidade é que começa a differença do novo regimen, tambem exclusivista. O cmt. de G. é substituido pelo mais graduado ou mais antigo cmt. de bia. *desse G.* e esse cmt. de bia. é a seu turno substituido pelo subalterno mais graduado ou mais antigo *de sua bia.* E' assim puramente attendido o aspecto da continuidade nos commandos de bia. e G., mas não se respeita — se o acaso não se incumbir da coincidência — a precedencia hierarchica, apesar do introito formal do art. 331.

Acontece — e mesmo aqui em plena 1ª R. M. tem acontecido — que no mesmo R. um 2º Ten. commanda Cia., ao passo que ficam em outras Cias. 1ª Ten. e 2ª Ten. mais antigos como subalternos promptos; poderia até succeder que esse 2º Ten. viesse a commandar Btl. havendo no R. até capitães em funcção inferior. O absurdo é evidente e insustentavel. Por que não apressar a correcção?

Como exemplo duma solução harmonizadora de todos os respeitaveis interesses em causa — e não simplesmente optativa ou preferencial, como a que até hontem tivemos e a que hoje o RISG. 1930 impoz — proponho:

"Art. 331. — As substituições temporarias serão realizadas por fórma a harmonizar os interesses em conflito: de um lado, o da razoavel cotinuidade no exercicio das funcções; de outro lado, o do respeito ás regalias inherente á superioridade de posto ou antiguidade.

§ unico. — Ellas se subordinarão ás seguintes prescrições particulares, cuja applicação é da responsabilidade do cmt. do corpo e é presidida pelo principio geral que este art. definiu:

1. — No *impedimento fortuito* de qualquer militar, cuja presenca possa ser supprida por outro sem as formalidades normaes de investidura no cargo, *responderá* por elle o mais graduado de seus commandados presentes, o qual conservará a sua funcção. Havendo mais de um com a mesma graduação, a precedencia caberá ao mais antigo de posto.

2. — Considera-se fortuito todo impedimen- to:

a) que se dê dentro do 1º período de instrução, a partir do início de seu 2º mez, até o exame do período;

b) idem para o 2º período de instrução;

c) que se dê a contar do início da ultima semana antes das manobras, até o termo destas;

d) que se dê fóra dos prazos referidos nas tres situações precedentes, sempre que não seja impossivel cesse a falta dentro de trinta dias.

3. — No impedimento demorado de qualquer militar, a sua substituição temporaria será realizada com todas as formalidades e em seguida á plena investidura, equivalente á normal, consoante este regulamento prescreve. O substituto assume a função como titular *interino*.

4. — Considera-se demorado todo impedimento que não incida em nenhuma das classificações do nº 2; do mesmo modo se procede si na incidencia em uma dellas o corpo, ou fracção do corpo em que haja falta de um militar, tiver que desempenhar alguma incumbencia extraordinaria.

5. — Em regra, occorrida a necessidade de uma substituição temporaria, procede-se automaticamente como si se tratasse de impedimento fortuito. Tal seja o caso, o boletim publicará na primeira oportunidade a ordem competente.

6. — (o que está como n. 5 no RISG).

7. — (o n. 15 do art. 332).

8. — (o n. 16 do art. 332).

A) SUBSTITUIÇÕES INTERINAS DE OFFICIAES

Art. 332 — As substituições interinas de officiaes (art. 331, n. 3 e 4) operam-se do seguinte modo:

1. e 2. — Como estão.

3. — O fiscal adm. é substituido por official designado pelo cmt. (vêr art. 90), obedecida a precedencia hierarchica e attendida a hierarchia do fiscal adm. effectivo conforme a estabelece o art. 88 deste regulamento.

4. — O cmt. de Btl. é substituido pelo mais antigo dos capitães do R., que não já esteja em função igual ou organicamente equivalente, ou superior.

5. — O cmt. de Cia. e o Cap. ajt. são substituidos pelo mais graduado ou mais antigo dos tenentes promptos; caso este não seja da mesma sub-unidade em que se dê a falta a preencher, não obstante a investidura interina que lhe compete, continuará elle na função em sua sub-unidade e responderá por elle na sub-unidade em que occorre a falta, o mais graduado ou mais antigo dos subalternos da mesma.

6. — O cmt. do corpo proporá, e até 2ª ordem determinará, as permutas de capitães, bem como, procederá opportunamente á distribuição dos tenentes, attendendo á antiguidade, por fórma que as substituições interinas quanto possivel se localizem nas sub-unidades em que occorrerem faltas.

7., 8. e 9. — Como estão.

10 — Como está e accrescente-se: Tambem quando a sua situação de addido resultar de promoção, o official continuará em exercicio de função até ser classificado, como se effectivo

fosse, desde que haja para elle função no seu novo posto.

11. a 14. — Como estão.

15. e 16. — Transferidos como 7. e 8. para o art. precedente.

B) SUBSTITUIÇÕES ENTRE PRAÇAS

Art. 333. — Como está e accrescente-se:

6. — As substituições se realizam pelo processo do "responder" e pelo da interinidade, segundo o mesmo criterio que o art. 331 define quanto aos officiaes. Quando fôr inevitavel a substituição interina, ella determinará alteração de gratificação, tal qual se dá com os officiaes; o cmt. reduzirá criteriosamente os casos de tal extremidade, recorrendo sempre que possivel a transferencias internas, eventualmente então conservando, por necessidade do serviço devidamente justificada em boletim, até segunda ordem, o substituto interino na função que exercia.

101. — O capitulo X, "Unidades de instrução", dá esta denominação não só ás unidades organicas que recebam effectivo em "circumstancias especiaes, como sejam, transferencias, retardamento da incorporação e outras", mas tambem ás escolas de especialistas e de candidatos a cabo, a sgt. e a cmt. de sec.; e em seguida estabelece categoricamente a acção central unitaria que tem o cmt. do corpo na organização dessas "unidades", na de seu trabalho e correspondentes exames.

Quanto ás unidades organicas em que se haja de processar a instrução, por circumstancias especiaes, fóra das condições normaes, não se vê qual o lucro realizado em crismal-as de "unidades de instrução": era só o cmt. do corpo dotal-as do pessoal imprevisto e ordenar o "*lachez tout*" ao trabalho da unidade.

Quanto ás escolas (RISG. desde a 1ª edição) de especialistas e candidatos a cabo, etc. é muito duvidosa a propriedade da crisma.

Acceita-se sem qualquer resistencia do entendimento que uma unidade organica tenha diversas escolas ou que diversas unidades dêem pessoal para uma mesma escola especial collectiva da unidade maior; mas não é tão intuitivo que cada escola especial seja uma "unidade".

102. — No capitulo XI, "Regulamentos", o art. 335 estabelece que os exemplares dos regulamentos pertencentes á carga "deverão ser mantidos em dia pelos responsaveis, que irão fazendo nos mesmos as alterações adoptadas, á medida que forem publicadas". É uma optima determinação, pouco cumprida desde que a estabeleceu o aviso de 22-I-1921, o qual entretanto é lembrado abaixo da palavra "CARGA" no carimbo, todo rubro, que trazem os exemplares-carga.

O art. 336, quando dispõe sobre os recibos a remetter á repartição fornecedora de documentos secretos ou reservados, toda vez que haja substituição do detentor de um cargo, exige que os assignem substituto e substituido. Parece demasiada a exigencia. O que é necessario é que se dê a transmissão e que a repartição fornecedora saiba sempre quem é o detentor; ella reclamará se houver discordancia do recibo com

os seus assentamentos. Seria muito conveniente que segunda via do recibo fosse dada ao substituído, para que ficasse escudado contra reclamações, que ás vezes surpreendem o official ao cabo de muitos annos, até quando retirado já do serviço activo.

Por que só se allude á 2.^a E. M. E.? o mesmo faz o R. I. S. G. no art. 65, n. 73. Não ha documentos reservados ou secretos que outras secções do E. M. E. forneçam?

Junho de 1930.

(Continúa)

NOTA INTERESSANTE

Desde o n.º de Maio, em que sahiu aqui o terceiro artigo deste commentario, ficou suspensa a publicação, que ainda previa materia para mais dois artigos.

Foi que a essa altura o Ministerio da Guerra, a 3de Junho, em officio n.º 22, ordenou ao "Sr. Chefe do Estado Maior do Exercito:

Pelos meios convenientes faizei com que seja corrigido o Coronel Bertholdo KLINGER, chefe do Estado Maior do General Inspector do 1.º Grupo de Regiões Militares, por se ter arrogado competencia para apreciar pelas columnas da "A Defesa Nacional" em termos destoantes das boas normas disciplinares, o regulamento approved pelo Decreto n.º 19.040, de 19 de Dezembro de 1929, conducta que se affasta do criterio orientador da collaboração devida pelos officiaes ás autoridades responsaveis pela direcção do Exercito, cujas decisões não podem ficar á mercê da critica dos subordinados, como bem accentúa o numero 23 do art. 338 do Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa no Exercito.

No caso em apreço ha:

1) Allusões desrespeitosas ao funcionamento dos poderes publicos constitucionaes;

2) Reprovação publica aos actos do governo, quaes sejam as disposições do citado Regulamento, cuja approvação, já referida, importa em transformal-o em determinações de autoridade superior; e

3) por fim, intuito de diminuir a capacidade profissional da commissão que o organizou e redigiu, presidida por official de posto superior ao coronel Bertholdo KLINGER, assim como a

esse Estado Maior de Exercito, que o submetten á approvação de Governo.

Saúde e fraternidade

(a) NESTOR PASSOS"

Transmittido esse officio ao meu chefe immediato, o Sr. general de divisão Menna Barreto, este foi tomar entendimento com o sr. ministro.

Fel-o S. Ex. convencido, como sempre, de que o superior não é méro transmissor inerte de exigencias e pressões sobre os subordinados, é defensor nato destes, e de que procurando defendel-os contra ataques de superior mais alto, ainda presta a este preciosa collaboração, da qual já-mais este superior tem que se arrepender de leval-a em consideração, ainda que não attende. Do entendimento resultou:

1.^o) *Officialmente*, a minha punição, em boletim, nos seguintes termos:

"Em cumprimento a ordem do Sr. ministro da Guerra, expressa em officio n.º 22, de 3 do corrente, transmittido a esta Inspectoria pelo Sr. chefe do E. M. E., reprehendo o coronel Bertholdo KLINGER, porque em publicação que fez na revista militar "A Defesa Nacional", estudando o novo R. I. S. G., usou, em alguns passos, de referencias desrespeitosas. Incurso no R. I. S. G. art. 338, n.º 23; sem aggravante; attenuantes do art. 339 § 1.^o, ns. 1 e 2".

2.^o) Particularmente, a recommendação do Sr. ministro para que eu não proseguisse na publicação em causa. Em consequencia, causando o atrazo na impressão do numero de Junho, desta revista, foi o artigo supra, que já estava paginado, retirado do prélo e cessou o meu commento ao R. I. S. G.

Accedi assim, embora coinstrangido, ao desejo ministerial. Claro, que isto não significava outra coisa senão a prudencia de não jogar as peras com o amo e que ficava subentendido fosse a rolha para todos.

Quando, alguns mezes depois, na mesma revista, surgiu de outra penna outro commentario ao mesmo R. I. S. G., incontinenti me dirigi á redacção da revista no proposito de continuar a publicação de meu commento. Do entendimento, porém, resultou que preferi continuar no silencio, que agora mais nada justificava.

KLINGER

Numero triplo de A Defesa Nacional

A impossibilidade da Revista sair nos mezes de Outubro e Novembro é sufficientemente conhecida pelos nossos assignantes e representantes.

A Direcção resolveu, para regularizar a

publicação de "A Defesa Nacional" e saldar os compromissos com os assignantes, publicar um numero triplo correspondente aos mezes de Outubro, Novembro e Dezembro (202, 203 e 204).

Preço deste numero (venda avulsa) 4\$000.

SUGGESTÕES

As Escolas das Armas

- 1 — A *Lei de ensino* é boa em these; parece reclamar alguns aperfeiçoamentos.
- 2 — Nada deve ser feito, nesse assumpto, sem que seja ouvida a opinião do E. M. E.
As nossas idéas encaminham uma solução.
- 3 — Conviria ultimar a transformação da E. A. O. em *Escolas das Armas*:
Infantaria,
Artilharia,
Sapadores-Transmissão;
completando o systema, as de:
Cavallaria,
Aviação,
já existentes e dando a todas character essencialmente *pratico*.
- 4 — O objectivo do ensino deve ser o actual da E. A. O. e E. C. ampliado:
 - a) melhorar a capacidade dos officiaes e sargentos para o commando na guerra;
 - b) fazer delles instructores aptos para as differentes phases da instrucção;
 - c) dar aos mesmos completo conhecimento do armamento e material a ser usado no combate;
 - d) interpretar os regulamentos, acompanhar a evolução das idéas tacticas e technicas; experimentar os processos tacticos conhecidos; estudar e propor as modificações a serem introduzidas nos regulamentos;
 - e) estudar e comparar o armamento e material existentes em outros exercitos; propor a adopção dos que forem mais vantajosos, etc.
- 5 — As Escolas devem ser um *real campo de experiencias* — um *laboratorio tactico e technico*.
- 6 — Como qualquer laboratorio, devem possuir *apparelhamento completo*:
Tropa — Unidades constituidas, fazendo parte integrante das Escolas (nada de — “à disposição”).
Armamento e material — Completos e variados.
Campos de instrucção apparelhados (Villa Militar, Gericeiro, Pinheiros, etc. Não se deve fazer *economia* nesse assumpto — *escolas*. A tel-as inefficazes, é preferivel não as possuir.
- 7 — *Locaes*:
Infantaria: na actual E. S. I. com o 2º R. I.;
Artilharia: na actual E. A. O. com o 1º R. A. M.;
Cavallaria: na actual E. C. com o 15º R. C. I. (a 2 Esq.);
Sapadores: no 1º B. E.;
Transmissões: no 1 B. E.;
Pontoneiros: em Pinheiros.
- 8 — *Cursos* (em cada escola):
 - a) de sargentos e aspirantes de reserva (deixando de existir a actual E. S. I.);
 - b) de aspirantes a official da activa (egressos do 3º anno da Escola Militar);
 - c) de commandantes de sub-unidades (capitães e tenentes);
 - d) de officiaes superiores (majores, tenentes-coroneis, coroneis).
 A approvação nos cursos b) e c) será condição obrigatoria para a promoção a 2º tenente e major, respectivamente.
- 9 — Em principio, o official diplomado no curso b) deve obrigatoriamente frequentar o curso c) antes de completar 10 annos de sua passagem por aquelle; obedecendo-se a mesma regra para o curso d).
- 10 — Será necessario acertar a data de inicio desses cursos e a sua duração pelas necessidades da tropa — *destino a não perder de vista* para todos os egressos dessas Escolas, tropa de onde só se afastarão: os sargentos após 5 annos de effecivo serviço, os aspirantes, tenentes e capitães após 2 e officiaes superiores após 1 anno.
- 11 — Os trabalhos das Escolas, inclusive da da E. Av. M., devem ser coordenados pela Directoria de Ensino Militar, por meio de Exercicios de Tactica Geral, Exercicios de conjuncto, de modo a realçar o principio da *cooperação das armas*.

12 — Grande vantagem:

Ensino francamente objectivo, no verdadeiro ambiente em que o sargento e o official terão que agir ao deixar a Escola. Actualmente, o sargento, sahido da

E. S. I., o aspirante sahido da E. M. e o official, sahido da E. A. O., ao ingressarem nos corpos de tropa, encontram um meio differente daquelle em que fizeram a sua aprendizagem. Da Redacção.

Missão Militar Franceza

1 — Será conveniente dispensar desde já, a M. M. F. ? Conforme expendemos francamente no "editorial", pensamos ser um *desastre* dispensar de *chofre* os serviços da M. M. F. porque, por *imprevidencia* nossa, não estamos em condições de conservar, por nós mesmos, os beneficios de sua acção.

2 — A acção da M. M. F. é:

propulsora — porque transmite-nos as idéas e processos praticados na guerra (1914, Levante e Marrocos) e os que foram experimentados e accetios em exercitos de organização perfeita;

renovadores — porque nos põe ao par da evolução da technica, tactica e estratégia do exercito francez;

coordenadora — porque *creou* e mantém a *unidade de doutrina*, indispensavel ao Exercito.

3 — Essa acção se processa dentro de *espírito de adaptação* á nossa situação, espirito que deve ser desenvolvido.

4 — Para substituir a M. M. F. em sua tripli-ce acção será necessario previamente preparar e treinar um *orgão brasileiro*, capaz de realizal-a *sem perda de continuidade*.

5 — Essa preparação foi prevista pelo E. M. E. e pelo Gen. Gamelin, mas na pratica, ficou apenas esboçada.

Constava do plano a formação de um quadro de professores e instructores, que funcionariam inicialmente como auxiliares dos francezes e aos quaes, pouco a pouco, se daria liberdade no ensino das respectivas materias.

Na realidade, não se effectuou a libertação dos professores brasileiros que quasi sempre não passaram de meros auxiliares, alguns em tarefas por demais secundarias.

Hoje ha varios officiaes, de real valor, ex-auxiliares dos professores francezes, mas sem treinamento para, por si mesmos, *dirigir* e *coordenar* o ensino.

6 — Portanto, antes de dispensar a M. M. F., *ronvirá pôr em fôrma* os substitutos brasileiros e o proprio orgão brasileiro, pelo processo que vamos suggerir.

7 — A substituição da M. M. F. pelos elementos nacionaes deve ser feita por etapas, entre 3 e 5 annos.

8 — Assim, em 1932, com a renovação do contracto, o orgão M. M. F. será transformado em DIRECTORIA DO ENSINO MILITAR.

Essa DIRECTORIA comprehenderá, por exemplo:

1 Director — General ou Coronel brevété de nomeada — francez.

1 Sub-director — General ou Coronel com o curso de E. M. de nomeada — brasileiro.

3 Adjuntos — Majores ou Capitães — brevétés — francezes.

3 Adjuntos — Majores ou Capitães com o curso de E. M. — brasileiros.

Da mesma, dependerão, entre outras Escolas:

a *Escola Militar*, que terá:

1 Director-technico do ensino — Major brevété — francez.

1 Sub-director-technico do ensino — Major com o curso de E. M. — brasileiro.

e os demais professores e instructores brasileiros necessarios.

as *Escolas das Armas*:

— Infantaria

— Artilharia

— Cavallaria

— Engenharia (Sapadores-Transmissões)

tendo cada uma um Commandante brasileiro, um director technico francez (Ten. Cel. ou Major brevété) e os outros instructores brasileiros.

Aviação (a ser estudada opportunamente).

a *Escola de Estado Maior*:

1 Director-Commandante — General ou Coronel com o curso de E. M. — brasileiro.

1 Director technico — Coronel brevété — francez.

1 Sub-director technico — Coronel com o curso de E. M. — brasileiro.

1 Professor de Tactica Geral e E. M. — Major brevété — francez.

3 Adjuntos de Tactica Geral e E. M. — Majores ou Capitães com o curso de E. M. — brasileiros.

- 5 Professores de Tactica das Armas — Ten. Cels. ou Majores com o curso de E. M. — brasileiros.
 4 Adjunctos de Tactica das Armas — Majores ou Capitães com o curso de E. M. — brasileiros.

Além de outros professores brasileiros para materias como economia politica, historia e geographia militar, etc.

Classes annexas e especialidades:

- 1 Medico — Major — francez.
 1 Veterinario — Capitão — francez.
 1 Intendente — Major — francez.
 1 Equitador — Capitão — francez.
 1 Professor de educação physica — Capitão — francez.

9 — Quadro comparativo dos officiaes francezes:

Discriminação	Actualmente	Proposta	Differença	
Chefia ou Directoria	4	4	0	
E. E. M.	4	2	2	
E. A. O., E. C., ou Escola de Armas	7	4	3	
E. Av. M.	—	—	—	Em trabalho especial.
E. M.	1	1	0	
Classes annexas e especialidades ...	9	5	4	
Total	25	16	9	

A differença a favor da proposta de 9 torna-se mais patente quando se observar que os francezes propostos terão postos menos elevados do que os que existem actualmente.

Ao todo, incluindo a Aviação, os francezes contractados serão menos de 20 e nos custarão mais ou menos a metade do que custam actualmente.

10 — Os contractos serão individuaes, para que possam ser reincididos, comprovada a insufficiencia do professor.

11 — Os commandantes de Escolas, brasileiros, terão, como os de corpos de tropa, ingerencia no ensino e no julgamento das aptidões dos alumnos.

12 — Os adjuntos francezes da Directoria deverão ser especializados em serviço de E. M. de tempo de paz, de modo a orientar, por conferencias e pareceres, os trabalhos dos E. M. E. e E. M. regionaes.

13 — Os directores francezes das Escolas de Ar-

mas, desempenharão também a funcção de *consultor tecnico* nos assumptos relativos á Tactica, organização e technica correspondente.

14 — Em 1935, deverão estar substituidos os adjuntos francezes da Directoria e os Directores technicos das Escolas das Armas por officiaes brasileiros que tenham frequentado a Escola Superior de Guerra em Paris e as Escolas de Aperfeiçoamento de Armas (Versailles, Metz, Saumur, etc.).

Do mesmo modo, os das classes annexas e os especialistas deverão estar substituidos por brasileiros que tenham feito curso na França.

15 — A partir de 1937 bastará que se conserve o Director tecnico da E. E. M. contractado por 2 annos.

16 — Para que se possa operar essa substituição com vantagem e acompanhar o desenvolvimento do Exercito Francez será indispensavel enviar todos os annos, officiaes escolhidos criteriosamente — o in-

interesse é da Nação— *escalando-se* os que possam prestar reaes serviços ao ensino, isto desde 1931.

Assim teremos, no minimo:

4 officiaes, com o curso de E. M. e *qualidades para professor* — na Escola Superior de Guerra de Paris.

4 officiaes de cada arma sendo 2 com o curso de E. M. e qualidades optimas para instructor — nas escolas de armas da França, fazendo em seguida um estagio nos corpos de tropa.

2 officiaes para se especializarem em educação phisica em Joinville-le Pont.

2 officiaes de cada serviço para se especializarem nas respectivas escolas na França.

17 — Depois de 1936, será conveniente enviar alguns officiaes de idéas amadurecidas e que já conheçam o Exercito francez á Allemanha, Estados Unidos, Italia, afim de estagiar nos respectivos Exercitos e aproveitar o que esses povos tenham de bom em sua organização.

Da Redacção

Transferencias de officiaes

(Regulamentação)

1 — As numerosas transferencias de officiaes já determinadas procederam do proposito de applicação do chamado *rodizio*, ponto especialmente mencionado no programma do chefe do governo, desde a sua publicação feita quando apenas candidato. Executadas, porém, integralmente, de chofre, para toda a massa á qual cabe tal applicação, resultariam multiplos inconvenientes, que destruiriam, talvez de todo, inverteriam, a utilidade visada.

A formidavel despesa em passagens e ajudas de custo, a contrariar o proposito governamental de severas economias; a instabilidade causada em muitos corpos, inclusive naquelles poucos que haviam escapado á geral perturbação, a ampliar a anormalidade, ao reverso da premente e fundamental necessidade de normalização da vida do Exercito; a possivel interpretação de que, ás escondidas, hajam actuando e actuem moveis de facciosismo, quando urge a restauração da concordia, do sossego dos espiritos; são as principaes razões para que se proceda a uma regulamentação para effectivação das transferencias e analogas determinações ultteriores.

2 — Fica assim regulamentada a effectivação das transferencias de officiaes ultimamente determinadas e que ainda não estejam consummadas, pelo menos com a partida dos removidos ou sua entrada em transito:

a) Todos os officiaes que foram transferidos apresentam-se dentro de 48 horas á contar da publicação desta, se ainda não o tiverem feito, a seu chefe immediato, declaram nesse acto qual o menor prazo dentro do qual poderão deixar as suas funcções e até segunda ordem continuam nellas; analogamente procedem os officiaes que de futuro forem transferidos, contado o prazo de 48 horas a partir da publicação da transferencia;

b) O official em serviço si transferido para corpo sem effectivo só será desligado depois que se apresentar seu substituto e continuará até segunda ordem addido ao mesmo corpo ou estabelecimento, etc.;

c) O official superior transferido, executado o que dispõe a letra *a*, esgotado o prazo para se desembaraçar, é desligado e tem então o prazo de 15 dias para transito;

d) O official em transito recebe a ajuda de custo dentro dos dois primeiros dias e faz o restante ajuste na vespera do embarque; esgotado o transito, se não embarcar passa a perder a gratificação e o tempo de serviço;

e) Os capitães e tenentes sómente começam a cumprir as transferencias a partir de Janeiro proximo, excépto para aquelles que preferam fazel-o antes.

3 — Não só para as transferencias de capitães e tenentes já ordenadas, como para as futuras, observar-se-á o seguinte:

a) Na transferencia simultanea do cmt. de cia., esq. ou bia. e de subalternos aquelle seguirá em primeiro lugar ao novo destino; seu immediato só seguirá um mez depois de exercicio do novo cmt.; os outros subalternos seguirão com intervallos de quinze dias, a contar da partida do cmt.;

b) A transferencia de cmt. de cia., etc., que não tenha subalterno só terá execução depois que á sua partida restem pelo menos dois officiaes na subunidade;

c) Iniciado o transito, o cap. ou ten., tem tambem 15 dias de prazo para embarcar, nas condições da letra *d* do numero precedente;

d) Se houver transferencia simultanea de mais de um cmt. de cia., etc., no mesmo btl., etc., a execução só terá lugar successivamente, com intervallo de um mez, salvo se se tratar do prazo de transição de um anno de instrucção para outro.

4 — As transferências de cap. e ten. já ordenadas serão submettidas a uma revisão e daqui por diante quaesquer transferencias com vistas á applicação do rodizio obedecerão ao mesmo preceito dessa revisão, a saber:

a) Catalogar as guarnições em grupos que se considerem de condições approximadamente equivalentes, dar o *numero um* ao grupo da Capital Federal (a delimitar o grupo), e numeros successivamente crescentes aos outros grupos, na ordem de menor bondade ou menor deseabilidade;

b) Considerar como n. 1 para certos officiaes a guarnição ou grupo que para elles, sob o ponto de vista de interesses pessoais e de relações de familia, apresente preferencia;

c) Evitar que se applique o rodizio dentro do mesmo grupo e ao official que esteja menos de dois annos no logar;

d) Autorizar que reclame rodizio e mesmo que embarque para logar que lhe conve-

nha, com todas as vantagens, a aguardar nova classificação, a todo official que estiver mais de tres annos consecutivos, a serviço, em lugares catalogados no grupo de numero mais alto;

e) Considerar para sancção do rodizio não unicamente o tempo de serviço no grupo onde no momento se ache o official, mas a proporção desse tempo para o dos estagios em outros grupos, durante toda a carreira, e respeitar a precedencia decorrente desse coefficiente.

5 — As transferencias a pedido e por conta propria dentro das Regiões e Circumscripção, ficam a cargo do respectivo cmt., respeitados os principios precedentes, do interesse do serviço; nas mesmas condições dentro dos Grupos de Regiões ficam a cargo do respectivo Inspector, bem como no Districto de Artharia de Costa e na Jurisdicção das Directorias ficam a cargo da respectiva mais alta autoridade.

Da Redacção

B u r o c r a c i a

Projecto de dois golpes na sua mentalidade retardadora, um delles em tara organica, o outro em habito clandestino, deturpador de funcções.

I

DECRETO Nº ..., de ... de Dezembro de 1930
AUTORIZA DETERMINADAS ALTERAÇÕES
NOS REGULAMENTOS DO EXERCITO, A TÍTULO
PROVISORIO, INDEPENDENTEMENTE
DE DECRETOS

O Chefe do Governo Provisorio, attendendo a que os pequenos aperfeiçoamentos ou adaptações e interpretações, a que inevitavelmente sempre dão margem os Regulamentos, soffrem em geral consideraveis atrasos em sua adopção, isso em prejuizo do serviço, por ficar esta dependente da approvação por decreto; attendendo a que são de muito máo effeito tanto o retardamento desses pequenos retoques como a reiterada publicação de decretos para approvar alterações ás vezes de pequena monta; attendendo a que se podem evitar todos esses inconvenientes desde que se dê ás autoridades uma certa liberdade na materia, e ainda ao mesmo passo estimular o seu maior interesse;

RESOLVE :

1º) Ficam os commandantes de corpos de tropa e de escalões superiores, os directores de estabelecimentos de ensino e o chefe do Estado Maior do Exercito autorizados a ordenar, a titulo provisório, alterações nos Regulamentos de instrucção ou de ensino, sempre que importem em evidentes aperfeiçoamentos,

ou necessarias adaptações, ou cabiveis interpretações ou ampliações, e que em nada affectem a doutrina nos mesmos contida ou consagrada em outros correlatos;

2º) Ficam as mesmas citadas autoridades, bem assim os chefes das diversas Directorias de Serviços, autorizadas a ordenar a titulo provisório, nas mesmas condições do item 1º, alterações nos Regulamentos de serviços;

3º) Ficam taes autoridades obrigadas a commu-nicar, com a devida justificação, ao seu superior, com destino ao alto commando, o uso de semelhante autorização, bem como opportunamente o resultado do ensaio, uma coisa e outra a publicar no Boletim do Exercito;

4º) Com a referida publicação do resultado abre-se um prazo de sessenta dias para encaminhamento de objecções, si houver, e ao cabo deste prazo tem logar a decisão da autoridade competente, decisão a traduzir em decreto, si fôr o caso.

II

DECRETO Nº ..., de ... de Dezembro de 1930.
DETERMINA A ELIMINAÇÃO DE INTERMEDIARIOS ENTRE O CHEFE QUE TEM DE RESOLVER E SEUS ORGAOS DE ELABORAÇÃO
DOS ASSUNTOS A RESOLVER

O Chefe do Governo Provisorio, attendendo a que a elaboração das decisões dos chefes não deve soffrer

quaesquer retardos ou collaborações que não os expressamente cabíveis pela organização de suas repartições, de commando ou de serviço; que não devem os gabinetes superpor-se ou substituir-se quer ao chefe quer aos órgãos regulamentares aos quaes a elaboração é imputada pelos regulamentos, mas cingir-se ao que a elles mesmos, gabinetes, sem duplicata nem usurpação, compete; que esses mesmos órgãos, collaboradores legitimos que são, a bem da unidade de vistas, de sua continuidade de acção e efficiencia, devem ter pleno e directo conhecimento das eventuaes alterações de seus projectos ou propostas e mesmo executal-as elles proprios;

RESOLVE :

1º) As questões submittidas á solução dos chefes são por estes estudadas com os proprios sub-chefes

Films Tacticos

Pelo 1º Ten. NILO GUERREIRO

Um dos melhores methodos de instrucção nos exercicios de combate — remate da instrucção tactica — é sem duvida o da instrucção pelos olhos.

Elle constitue um processo simples de resultados magnificos pois os ensinamentos são adquiridos de um modo facilimo, sem esforço e concretamente.

Assim é que emquanto uma parte da tropa executa o exercicio, outra parte, sob a direcção de um official, collocado num bom observatorio vae acompanhando em seus menores detalhes o desenrolar do exercicio.

Este official vae chamando a attenção dos assistentes para os factos mais importantes que fôr notando, tirando proveito dos erros cometidos para delles fazer sobresahir os ensinamentos desejados. E' um excellente methodo productivo e seguro, pois o homem vendo tem uma impressão exacta da situação e da maneira de acção empregada, sente realmente o acerto e a necessidade das medidas tomadas; chegando assim sem o menor esforço e comprehensão consciente do combate, desenvolvendo as suas qualidades moraes e os seus conhecimentos tacticos.

O que os olhos vêem jámais esquecem. A memoria visual é vastissima e certa e além de tudo ella ainda é, no caso consolidada pelo raciocinio a que todos são obrigados a fazer para justificar ou condemnar o que vêem.

Um grande serviço prestar-se-hia ao Exercito e especialmente á Infantaria si conseguissemos organizar, a exemplo do que já se fez na Europa, uma série de films tacticos.

Quando cursava a E. A. O. em 1928, o Cmte. DUMAY, se referiu a um film francez sobre o combate do G. C., tecendo-lhe os maiores elogios.

São desse official francez, que durante 9 annos muito fez pela Infantaria Brasileira, as seguintes palavras:

fes que as elaboraram, ou quem por estes incumbido dessa elaboração;

2º) A esses estudos podem ser associados, por iniciativa do chefe ou do sub-chefe respectivo, outros sub-chefes ou officiaes ás ordens destes, desde que haja assumpto de sua alçada;

3º) As alterações acaso necessarias são elaboradas pelo mesmo sub-chefe ao qual coube a elaboração da solução em estudo;

4º) As soluções assentadas são apresentadas pelo respectivo sub-chefe em fôrma adequada á publicação ou encaminhamento, para que se evitem as de longas, duplicatas de trabalho e de consumo de material, bem como, sobretudo, riscos de alterações indebitas e de esquecimento da scientificação dessas eventuaes alterações e de suas causas ao competente órgão subordinado.

Da Redacção.

"E' muito importante fazer que o infante comprehenda, desde sua incorporação, que a essencia mesma do combate consiste em conseguir chegar com toda sua força viva até o estreito contacto do inimigo.

Só pôde obter esse resultado em boas condições por meio de sua habilidade pessoal: no emprego de suas armas, na maxima utilização do terreno, na exploração dos fogos das metralhadoras, dos petrechos de acampamento e da Artilharia.

Em contacto com o inimigo, só o emprego a curta distancia de suas proprias armas (fuzil, F. M., V. B. granadas) e se necessario o entrevero á bayoneta e a luta corpo a corpo permitem-lhe obter a decisão.

Desde o inicio da instrucção, é preciso demonstrar ao soldado, que em combate para obter o successo é necessario uma estreita cooperação de todas as armas, que são os chefes que asseguram essa cooperação, mas que elle mesmo deve para progredir sob o fogo do inimigo aproveitar RESOLUTAMENTE o apoio de todos os fogos, quaesquer que sejam.

Se a demonstração fôr bem feita, de um modo que choque vivamente a imaginação do joven soldado, ter-se-á conseguido fazer penetrar de um só golpe em seu espirito e de uma fôrma duravel esse sentimento da COESÃO e da coordenação dos esforços indispensavel para o bom emprego das armas collectivias.

Para essa demonstração ha dois processos:

1º — Exercicios de DEMONSTRAÇÃO, executados por elementos escolhidos, minuciosamente preparados e ensaiados, de um realismo o mais apurado possivel, que os jovens soldados assistem como espectadores, em cujo decurso as explicações necessarias e anticipadamente previstas lhes serão dadas.

2º — Demonstração pela imagem, com o cinematographo, processo que daria os melhores resultados no Brasil".

O encerramento dos cursos da E. E. M.

Pelo Cel. BAUDOÛIN

Da M. M. F.

Transcrevemos abaixo a parte principal e mais interessante do discurso do Sr. Cel. Baudouin, proferido, em 24 de Novembro ultimo, na solemnidade da entrega de diploma aos alumnos que terminaram os cursos da E. E. M..

Tenho repetido muitas vezes que temos ensinados principios, indicado processos; temos procurado, sobretudo, dar-vos um methodo de raciocinio e de trabalho.

Senhores, os grandes principios militares não variam: é um facto universalmente reconhecido.

Os allemães não acharam na batalha de Cannes a base da sua concepção tactica e estrategica? O emprego da mais moderna artilharia não é ainda regulado pelo principio da utilização em massa, já applicado por Gustavo Adolpho no decimo setimo seculo? O principio da economia das forças não é intangivel?

Os principios são os mesmos por toda a parte, são verdadeiros em todos os terrenos, em todas as circumstancias.

Os processos, esses, variam com a organização dos exercitos e com o terreno, mas não é verdade que com um methodo de raciocinio bem conduzido e partindo de principios bem estabelecidos, chega-se, naturalmente, á adaptação dos processos ás circumstancias?

Appello para vós, senhores, que haveis acompanhado as nossas discussões e as tendes applicado em seguida.

Os vossos professores francezes, senhores, fizeram a grande guerra; combateram em outros terrenos, além dos campos de batalha da França, na Polonia, no Levante, em Marrocos, nas colonias; viram sempre se applicarem os mesmos principios e se adaptarem os processos aos thea-

tros de operações, onde se acharam no espirito dum mesmo methodo e duma mesma doutrina. Procuramos fazer com essa doutrina e esse methodo, consagrados pela experiencia, produzissem frutos, com esta idéa directriz, comtudo, de que o estudo da guerra deve ser feito num fim pratico, tão determinado quanto possivel. "Um systema de guerra, li ultimamente em uma revista franceza, não pôde ser concebido "in abstracto": elle é feito em vista da guerra contra adversarios bem determinados e é commandado, na sua essencia, para luta contra o inimigo mais perigoso".

Senhores, sem querer penetrar em dominio que não é da nossa alçada, não temos o direito de dizer que o exercito Brasileiro pôde um dia ser chamado a applicar, em certo terreno contra certos inimigos, a tactica e a estrategia europeas, senão integralmente, ao menos dum modo muito approximado? Certos de vossos theatros possiveis de operações não podem comparar-se ás nossas planicies da Lorena e ás da Polonia? E' exacto que os problemas de communicações, de distancias não são aqui os mesmos que na Europa mas eis ahi, justamente, uma dessas questões de adaptação, com as quaes estamos sempre preoccupados no decurso dos nossos estudos...

Senhores, não queria fazer hoje um novo curso... achareis, com razão, que exaggero. Detenho-me, pois, não antes, porém, de repetir que é na unidade de methodo e de doutrina que os quadros de um exercito encontram a sua força e a unidade de acção que, só ella, produz resultados.

De facto estamos no seculo do cinema que realiso nos ultimos annos progressos admiraveis, tornando-se synchronisado e fallado.

Hoje em dia todas as sciencias já lançaram mão delle para o seu ensino e demonstração practica, e até as conferencias são illustradas e concretizadas pelo mesmo processo.

Quasi todos os nossos quartéis possuem sala de projecções com as suas respectivas installações, machina, etc. Por que não tentamos pôr em execução esta boa idéia?

Faço pois aqui mais esta suggestão: Organisar-se aqui no Rio nos terrenos de Villa Militar com uma tropa qualquer, bem instruida tacticamente, uma série de exercicios de combate "cuidadosamente preparados, convenientemente diri-

gidos e habilmente explorados"; exercicios esses que seriam filmados em todos os seus detalhes desde o thema inicial até a critica final.

Esses films seriam distribuidos aos corpos de tropa da 1ª R. M., para a instrução.

Tenho para mim a convicção de que os resultados obtidos seriam tão proveitosos que dentro de breve tempo todo o Exercito adoptaria semelhante processo.

Penso ser a idéa perfeitamente exequivel pois já possuímos Empresas Cinematographicas nacionaes em condições de apresentar films tecnicamente bem feitos, podendo-se talvez até obter a reproducção de todos os ruidos do campo de batalha para tornar mais real possivel o exercicio scenico.

Artilharia Divisória

Cmt. de Grupo E. Ricard

Traduzido da "Revue d'Artillerie"—Outubro de 1929

Pelo CAP. ADHEMAR C. MATTOS

(Continuação)

III — POUCO ANTES DA ABERTURA DO FOGO

Encerramos o capítulo precedente com a palavra "coordenação".

A coordenação é para o commandante do grupo uma preocupação permanente, e no momento presente adquire importancia especial.

Tanto assim que ao prescrever ao official orientador a procura da homogeneidade, o commandante do grupo tem em vista já a coordenação. Antes da abertura do fogo, o commandante do grupo ordenará ao official orientador a organização do plano da posição do grupo — que é um plano, em grandes proporções, comparavel, ao aspecto, ao plano de instalação de bateria, definido no regulamento (Titulo IX A). Nesse plano estarão locadas somente as peças directrizes. Todas as construções serão feitas no sentido de permittir a medida facil das correcções de paralaxe e planimetricas.

Em determinadas circumstancias, é certo, esse plano, de inicio, contém unicamente indicações sobre 3 pontos da carta. Entretanto, o official orientador não deverá esquecer que seus esforços deverão convergir para a obtenção de uma melhora progressiva desse plano de grupo, que será acompanhado de um quadro de diferenças de altitudes (se fôr o caso).

Vão ser feitos os primeiros disparos de canhão. Uma ultima preocupação domina o commandante do grupo. Para que a coordenação dos tiros seja possivel, é necessario dar a conhecer ás baterias as condições atmosfericas, isto é, fornecer-lhes uma sondagem.

A preocupação da sondagem é quasi sempre a competencia das autoridades superiores: o

rias, utilizando-se do barometro e thermometro do grupo e estimando a direcção e velocidade do vento (N.º 633 do Tit. IX a).

Lembramos ser necessario levar em conta o caso de uma bateria (principalmente de 75) se achar atirando em um corredor.

IV — NO DECURSO DA ACÇÃO

Chegámos ao momento da abertura do fogo. Se uma preparação homogenea foi feita, o commandante do grupo inicia immediatamente a coordenação dos tiros. Tal operação não surge unicamente na occasião da abertura do fogo. Estudamo-la aqui para melhor fazer resaltar sua importancia.

COORDENAÇÃO

Uma fórmula de coordenação é a seguinte:

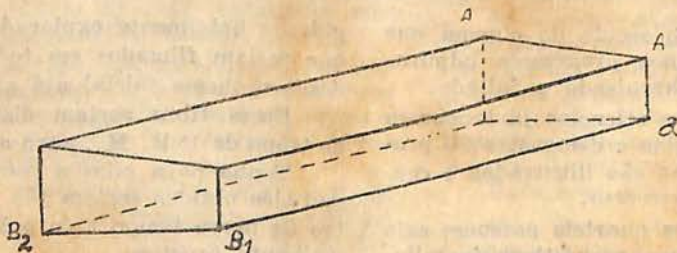
1) divulgação no grupo de todos os resultados de regulação obtidos por uma bateria e capazes de serem aproveitados pelas outras utilizando-se outros valores de Vo, K, Correctores, etc.;

2) comparação dos resultados de mesma natureza obtidos pelas baterias do grupo;

3) prescripção, talvez, da adopção de valores médios resultantes dessa comparação, por todas as baterias.

Existe, porém, outra fórmula de coordenação, mais directa, mais immediata, por assim dizer. Examinemos, pois, como se apresenta o problema, o modo de resolve-lo e a precisão que pôde ser obtida.

O problema é o seguinte: "A bateria B₁ determinou os elementos de um tiro sobre o ponto A; a preparação foi homogenea. Que deve fazer o commandante do grupo para fornecer ás bate-



(Fig. 1)

commandante do grupo só intervem para indicar o agrupamento as horas em que deseja tal sondagem e para transmittil-as ás baterias.

Se não lhe fôr passada a sondagem o commandante do grupo deve fornecer uma ás bate-

rias B₁ e B₂ os elementos de um tiro sobre aquelle ponto?" (1).

(1) São evidentes as vantagens dessa operação: possibilidade de verificar o tiro de todo o grupo, relativamente ao ponto A, fazendo, unicamente

E' o problema do transporte inverso de tiro.

Sejam: a a projecção do ponto A sobre o plano horizontal que passa por E_1 (fig. 1) e B_1 , B_2 a linha que une as duas baterias (que podem ter altitudes diferentes).

A figura nos mostra que B_1A é igual e paralela a B_2A' .

Quer dizer que os elementos de B_1 sobre A' são os mesmos de B_2 sobre A (levando-se em conta a correcção do dV_0 relativo de B_2 em relação a B_1 , se houver (2) correcção que póde ser feita pela bateria B_2). Logo se a bateria B_2 conhece os elementos de tiro de B_1 sobre A , conhece também os do seu tiro sobre A' .

Para conhecer os elementos de tiro sobre A , fim do problema, a bateria B_2 não tem mais que effectuar um transporte de tiro de A' para A .

Notemos desde logo que, na maioria dos casos esse transporte poderá ser feito pelo methodo simplificado (3).

Disso resultam duas operações para o commandante do grupo:

1ª) de posse dos elementos de tiro de B_1 , fornecer a B_2 e B_3 as indicações que permittam a essas baterias obterem os elementos do tiro sobre A' .

2ª) fornecer a B_2 e B_3 os elementos de transporte simplificado de A' para A .

Notemos que o commandante do grupo póde obter taes elementos por simples leitura no plano de posição do grupo e á vista do quadro de diferenças de altitude.

O problema está resolvido.

E' preciso, porém, dar-lhe um processo pratico de resolução. E' o que vamos ver.

O methodo recommendado de transporte inverso de tiro exige certo numero de calculos. A questão é de saber quem os deve executar.

Podemos dar a maior parte aos commandantes de bateria, sob pretexto de que o commandante de grupo tem outros affazeres além da coordenação e seus auxiliares quasi nunca se encontram sufficientemente proximos para poderem auxiliá-lo. Póde-se proceder de modo inverso, alegando que no começo da guerra, aos commandan-

B_1 , atirar sobre esse ponto; homogeneidade na concentração do grupo; rapidez na coordenação.

E' bem verdade que se as condições atmosphéricas se modificam depois do tiro de B_1 , os elementos de tiro das 3 baterias, apresentam sobre A , um erro. Mas esse erro é commum ás tres baterias.

Lembraremos, por fim, que o processo adiante descrito se applica em qualquer circumstancia, desde que se disponha do plano da posição do grupo.

O mesmo resultado não se obtém das coordenações feitas por meio dos dV_0 ou K ; que exigem precisão topographica, e para os primeiros, ainda, precisão dos dados aerologicos. O plano da posição do grupo pode ser executado rapidamente. De facto, é sufficiente que as peças directrizes sejam ali localizadas exactamente relativamente umas ás outras; e a orientação seja feita com approximação de 10 apenas. Os pontos podem ser obtidos com approximação de 50 m.; o principal é que as posições relativas sejam exactas.

(2) dV_0 de regimagem se as baterias utilizam o mesmo lote de munição; e dV_0 de regimagem; e taragem, no caso contrario.

(3) O methodo será inapplicavel quando o grupo estiver muito disperso, caso que aliás deve ser evitado pelas difficuldades de commando que acarreta.

tes de bateria falta a pratica necessaria. O essencial é ter-se um methodo bem definido, no grupo. Indicamos dous methodos e para não tornar enfadonha nossa exposição damo-los em annexo.

Estudemos agora qual a precisão que o commandante do grupo pensa obter com a coordenação.

Quanto ao tiro de tempo diremos desde logo que a coordenação só attinge os elementos iniciais da regulação.

Estudemos, então, a precisão no caso do tiro percutente. Ella depende:

— do valor do transporte do tiro de A' para A (de facil avaliação).

— dos valores dos elementos de B_1 (mais difficeis de serem conhecidos, porque dependem também do valor do atirador e do observador).

Quaesquer que sejam taes valores, o commandante do grupo deverá computa-los para ter uma idéa da precisão da coordenação.

Se o tiro que B_1 e B_2 devem executar, póde ser observado, a questão da precisão não tem logar, porque se faz uma regulação ou confronto.

Mas se B_1 e B_2 devem executar um tiro que não póde ser observado a questão da precisão adquire a maxima importancia.

O commandante do grupo resolve-la á ordenando as *majorações* de accôrdo com a precisão desejada.

E' a primeira vez que empregamos a palavra *majoração*. Seja-nos permittido, então, discorrer sobre o assumpto.

A palavra *majoração* deve ser impressa em letras maiusculas no alto de cada pagina que, se segue: O commandante de grupo não é um magico, da artilharia; é um individuo engenhoso. Querer corrigir todos os pequenos erros é crear para si uma tarefa muitas vezes impossivel de ser realisada, ou pelo menos, um trabalho cujos proventos, em geral, não compensam o esforço empregado. Na maior parte dos casos, é bastante apreciar a ordem de grandeza desses erros e ordenar, em consequencia, as *majorações* convenientes, procurando, unicamente, prescrever as *majorações* *estricamente indispensaveis*. Será insensatez atirar sobre "um municipio inteiro" só pelo facto de saber que ahi se encontra o objectivo.

O saber *majorar* requer uma technica e é uma arte difficil, a tal ponto que nos dá ensejo de perguntar se o celebre "faro do artilheiro", não é senão em ultima analyse uma aptidão á escolha das *majorações* judiciosas.

Tratámos, a proposito dos primeiros disparos, da questão da coordenação, continuemos, então, o estudo do papel do commandante do grupo durante a acção.

Terminadas as verificações, após uma demora variavel, começam os tiros da preparação, ou desde o inicio, os do proprio ataque.

No caso da preparação, o scenario é já conhecido: os objectivos são escolhidos pelo commandante do grupo, ou propostos por elle, ou impostos pelo commando. A repartição delles, entre as baterias, faz-se obedecendo a certos principios que damos adeante. (Ordens de tiro).

Estudemos, então, o papel do commandante do grupo no decurso do combate.

Nesse momento, o emprego das baterias é sua preocupação maxima. E' lhe preciso:

A. Conhecer os objectivos (Atirar em que?)

B. Dar as ordens de tiro (O que, quem deve e como atirar?)

C. Preparar os deslocamentos.

A — CONHECER OS OBJECTIVOS

Duas hypotheses a considerar:

a) Os objectivos são indicados pelos observadores encarregados da vigilância geral, (1) que é uma das suas missões.

b) Os objectivos são impostos pelo commando.

Na primeira hypothese surgem 2 casos:

1º) O commandante do grupo tem toda iniciativa do tiro sobre uma zona, e então, compete-lhe avaliar a importancia dos objectivos, de accordo com as disponibilidades de fogo, nesse momento.

Quando decide atirar limita o objectivo e estabelece as modalidades do tiro necessarias, em particular as majorações e eventualmente o mecanismo.

Depois de dar as ordens de tiro envia, ás vezes, um relatório ao commando.

2º) O commandante do grupo não tem iniciativa do tiro. Envia o relatório (salvo se não houver tempo); manda preparar o tiro, e toma medidas uteis para poder intervir logo que o tiro lhe for ordenado.

Na segunda hypothese é preciso haver sempre a mais intima ligação entre o grupo e o agrupamento, permitindo áquelle conhecer as intenções deste, afim de diminuir o imprevisto que sempre occasiona perda de tempo.

O grupo toma as medidas tendentes a diminuir tal perda de tempo, mediante a execução de uma preparação cuidadosa de possiveis intervenções (planos de transporte de tiro; documentos mantidos em dia).

Falaremos adiante sobre esse assumpto, quando estudarmos a questão das ordens de tiro.

No caso particular do grupo agir como agrupamento de apoio da infantaria, as differentes ligações que devem ser estabelecidas, são tratadas nos regulamentos. Não nos deteremos nesse assumpto que por si só constitue um estudo longo.

B — DAR AS ORDENS DE TIRO

Em primeiro lugar surge a questão de saber o que se deve atirar e quem deve atirar; depois então, a questão das ordens de tiro.

Quando um objectivo apparece e se reconhece objecto de um tiro, o commandante do grupo se não lhe foi imposto o consumo, avalia-o, de accordo com os principios regulamentares da Condução do fogo — (Natureza e numero de projectis). Estabelece o numero de baterias a empregar, consoante o effeito moral que deseja obter e o prazo dado para a terminação do tiro. O problema se transforma, então, nest'outro: "Como devem ser empregadas as baterias?"

Surge logo a necessidade de conhecer a cada

(1) Vigilância da zona inimiga. op. cit. (N) trad.).

(4) Não nos importa a ordem de grandesa do termo "proximidades", porque ella é em cada caso função das possibilidades de transporte de tiro — si se possui; por exemplo todos os d'vo desejados; a ordem de grandesa do termo "proximidade" fica augmentada.

instante as disponibilidades e a situação. Nesse sentido o commandante do grupo mandará organizar e manter annotado um quadro indicativo dos trabalhos que devem ser executados. (Quadro de trabalhos das baterias).

De outro lado, recorre a outro documento, do archivo de objectivos, que indica as possibilidades de intervenção das baterias. (Vide annexos). Tal documento elucida a questão dos tiros dados e também a dos preparados que deveriam ter sido ordenados com antecedencia, de accordo com um plano prefixado, plano que por sua natureza facilita os transportes de tiro.

Voltemos ao emprego das baterias ao qual se liga a questão da repartição dos objectivos.

Parece-nos impôr-se, toda vez que possível, a applicação dos principios seguintes:

a) procurar sempre reger as disponibilidades.

A repartição das zonas de tiro entre as baterias, assumpto já estudado, obedece a esse principio, que apresenta o corollario seguinte: *Distribuir o esforço de accordo com a importancia da missão*, quer dizer, não empregar 2 baterias quando 1 é sufficiente para produzir os effeitos moraes e materiaes desejados.

Para cada caso, o regulamento indica os elementos da solução: numero de projectis necessarios e cadencias admissiveis.

b) Na designação de um objectivo, procurar as condições optimas de intervenção (especie e preparo da intervenção).

— um objectivo será attingido com maior segurança, si a bateria já atirou sobre elle ou nas proximidades, ou quando elle é tomado de enfiada, etc.

— tal objectivo será mais depressa attingido, se a bateria já calculou os elementos de um tiro sobre elle ou sobre pontos proximos (4).

E' evidente que se fórmos obrigados a "surprender" uma bateria, ordenando-lhe um tiro para o qual está mal preparada, devemos fornecer-lhe todos os elementos technicos susceptiveis de se originarem dos caprichos da coordenação.

Si se emprega uma bateria, dentre outras, que não tenha executado regulações sobre o objectivo, deve-se-lhe dar, se necessario, todas as facilidades de observação, fornecendo-lhe, nesse sentido, as transmissões convenientes.

Lembremos que ás vezes os dois principios collidem. Antes da decisão deve o commandante do grupo avaliar a importancia de cada um em face da situação do momento.

2.º PRESCREVER O TIRO

Designada a bateria é mistér indicar-lhe o objectivo sobre o qual ella vae atirar. Detenhamos um momento em commentarios sobre os processos regulamentares (Titulo IX a — n. 446).

Recommandamos aos commandantes de bateria que é conveniente fazerem sempre um esboço, em logar de procurarem formulas, quando os objectivos lhes forem designados pelo modo indicado no paragrapho citado.

Dest'arte evitarão erros.

Ainda mais, sempre que a situação permittir, o commandante do grupo deve esforçar-se por indicar o objectivo por meio das coordenadas. Isso se consegue facilmente, quando todos sabem ler o terreno. Além disto, para facilitar o trabalho de

leitura do terreno, os observadores, sempre que puderem, devem indicar nos esboços perspectivos, o maior numero de pontos por suas coordenadas, ainda que approximadas. E' preciso não esquecer que o commandante possui um telemetro. O emprego desse instrumento permite obter, quasi sempre, satisfactoriamente, a precisão desejavel para a designação dos objectivos por meio das coordenadas.

Terminemos o assumpto com uma nota importante. Quando o objectivo é designado, o commandante do grupo deve dar as majorações necessarias (se se impõem) ou o mecanismo completo do tiro.

Quanto á fórma das ordens de tiro, deve-se recorrer aos regulamentos ou manuaes de tiro.

C — PREPARO DOS DELOCAMENTOS

Estudámos o plano de deslocamento da observação; é necessario regar o deslocamento das baterias. Os dois deslocamentos estão geralmente ligados. Quasi sempre exigem o funcionamento do destacamento avançado de reconhecimento, que foi já objecto de um estudo especial. Não trataremos do funcionamento; fixaremos apenas, o papel do commandante do grupo, nessa questão.

A's vezes cabe ao commandante do grupo a iniciativa dos deslocamentos, mas em geral é o agrupamento que resolve, no conjuncto, essa questão.

Compete ao commandante do grupo pôr em execução o plano de deslocamentos recebido da autoridade superior, e, particularmente, proceder á organização do destacamento avançado: reuniões, partida.

Indica-se-lhe o fim; elle se encarrega dos meios.

Sua preocupação constante é a melhora da observação e a proxima entrada em bateria. Deve esforçar-se por evitar que as baterias sejam obrigadas a occupar posições, á noite, sem que tenham sido ao menos summariamente reconhecidas. O destacamento avançado deve encontrar-se sempre em condições de "partir", por ordem do commandante do grupo, sem aviso prévio. O commandante do grupo, compenetrado da missão, que lhe foi confiada, conhecedor da situação e do terreno, deve estar sempre prompto para dar ao destacamento uma ordem precisa.

Lembremos, ainda, que muitas vezes um

reconhecimento de itinerario se impõe e além disso não é bastante deslocar as baterias, é preciso prevêr o remuniamento (ordens ao commandante da columna de reabastecimento).

Lembremos, por fim, que o commandante do grupo deve dar ordens para a evacuação da posição (formação da columna de baterias, commando da columna, fraccionamento, itinerario, ponto inicial, retirada do fio telephonico, talvez evacuação de munições, etc.).

CONCLUSÃO

Acompanhámos o commandante do grupo, num cyclo de operações completo. Foram-lhe propostos muitos problemas. Julgámos menos interessante a procura da solução de cada um, do que a indicação, que fizemos, da propria natureza delles. As soluções dependem da situação. Se essa é bem conhecida, aquella se encontra nos regulamentos.

Não basta conhecer a solução dos problemas, o que mais importa é *prever* quaes os que podem surgir, afim de serem preparadas as soluções a tempo. Foi o que tentámos fazer.

A N N E X O S

ANNEXO I

Fizemos constantemente, no presente estudo, allusão a certos documentos que devem ser mantidos em dia, pelo estado maior do grupo. E' chegada a occasião de retomar a lista delles. A titulo de esclarecimento sómente, indicamos a fórma que se poderá dar a alguns delles.

1.º — QUADRO DOS DV de REGIMAGEM

Baterias	dV. (1)	dV. relativos (1)
1. ^a	— 2	0 Bateria-guia.
2. ^a	— 3	— 1
3. ^a	— 4	— 2

(1) Na realidade, cada bateria deve ter varios valores para dV., no minimo 2 para o 75 e 2 para o 155.

2.º — SITUAÇÃO DE LOTAÇÃO NO DIA....

Baterias	B G 5			B S P			
	N.º do lote 25 - LN	N.º do lote	N.º do lote	N.º do lote	N.º do lote	N.º do lote	N.º do lote
1. ^a							
2. ^a							
3. ^a							
Total per lote							

3.º — QUADRO DE TARAGEM

N.º do lote	Bateria que executou o tiro	Data	dV. encontrado	dV. correspondente ao tiro da bateria-guia (1.ª)	Observação sobre o valor da taragem
25 — LN	1.ª	— 3	— 3	
5 — 27	2.ª	— 4	— 3	

4.º — QUADRO DE TRABALHOS DAS BATERIAS

Horario	1.ª bateria Objectivo. Consumo	2.ª bateria Objectivo. Consumo	3.ª bateria Objectivo. Consumo
7 horas	<div> $x = \dots$ $y = \dots$ 100 Destruição </div>	<div> $x = \dots$ $y = \dots$ 100 Interdição </div>	
8 horas	<div> $x = \dots$ $y = \dots$ 100 Neutralisação </div>		
9 horas			

5.º — QUADRO DE REGISTRO DE RESULTADOS

DADOS FORNECIDOS PELAS BATERIAS								COORDENAÇÃO		
Dia	Hora	Baterias	Objectivo	Elementos de regulação			Eventualmente dV.	Elementos fornecidos pelo grupo	Precisão	Majoração
				Direcção	Evento	Alcance				
26		2.ª	1753	+ 300	Cor. 70	21.19		1.ª Direcção .. + 20	100 metros	Direcção 2 µ
					26",4			Alcance ... — 50		Alcance 2 %
								Altitude ... — 15		
								3.ª Direcção .. — 15		
								Alcance ... + 50		
								Altitude .. — 10		

6.º — ARCHIVO DE OBJECTOS E POSSIBILIDADES DE TIRO

Uma carta, indicando as possibilidades de tiro das baterias.

Primeiro, sublinhar os objectivos (e alvos

auxiliares) e indicar o numero de baterias que atiraram ou prepararam o tiro.

Depois, numerar ou assignalar por meio de letras, na carta, os objectivos; confeccionar o seguinte quadro demonstrativo:

QUADRO DE TIROS				
Objectivos	Particularidades	Tiros executados		Tiros preparados N.º da bateria
		N.º da bateria	Data	

7.º — ARCHIVO DE OBSERVATORIO

Carta contendo indicações sobre os observatorios; sobre as partes vistas e occultas, de cada um; em uma das margens, as indicações sobre o aproveitamento dos observatorios.

Esboços perspectivos.

Previsões sobre os deslocamentos.

8.º — ARCHIVO DAS TRANSMISSÕES

Carta ou calco, contendo o traçado das linhas telephonicas internas do grupo (empregando-se côres differentes para fazer resaltar as das bate-

rias das do grupo), e o das linhas da rede geral. Indicações sobre a rede optica.

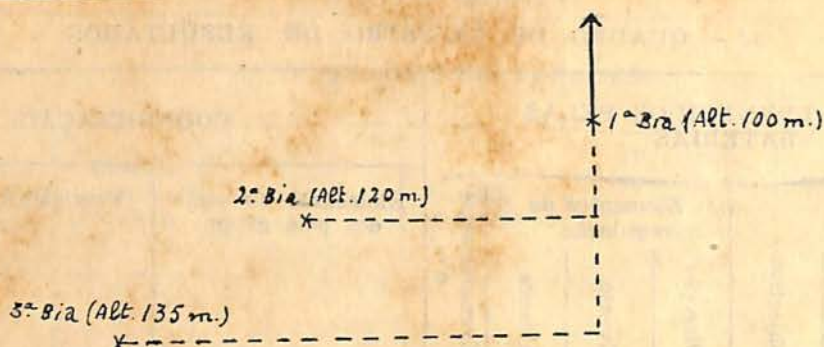
Plano das ligações, (se existe).

Previsões sobre os deslocamentos.

9.º — ARCHIVO TOPOGRAPHICO

Plano de posição do grupo — (Veja a fig. 69 do titulo IX a). (1) Figuram ahi as peças directrizes, sómente, e as construcções graphicas correspondentes.

(1) Fig. da pag. 115 do Manual de tiro do 75. (Nota do trad.).



Quadro das correcções de altitude, (eventualmente).

Listas dos pontos utilizados ou determinados, com as indicações sobre a precisão.

ANEXO II

METHODOS DE COORDENAÇÃO

(Consideramos as 3 baterias em vigilância na mesma direcção e admittimos que ellas possuam lotes de munição diferentes, porém, tarados).

PRIMEIRO METHODO

O commandante do grupo fornece ás baterias

B_1 e B_2 os elementos que deveriam servir para o objectivo se os dV_0 (regimagem e taragem) dessas baterias fossem nulos. (1).

Exemplo: 3 baterias de 75 (fig. 2).

1.ª d V_0 (taragem) — 3

2.ª d V_0 (regimagem e taragem) — 8

3.ª d V_0 (regimagem e taragem) — 5

A 2.ª bateria regula o tiro sobre 1754 (Distancia approximada 4.000 m.).

Durante a regulação, o commandante do grupo prepara a coordenação organisando o seguinte quadro:

Natureza dos elementos		1.ª bateria				3.ª bateria			
		Deriva	Sitio	Alça	Corrector	Deriva	Sitio	Alça	Corrector
Correcções	d V_0 + 8	— 50	— 50
	de parallaxe	+ 20	— 15
	planimetrica	— 100	+ 100
	de altitude	+ 2 μ	— 1 μ
Total		+ 20	+ 2 μ	— 150	— 15	— 1 μ	+ 50
Elementos fornecidos pela 2.ª bateria									
Elementos transmittidos pelo grupo									

A 2.ª bateria annuncia: Vigilância n.º 1 + 500. Sitio + 5. Corrector 22. 4.200.

O commandante do grupo escreve no quadro essas indicações, totalisa com as que possui já e commanda:

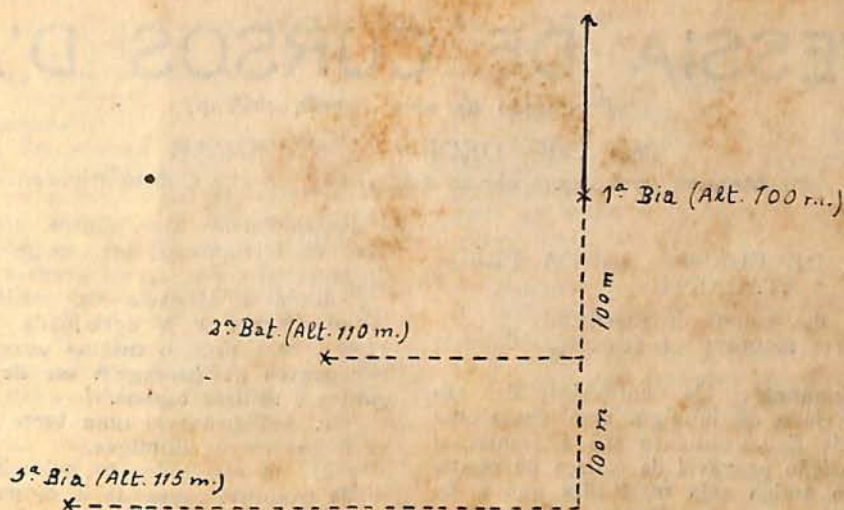
Sobre 1754 — { 1.ª bia: — Vigilância n.º
1 + 520. Sitio + 7. Cor.
22. 4050.
3.ª bia: — Vigilância n.º
1 + 485. Sitio + 4. Cor.
22. 4250.

A 1.ª e 3.ª baterias modificam a alça de accôrdo com os seus dV_0 (— 3 e — 5, respectivamente). Transformam o erro de sitio.

SEGUNDO METHODO

O grupo envia para as baterias B_1 e B_2 , sem

(1) Methodo identico consiste em fornecer ás baterias B_1 e B_2 os elementos que a bateria-guia deveria obter se estivesse na posição de cada uma dellas. Tal methodo só é vantajoso quando as 3 baterias utilisam o mesmo lote de munições.



modificá-los, os elementos recebidos da bateria B₁ (bateria que regulou), juntando, ainda, as correcções do transporte inverso de tiro".

Exemplo: 3 baterias de 155 c.

- 1.ª dV. (taragem) — 5
 2.ª dV. (regimagem e taragem) — 8
 3.ª dV. (regimagem e taragem) — 3

A 2.ª bateria regula o tiro sobre 1593, distancia approximada 5.000 m.

Durante a regulação, o commandante do grupo envia para a 1.ª e 3.ª baterias a mensagem seguinte:

"A 2.ª bateria (dV. — 8 está regulando em tiro de tempo, com granada de aço. Carga 1; a 5.000 approximadamente. Transmittirei as correcções do transporte inverso de tiro".

Seguem-se as correcções (em relação á 2.ª bateria e medidas pelo commandante do grupo sobre o plano de posição do grupo).

Correcções	1.ª	3.ª
De parallaxe	+ 20 μ	— 15 μ
Planimetrica	— 50 m.	+ 50 m.
Altitude	+ 20 m.	— 15 m.

Durante a regulação as 1.ª e 3.ª baterias devem organizar um quadro identico ao que se segue (organizado para a 3.ª bateria).

Natureza dos elementos		Direcção	Alcance	Evento
Correcções	$\left. \begin{array}{l} dV. \quad dV. \text{ proprio} - dV. \text{ recebido.} \\ \quad \quad - 3 - (-3) = + 5 \end{array} \right\}$		— 100	+ 0.26
	parallaxe	— 15	— 16'	
	planimetrica		+ 50	— 0.30
	altitude		— 10'	
Total		— 15	— 26'	— 0.04

A 2.ª bateria envia para o grupo os seguintes elementos: Vigilancia n.º 1 + 360.
 Cor. 70. Evento 25", 3. 20°19'.

O grupo transmittre para as outras baterias esses elementos, sem modificá-los, e ellas os annotam no quadro e fazem a somma algebrica.

NOTA — O primeiro methodo é vantajoso para o 75 quer se trate do tiro percutente, quer de tempo; e para o 155 sómente no tiro percutente; pois no tiro de tempo, se o commandante quer

obter precisão, é obrigado a fazer muitos calculos longos.

O segundo methodo parece mais vantajoso para o tiro de tempo do 155, porque os calculos são repartidos entre as baterias.

TRAVESSIA DE CURSOS D'AGUA

(Tradução de uma versão chilena)

Pelo Cap. DECIO DE ESCOBAR

Do Manual para o commando das tropas, de von Cochenhausen.

I

TRAVESSIA DE CURSOS D'AGUA PELO ATACANTE

1) Escolha dos pontos de passagem.

São factores favoraveis á realização da passagem:

a) **Tacticamente:** Os cotovelos de rio abertos para o lado do inimigo, com vantajosas possibilidades de flanqueamento até á frente, si possível, da posição provavel da cabeça de ponte. Que a margem amiga seja mais alta que a do lado inimigo, que, a vista domine amplamente o rio; que ambas as margens offereçam boas condições ao transito; posições favoraveis á distancia sufficiente do rio, para o estabelecimento das cabeças de pontes pelas primeiras tropas de ataque.

b) **Technicamente:** Partes estreitas, corrente rectilínea e de fraca velocidade, fundo proprio á ancoragem, proximidade dos materiaes de emergencia para construcção de pontes; margens de rampas suaves e solo firme. Nos rios muito largos convem escolher os trechos em que houver ilhas.

De summa importancia é a rede de estradas. Logicamente devendo o inimigo apresentar a sua mais solida resistencia sobre as principaes estradas, torna-se frequentemente necessario afastar dellas os primeiros pontos de passagem

e de lançamento das pontes. Neste caso, o preparo de terraplenos, etc. exige a reunião prévia do material e do pessoal necessario aos trabalhos.

Dada a efficacia da artilharia inimiga de longo alcance e a actividade das suas forças aereas, será preciso muitas vezes abandonar certos pontos de passagem ou de lançamento das pontes e utilizar outros.

E' indispensavel uma forte protecção contra as forças aereas inimigas.

2) O resultado do primeiro reconhecimento de conjunto serve de base para a escolha das zonas de passagem, dos pontos de passagem e da forma por que será esta executada. Os chefes de serviços de engenharia (cmts. de batalhão de engenharia) solicitarão opportunamente das autoridades superiores todos os documentos necessarios, taes como: monographias geographico-militares, planos, archivos das autoridades de canalização e de navegação fluvial. O reconhecimento aereo-photographico é de consideravel importancia.

Nestes reconhecimentos, as Divisões empregarão officiaes de Estado Maior, o cmt. da I/D., o da E/D. e os officiaes das Cias. de morteiros (lança-minas) e de metralhadoras.

O cmt. das tropas dá a ordem de reconhecimento, que deve conter:

informações sobre o inimigo e as unidades vizinhas;

ESTADO MAIOR DO EXERCITO

BOLETIM NUMERO 57

POSSE DO CARGO DE CHEFE DO E. M. E.

Nomeado por Decreto do Governo Provisorio Chefe do Estado Maior do Exercito, cargo que, por successão automatica, vinha exercendo interinamente, assumo a effectividade das elevadas funções, com a certeza de as desempenhar, se não com brilho e apurada competencia, com a serenidade, ponderação de animo e empenho em bem servir, características de um espirito consciencioso e tolerante.

Na nova phase que se inicia, necessario se tornará o aproveitamento dos elementos moderados, reflectidos e constructores: — cumpre esquecer resentimentos e prevenções, em beneficio da harmonia da grande familia a que pertencemos.

Nada se constrói sobre o odio, nem sobre a truculencia e a vaidade. Visando a grandeza da Nação e a união do Exercito, sómente ergueremos edificio solido e duradouro, utilizando as diversas capacidades e a cooperação amiga e dedicada de todos os nossos camaradas.

As relações pessoases, mesmo em objecto de serviço, longe de serem prejudiciaes á perfeita execução da tarefa, estabelecem o cordial intercambio de idéas, indispensavel á melhor comprehensão dos esboços e delineamentos dos grandes projectos, cuja confecção nos é attribuida.

Procurarei contribuir, por minha parte, á supressão de compartimentos estanques ainda subsistentes; desejo que, sem inuteis complicações burocraticas, os meus companheiros de tarefa assentem a troca de impressões necessaria ao completo traçado de formidavel aparelhamento da defesa nacional, que nos cumpre planejar.

... ..
Ao Estado-Maior, órgão essencial de trabalho e elemento de segura fé na grandeza dos nossos destinos, caberá o papel de coordenador, a função por vezes ingrata de contrariar pretensões excessivas, de amparar soluções conciliatorias, no nobre empenho da reconstituição do Exercito abalado. Para esse congraçamento da classe, para esse exemplo de concordia que devemos ao Paiz, necessario será o sacrificio de susceptibilidades epaixonadas, ou o retrahimento digno e silencioso, certos como estamos todos de que o Exercito, lidima expressão da Nação una e indivisa, não poderá falhar nunca á sua gloriosa e magnifica missão.

... ..

(a) GEN. A. MALAN

NOTA — As reticencias indicam trechos supprimidos, os quaes tratam de referencias particulares que não interessam á presente publicação.

a intenção da autoridade que assigna a ordem;

os limites da zona de passagem.

E' preciso determinar:

a) **Tacticamente:**

A situação do inimigo (mantem o adversário em seu poder algumas cabeças de ponte na margem amiga ou acha-se esta inteiramente livre do inimigo? Está occupada a margem opposta, ou ha indícios de que o inimigo pretende avançar?).

Apreciação do terreno em relação á influencia que possa exercer sobre a transposição. (Em que zonas a artilharia, os morteiros e as metralhadoras, intallados em posições favoráveis na margem de partida, podem dominar o terreno da margem opposta, tanto o das vizinhanças immediatas do curso d'agua como o situado além? Até que linha podem ser efficazes os fogos dos atacantes? Offerece o terreno protecção sufficiente para que a marcha de approximação e os preparativos das tropas á margem do rio possam affectuar-se a coberto).

Apreciação do terreno da banda opposta do rio (será conveniente occupar e installar rapidamente uma cabeça de ponte sufficientemente ampla e organizar a sua defesa para servir de base a um futuro avanço? Até aonde seria preciso levar-a para que os pontos de passagem e os de construcção das pontes não fiquem expostos ao fogo systemático da artilharia inimiga?).

b) **Technicamente:**

Condições da rede de estradas em ambas as margens; características das margens (altura, facilidades que apresenta ao transito, rampas, protecção que offerece o terreno em ambas as margens fóra das estradas).

Características do rio (largura, velocidade e direcção da corrente, natureza do fundo. Profundidade, vãos, ilhas e o seu melhor aproveitamento technico. Póde effectuar-se a passagem em uma larga frente utilizando os afluentes e cursos d'agua vizinhos. Deve contar-se com uma variação do nível das aguas, com fortes ventos, etc.).

Pontos de passagem e de lançamento das pontes a considerar em primeiro lugar.

Effectivos necessarios em sapadores, equipagens de pontes e tropas auxiliares.

Existência e aproveitamento de materiaes de circumstancias.

Tempo necessario para a passagem e a construcção das pontes.

Medidas especiaes contra minas, torpedos, vapores fluviais armados.

Necessidades em pessoal, material e tempo para substituir uma ponte de equipagem por uma de circumstancia.

c) **Encaminhamento das partes.**

3) Baseado no resultado desses reconhecimentos, o Cmdo. attribue ás diversas Divisões as suas zonas de passagem.

Depois a Divisão dá a ordem para preparar a passagem. Esta ordem póde conter o seguinte:

Informações sobre o inimigo e as unidades vizinhas.

Decisão de transpôr o curso d'agua (na maioria dos casos sem indicar a hora).

Determinação das differentes zonas de passagem com a correspondente repartição das tro-

pas (formação de agrupamentos de combate com tropas de diversas armas, repartição dos sapadores e dos elementos de desembarque entre as differentes zonas de passagem, designação do chefe da passagem).

Fôrma da passagem nos differentes pontos (passagem á viva força, passagem por surpresa, ou simples travessia; simultanea ou por escalões? onde se farão demonstraões para illudir o inimigo? onde se effectuarão passagens simuladas ou secundarias? deve fixar-se um ponto principal de passagem ou a massa das tropas deve passar no ponto em que os primeiros resultados favoráveis forem obtidos? onde e quando deve iniciarse o lançamento das pontes?).

Diposições já ordenadas pelo commando superior para toda a zona de passagem. (Estabelecer uma direcção superior technica unica dos trabalhos, protecção pelo fogo, cobertura, diffcultar a observação inimiga, regular o emprego das armas anti-aereas, das transmissões).

Missões das primeiras tropas lançadas na margem inimiga. (Ordem de successão das tropas e cooperação dos differentes agrupamentos tacticos e armas; designar a cabeça de ponte que deve ser attingida).

DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS TC, TE E COMBOIOS

O cmt. das tropas, os cmts. de agrupamentos de combate, assim como os cmts. da Artilharia e da Engenharia ordenam então o **reconhecimento local pormenorizado**, que tem por objecto:

a) fornecer as bases para as disposições tacticas e technicas que serão adoptadas nos diversos pontos de passagem;

b) esclarecer a situação no concernente: aos caminhos de acesso para as tropas e para o material de pontagem;

á protecção pelo fogo; aos pormenores sobre os pontos de passagem;

aos preparativos para a travessia; aos locais para a construcção das pontes; ás ligações, e transmissões a estabelecer, aos pontos de reunião das partes, ás disposições technicas especiaes (protecção contra a corrente, etc.).

4) Executados os preparativos (para os quaes deve reservar-se tempo), o cmt. das tropas expedirá a **ordem para travessia**.

A Execução da passagem differe segundo a situação tactica:

a) **Longe do inimigo.**

Os sapadores e a equipagem de ponte devem approximar-se da margem do rio, sob a protecção da infantaria ou da Cavallaria apoiada por artilharia leve. Transpõem o rio primeiramente as fracções de segurança, iniciando-se logo após o lançamento da ponte.

Aprestar opportunamente a defesa anti-aerea. Preparar um segundo local para a construcção da ponte, o qual será utilizado no caso do primeiro se tornar impraticavel.

b) **Aproveitando um momento favoravel**, em que a margem opposta se ache temporariamente livre do inimigo. Neste caso, o bom exito reside na rapidez com que fór executada a passagem. Devem ser encaminhados rapidamente para a mar-

gem do rio os sapadores e a equipagem de ponte, convenientemente protegidos por tropas de segurança (emprego de automoveis). Infantaria, metralhadoras, lança-minas com abundante provisão de munições effectuam a travessia em pontões isolados simultaneamente com patrulhas de cavallarias; em seguida passam Bias., depois cavallos e viaturas do T. C. da I. e, por ultimo, a artilharia restante.

As tropas transportadas para a margem inimiga occupam uma cabeça de ponte sufficientemente avançada, que se reforça convenientemente, ao mesmo tempo que se lhe prepara na margem de partida uma efficiente protecção pelo fogo.

Deve assegurar-se a ligação das tropas da cabeça de ponte com as da margem de partida.

Desde que a margem opposta esteja solidamente occupada pelas nossas tropas, poder-se-á dar inicio á construcção da ponte (em geral á noite).

c) Em face de um inimigo que vigia o rio: surpresa ao amanhecer ou quando o visibilidade é má; a astucia e todas as medidas que permittam illudir o inimigo constituem condições essenciaes para o triumpho da operação. Com este fim deve-se:

manter absoluto segredo (o logar e a hora da passagem serão dados o mais tarde possivel);
empregar cuidadoso disfarce ("camouflage");
illudir o inimigo com demonstrações (simulacros de operações).

Para a passagem as tropas são fraccionadas como se segue:

1º Tropas de protecção, estabelecidas sobre a margem de partida com a missão de prover á protecção pelo fogo;

2º Tropas de desembarque, destinadas a garantir na margem opposta o desembarcar ulterior além do rio e o lançamento da ponte;

3º Reserva do Cmdo. Fornece aos sapadores as tropas auxiliares para o transporte a braço dos pontões até o rio e para servir de tripulação desses pontões.

Os carros-pontões (carregados) devem approximar-se da margem sem ruido.

Devem preceder as suas tropas os cmnts. das tropas de protecção e das tropas designadas para a passagem, afim de instruirem o seu pessoal.

Os elementos de desembarque devem ficar abrigados nas proximidades da margem de partida. Silenciosamente occupam as suas posições de fogo as tropas de protecção.

A' sua retaguarda preparam-se:

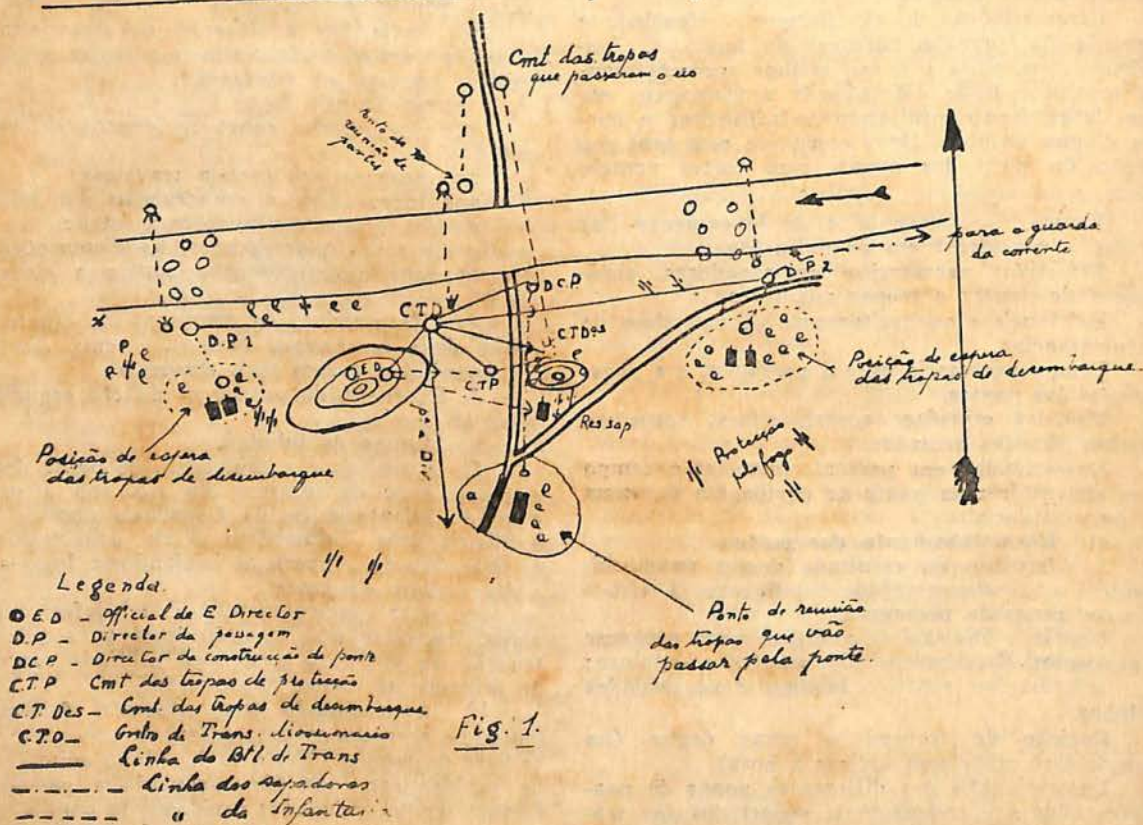
os portadores de pontões;

os remadores;

o primeiro escalão das tropas de desembarque.

Os portadores de pontões e os remadores avançam com os pontões. Embarca o primeiro escalão das tropas de desembarque e as tropas de protecção rompem o fogo logo que se manifeste a resistencia inimiga. A travessia dos primeiros elementos se effectua simultaneamente em varios pontos. Constituir-se a cabeça de ponte na margem inimiga. Preparam-se rapidamente as balsas necessarias para a passagem dos animaes, me-

Esboço da rede de transmissões para a passagem de um rio.



trahadoras, lança-minas leves e artilharia. Para contrapor-se á acção dos aviões de combate e de bombardeio inimigos, deve estabelecer-se forte protecção anti-aerea. Póde illudir-se o fogo da artilharia inimiga mudando-se os pontos de passagem. Os trabalhos de construcção da ponte iniciar-se-ão o mais cedo possível, o que de modo nenhum deve acarretar a interrupção da passagem em pontões isolados.

d) Em face de um inimigo que organizou a defesa do rio.

Proceder-se-á, em geral, como no caso c); cumpre, porém, fazer preceder a passagem de um potente fogo de aniquilamento (destruição) de artilharia, desencadeado por surpresa. Deve neutralizar-se a actividade da artilharia inimiga e collocar-se uma cortina de fogo deante das tropas de desembarque.

As perdas soffridas pelos sapadores (30 % a 50 %) e as experimentadas pelo material (até

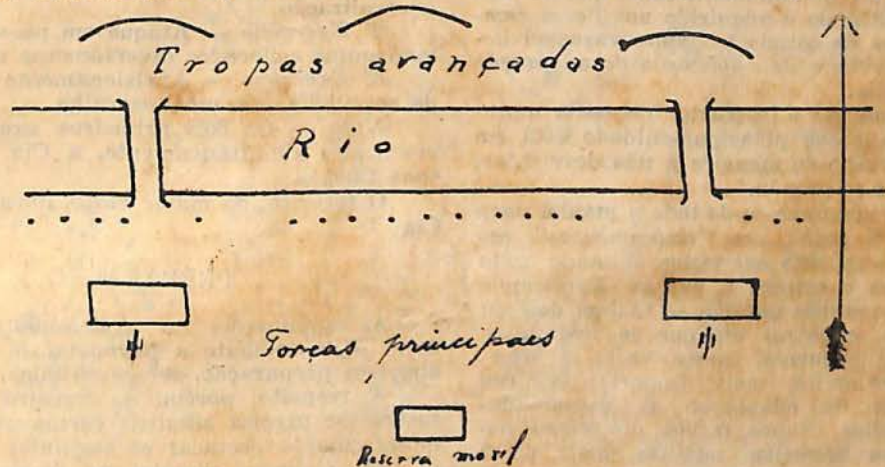


Fig. 2.

100 %) serão preenchidas respectivamente pelo pessoal de substituição e pelo material sobressalente.

Estabelecer-se-á forte protecção anti-aerea. Serão designadas previamente certas equipagens de pontes para o lançamento da ponte devendo durante a construcção da ponte continuar com a mesma intensidade a travessia em embarcações. Executar-se-ão passagens secundárias e simulacros de passagens como no caso c).

Os princípios precedentes expostos regem também transposição dos cursos d'água de menor largura. Recommendam-se o aproveitamento dos vãos e o emprego de passadeiras (estas ultimas podem utilizar-se até em curso d'água de 60ms. de largura e de fraca corrente).

5) Estabelecimento das transmissões na travessia de cursos d'água.

O Btl. de transmissões estabelece a ligação do cmt. da Divisão e do official que dirige os sapadores com o cmt. das tropas de protecção, com o cmt. das tropas de desembarque, bem como com os officiaes de engenharia que dirigem o serviço em todas os pontos de passagem e de lançamento de pontes (ver fig. 1).

II

DEFESA DE CURSOS D'AGUA

a) Tratando-se de uma defesa dilatoria (destinada a ganhar tempo), deve preencher as tres seguintes condições:

1º) Reconhecer opportunamente a marcha de aproximação do adversario e os seus preparativos para a travessia;

2º) Surprender e esmagar toda tentativa de passagem, mediante o emprego de fortes effectivos;

3º) Dispor de fracas reservas, mas de grande mobilidade, para acolher as forças principais, desde que estas se retraiam.

De accordo com estes principios, a repartição das forças poderá ser feita do seguinte modo: (vide fig. 2).

As tropas avançadas effectuam a exploração e repellem as orgãos inimigos de reconhecimento.

Os cyclistas são naturalmente indicados para essa missão.

Si as tropas avançadas forem rechassadas até o rio, retirar-se-ão sob a protecção da artilharia.

As forças principais manter-se-ão convenientemente dispostas em agrupamentos, nas proximidades dos pontos provaveis de passagem, atraz de posições defensivas. Grande parte da artilharia occupará posições preventivas; outra parte será mantida em reserva móvel.

6) No caso de uma defesa que procura a decisão, a defesa póde ser combinada com um ataque executado na margem amiga ou na opposta. No primeiro caso (ataque na margem amiga) a repartição das tropas será approximadamente a seguinte:

Tropas avançadas, como acima.

Postos avançados, que vigiam o rio, agrupados por sectores, com o seu centro de gravidade nos pontos presumiveis de passagem do inimigo (empregam-se observadores em barcos; nos grandes rios, também podem ser empregados vapores armados). A linha principal de resistencia se estabelece, em geral, na margem amiga. Serão postas á disposição das unidades subordinadas

A QUESTÃO DA ADAPTAÇÃO ÀS ESPECIALIDADES NA INFANTARIA

Pelo 2º Tenente ALCYR D'AVILA MELLO

(Do 1º R. I.)

Continuando a tratar deste assumpto, faremos hoje uma exposição dos exercicios de applicação realizados durante o segundo periodo deste anno.

O principio da organização de taes exercicios já foi expellido no artigo anterior, quando diziamos ser adaptação ás especialidades, todo e qualquer exercicio que demandasse esforço physico qualquer, desde que se lhe tirasse o fundo technico ou tactico.

Baseados nisso, e considerando mais que nelles o soldado agia num ambiente tanto quanto possível real, applicando o adquirido nas lições completas e sessões de estudo, achamos rasoavel denominar os exercicios de applicação de adaptação ás especialidades.

Como se vae ver, o instructor necessita muito de imaginação, e seu principal cuidado está em orientar o exercicio de maneira a não desvirtuar, o fim a que elle se propõe.

Em regra, dispunha-se de toda a manhã para o trabalho. E então, dos "treinamentos", organizava-se um ou dois exercicios, dosando tudo de accôrdo com o esforço a exigir. Explicando melhor: havia manhãs em que se faziam dois ou tres exercicios, e outras em que se fazia apenas um. Naturalmente, neste caso, o exercicio era de muito mais importancia (no ponto de vista de adaptação ás especialidades) que naquelles. Nunca, porém, um mesmo homem executava naquellas manhãs, mais de 2 exercicios.

Vejamos alguns exemplos.

I

Dia 29 de Maio — TRES EXERCICIOS

Directivas do Cmt da Cia.

As directivas recebidas para este dia, previam tres exercicios:

1º) — Uma applicação do treinamento do granadeiro (mais particularmente, estudo de uma situação de crise).

fracções de sapadores, peças de artilharia e lanças-minas. Galhos de arvores, arame distendido na agua difficultam o desembarque inimigo.

As reservas de postos avançados devem ficar nas proximidades dos pontos mais ameaçados. E' preciso que a defesa não se deixe enganar pelas empresas simuladas do adversario. Os sapadores prepararão a destruição dos pontos de passagem.

Podem barrical-os simplesmente, ou destruil-os.

As forças principaes postar-se-ão em um ponto apropriado ou serão distribuidas em agrupamentos, fazendo uso intensivo do disfarce.

Devem manter-se inteiramente preparadas para a acção. Conservarão ao seu lado todas as

2º) — Uma applicação do combate a bayoneta em terreno variado.

3º) — Uma applicação do treinamento do volteador (exercicio principal).

PREPARAÇÃO

Em consequencia das directivas, assim foi feita a preparação dos exercicios:

1º Exercicio — Situação de um granadeiro que se vê obrigado a fazer uma concentração sobre certo objectivo debaixo de poderoso fogo de neutralização.

2º Exercicio — Ataque em passo de carga a manequins collocados diversamente no terreno.

3º Exercicio — Aprisionamento de um posto de sentinella por uma patrulha.

Nota — Os dois primeiros exercicios serão realizados simultaneamente, a Cia. dividida em duas turmas.

O terceiro, de maior vulto, abrangerá toda a Cia.

PREPARAÇÃO

As applicações do treinamento do granadeiro e do combate a bayoneta, já podem, pela simples preparação, ser executadas.

A respeito, porém, do terceiro exercicio, o instructor precisa admittir certos principios, dos quaes cumpre destacar os seguintes:

a) Cuidado especial na direcção do exercicio afim de que este não se transforme em simples instrução de serviço em campanha.

b) E' necessario dar aos homens que não tomam parte no exercicio, a impressão mais profunda possível de sua execução.

Para isso, os homens que constituirem o posto de sentinella, devem ser os mais atrasados, ao passo que os da patrulha serão seleccionados no que a Cia. tiver de melhor. Quanto aos outros, devem ser collocados de maneira a bem assistirem o exercicio.

fracções de grande mobilidade bem como as columnas de auto-caminhões disponiveis. E' preciso reconhecer e fixar os caminhos que serão utilizados nos movimentos para a frente e para os lados. Estabelecer-se-ão boas ligações. Uma parte da artilharia occupará immediatamente posições preventivas para actuar contra os proveis pontos de passagem; outra parte será mantida como reserva movel. E' conveniente manter esquadrilhas de aviões de combate promptas para atacarem o inimigo durante a travessia.

A execução do ataque na margem inimiga exige, em geral, o estabelecimento de cabeças de pontes fortificadas, sob cuja protecção podem ser levados para essa margem fortes effectivos.

(Continúa)

c) Ao contrario de qualquer outra, a Cia. não poderá de inicio, tomar conhecimento do fim desta instrução (exceptuados naturalmente os homens da patrulha), com effeito, os que constituirão os postos de sentinella, sabendo que vão ser capturados, redobrarão de vigilância, contribuindo assim fortemente, para annullar o principio. E não é só isso: pela resistencia que naturalmente offerecerão, poderá sobrevir um accidente qualquer. De fórma que o melhor é dar um fim á instrução differente do verdadeiro.

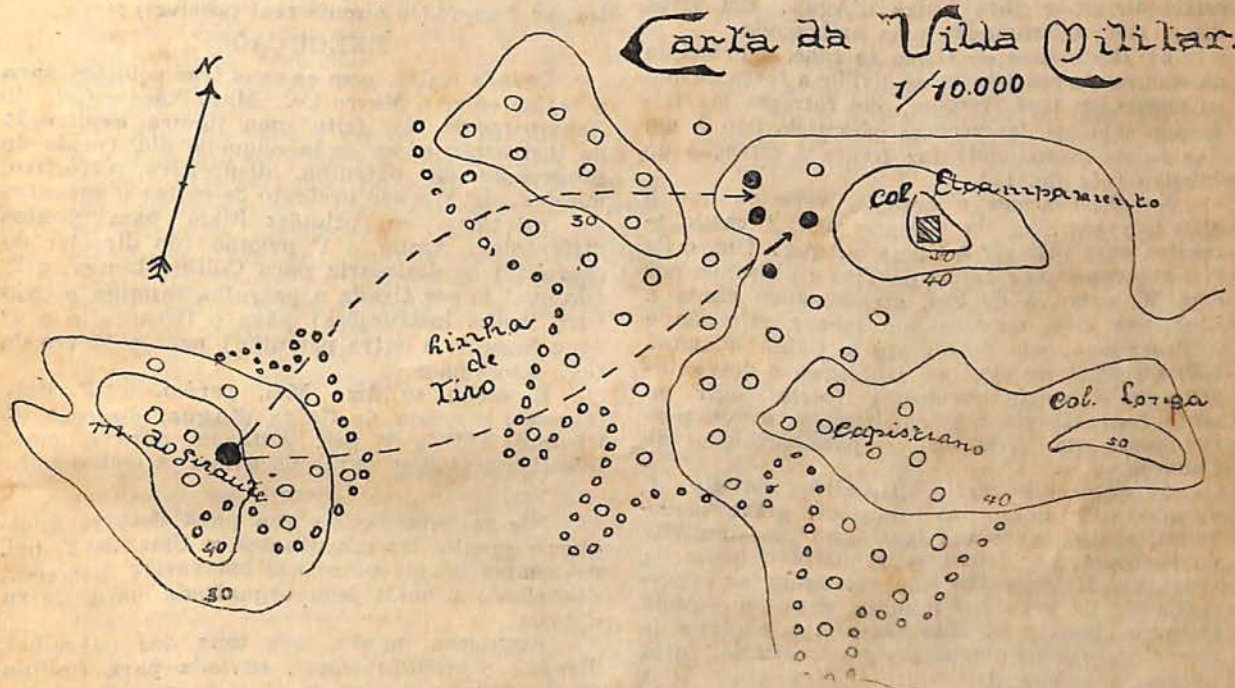
d) Finalmente, a escolha do terreno, que deve ser bem apropriado á natureza do exercicio, permitindo tambem um bom observatorio para os homens que nelle não tomam parte.

Em seguida, na meia encosta E. de Col. do Acampamento, foram installados tres postos de sentinellas, cuja conducta, avisou o instructor, seria observada algum tempo pelo resto da Cia.

Dados 2 silvos de apitos, começou o exercicio. A patrulha, tendo assignalado um dos postos, infiltrou-se em sua direcção, articulada em duas fracções, a fracção de frente encarregada da captura, a de traz da evacuação das sentinellas.

Estava já a cerca de 30 metros do posto, quando a sentinella fixa ouvindo um ruido suspeito num capão de matto á sua frente, mandou a sentinella movel vasculhal-o.

Esta, imprudente, para lá se dirigiu sem as precauções necessarias, passando pela primeira



EXECUÇÃO

Local dos exercicios — Região de Caixa d'Agua, (S. de V. Militar).

1º Exercicio — O soldado abrigado numa trincheira e com um certo numero de granadas, aguardava o silvo de apito do sargento monitor, para effectuar os lançamentos, (concentração) no menor tempo possível.

2º Exercicio — Collocados os manequins em diversos logares e posições differentes, (presos a arvores, dentro de buracos, etc). o sargento monitor começou o trabalho (após uma sessão preparatoria) mandando que os homens um por um, percorressem a pista.

3º Exercicio — Reunida a Cia., o tenente instructor e director do exercicio explicou que a instrução principal da jornada seria o estudo da conducta da sentinella, visto ter observado que alguns homens não sabiam ainda se conduzir satisfactoriamente no desempenho de tal missão (principio a). Já a patrulha sob pretexto qualquer, tinha se destacado para as encostas O. do Morro do Coronel Magalhães, sabendo sómente por onde passava a linha de sentinellas inimiga e o signal de inicio do exercicio. Os homens, desequipados, dispunham de cordas e lenços, estes á guiza de mordaca.

fracção da patrulha, que não a capturou logo para não dar o alarme.

A referida sentinella contornou o capão e foi esbarrar com a segunda fracção da patrulha que incontinenti, agarrou-a, amordaçou-a e transportou-a para um abrigo á retaguarda.

Faltava apenas capturar a sentinella fixa já inquieta por não ter visto regressar o seu companheiro. Para isto, o Cmd. da patrulha contornou o posto com metade dos seus homens (os outros já tinham voltado) e foi cahir sobre ella, que teve o mesmo destino da outra.

A patrulha tendo pois cumprido sua missão, voltou com as mesmas precauções arrastando consigo as duas sentinellas capturadas e reduzidas á impotencia.

ONDE A ADAPTAÇÃO AS ESPECIALIDADES?

A adaptação aqui se apresenta nos seguintes aspectos:

1º) — No modo de progressão da patrulha, quasi sempre rastejando.

2º) — No modo de capturar, desarmar e prender as duas sentinellas (ataque e defesa).

3º) — No transportar as referidas sentinellas (evacuação).

Vejamos outro exemplo:

II

Dia 19 de Junho — UM EXERCÍCIO

Directivas do Cmt. da Cia.

O programma determinava uma applicação do treinamento do volteador, e por entendimento prévio, ficou combinado o seguinte exercicio:

Aprisionamento de uma patrulha por outra.

PREPARAÇÃO:

a) *Situação* — Trata-se de uma patrulha de 15 homens commandada por um official que attinge Caixa d'Agua (Col. do Acampamento). O seu commandante assignala no Morro do Girante, uma patrulha inimiga (cerca de 5 homens) parecendo dirigir-se para Caixa d'Agua. Em vista disso, resolve armar-lhe uma emboscada.

b) *Dispositivo* — Como se sabe, o principio da emboscada consiste em se dividir a força de que se dispõe em tres fracções, que formam um triangulo com um dos vertices para traz, isto é, um dos lados do triangulo faz frente á direcção do inimigo (vêr fig. 1).

Se observarmos o croquis, veremos que o Cmt. da patrulha do Girante tem 2 caminhamentos para attingir a Caixa d'Agua. Um, o do N., atravessando a Linha de Tiro e passando por cota 30, outro, o do Sul, atravessando ainda a Linha de Tiro, mas na sua menor extensão e infiltrando-se pelo matto até a Caixa d'Agua. Não discutiremos aqui as vantagens e desvantagens dos dois caminhamentos (seria fugir ao nosso fim) tão sómente admittimos a sua possibilidade, em face da compartimentação de Caixa d'Agua.

E assim, adoptar o dispositivo da fig. 1, serio afastar muito as fracções, grave inconveniente, porque de um lado diminuia o effeito da surpresa, por outro, enfraquecia o poder da patrulha. Havia outra solução: aguardar o deslocamento da patrulha, inimiga, para em seguida tomar o dispositivo. Mas nesse caso, a perda de tempo era grande e qualquer desvio ulterior faria abortar a emboscada.

Não obstante todas essas razões, e ainda por ter um effectivo sufficiente, o Cmt. da patrulha resolve adoptar mesmo assim, o dispositivo em triangulo, mas com um artificio: no meio da base, collocar um pequeno elemento capaz de di-

directamente sobre ella, enquanto a do Sul procuraria cortar a retirada de qualquer elemento que escapasse. Mecanismo analogo caso a patrulha viesse pelo Sul.

As fracções dos extremos, de emprego decisivo eventual, seriam de menor effectivo, e a da retaguarda, de maior. O Cmt. da patrulha ficaria naturalmente junto á fracção da retaguarda.

PRINCIPIOS

São os mesmos do exercicio anterior, devendo se adaptar o principio *a* da seguinte maneira:

Os homens da patrulha a ser capturada devem ser os melhores da Cia., ao contrario do que vimos anteriormente (sempre a preocupação de tornar o exercicio o mais real possivel).

EXECUÇÃO

Levada a Cia. com os seus tres pelotões para a região entre o Morro Cel. Magalhães e Col. do Acampamento, foi feita uma ligeira explicação da instrucção a ser dada naquella dia (modo de progressão da patrulha, dispositivo, effectivo, missões, etc.), e sob pretexto de evitar o encontro de patrulhas, os pelotões iriam para pontos diferentes. Assim, o 1º pelotão (do director do exercicio) se deslocaria para Collina Longa, o 2º (do qual ia ser tirada a patrulha inimiga e cujo Cmt. tinha instrucções) para o Girante, e o 3º (que fornecia a outra patrulha) para o Morro de Cel. Magalhães.

E assim se fez. Mal, porém, o 2º Pel. transpoz a crista de Caixa d'Agua, direcção do Girante, o 1º e 3º pel. voltaram para o ponto inicial e tratou-se então de armar a emboscada.

Ficara estabelecido que para desviar qualquer suspeita dos executantes, o Cmt. do 2º pel. destacaria varias patrulhas em varias direcções, destinando a mais bem organizada para Caixa d'Agua.

Aconteceu, porém, que uma das patrulhas digamos, "preparatorias", enviada para Collina do Capistrano, mudou de direcção e foi cair na armadilha organizada para a outra, fazendo-a funcionar.

Pretendeu-se montar de novo o dispositivo, mas já não era possivel continuar o exercicio uma vez que fóra desvendado para os executantes, o seu fim (principio *c*).

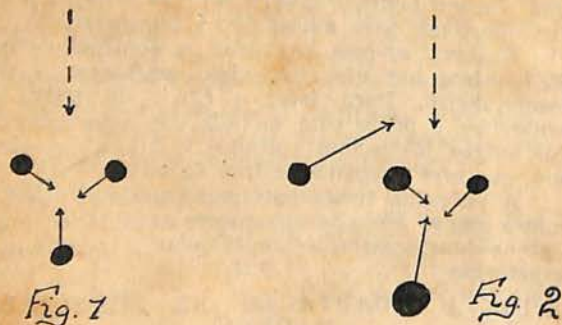
ONDE A ADAPTAÇÃO A'S ESPECIALIDADES?

1) — Na *progressão* da patrulha inimiga, tendo em vista as difficuldades offerecidas pelo terreno.

2) — Na *instalação* dos homens da patrulha de Caixa d'Agua, isto é, *seu deslocamento* até os locais da emboscada (travessia da crista).

3) — No modo de *aprisionar* a patrulha inimiga levando em conta a surpresa (Simultaneidade de movimentos rapidos em terreno variado, ataque e defesa).

Temos assim, terminado o estudo desta questão. Seria de desejar que outros camaradas, mais bem avisados, orientassem suas vistas sobre ella, contribuindo assim para o preparo physico do nosso soldado. E outra não foi nossa intenção, ao escrever estas linhas.



vidir o triangulo em 2 pequenos triangulos justapostos, constituindo duas portas de entrada para a armadilha (vêr fig. 2 e croquis).

Essas duas portas de entrada correspondem ás duas direcções de marcha provaveis do inimigo. Se a patrulha viesse pelo N., as fracções do centro, do N. e da retaguarda inflectiriam

Os aviões de combate e seu armamento

Pelo Cap. CARLOS BRASIL

Os aviões de combate, segundo o tipo e as missões que são chamados a desempenhar, dispõem de diferentes equipamentos. Dizer, por exemplo, que um avião é equipado em photographia, radio e armamento, significa que elle está apto a desempenhar missões photographicas, ligar-se por meio de seu aparelho radio com o solo, defender-se e atacar com meios proprios.

A diversidade do modo de realização das 3 categorias de missões que a aviação executa no combate, exige, para cada uma, aparelhos com características especiaes, sendo, por isso, indispensavel o emprego de tipos de aviões leve, médio e pesado.

Afim de melhor estudar as características e o armamento de cada um desses tipos, considerando o caso particular do nosso Exercito, vamos, para maior clareza e disposição mais conveniente, do assumpto, dividil-o em tres partes, tratando successivamente de questões geraes, do armamento regulamentar e por fim de como são equipados, sob o ponto de vista do armamento, os aviões de nossa 5ª arma.

O armamento dos aviões comprehende: metralhadoras e lança-bombas.

METRALHADORAS

As metralhadoras de avião devem, além das condições communs a que satisfazem as armas automaticas terrestres, obedecer a um certo numero de exigencias especiaes, considerando-se que ellas são fabricadas para agir num meio differente e na qual as circumstancias atmosphericas mudam constantemente.

Uma boa metralhadora de avião deve: ser leve, funcionar normalmente em qualquer altitude, ser pouco volumosa, ter grande potencia de fogo, levando em conta a brevidade do tempo util ao tiro e funcionar sempre com a mesma admissão de gases.

O peso tem aqui capital importancia, pois toda a carga excessiva prejudica as características do avião, diminuindo, consequentemente, suas possibilidades.

A regulação da admissão de gases, além de estar sujeita a esquecimentos, augmentaria o já não pequeno trabalho dos tripulantes de um avião de guerra, para os quaes os menores movimentos se tornam difficeis.

E' preciso ter vôado, pelo menos uma vez, em avião de guerra, desempenhando uma missão, para avaliar as difficuldades do trabalho no ar, principalmente para o observador, obrigado a dirigir o piloto, consultar cartas, registrar informações, manobrar a torre, tirar photographias etc., tudo num logar apertado, onde a exigencia da instalação de aparelhos de contróle do vôo, bombardeio, T. S. F. e photographicos tirou a possibilidade de conforto.

Com as armas de grande robustez é possível dispensar a regulação na admissão de gases, considerando-a sempre maxima e munindo as armas de um dispositivo amortecedor-acelerador que, nos casos de excesso de força viva, durante o

recuo do porta-mecanismo, amorteca o choque e accelere a cadencia do tiro.

As metralhadoras de avião utilizam, além das munições usadas pelas armas terrestres, o projectis traçantes e os incendiarios.

Os traçantes têm por fim materializar as trajectorias, auxiliando, deste modo, o atirador, na conducta do tiro e são empregados juntamente com os perforantes, na proporção de 2 destes para um daquelles. Os incendiarios são empregados principalmente contra os balões.

A refrigeração é sempre feita pelo ar, no caso das armas de aviação.

No caso dos vôos a grandes altitudes, havendo necessidade de aquecimento para metralhadoras (caixa da culatra) elle é feito utilizando-se commutadores especiaes, existentes no quadro electrico de bordo.

Para a instalação aos pares, no caso do tiro de torre, as metralhadoras são collocadas em dois positivos especiaes chamados conjugados, sendo para isso, necessario que permittam umas a alternância pela esquerda e outra, pela direita.

As metralhadoras podem ser installadas no avião de diferentes modos, sendo possível, por isso, empregal-as como arma de "capot", torção sob-fuzelagem e aza. No primeiro caso, é fixado no "capot" (protecção metallica que cobre o motor), paralellamente ao eixo da fuzelagem do avião (corpo) e atirando através do espaço varrido pela helice, sem attingil-a, graças a um dispositivo chamado de synchronização.

Este dispositivo, subordina os movimentos internos da arma aos do motor do avião, de modo que, embora esteja a arma prompta para funcionar e o piloto faça pressão no gatilho epecial ao seu alcance, o disparo só se fará no momento opportuno, isto é, quando a helice não estiver embaraçando o plano de tiro.

Esta arma só permite o tiro para a frente e é manobrada pelo piloto que, para fazer a visada, é obrigado a apontar o systema metralhadora-avião, até que este tenha tomado uma posição conveniente ao tiro. Pode-se fazer a instalação de duas metralhadoras de "capot" uma a cada lado e podendo ter calibre differente.

A instalação da torre é feita reunindo duas metralhadoras num conjugado e collocando-as na torre do avião, que tem deslocamentos em altura e direcção, sendo este de 360°.

São manobradas pelo observador, no caso dos biplaces, mas tratando-se de um triplace, podem ficar a cargo de um metralhador especial de uma das torres.

Para bater a parte situada debaixo da fuzelagem, em angulo morto para as armas já referidas, emprega-se a metralhadora sob-fuzelagem cujo cano sahe por uma abertura existente na parte inferior da fuzelagem, nos pés do observador.

A instalação nas azas, menos usada, é feita no interior ou sobre as mesmas, sendo as metralhadoras fixas e por isso de manobra do piloto. Ellas ficam muito fóra de mão, constituindo is

um inconveniente, no caso de qualquer incidente de funcionamento.

LANÇA-BOMBAS

São aparelhos destiados á condução de bombas a bordo dos aviões e que permitem, pela manobra de alavancas de commando, ás quaes são ligados por transmissões especiaes, soltar-as no momento conveniente, de uma só vez ou por grupos. Podem ser horizontaes ou verticaes, segundo o modo de conduzir as bombas. Em relação ao modo de instalação nos aviões podem ser sob-aza, inter e sob-fuzelagem, de accôrdo com sua fixação em cada uma dessas partes.

Os verticaes são sempre collocados no interior da fuzelagem e constituídos por caixas de metal, com divisões internas, onde são collocadas as bombas, presas pela ogiva. Os horizontaes são constituídos por hastes metallicas, com dispositivos de fixação para as bombas. As alavancas de commando são collocadas no lugar do bombardeador, existindo tambem, em principio, no posto do piloto que as poderá soltar de uma só vez, em caso de impossibilidade do bombardeador, ferido ou morto, e ainda no caso em que seja obrigado a fazer uma aterragem de emergência, em terreno improprio. Os lança-bombas horizontaes têm dispositivos especiaes que podem tornar as bombas inertes ou activas, nos mesmos casos.

LANÇA-BOMBAS

32 x 10 — D —	Para 32 bombas de 10 kilos (no interior da fuzelagem)
12 x 10 — F —	— 12 — — 10 kilos (— — — —)
8 x 50 — — —	— 8 — — 50 kilos (— — — —)
10 x 50 — — —	— 10 — — 50 kilos (— — — —)
40 x 10 — — —	— 40 — — 10 kilos (— — — —)

Verticaes

Horizontaes

G. P. U. M.	Para uma bomba de 100 ou 200 kilos (sob a aza)
M. P. M.	— — — 50 kilos (sob a fuzelagem)
24 x 10 — G —	— 24 — — 10 — (sendo 12 sob cada aza)
T. G. P. U.	— uma bomba de 500 kilos

BOMBAS

As bombas de aviação são de construção especial, caracterisando-se principalmente por terem mais ou menos 60 % do seu peso total de um explosivo muito violento, o que é possível por não soffrerem ellas, como os projectis de artilharia, esforço de arremeço, pois são simplesmente soltas dos aviões, admittindo por isso paredes pouco espessas. Quanto ao peso, são de: 10 — 20 — 50 — 100 — 200 — 500 e 1.000 kilos.

Podem ser empregadas contra nessoal, agindo pela projecção de estilhaços, de destruição (contra obstaculos) e incendiarias para provocar o incendio em materiaes inflammaveis.

MATERIAL REGULAMENTAR

Metralhadora "DARNE"

Fabricação Franceza

Calibre 7 m/m	Peso 7k. 500 grms
Potencia de fogo, 1.200 tiros p/minuto	Carregamento pela esquerda ou direita por meio de élos metallicos ou fitas de lona.
Grande robustez.	Admissão de gases não regulavel.
Refrigerada pelo ar.	Com pequeno numero de modificações, pôde ser transformada numa arma de "capot" em arma de torre e vice-versa.
Funciona por pressão de gases.	
Usa munição perfurante, traçante e incendiaria.	

O DEVER DE TODOS

O esforço, todos sabem mas é preciso repetir, é a propria lei da vida. Crêa e desenvolve o órgão. Porem elle significa dôr vencida, porque nada se crêa, nada progride sem o esforço e sem dôr. E ninguem melhor do que nós, os obreiros da grande epopeia de hontem, poderá medir-lhe o valor: o que custa, o que significa e o sentimento de que elle deve ser a regra do futuro.

O papel de nossas gerações ainda não terminou. Reconstituições nacionaes, soluções futuras da humanidade; nada será obtido sem sacrificio.

Façamos esforço, sem tregua para produzir.

— **Esforço physico** — por amor aos desportos, ao exercicio a á hygiene;

— **Esforço intellectual** — em todos os domínios: sciencias, artes, literatura, actividades de qualquer ordem;

Esforço moral — pela união e subordinação de cada um ao interesse geral;

todos são uteis e solidarios.

O segredo do successo, na paz, como da victoria na guerra, reside simplesmente em bater-se a fundo, com todas as forças do coração pelo bem publico, isto é, agir, lutar.

A vida é um combate — Viver é vencer!

General Gamelin — La Grande Guerre — 1919).

CARROS DE COMBATE

Pelo 1º Ten. JOÃO DE DEUS MENNA BARRETO

(de Cavallaria)

PREAMBULO

O carro de combate data de tempos bem remotos, pois já em 1482, o celebre engenheiro Leonardo da VINCI assim se externava em relação ao mesmo: "Construo correatas cobertas que se não podem destruir e com as quaes se penetra nas linhas inimigas e se destróe a sua artilharia. Não ha gente armada, por mais numerosa que seja, que se possa oppôr á penetração e á desorganização de suas fileiras por estes carros, **atraz dos quaes a infantaria póde avançar sem obstaculos e sem perigo**".

Os deslocamentos desses "carros", entretanto, eram muito lentos, por serem feitos á tracção animal, braçal e uns até com o auxilio da força do vento; além disso não possuíam a massa necessaria, nem disposições especiaes (lagartas) para transpôr os obstaculos, motivo por que foram desprezados por alguns annos, até que em 1854, por occasião da Guerra da Criméa, appareceram novos tipos, munidos, porém, de um motor a vapor, que não tinham a força viva necessaria para arrastar o seu peso e o do armamento de que eram dotados.

Comtudo, o seu modo de combater era quasi identico ao actual, pois manobravam sempre em conjuncto e carregavam sobre o inimigo, com grandes vantagens material e moral.

Com o apparecimento do motor á explosão e o aperfeiçãoamento das "lagartas" (chenilles ou caterpillar), surgiu novamente a idéa da construcção dos "carros de combate"; tornaram a apparecer em 1916, no ataque de Cambles, onde foram empregados pelos Inglezes, com a denominação de "tanks".

Nessa construcção os Inglezes tiveram em vista o systema dos tractores agricolas Hoi (americanos) que já estavam em uso ha muitos annos; consistia elle em uma engrenagem denominada "caminho de rolamento" ou "lagarta", que permittia ao "carro" se elevar facilmente sobre os obstaculos, esmagando-os com a sua formidavel blindagem de aço.

A França então, delles necessitando na Grande Guerra, apressou a sua construcção e já em 1917 os seus engenhos entravam em acção com o adequado nome de "carros de assalto".

Os tipos apresentados foram os "carros" St. Chamond e Schneider e em 1918 o carro Renault ou carro "leve", armado de canhão 37mm. ou de metralhadora pesada.

O nosso Exercito, querendo possuir uma timida amostra desse material de tanta utilidade na guerra, encommedou uma Cia. C. C., de duas seccões, typo Renault, por ser este o mais de accôrdo com as nossas condições financeiras e de transporte.

O que, porem, causa estranheza em nossos regulamentos, é o considerarem os carros como "**petrechos de infantaria**".

Parece que elles não devem ser absolutamente considerados como **armamento de infantaria e, assim**, não devem pertencer á infantaria e sim constituir **arma especial**, destinada como as demais armas, a apoiar a infantaria no ataque, quer fazendo neutralizar os ninhos de resistencia inimigos (canhão 37, metralhadoras), desobstruindo emfim, o terreno de combate na parte relativa aos obstaculos e ao pessoal, em uma palavra fazendo o aniquilamento da infantaria inimiga, quer, ainda, protegendo a installação da infantaria no terreno por elles conquistado, e, ás vezes participando na perseguição.

Tendo como elementos de acção o fogo e o movimento, segue-se que os carros por si só podem manobrar, o que fazem sempre que encontram, na sua frente, resistencia de fogo.

Havendo 3 tipos de Carros de Combate o "pesado", o "médio" e o "leve", e, sendo os dois primeiros com artilharia cujo calibre menor é de 75 mm., por que consideral-os um **armamento de infantaria**?

O seu "pessoal" que é só constituido de mecanicos, artilheiros e metralhadores, por que razão é desviado dessas instrucções, a perder tempo em exercicios de infantaria e até mesmo de "ordenada" para desfilar nas paradas?

Seria o mesmo que a artilharia formar senão os seus canhões e a cavallaria sem os cavallos.

A sua constituição basica sendo a "seccção", por que não se dá uma organização analoga á da artilharia?

E assim teriam as Btas. C. C., os Grupos de C. C. e os Regimentos C. C., no que haveria muito mais uniformidade, pois a propria significação das palavras a isso nos induz:

Companhia — "reunião de pessoas para um fim commum";

Bateria — "lugar abrigado, donde dispara as peças de artilharia".

Na nossa fraca opinião devem passar pelos quadros dessa efficiente arma officiaes das outras tres armas combatentes terrestres, pois todo tem necessidade de conhecer o seu important emprego de guerra.

A esse respeito transcrevemos, do Ten. CLAYEUX, do Centro de Estudos dos Carros de Combate, VERSAILLES, o seguinte topico:

"Todas as armas que cooperam com a infantaria no campo de batalha devem igualmente conhecer o mecanismo dos C. C., que ellas terão que auxiliar ou que proteger, para lhes permittir que desenvolvam toda a sua potencia em proveito da infantaria que apoiam".

Uma reforma urgente na nossa unidade de Carros de Combate, se impõe, bem como uma melhor explanação dos nossos regulamentos, na parte referente ao "mecanismo de combate" do C. C., afim de poupar aos nossos officiaes e sargentos o trabalho de procurarem em fontes e

trangeiras — francezas e inglezas — os ensinamentos necessários.

Pela organização franceza um R. C. C. pertence a um Exercito; um Btl. C. C. a uma D. I.; uma Cia. C. C. é destacada para trabalhar em proveito de um R. I.; e finalmente um sec. C. C., que é a menor unidade tactica apoia um Btl. I.

Essa distribuição apesar de ser racional, pois tem em vista a extensão da frente da unidade a apoiar, não é todavia absoluta, pois depende tambem da situação tactica do momento, isto é, dos objectivos a destruir, do tempo gasto nesse serviço e da idéa de manobra do cmt. da infantaria. Donde se conclue que a dotação de C. C. para uma determinada operação é um problema sempre delicado; exige que o cmt. da infantaria tenha sempre em vista os principios fundamentaes de que: — a "melhor economia que elle possa fazer em C. C. está em pôl-os em situação de obter um successo rapido e fulminante" e que, sendo os C. C. "o meio offensivo mais poderoso e o mais seguro" de que elle dispõe para obter o successo, e tendo principalmente em vista realizar um avanço em profundidade, deve guardar reserva de C. C. para alimentar o combate.

Haverá, portanto, casos em que se applicará numa frente de Btl. I., 2 Sec. C. C..

FUNÇÕES DOS CMT. DE UNIDADES DE CARROS DE COMBATE EM OPERAÇÕES

O cmt. do R. C. C., que se acha no P. C. do Exercito, junto ao cmt. em chefe, é um dos seus adjunctos technicos: fornecendo-lhe as indicações necessárias a respeito do emprego dos C. C., sob seu commando directo ficam as unidades de C. C. que não se acham empenhadas e elle é o responsavel por tudo que diz respeito a reabastecimento de toda a especie e depannagem (1) dos C. C.. Para isso manterá ligação directa com os seus cmt. de Btl. C. C..

O cmt. de Btl. C. C., por sua vez, si a sua unidade está á disposição de uma D. I., afim de que uma de suas Cias. C. C. apoie um R. I., se encontrará á disposição do cmt. da referida D. I., afim de informar-o sobre as possibilidades de combate de suas unidades. Essas informações é que darão assento ás decisões do cmt. da D. I., que redigirá assim a sua "ordem preparatoria", cuja 1ª cópia deverá ser entregue ao cmt. Btl. C. C., afim de que elle possa inteirar, o mais breve possivel, aos seus cmt. de Cias. C. C. do seguinte:

A zona de acção de cada Cia. C. C.; a unidade a apoiar, e finalmente o que se relaciona aos movimentos, estacionamentos e abastecimentos diversos.

O cmt. do Btl. C. C. transmitta tambem a seus Cap., além do plano de engajamento, diversos documentos, como sejam: informações fornecidas pela 2ª secção E. M. da D. I., photographias de aviões, por onde se poderá verificar quaes os caminhos favoraveis no interior das linhas ini-

(1) Galicismo irresistivel, decorrente de "panne" que tambem está incorporado á terminologia. A panne, que póde ser do terreno ou da machina, é todo accidente que paralyse o carro.

migas (linhas obliquas), cartas, planos, e disposições diversas que interessam os cmt. de Cias., taes como: camouflagage, ligação com a aviação e artilharia, trabalhos que devem ser pedidos ás tropas apoiadas e o itinerario que os C. C. devem tomar no interior das linhas amigas, afim de não inutilizar as rédes telephonicas.

De posse de todas essas informações, que constituem o que os Francezes denominam de "orientação tactica", o cmt. Cia. C. C. que vai actuar em proveito de um determinado R. I., apresenta-se com seus officiaes ao cmt. do referido R., afim de conhecer exactamente a situação e receber as suas ordens. Nesse contacto pessoal, a essencia do entendimento versa sobre estas 3 phrases, que bem definem a estreita ligação que deve existir entre os referidos cmt.:

**estou aqui para fazer isto;
só posso fazer isto;
peço-lhe para me fazer isto;**

Terminada a entrevista, o cmt. Cia. C. C., já tendo conhecimento da zona em que vae operar, reúne os seus cmts. de Sec. C. C. e com elles vae fazer o reconhecimento detalhado do terreno do combate, tendo em vista o emprego de sua unidade.

Nesse reconhecimento, distribuidas as tarefas, os officiaes da Cia. C. C. se dispersam.

Um fará o reconhecimento do terreno occupado ou dominado pelo inimigo, á procura de conhecer a repartição dos seus meios de defesa approximada, o agrupamento dos centros de resistencia, a natureza de seus flanqueamentos, a collocação de suas armas automaticas e de seus canhões anti-carros (será difficil, porque esse canhão só atira de surpresa e depois que os carros apparecem em acção); todas estas informações só podem ser fornecidas pelos elementos do 1º escalão e nas las. linhas da infantaria amiga.

Outro verificará a posição das forças amigas, especialmente estudará a situação dos escalões mais avançados, afim de procurar no terreno posições que sirvam para a collocação dos C. C., quando tiverem de desembocar para o ataque, isto é, "posições de partida". Terá que fazer um pormenorizado reconhecimento no terreno, a verificar os pontos duvidosos da carta; quanto áquelles onde elle não possa ir, os estudará na carta e procurará varias fontes de informações, como photographias aereas, informações verbaes, etc., etc.. Como preliminar e como complemento desse trabalho tratará de dar mais expressão á carta, assignalando na mesma, as linhas dagua e os brejos de azul, os itinerarios de vermelho, os arvoredos de verde; marcará tambem a zona de acção e os objectivos a destruir.

No seu contacto com as tropas amigas o official dos C. C. procurará verificar o seu estado physico e o moral, pois, sem um apoio seguro, os C. C. não poderão cumprir satisfactoriamente a sua missão.

O official encarregado dessa missão deveria ser de preferencia o tenente que vae commandar a secção de apoio ao Btl.

E, finalmente, o ultimo cmt. de sec., se houver tempo, tomará contacto com a artilharia que apoia o combate, afim de colher de seus observa-

dores informações sobre o que se passa á retaguarda das las. linhas inimigas, e sobre o seu escalonamento em profundidade.

Do exposto se verifica que o papel dos officiaes dos C. C. nesse serviço de reconhecimento é importantissimo, bem como as suas informações são preciosissimas; sem ellas o cmt. da infantaria não poderia redigir com precisão e exequibilidade a sua ordem de ataque.

Findos esses reconhecimentos, o Cap. encontra-se com os seus officiaes, em lugar previamente por elle designado, e recebe delles as diferentes informações; leva-as ao conhecimento do cmt. do R. I., pedindo-lhes principalmente a sua attenção para as zonas de terreno favoraveis á manobra dos C. C., e, mostrando os obstaculos a destruir, indicará naturalmente ao Cel. a repartição das secções de C. C. no interior do R. I.

Ficando, os Btls. I. com as respectivas Sec. C. C. de accôrdo com a situação tactica apresentada, o cmt. Cia. C. C. não terá que dar nenhuma ordem de ataque ás suas Sec., a não ser o que diz respeito á parte technica dos C. C., competindo, pois ao Cel. cmt. do R. I., em um parographo especial, dar, a cada uma das Sec. a sua missão, do seguinte modo:

"Tal Btl., apoiado pelas Sec. C. C., tal e tal, tem por missão...". E em outro parographo dará também as suas ordens ás Sec. que não estão affectas a Btl. I. ex: "Tal Sec. C. C., ficará como reserva do R. I., atraz do Btl. I. tal e poderá pelo cmt. da Cia. C. C. ser empregada como apoio aos C. C. do 1º escalão da infantaria".

Posta uma Sec. C. C. á disposição dum Btl. I., seu cmt. terá que ir se apresentar ao desse Btl., afim de receber suas ordens e estabelecer a respectiva ligação sobre o objecto das 3 phrases

que já foram enunciadas e que bem definem os papeis que cada um terá que desenvolver durante a acção. Em seguida o cmt. da Sec. C. C. terá que confirmar ou completar varios pontos do reconhecimento já feito, e, como trouxe consigo um agente de ligação (de preferencia motocyclista), envia-o á com uma ordem ao sargento que está no commando da sua Sec., afim de que avance com a Sec. pelo itinerario tal, abrigado das vistas inimigas (se houver tempo, da preferencia á noite) até tal ponto, nas proximidades da posição de partida para o ataque. Em certos casos essa ordem só será dada depois de feito um reconhecimento especial do itinerario dos C. C. até a posição de partida, e si a Cia. tiver de marchar até ahi reunida essas providencias para tal deslocamento serão da alçada do cmt. da Cia. C. C..

Emquanto se passaram todas essas operações de ligação e de reconhecimento, a Cia. C. C. se encontrava na "posição de espera", pois para ali foi conduzida pelo seu Cap. e officiaes, transportada a este local por diversos meios, como sejam estradas de ferro ou autocaminhões. Na ocasião em que os officiaes avançam para a ligação com a I. e reconhecimentos, os sargentos assumem immediatamente o com. das respectivas Sec.; muitos e importantes são os serviços que nessa situação e função competem a taes sargentos, razão por que o regulamento, muito acertadamente, preconiza para o respectivo quadro sargentos intelligentes e aptos para fazerem as vezes de official. Ahí, na ausencia de seus officiaes, não só incumbe a taes sgt. executarem fielmente as ordens que recebem, como também prepararem os C. C. para combater, e, portanto, necessitarão de proceder á verificação de todos os seus órgãos e do abasteciment de toda a especie, taes como: essencias, agua, munições, etc.

COLLABORAÇÃO

A Redacção de "A Defesa Nacional" renova, ao iniciar a Revista o seu XVIII anno, o convite á officialidade do Exercito e da Marinha para collaborar em suas paginas, as quaes estão á disposição das classes armadas e não constituem uma publicação exclusiva do Grupo Mantenedor.

Nesta phase de reconstrucção, o concurso dos nossos camaradas será, sem duvida, muito valioso e efficaz se, além da collaboracão technica e tactica, enviarem-na também sobre os assumptos de defesa nacional e de ordem geral relativa ao Exercito e á Marinha, prin-

cipalmente sobre aquelles que se actualizaram e tomaram especial relevo no presente momento.

É com satisfação que tornamos publica a maneira desvanecedora com que a "A Defesa Nacional" foi distinguida no XVII anno: a collecção de Outubro de 1929 a Setembro de 1930 é de 780 paginas e contém trabalhos de 83 collaboradores, sendo 2 civis, 2 officiaes de marinha, 1 general, 8 coroneis, 6 tenentes-coroneis, 11 majores, 24 capitães, 24 primeiros tenentes e 4 segundos tenentes, inclusivè 7 membros da Missão Militar Franceza.

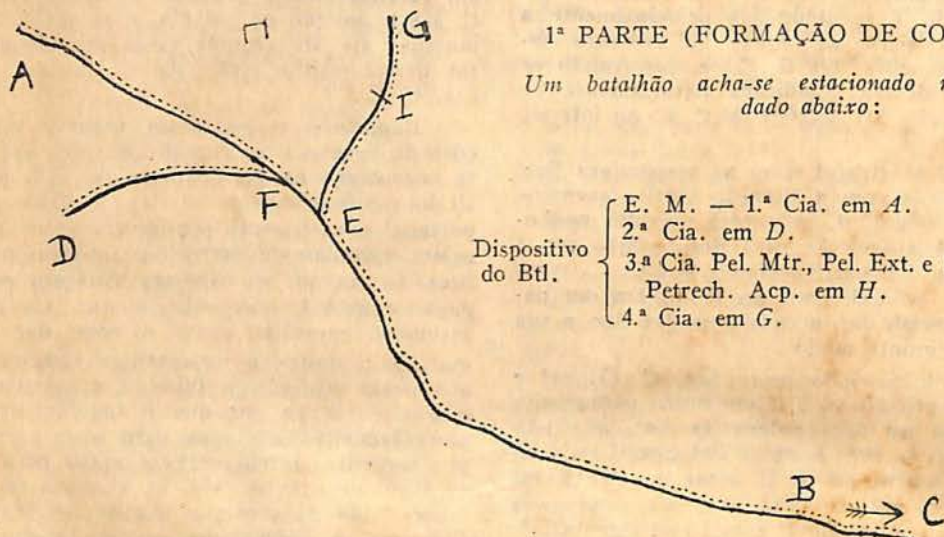
Subsídios para os Quadros de Reserva

C. P. O. R. da 1ª R. M.

Questões de exame -- Infantaria

Iniciamos a publicação de algumas das questões de exame formuladas no Centro de Preparação de Officiaes da Reserva da 1ª Região Militar.

Essas soluções, que são acompanhadas de soluções — exemplo, constituiram matéria das provas escriptas da secção de infantaria realizadas no mez de Setembro proximo passado.



1ª PARTE (FORMAÇÃO DE COLUMNAS)

Um batalhão acha-se estacionado no dispositivo dado abaixo:

Dispositivo do Btl. { E. M. — 1.ª Cia. em A.
2.ª Cia. em D.
3.ª Cia. Pel. Mtr., Pel. Ext. e Secção Petrech. Acp. em H.
4.ª Cia. em G.

DISTANCIA

G. I. = 1 km,5
A. E. = 3 km,5
D. F. = 3 Km.
G. E. = 3 km,700
H. I. = 2 km,5

PROFUNDIDADE DOS ELEMENTOS

Cias. = 200 m.
Pel. extr. {
Pel. mtr. { 200 m.
Sec. petr. {

Este Btl. deverá marchar de A para C.; P. I. ponto E.; hora de passagem no P. I. — 4.30. Ordem de marcha — 1.ª Cia. 4.ª, 2.ª, Pel. extr. pel. Mtr., Sec. Petr., 3.ª Cia.

O commandante da 3.ª Cia. conduzirá o agrupamento que está em H até o P. I. e fornecerá o Destacamento de Policia.

Trabalho a executar — 1º) a que horas o agrupamento, inicia sua marcha?

2º) qual a composição do Dest. de Policia e a que horas passará no P. I.?

3º) tendo sido a ordem de marcha dada na vespera ás 16 horas, que providencias tomou o Cmt. da 3.ª Cia. com relação á marcha do dia seguinte?

4º) Qual a composição da turma de estacionadores da 3.ª Cia. e a que horas iniciou a sua marcha?

— Tempo concedido: 6,40 ás 7,40.

SOLUÇÃO DA 1ª QUESTAO

1.ª PARTE

I — Raciocinio.

Nota — A parte do raciocinio não deveria ser escripta pelos alumnos, a solução e os calculos seriam sufficientes para que a commissão concluísse qual o raciocinio feito.

1.º — A testa do Btl. passando no P. I., ás 4 h. 30, a testa do agrupamento estacionado em H só poderá passar 10 ms. a retaguarda da 2.ª Cia.; devemos portanto sommar ás 4 h. 30 o tempo necessario ao escoamento das 3 Cias. que precedem o agrupamento.

A profundidade dos elementos que marcham na frente é:

— 1. ^a Cia.	200 ms.
— Distancia	10 "
— 4. ^a Cia.	200 "
— Distancia	10 "
— 2. ^a Cia.	200 "
— Distancia	10 "

Somma: 630 ms.

Mas ás 4 h. 30 ainda é noite, portanto, podemos tomar o rendimento horario de 3.000 ms.; logo para acharmos o tempo de escoamento devemos dividir a profundidade achada por 60 ms. que é o rendimento minuto para velocidade horaria considerada.

630	60
030	10' 30"
1.800	
00	

Assim a testa do agrupamento deverá apresentar-se no P. I. ás 4h.30 + 10' 30" ou 4h.40' 30".

2.^a — Temos a hora de passagem da testa do agrupamento no P. I. calculemos portanto sua partida de H.

— A distancia HI = 2.500 ms. e como deve ser percorrida á noite e é feita através campo, devemos considerar o rendimento maximo de 2 kms.,5 horario; logo percurso HI = 50'

IE = GE — GI ou IE = 3.700 — 1.500 = 2.200.

Como este percurso é feito na estrada podemos considerar 3.000 ms. horario e teremos que dividir o percurso por 60' para obtermos o tempo de marcha:

2.200	60'
400	36' 40"
40	
2.400	
00	

Logo o percurso HE será feito em 50' + 36' 40" = 86' 40" = 1 h. 26' 40".

Ora a passagem no P. I. deverá se dar ás 4 h. 40' 30", portanto a partida se effectuará ás 4 h. 40' 30" — 1 h. 26' 40" ou 4 h. 39' 50" — 1 h. 26' 40"

3 h. 13' 50"

Mas a tropa terá que fazer um alto horario entre ás 3 h. 50' e 4 h.; logo devemos augmentar o percurso de 10' que serão diminuidos da hora de partida e então esta se fará ás 3 h. 3' 50" ou approximando 3 h. 4'.

II — Resposta:

Partida: — 3 h. 4' minutos.

2.^a PERGUNTA

I — Raciocinio.

O Destacamento de policia marcha entre a tropa e os trens; logo para saber a que horas passa elle no P. I. basta calcular o escoamento da tropa do Btl.

Então:

1. ^a Cia.	200 ms.
Distancia	10 "

4. ^a Cia.	200 "
Distancia	10 "
2. ^a Cia.	200 "
Distancia	10 "
Pel. Ex., Pel. Mtr. e Sec. Ptr.	200 "
Distancia	10 "
3. ^a Cia.	200 "

Profundidade 1.040 metros

Considerando o rendimento de 3 kms. á hora teremos:

1.040	60
440	17' 20"
20	
1.200	
00	

Então a cauda do Btl. (tropa) se escôa ás 4 h. 30 + 17' 20" ou 4 h. 47' 20".

Podemos fazer um augmento de 40" para dar uma certa distancia entre a cauda e o destacamento de policia.

II Respostas.

a) Um grupo de Combate.

b) Passará no P. I. ás 4 h. 48".

3.^a PERGUNTA

Resposta — Fará reconhecer o itinerario a percorrer na madrugada seguinte, entre H e o P. I., fazendo balizar o trecho HI.

4.^a PERGUNTA

I Raciocinio.

Não tendo sido indicada a hora da partida dos estacionadores estes deverão no inicio da marcha se acharem na testa do Btl. de molde que o Cmt. do Btl. os possa destacar no momento conveniente.

Assim deverão estar no P. I. no momento da passagem da testa do Btl.; isto é, ás 4 h. 30'.

O tempo necessario para fazer o HIE é de 1 h. 26' 40", logo a partida será ás 4 h. 30' — 1 h. 26' 40" ou 4 h. 29' 20" — 1 h. 26' 40"

3 h. 3' 20" ou 2 h. 53' 20".

caso se queira permittir aos estacionadores um alto horario.

II Resposta.

a) Um 3.^o sargento, um cabo e dois soldados.

b) A's 2 h. 53 — ou junto com o agrupamento de H; neste caso não devendo fazer o alto horario com o agrupamento.

2.^a PARTE

Folha de Bangü 1:10.000

I — 1.^o R. I. reforçado pela Cia. de Mtrs. P. desse R. I. e 1.^o G. A. Montanha, constitue a Vanguarda N. da columna da direita da 1.^a D. I. verde.

Esta Vanguarda que marcha para O. com a missão de tomar o contacto tem a sua zona de acção limitada ao S. pela via ferrea de Santa Cruz e ao N. pela linha geral: limite da carta de Bangü 1:10.000 (paralelo — 6 kms.).

A aviação verde informa que o inimigo parece se estabelecer defensivamente nas alturas a O. de Campo Grande, tendo sido assinalados pequenos elementos na região de Santíssimo.

A aviação vermelha mantém-se pouco activa.

SITUAÇÃO PARTICULAR

Ao partir da linha cota 32 — grande cota 40 — cota 30 (orlas O. de Villa Nova) o Btl. tem em primeiro escalão duas Cias. e em 2º duas Cias.

A 2ª Cia. que é a Cia do Sul de 1º escalão tem por sua vez dois pels. em 1º escalão e um em 2º.

O seu ponto de direcção no novo lance são as tres palmeiras de cota 50 a E. do M.º São Bento e o seu ponto a atingir — o M.º São Bento.

Ao atingir os dois G. C. de 1º escalão do Pel. do S. a pequena cota 40 ao N. do marco 33, são detidos por fogos de armas automaticas, partidos da cota 50 das palmeiras. O pel. do N. continua a sua progressão sem novidade.

PERGUNTA-SE:

- 1º — Qual a conducta dos 2 G. C. detidos?
- 2º — O que deve fazer o Cmt. do Pel. do S.?
- 3º — O Capitão Cmt. da 2ª Cia. toma alguma providencia?
- 4º — Dar o dispositivo da Cia. ao atingir o M.º São Bento.

SOLUÇÕES

(2ª PARTE)

1ª RESPOSTA

Os 2 G. C. detidos aferram-se ao terreno e tomam sob seus fogos, fixando-as, as resistencias da cota 50 das 3 palmeiras que detêm os seus G. C.

2ª RESPOSTA

O cmt. do Pel. tendo os seus G. C. de 1º escalão detidos pelos fogos de armas automaticas partidos da cota 50 das 3 palmeiras tenta desembaraçar o seu Pel. manobrando com os seus G. C. do 2º escalão.

Por onde manobrar? Não só o terreno como também a propria situação indicam a manobra pelo N. De facto o Pel. do N. progride sem novidade e o terreno ao Sul além de muito menos coberto possui uma zona alagadiça. Em todo caso será também accetavel faz-la pelo Sul, aproveitando a macega que conduz á pequena cota 40 de uma palmeira a SE de cota 50 das 3 palmeiras. Quer manobrando pelo N. ou pelo S. o cmt. do Pel. terá em vista reduzir essas resistencias retardadoras pelo desbordamento levado a effeito pelo seu 2º escalão.

3ª RESPOSTA

O Cap. não toma nenhuma providencia uma vez que o incidente creado é sem a menor importancia para a progressão da Cia. O Pel. do N. progredindo bem, fatalmente só pelo seu movimento acarretaria a retirada dessas resistencias esparsas, cujo fim unico nessas preliminares do combate é nos atrazar.

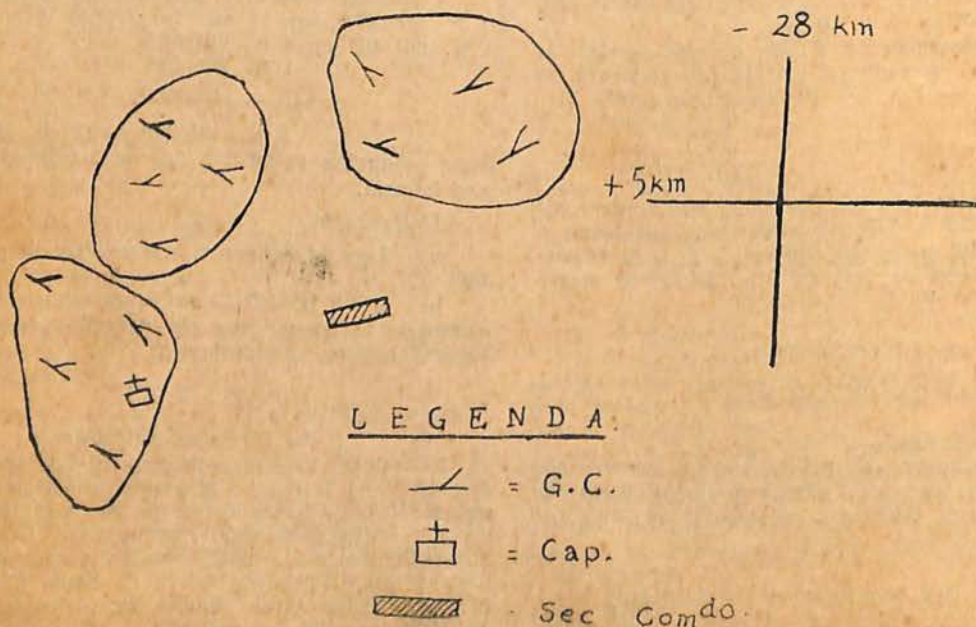
O proprio Pel. que tem os seus elementos de 1º escalão detidos aproveitando a fixação dessas resistencias por esses 2 G. C. vae desbordando como vimos com o seu 2º escalão o que acarreta a retirada das mesmas ou o seu envolvimento e consequente aprisionamento.

Sendo assim o Cap. que acompanha a progressão da sua Cia. e conhece portanto a situação de seus elementos nenhuma providencia toma relativamente a esse pequeno incidente.

4ª RESPOSTA

(vide calco)

CALCO NA CARTA DE BANGÚ 1/10.000



inúcia, do
physica;
Direcção
usando-o
admiral
alguma
b. e. e.
BTL
situação
15

BIBLIOGRAPHIA

Recebemos e agradecemos as seguintes revistas:

NACIONAES

A Lavoura — Junho — Rio — O nosso problema florestal — Dessecamento dos terrenos brejosos — Os productos brasileiros na Alemanha — Estudo das madeiras da Amazonia com relação á industria do papel.

Boletim do Museu Nacional — Março e Abril — Rio — Uma raridade ophidica do Brasil — Algumas datas de procreação de animais do Brasil — A contribuição do Brasil na theoria do deslize de Wagner.

Liga Marítima Brasileira — Março e Abril — Rio — Marinha de Guerra — Dique Arthur Bernardes — Reajustamento dos vencimentos militares — Comissões de promoções na Armada — Medalha militar — Aerodromos publicos nos portos da Republica — Linha aerea Rio-S. Paulo.

Nossa Revista — Maio, Junho e Julho — Ouro Preto — Assumpto de chimica-physisca — Problemas de mecanica — Mathematicas ge-

Defesa Nacional deseja á sua brilhante existencia, pela entrada em seu segundo anno de existencia, futuro prospero e proveitoso.

O Bombeiro — Numeros 5, 6 e 7. — Rio — Do merecimento — Vontade. Iniciativa. Perseverancia de incendios — Primeiros socorros — Alcool-motriz — Nossa bandeira — O futuro da profissao — Ligeiro estudo sobre explosivos.

Revista de Guerra — Março e Junho — Rio — Do historico — Tiros de guerra — A toada nas operações militares — Bilac e a Patria — O remuniciamento na Infanteria — Marcilio Dias, modelo de bravura e de patriotismo — Estatisticas da Grande Guerra.

Revista de Intendencia — Numeros 41 e 42 — Rio — Organização do Serviço de subsistencias militares — Formações administrativas — Organização e attribuições da Intendencia, bem como das repartições que lhe ficaram subordinadas, no Exercito em operações contra o Paraguay.

Revista Militar Paulista — Numeros 3 e 4 — São Paulo — Erros Politicos e Estrategicos na Grande Guerra — O compromisso do soldado — Fazenda de criação cavallar para a Força Publica de São Paulo — Methodo para a leitura das cartas — Ardis de Guerra — Regionalismo e caserna — Motores de Aviação.

ESTRANGEIRAS

America

BOLIVIA

Revista Militar — Numeros 100, 101, 102 e 103 — Serviço de observação e reconhecimento da artilharia — A contribuição do Exercito Nacional na educação do indio — A missão dos adidos militares nos tempos modernos — Os factores da produção e a defesa nacional — A Es-

cola de Infantaria de Dresden — O conhecimento dos Exercitos estrangeiros.

CHILE

Memorial del Ejercito de Chile — Maio, Junho e Julho — Reconhecimentos ou excursões cordilheiranas — Organização das unidades de montanha — O Radió-Altimetro — Manobras de Divisão de Cavallaria em Luneville — Casos interessantes de trabalhos de policia secreta em campanha — Apontamentos sobre a instrução da infantaria no Exercito Francês — O acompanhamento e o apoio directo da Infantaria pela Artilharia — A cavallaria e a mecanização.

Revista de Infantaria — Numeros 9, 10, 11 e 12 — A linha principal da luta — Generalidades sobre as posições e o fogo do G. C. — Alguns conceitos sobre a retirada — Noções de calculo das probabilidades applicadas ao tiro das armas portateis — Alguns exemplos historicos de operações nocturnas — Projecto de regulamento inglês para o combate dos tanques e autos blindados — Questões de instrução nos corpos de tropa — O trabalho na caixa de areia.

COLOMBIA

Revista Militar del Ejercito — Numeros 214, 215 e 216 — Memorias de Napoleão — Academias de officiaes nos corpos de tropa — Algumas idéas para analysar uma situação tactica — Lições de historia militar — O novo regulamento de Infantaria — A aviação militar na Colombia — Os grandes principios tacticos e estrategicos.

EQUADOR

El Ejercito Nacional — Numero 50 — Patria — O monumento ao Libertador — A batalha do Marne e a intervenção do Ten. Cel. Hentsch — Lições de artilharia — A velocidade dos navios de linha.

HONDURAS

Revista del Centro Militar — Numeros 18 e 19 — O temor ás reformas — A segurança da tropa — A guerra não é contraria aos fins da civilização — A moral civica militar.

MEXICO

El Intendente — Maio — A Intendencia Militar durante os periodos iniciais da guerra — Intendencia em campanha — Fundação do Grande Casino Militar do Exercito.

El Soldado

Revista del Ejercito y de la Marina — Maio — Numeros em homenagem aos gloriosos aviadores mexicanos Coronel Paulo Sidar e Tenente Carlos Royiroso.

PARAGUAY

Revista militar — Julho — O Serviço de Administração — A batalha do Sauce — O revez russo na Prussia Oriental — Secção historica — Noticiario Naval.

PERU

Revista del Circulo Militar — Junho — Moltke — Vademecum do official orientador de artilharia — Chronica Militar Nacional.

EL SALVADOR

Boletín del Ministerio de Guerra — Números 163 e 164 — Formações de combate — Aproveitamento do terreno — Exploração do combate — Combate a proximas distancias — O combate do batalhão.

Revista del Circulo Militar — Números 115 e 116 — O emprego das metralhadoras — O papel social do Official — O E Exercito no Estado — Artilharia Moderna — Depois de um anno de estudos na Escola Superior de Guerra de Paris.

Europa

ALLEMANHA

De Re Bellica — Numero 1 — Guerra de posição ou guerra de movimento — Considerações sobre a guerra submarina e seu fim — Cavallaria de exercito — Ataque e defesa de um batalhão de Infantaria — Avções de caça: monoplaces? — A Guerra: suas batalhas e seus homens.

A Defesa Nacional, entrando em permuta com esta excellente confrade, cujo primeiro numero agradece, deseja-lhe vida longa e util.

BELGICA

La Conquête de L'Air — Números 6, 7 e 8 — A ligação aerea Belgica-França-Congo — Rio de Janeiro a tres dias de Paris — Primeiro Congresso Internacional de Segurança Aerea — Apanhado historico da Aviação Militar Belga — A aviação commercial do Mexico — A aviação militar grega — Em balão, a 16.000 metros de altitude — Concurs. de projectos de aviões prototipos.

HESPAÑHA

La Guerra y su Preparación — Maio — Estudos de historia applicada — As lções da Batalha de Bilen — A cavallaria russa — Prussia Oriental — Organização do Exercito português.

Memorial de Infantaria — Julho — Direcção do fogo da infantaria — Testamentos militares — O Exercito activo do Perú — Orçamento militar argentino.

Revista de las Españas — Junho — Actividades inertes — Contribuição ao estudo da cultura hespanhola nas Indias — Revista literaria americana.

FRANÇA

Revue de Cavalerie — Maio e Junho — A cavallaria francesa na vespera da batalha das Ardenes — Tradição e progresso — A artilha-

ria a cavallo nas manobras do Exercito do Rheno em 1928.

PORTUGAL

Revista Militar — Maio e Junho — O dicionario da lingua, da Academia das Sciências — Espinguardas-metralhadores — A Infantaria no combate offensivo — Grande Guerra em Moçambique.

Livros recebidos:

EDUCAÇÃO PHYSICA MILITAR

Offerecido por seus autores, recebemos os dois trabalhos abaixo, apresentados, com a terminação do curso, á direcção do C. M. E. P.:

"UM ANNO DE EDUCAÇÃO PHYSICA MILITAR" e "A FICHA INDIVIDUAL".

Começam assim, a apparecer os primeiros fructos da louvavel iniciativa ministerial de reorganizar e uniformizar a educação physica, especialmente interessante ao Exercito, onde ella é cuidada com particular carinho, não só por ser a mais vasta e mais apta escola de educação physica nacional, mas tambem, de suas actividades — a penosa lide diaria da caserna, a instrução militar.

Fazendo uma rapida apreciação sobre os dois trabalhos, devemos nos cingir á exiguidade de espaço que nos sobra nesta secção bibliographica.

O que de melhor poderemos dizer sobre ambos senão que, pelo valor de cada assumpto tratado, serão dois livrinhos que coexistirão com os regulamentos na estante do official de tropa, para consulta diaria!

"A ficha individual" trata com minucia, do palpitante assumpto, base de educação physica; tendo merecido juizo mui abonador da Direcção do Centro. Elle exgota o assumpto, analysando-o e fazendo acompanhar de todos os modelos indispensaveis.

O mesmo poderemos dizer de "Um anno de Educação Physica Militar" onde o autor offerece nada menos que um programma detalhado para 52 semanas de instrução abrangendo jogos, flexionamentos, exercicios educativos, applicações, sports individuaes e collectivos.

A DEFESA NACIONAL agradecendo as offertas, faz votos pela continua applicação dos distinctos camaradas á sua nova especialidade, na qual poderão prestar valiosos serviços ao Exercito e ao Paiz.

NOTAS SOBRE O COMMANDO DO BATALHÃO NO TERRENO

C M T. A U D E T

Para assignantes	3\$500
não assignantes	3\$000